



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Porto Alegre - RS
Março de 2017



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que a Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU Nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU Nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Porto Alegre - RS
Março de 2017

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Gestão 2015/2017

BEATRIZ RENCK
Presidente

JOÃO PEDRO SILVESTRIN
Vice-Presidente

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
Corregedora Regional

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
Vice-Corregedor Regional

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	11
2.1.1. FINALIDADE	11
2.1.2. COMPETÊNCIA	11
2.2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	11
2.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
2.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	16
3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	18
3.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	19
3.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
3.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS	21
3.1.4. DESDOBRAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO	21
3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS	21
3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	22
3.3.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	22
3.3.2. FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	38
3.3.3. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO	42
3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51
3.3.5. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	51
3.3.6. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS	51
3.3.6.1. CONTRATOS COM OS BANCOS	52
3.3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	53
3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	53
3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	54
3.3.7.3. ANÁLISE CRÍTICA	54
3.3.8. SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL	56
3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	56
3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	56
3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	57
3.3.8.4. ANÁLISE CRÍTICA	58
3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	59
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	61
4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	61
4.1.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA INTERNAS	61
4.1.1.1. COMISSÕES DE APOIO À GOVERNANÇA	61
4.1.1.2. ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA	63
4.1.1.3. OUVIDORIA	63
4.1.2. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA EXTERNAS	63
4.1.2.1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	63
4.1.2.2. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	64
4.1.2.3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA	64
4.1.3. CORREGEDORIA	65
4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	66
4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	67
4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	67

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	69
5.1. GESTÃO DE PESSOAS	69
5.1.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	103
5.1.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	106
5.1.3. GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	109
5.1.4. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	110
5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO	110
5.1.4.2. ESTAGIÁRIOS	110
5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	111
5.2.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	111
5.2.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	114
5.2.3. CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS E ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS	119
5.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIRO	123
5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	124
5.3.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)	124
5.3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI	125
5.3.3. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	130
5.3.4. DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI	131
5.3.5. DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI	132
5.3.6. DESCRIÇÃO DOS PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI IMPLEMENTADOS	132
5.3.7. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO	133
5.3.8. MEDIDAS TOMADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE TI PARA A UNIDADE	140
5.3.9. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).	140
5.3.10. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)	140
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	141
6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	141
6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	142
6.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	145
6.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	146
6.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	147
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	149
7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	149
7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADES	149
7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	152
7.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL	152
7.3.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	155
7.3.3. BALANÇO FINANCEIRO	159
7.3.4. DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	161
7.3.5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	165
7.3.6. NOTAS EXPLICATIVAS	169
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE	172
8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	172
8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	173
8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	175
8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	175
8.5. GESTÃO DE PRECATÓRIOS	176
8.5.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	176
8.5.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	177
8.5.3. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	178

8.6. INFORMAÇÃO SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	179
9. ANEXOS	180
9.1. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 5.3	181
9.1.1. ANEXO I - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES 2016-2020.	181
9.1.2. ANEXO II - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - PDTIC - 2016-2017	213
9.1.3. ANEXO III - RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	317
9.1.4. ANEXO IV - PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO SETIC 2016	324
9.1.5. ANEXO V - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2016	329
9.1.6. ANEXO VI - PLANO DE SUSTENTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMÇÃO E COMUNICAÇÕES	353
9.2. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 8.6	356
9.2.1. ANEXO VII - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 579/SG - SCI/2013	356
9.2.2. ANEXO VIII - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 264/SG - SCI/2014	370
9.2.3. ANEXO IX - COMUNICADO SIASG	382
9.2.4. ANEXO X - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 191/SG/2015	386
9.2.5. ANEXO XI - AVISO Nº 346-GP/TCU	391
9.2.6. ANEXO XII - ACÓRDÃO AC-1212-16/14-P	394

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.3. INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	13
Quadro 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
Quadro 3.3.2.1. COMPARATIVO PLOA 2016 E LOA 2016	38
Quadro 3.3.2.2. RESULTADOS DA CAMPANHA +ECONOMIA	40
Quadro 3.3.2.3. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS RECEBIDOS EM 2016	40
Quadro 3.3.3.1. CODIFICAÇÃO DOS PASSIVOS	43
Quadro 3.3.3.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	45
Quadro 3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51
Quadro 3.3.6.1. RECEITAS DO EXERCÍCIO	52
Quadro 3.3.6.2. RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS LÍQUIDAS	52
Quadro 3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	53
Quadro 3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	54
Quadro 3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	56
Quadro 3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	56
Quadro 3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	57
Quadro 3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	59
Quadro 4.1.2.3. RESULTADO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TRT4	65
Quadro 4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	67
Quadro 5.1. CURSOS OFERTADOS	77
Quadro 5.1.1.1. FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	103
Quadro 5.1.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	103
Quadro 5.1.1.3. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	104
Quadro 5.1.1.4. QUANTITATIVOS DE SERVIDORES AFASTADOS OR TIPO DE LICENÇAS	105
Quadro 5.1.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL ATIVO	107
Quadro 5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO	110
Quadro 5.1.4.2. CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	111
Quadro 5.2.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS	115
Quadro 5.2.2.2. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	116
Quadro 5.2.4. IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	123
Quadro 5.3.1. RESUMO DAS REUNIÕES OCORRIDAS EM 2016	126
Quadro 5.3.3. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	130
Quadro 7.3.6.1. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO	170
Quadro 7.3.6.2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO	170
Quadro 7.3.6.3. COMPARATIVO ENTRE A ORÇAMENTO DE 2015 E 2016	171
Quadro 8.1. DEMANDAS DO TCU EM 2016	172
Quadro 8.2.1. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO - 2016	173
Quadro 8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	175
Quadro 8.5.1. REQUISICÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	176
Quadro 8.5.2. REQUISICÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	177
Quadro 8.5.3. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CPCR - CONSOLIDAÇÃO DE PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA REGIONAL

CSJT - CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

GND - GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

GP - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OFSS - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PA - PROCESSO ADMINISTRATIVO

PJe-JT - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

SIOP - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SISAC - SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

SPIUnet - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TRT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

TRT4 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

TST - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

UG - UNIDADE GESTORA

UJ - UNIDADE JURISDICIONADA

UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

VT - VARA DO TRABALHO

1. APRESENTAÇÃO

Ao prestar as informações necessárias ao processo de Tomada de Contas da Administração Pública Federal no exercício de 2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região apresenta, neste relatório, a síntese das ações empreendidas com o propósito de cumprir sua atividade essencial, a prestação jurisdicional.

De forma correlata e ordenada, demonstra-se, também, a utilização dos recursos orçamentários e financeiros que foram disponibilizados à nossa instituição para o implemento dessas ações.

O Relatório foi elaborado segundo as normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas estabelecidos na Instrução Normativa TCU nº 63, de 01-09-2010 e Decisão Normativa TCU nº 154, de 19-10-2016 e na Portaria TCU nº 59/2017, de 17-01-2017. Contém, portanto, as seguintes partes:

Conforme previsto nestas normas o Relatório está estruturado nas seguintes partes:

- 1) APRESENTAÇÃO
- 2) VISÃO GERAL DA UNIDADE
- 3) PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS
- 4) GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
- 5) ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
- 6) RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
- 7) DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
- 8) CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
- 9) ANEXOS E APÊNDICES

As ações realizadas em 2016 refletem a busca para garantir a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional trabalhista, devendo ser considerado que no ano de 2016, o Tribunal recebeu 268.460 processos - 105.397 no 1º Grau e 73.063 no 2º Grau de jurisdição. Foram julgados um total de 246.361 processos - 184.126 no 1º Grau e 62.335 no 2º Grau de Jurisdição.

Dentre as principais ações realizadas na gestão no exercício de 2016, destaca-se o Concurso para Juiz do Trabalho Substituto. A idealização e a realização do concurso foi assumida pela própria Administração do Tribunal e obteve resultados reconhecidamente positivos ao proporcionar a posse de oito novos juízes e o preenchimento completo do quadro de magistrados do Tribunal no mês de dezembro de 2016 - ainda dentro, portanto, desse exercício orçamentário. O concurso realizado foi muito bem recebido pelos candidatos que se submeteram ao certame, tendo sido amplamente elogiado não apenas por eles, mas por toda a comunidade jurídica relacionada à Justiça do Trabalho quanto à sua organização e conteúdo. A propósito, a Assessoria de Gestão Estratégica do TRT4 foi recentemente convocada a contribuir, por meio de fornecimento de coaching à equipe responsável pela organização do concurso nacional no TST.

Além disso, de acordo com o Ato TST SEGJUD GP nº 546/2016, é possível o aproveitamento dos demais candidatos aprovados em outros Tribunais Regionais do Trabalho.

O contexto de corte orçamentário que se desenhou no primeiro semestre de 2016 repercutiu de forma a proporcionar que a Administração do TRT4 adotasse medidas de otimização e racionalização dos recursos disponíveis, especialmente no que respeita às verbas de custeio.

A adoção de tais critérios, que primam pela atenção e respeito no uso de recursos públicos sem, no entanto, deixar de lado a busca pela excelência na prestação jurisdicional, possibilitou ao Tribunal que atingisse a meta de número 03 no seu Plano Estratégico Institucional 2015-2020 relacionada “Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - IEOD”. Tal índice, vale dizer, avalia o valor efetivamente liquidado no exercício em relação às despesas discricionárias, ou seja, aquelas sobre as quais o Tribunal tem autonomia de gestão. Ao executar R\$ 109.633.479,61 sobre o total R\$ 119.804.926.00 de orçamento disponibilizado, o TRT4 atingiu um IEOD de 91,51% e obteve o segundo maior índice entre todos os órgãos da justiça trabalhista no país.

Cumpra referir que tais resultados foram obtidos em contexto de transparência e acessibilidade que conferiu ao TRT4, junto ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o primeiro lugar no levantamento de governança Tecnologia, Informação e Comunicação. O índice “i-Gov TI” reflete o nível em que se encontra o progresso tecnológico do Poder Judiciário Brasileiro e leva em consideração o levantamento de informações prestados ao CNJ por todos os tribunais do país.

Para o exercício de 2017, está prevista a continuidade das ações administrativas, o aperfeiçoamento, fortalecimento e capacitação de magistrados e servidores, o desenvolvimento da área de tecnologia da informação e comunicação e o cumprimento do Plano Estratégico 2015/2020, o qual foi revisado no ano de 2016.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1. FINALIDADE

A finalidade da Justiça do Trabalho é realizar justiça na solução de conflitos individuais e coletivos do trabalho.

2.1.2. COMPETÊNCIA

A competência da Justiça do Trabalho está estabelecida no artigo 114 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30-12-2004:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei."

2.2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é órgão do Poder Judiciário e integrante da Justiça do Trabalho, nos termos dos artigos 92 e 111 da Constituição Federal.

A Justiça do Trabalho da 4ª Região conta com 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 102 (cento e duas) no interior do Estado e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

No que diz respeito ao exercício da função judicante devem ser respeitadas as competências exclusivas dos diversos órgãos que compõem o Poder Judiciário, porquanto decorrentes diretamente do texto constitucional. Assim, o ambiente de atuação está delimitado em lei, não sendo aplicável, aos órgãos do Poder Judiciário, dados sobre espaço potencial/ocupado, concorrentes ou parceiros, comportamento e riscos de mercado, ambiente de negócio, produtos, serviços ofertados e clientes.

Quadro 1.3. INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Secretaria-Geral da Presidência	Dirigir, orientar e apoiar administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência.	Katia Viegas	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 14-12-2015
Secretaria de Controle Interno	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, sob o enfoque da eficácia e eficiência.	Tania Mara de Araujo Borges	Analista Judiciário, Área Administrativa	Desde 16-12-1997
Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais	Realizar a gestão estratégica. Acompanhar e divulgar indicadores e dados estatísticos que apoiem a tomada de decisão; contribuir no processo de alinhamento das unidades judiciárias e administrativas à estratégia. Coordenar ações de melhoria de rotinas de trabalho.	Carolina da Silva Ferreira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 19-05-2014
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Planejar, prospectar, desenvolver, integrar, implantar e dar suporte à infraestrutura tecnológica e aos sistemas de informação.	Natacha Moraes de Oliveira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 18-06-2010
Assessoria Jurídica	Prestar assessoramento técnico especializado à Presidência do Tribunal.	Eduardo Munari Preto	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 14-12-2015
Secretaria de Apoio aos Magistrados	Auxiliar a Administração do Tribunal nos assuntos pertinentes aos magistrados.	João Carlos Giroto	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 16-12-1997
Assessoria de Gestão de Mudanças*	Planejar, coordenar e realizar ações de treinamento, homologação funcional de novas versões, parametrização e configuração, elaboração de manuais, atendimento a usuários internos e externos e outras voltadas ao PJe-JT.	Julia Helena Vargas Viegas	Analista Judiciário, Área Administrativa	De 09-07-2014 a 06-01-2016
Secretaria-Executiva da Escola Judicial	Acompanhar e promover a formação dos magistrados e servidores.	Diogo de Seixas Grimberg	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 25-02-2014
Secretaria da Corregedoria	Coordenar as atividades dos juízes e das unidades judiciárias de primeiro grau.	Mauro Baltar Grillo	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 14-12-2015
Secretaria-Geral Judiciária	Coordenar e supervisionar os serviços necessários à realização das atividades do Tribunal, na prestação jurisdicional.	Onelio Luis Soares dos Santos	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 24-03-2008
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Sessão de Dissídios Coletivos	Executar as atividades inerentes à realização das sessões ordinárias e extraordinárias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Sessão de Dissídios Coletivos, bem como das tarefas relativas à tramitação dos processos judiciais e administrativos de sua competência.	Claudia Regina Schroder	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 26-11-2003
Secretaria da Seção Especializada em Execução	Executar os procedimentos necessários ao recebimento dos processos para inclusão em pauta e para encaminhamento aos Magistrados e à PRT; fazer os lançamentos dos resultados dos julgamentos e também para a geração da pauta dos embargos de declaração; gerar a ata das sessões.	Marcia Lamberti Doval	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 22-04-2014
Secretaria Processual	Processar e enviar processos para análise da respectiva autoridade; publicar a matéria judiciária do Tribunal nos órgãos oficiais; gerenciar o fluxo de processos e documentos para os órgãos públicos e unidades judiciárias; promover a interlocução com as demais áreas do TRT buscando o bom andamento do fluxo processual.	Janine Scharlau Stoeber	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 03-04-2014
Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais	Gerenciar processos de competência originária do Tribunal.	Ialdari Maria Benvenuti Santin	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 14-05-2009
Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais	Gerenciar processos de competência originária do Tribunal.	Mauren Reinoldi da Silva	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 01-09-2008
Assessoria de Recurso de Revista	Realizar análise prévia e elaboração dos despachos relativos aos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista interpostos.	Tatiana Kraemer Leal	Analista Judiciário, Área Judiciária	De 16-12-2005 a 06-01-2016
		Fabiane Paixão Cortopassi**	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 07-03-2016
Secretaria da 1ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Elizete de Fatima de Freitas Machado	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 10-02-2004
Secretaria da 2ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Ceci Dal Mass Coser	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 07-01-1994
Secretaria da 3ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Paulo de Assis Bergman	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 07-03-2012

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Secretaria da 4ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Luciane Ramos Barros	Técnico Judiciário, Área Administrativa	De 02-05-1996 a 24-08-2016
		Geraldo Cruz Teixeira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 30-08-2016
Secretaria da 5ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Francine Costa Weege	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 28-10-2013
Secretaria da 6ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Rubmar Fanni Adami	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 07-01-1997
Secretaria da 7ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Marguit Elisa Landmeier	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 07-01-2002
Secretaria da 8ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Carlos Eduardo da Cunha Rockenbach	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 04-05-2015
Secretaria da 9ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Carlos Augusto Correa Lovato	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 22-04-2014
Secretaria da 10ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Geraldo Cruz Teixeira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	De 09-02-2010 a 29-08-2016
		Soraia Bohn	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 05-09-2016
Secretaria da 11ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância. Bárbara Burgardt Casaletti	Paulo Eduardo Vieira Correa	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 05-12-2011
Diretoria-Geral	Administrar, supervisionar e coordenar as atividades administrativas do Tribunal, que envolvam recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos.	Bárbara Burgardt Casaletti	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 14-12-2015
Secretaria de Orçamento e Finanças	Coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas à administração financeira e orçamentária.	Eder Giovane Scherer Oliveira	Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade	Desde 14-12-2015
Secretaria de Administração	Planejar, coordenar e controlar as atividades das áreas de contabilidade, material e patrimônio, licitações e contratos, engenharia e arquitetura e planejamento, além da responsabilidade pela ordenação da despesa, por delegação da Presidente do Tribunal.	Daniela Vaz dos Santos	Analista Judiciário, Área Judiciária	De 03-07-2014 a 22-02-2016
		Sandro Schiavon	Técnico Judiciário, Área Administrativa	De 23-02-2016 a 30-06-2016
		João Henrique Carvalho de Lima Ribas	Analista Judiciário, Área Administrativa	Desde 01-07-2016
Secretaria de Manutenção e Projetos	Elaborar e gerenciar os Planos de Obras. Acompanhar a elaboração e o gerenciamento dos Planos de Manutenção Predial e Modernização das Instalações Prediais. Gerenciar as etapas de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura.	Luiz Fernando Tabora Celestino	Analista Judiciário, Área Administrativa	De 14-12-2015 a 30-06-2016
		Sandro Schiavon	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 01-07-2016
Secretaria de Comunicação Social	Assessorar o Presidente e os demais magistrados em assuntos de Comunicação Social e interação do Tribunal com a imprensa.	Mario Garrastazu Medici Neto	Analista Judiciário, Área Judiciária	De 01-12-2014 a 10-02-2016
		Gabriel Pereira Borges Fortes Neto	Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Comunicação Social	Desde 11-02-2016
Secretaria de Apoio Administrativo	Agir, planejar, organizar e coordenar as atividades relacionadas aos serviços de apoio administrativo nas áreas de segurança, transporte, gráfica, reprografia, manutenção de veículos, gestão de contratos terceirizados, recepção de gabinetes, portaria, zeladoria, limpeza e conservação.	Madison Gonçalves Trautmann	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 14-12-2015
Secretaria de Gestão de Pessoas	Gerenciar e integrar os subsistemas de gestão de pessoas.	Paulo Ricardo Barreto Ferreira	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 14-12-2015

*A Assessoria de Gestão de Mudanças foi extinta em 07-01-2016, conforme Portaria Conjunta nº 8.886, de 22 de Dezembro de 2015, Publicada no Boletim de Serviço nº 01/2016, de 07-01-2016

** A servidora Fabiane Paixão Cortopassi exerceu como Substituto, a Função de Assessor-Chefe CJ3, da Assessoria de Recurso de Revista, no período de 07-01-2016 a 06-03-2016, passando a exercer a Função como Titular a partir de 07-03-2016.

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

2.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, da mesma forma que todos os tribunais do trabalho, basicamente recebem, processam e arquivam reclamatórias trabalhistas. Foram considerados dois tipos de macroprocessos: os originários de 1º Grau, assim denominados os que são ajuizados na 1ª instância e que correspondem a cerca de 80% de todas os casos que ingressam na instituição, e os originários de 2º Grau, que correspondem aos restantes 20% e que têm seu início diretamente no 2º Grau de jurisdição. Grande parte dos processos originários de 1º grau tramitam também pelo 2º grau. Isso acontece sempre que são interpostos recursos, o que ocorre em cerca de 80% dos processos. O macroprocesso "Processos Originários de 1º Grau" significa apenas que a reclamatória "nasceu" no 1º Grau, ou seja, foi ajuizada na 1ª instância, não implicando que esteja restrito a ela. O macroprocesso "Processos Originários de 2º Grau", por sua vez, tramita apenas na 2ª instância e nas instâncias superiores, nunca "descendo" para o 1º Grau.

O quadro a seguir detalha esses dois macroprocessos.

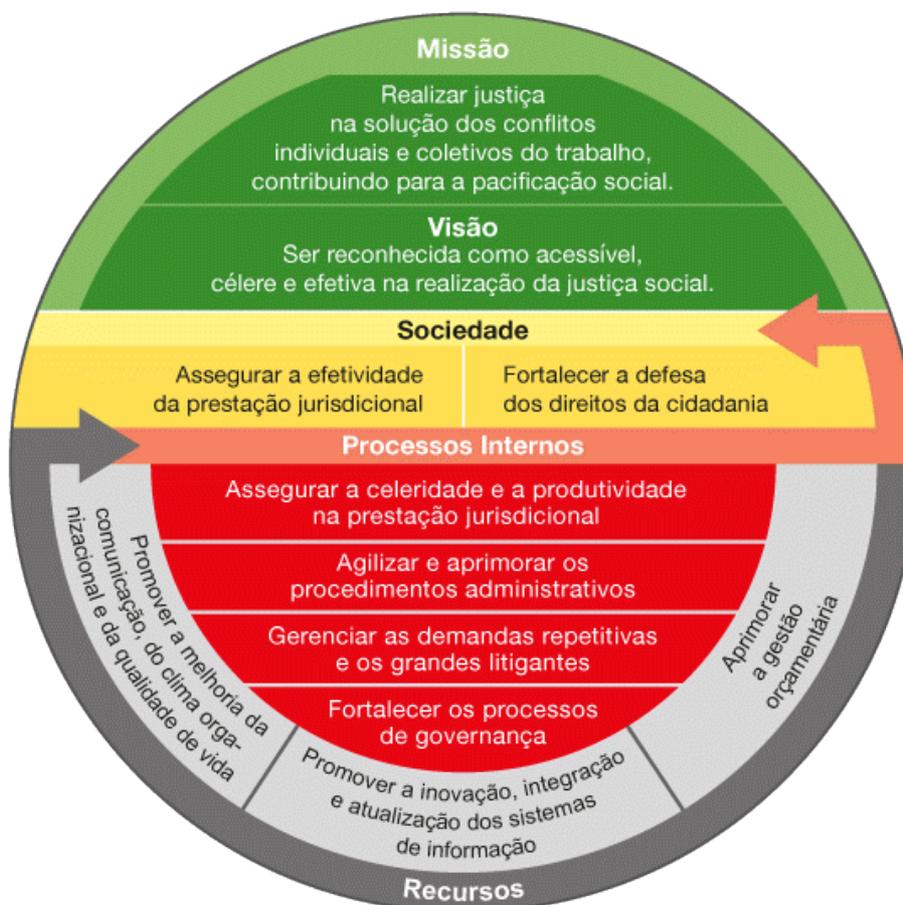
Quadro 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS DE 1º GRAU	Tramitação de Reclamatórias trabalhistas ajuizadas na 1ª instância.	Processos distribuídos; Audiências iniciais realizadas; Encerramentos da instrução; Processos solucionados: sentenças proferidas e conciliações homologadas; Cálculos elaborados e/ou analisados; Sentença de liquidação proferida; Citação positiva; Execução garantida; Pagamento recebido pelo credor; Arquivamento definitivo; Processos solucionados: acórdãos prolatados; Sessões realizadas; Remessa dos autos ao órgão superior; Atendimento; Certidões.	Jurisdicionados: partes (reclamantes e reclamados), advogados, sindicatos; Ministério Público; Procuradorias da Fazenda Pública (Municípios, Estado e União).	Juizes de 1º Grau; Varas do Trabalho; Desembargadores; Gabinetes dos Desembargadores; Secretarias de Turmas; Seção Especializada em Execução; TST.
PROCESSOS ORIGINÁRIOS DE 2º GRAU	Tramitação de processos ajuizados na 2ª instância (ações rescisórias, mandado de segurança, habeas corpus, dissídio coletivo).	Processos distribuídos; Sessões realizadas; Processos solucionados: acórdãos prolatados; Remessa dos autos ao órgão superior; Certidões; Atendimento.	Jurisdicionados: partes (reclamantes e reclamados), advogados, sindicatos; Ministério Público; Procuradorias da Fazenda Pública (Município, Estado e União).	Desembargadores; Gabinetes dos Desembargadores; Sessões de Dissídios Individuais e Seção de Dissídios Coletivos; TST.

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região elabora e executa planejamento estratégico desde o ano 2010. O primeiro Plano Estratégico vigorou até dezembro de 2014. A partir de 2015 entrou em vigor um novo Plano, elaborado para vigor até 2020. No ano de 2016 o Plano foi revisado, com o objetivo de aumentar o alinhamento com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Na revisão, houve alterações nas metas e no portfólio de projetos. Os objetivos estratégicos permaneceram os mesmos e estão no Mapa Estratégico reproduzido adiante. A área Administrativa conduz processos próprios de planejamento, especialmente no que diz respeito ao orçamento.



Os objetivos estratégicos que vigoraram em 2016 foram:

Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos da Justiça do Trabalho. Inclui programas e ações relacionados à melhoria da comunicação, à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas de magistrados e servidores, à valorização das pessoas, à promoção da saúde ocupacional, à humanização das relações de trabalho, ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação

Objetiva garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas, por meio do incremento e da modernização dos mecanismos tecnológicos, do controle efetivo dos processos de segurança e do controle efetivo de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos. Visa a, além de desenvolver novos sistemas, tornar os já existentes mais adequados à demanda dos usuários e garantir sua integração e atualização.

Aprimorar a gestão orçamentária

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, de investimentos e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Objetivo que tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Visa a garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade de magistrados e servidores.

Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos

Refere-se ao aprimoramento contínuo dos procedimentos administrativos e das rotinas de trabalho, por meio da documentação, otimização e agilização dos fluxos.

Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Objetiva reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa a reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Fortalecer os processos de governança

Objetivo que, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias, visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação de melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional

Objetivo estratégico que sintetiza os demais, levando em conta, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do Direito e gerenciamento de custos, a satisfação da sociedade quanto à atuação da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania (previstos no inc. II do art. 1º da CF/88) em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão trabalhador-produtor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, adotando-se práticas socioambientais sustentáveis e o uso de tecnologia limpa.

3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Todos os objetivos estratégicos que constam do plano 2015-2020 vigoraram em 2016, no entanto apenas cinco deles tiveram alguma iniciativa estratégica executada para impulsionar seu atingimento¹. O objetivo estratégico com o maior número de iniciativas vinculadas foi "Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional", embora não tenha ocorrido uma decisão explícita de priorizá-lo. Os demais objetivos que contaram com iniciativas vinculadas foram: "Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania", "Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida", "Aprimorar a gestão orçamentária", e "Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes".

Foi realizado desdobramento formal do plano estratégico somente para a área de Tecnologia de Informação. A principal estratégia de implementação foi baseada em projetos e ações setoriais, que envolveram diferentes áreas na sua execução.

Os projetos estratégicos executados em 2016 foram:

- Agilização dos Julgamentos (1º grau);
- Digitalização de autos;
- Grandes litigantes e demandas repetitivas;
- Mapeamento do desempenho das unidades judiciárias de 1º Grau;
- Qualificação de gestores (1º grau);
- Qualificação de servidores (1º grau);
- Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau;
- Sistema de Governança.

As ações setoriais executadas em 2016 foram:

- Equidade de Gêneros;
- Divulgação de Informações sobre direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT;
- Plano Geral de Aquisições.

O **desempenho operacional** é verificado por meio dos indicadores e metas que constam no plano estratégico. Estiveram em vigor no exercício de 2016 um total de 24 indicadores e metas. Para a maioria das metas a aferição é feita mensalmente, mas há casos em que a medição é anual ou bienal.

Até 2016 o TRT4 não realizou Gestão de Riscos de forma geral. Houve apenas um projeto específico, de grande complexidade, no qual a ferramenta foi utilizada, nos anos 2012 e 2013. Existe a expectativa de passar a adotar a gestão de riscos a partir de 2017, tanto em nível estratégico, quanto nos projetos, especialmente nos de maior complexidade.

¹ Além das iniciativas estratégicas que constam no Plano Estratégico, existem outras ações executadas pelas áreas que contribuem com os objetivos estratégicos, embora isso não esteja formalizado e não integre o Plano Estratégico.

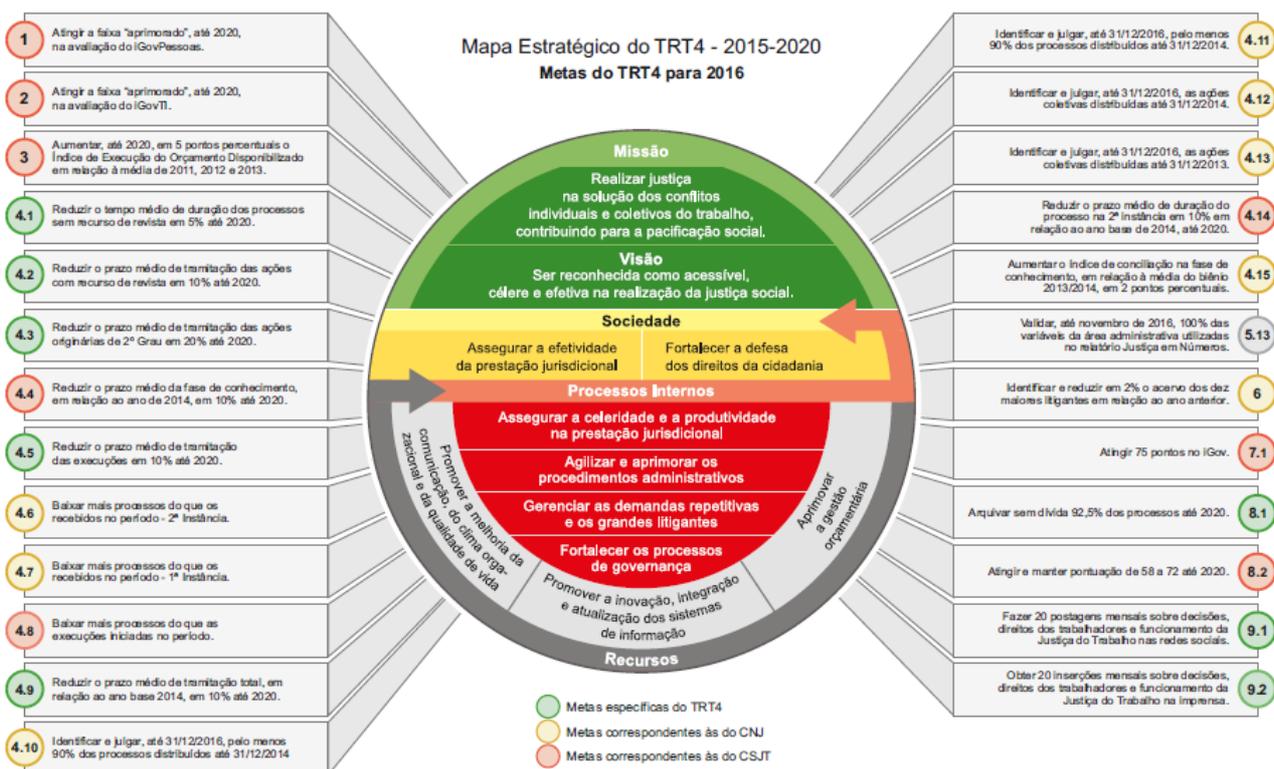
3.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Todos os **objetivos** estratégicos estabelecidos para o período 2015-2020 vigoraram em 2016. São eles:

- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional
- Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania
- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional
- Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos
- Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes
- Fortalecer os processos de governança
- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida
- Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação
- Aprimorar a gestão orçamentária

O Portal da Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região pode ser consultado pelo endereço <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/ge>.

As metas que vigoraram em 2016 foram **todas** as Metas do Conselho Nacional de Justiça, **todas** as do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidas de metas específicas do TRT4, totalizando vinte e cinco. O mapa a seguir mostra todas as metas, além de explicitar com qual objetivo estratégico elas se vinculam. A prioridade tem sido sempre o atingimento das Metas Nacionais, assim denominadas aquelas definidas pelo CNJ. As metas são:



META 1: Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas.

META 2: Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovTI.

META 3: Aumentar, até 2020, em 5 pontos percentuais o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013.

META 4.1: Reduzir o tempo médio de duração dos processos sem recurso de revista em 5% até 2020.

META 4.2: Reduzir o tempo médio de duração dos processos com recurso de revista em 10% até 2020.

META 4.3: Reduzir o tempo médio de duração dos processos originários de 2º Grau em 20% até 2020.

META 4.4: Reduzir o prazo médio da fase de conhecimento, em relação ao ano de 2014, em 10% até 2020.

META 4.5: Reduzir o prazo médio de tramitação das execuções em 10% até 2020.

META 4.6: Baixar mais processos do que os recebidos no período.

META 4.7: Baixar mais processos do que os recebidos no período.

META 4.8: Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período.

META 4.9: Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014, em 10% até 2020.

META 4.10: Identificar e julgar, até 31-12-2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2014.

META 4.11: Identificar e julgar, até 31-12-2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2014.

META 4.12: Identificar e julgar, até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2014.

META 4.13: Identificar e julgar, até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.

META 4.14: Reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª instância em 10% em relação ao ano base de 2014, até 2020.

META 4.15: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais.

META 5.13: Validar, até novembro de 2016, 100% das variáveis da área administrativas utilizadas no relatório Justiça em Números.

META 6: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

META 7.1: Atingir 75 pontos no iGov.

META 8.1: Arquivar sem dívida 92,5% dos processos até 2020.

META 8.2: Atingir e manter pontuação de 58 a 72 até 2020.

META 9.1: Fazer 20 postagens mensais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho nas redes sociais.

META 9.2: Obter 20 inserções mensais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho na imprensa.

3.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O plano estratégico em vigor foi aprovado em março de 2015 e cobre o período de 2015 a 2020. Em 2016, segundo ano de execução do Plano, foi feita a primeira revisão. Havia sido prevista a execução de doze projetos estratégicos e três ações setoriais. Foram executados, no ano, oito projetos e as três ações setoriais.

3.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

O Poder Judiciário elabora planos estratégicos desde 2009, quando foi publicada a Resolução CNJ nº 70/2009. Desde então, todos os Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário estão obrigados a elaborar plano estratégico, alinhado com o plano publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (que orienta o Poder Judiciário como um todo) e, no caso da Justiça do Trabalho, com o plano publicado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O primeiro plano abrangeu o período 2010-2014 e o segundo abrange o período 2015-2020. No primeiro plano, embora obedecido o alinhamento do plano do TRT4 com o do CNJ, houve algumas diferenças de objetivos, com maior liberdade dos tribunais em geral. O plano 2015-2020 do TRT4 está alinhado tanto com o plano do Poder Judiciário quanto com o da Justiça do Trabalho, sendo que a maior parte das metas é idêntica às metas dos Conselhos.

Quanto ao alinhamento com a Missão institucional, o Plano foi construído a partir da Missão e Visão, de maneira que já “nasceu” alinhado. A Missão do TRT4 é “Realizar justiça na solução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, contribuindo para a pacificação social”.

3.1.4. DESDOBRAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

A única unidade organizacional que realizou desdobramento do plano estratégico de maneira formal foi a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC. A unidade possui também um Plano Diretor, que orienta as ações do biênio.

Outra forma de desdobramento do plano se dá por meio da execução das iniciativas estratégicas. Cada iniciativa costuma envolver mais de uma unidade organizacional, o que possibilita a participação de um número maior de pessoas e áreas à medida que o plano é executado.

Uma terceira forma, já mencionada, são as iniciativas da área administrativa. Elas são registradas em formulário específico, que identifica o objetivo estratégico com o qual a ação contribui e apresenta um plano de ação para executá-la.

3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Todas as informações sobre o plano estratégico estão cadastradas no sistema SIGEST, adquirido pela Justiça do Trabalho. No SIGEST está cadastrado o Mapa Estratégico do TRT4, os objetivos estratégicos, os indicadores, as metas e os projetos estratégicos. A cada objetivo estratégico está vinculado pelo menos um indicador. Os dados são atualizados mensalmente, sendo que o sistema atribui uma cor conforme a meta esteja atingida (verde), quase atingida (amarela) ou não atingida (vermelha). A responsabilidade pela atualização dos dados no SIGEST é da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais. O sistema concentra dados de todos os TRTs e é gerenciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Quadrimestralmente acontece, no TRT4, uma Reunião de Análise da Estratégia, onde a alta administração da instituição é informada acerca do andamento e dos resultados obtidos por meio da estratégia. O monitoramento e análise do desempenho é feito pela Assessoria de Gestão Estratégica,

responsável também por propor ações corretivas.

3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não possui Programas Temáticos estabelecidos no PPA, sendo suas ações vinculadas ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, o qual expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. O espelho da movimentação física e financeira das ações finalísticas da gestão são apresentadas a seguir:

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133R					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE URUGUAIANA - RS					
LOCALIZADOR	5175 - NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	1,0%	1,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
329.232,34	107.754,21	-46.624,15	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	1,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133S					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE SANTO ÂNGELO - RS					
LOCALIZADOR	5075 - NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
5.000,00	123.869,00	123.868,37	123.868,37	123.868,37	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	1,0%	1,0%	1,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
1.286.722,68	1.248.421,91	-38.300,77	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	50,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133T					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ERECHIM - RS					
LOCALIZADOR	4850 - NO MUNICÍPIO DE ERECHIM - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
5.000,00	36.507,00	36.506,57	36.506,57	36.506,57	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	1,0%	1,0%	1,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
783.703,76	656.811,22	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	8,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133U					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VIAMÃO - RS					
LOCALIZADOR	5186 - NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	3,0%	3,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
1.300.000,00	610.659,45	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	25,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133V					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE TRIUNFO - RS					
LOCALIZADOR	5164 - NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	2,0%	2,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133W					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ESTRELA - RS					
LOCALIZADOR	4861 - NO MUNICÍPIO DE ESTRELA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
400.000,00	116.687,00	116.686,68	100.700,95	100.700,95	0,00	15.985,73
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	7,0%	7,0%	2,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
758.335,14	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133X					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE SÃO BORJA - RS					
LOCALIZADOR	5083 - NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	4,0%	4,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133Y					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE OSÓRIO - RS					
LOCALIZADOR	4994 - NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	7,0%	7,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134A					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM TRABALHISTA DE SÃO LEOPOLDO - RS					
LOCALIZADOR	5100 - NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	1,0%	1,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
5.122.411,65	0,00	-5.122.412,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134B					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM TRABALHISTA DE RIO GRANDE - RS					
LOCALIZADOR	5045 - NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	9,0%	9,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134D					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE NOVO HAMBURGO - RS					
LOCALIZADOR	4989 - NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	7,0%	7,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
29.714,08	0,00	-29.714,08	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134E					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PASSO FUNDO - RS					
LOCALIZADOR	5007 - NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	3,0%	3,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134F					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE SANTA ROSA - RS					
LOCALIZADOR	5071 - NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	2,0%	2,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134G					
TÍTULO	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE LAJEADO - RS					
LOCALIZADOR	4934 - NO MUNICÍPIO DE LAJEADO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	6,0%	6,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
565.009,59	0,00	-565.010,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	140R					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ALEGRETE - RS					
LOCALIZADOR	4708 - NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	4,0%	4,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	14KE					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PORTO ALEGRE - RS					
LOCALIZADOR	5027 - NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	1,0%	1,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	14WP					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VACARIA - RS					
LOCALIZADOR	5176 - NO MUNICÍPIO DE VACARIA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	4,0%	4,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	151U					
TÍTULO	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE CAXIAS DO SUL					
LOCALIZADOR	4798 - NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	2,0%	2,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	1520					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ARROIO GRANDE - RS					
LOCALIZADOR	4728 - NO MUNICÍPIO DE ARROIO GRANDE - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	4,0%	4,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0,0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	152U					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE TRÊS PASSOS - RS					
LOCALIZADOR	5162 - NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
106.000	0	0	0	0	0	0
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	4%	4%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0	0	0	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	159V					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE LAGOA VERMELHA - RS					
LOCALIZADOR	4933 - NO MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	4,0%	4,0%	0,0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2004					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
23.490.900,00	24.176.750,00	24.066.813,07	24.066.813,07	24.066.813,07	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	9.486	9.486	9.310		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2010					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
5.225.376,00	0,00	6.317.031,00	6.134.641,36	6.134.641,36	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	689	689	767		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2011					
TÍTULO	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
720.000,00	0,00	796.678,00	769.134,82	739.134,82	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	258	258	246		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2012					
TÍTULO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO ASO SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
35.892.000,00	39.698.640,00	39.339.000,19	39.339.000,19	39.339.000,19	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	3.743	3.743	3.716		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	216H					
TÍTULO	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
52.533,00	127.533,00	127.533,00	127.533,00	127.533,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
AGENTE BENEFICIADO	UNIDADE	0	2	2		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	AGENTE BENEFICIADO	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	216H					
TÍTULO	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS					
LOCALIZADOR	6510 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
0,00	0,00	14.195.086,00	14.090.333,97	14.090.333,97	0,00	104.752,03
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
AGENTE BENEFICIADO	UNIDADE	0	294	268		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	AGENTE BENEFICIADO	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2549					
TÍTULO	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
240.927,00	176.927,00	176.927,00	176.927,00	176.927,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
MATÉRIA VEICULADA	UNIDADE	400	4.000	702		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
74.084,05	60.056,08	-6.327,77	MATÉRIA VEICULADA	UNIDADE	61	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	4224					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
30.000.000,00	29.000.000,00	27.468.555,45	27.407.210,43	27.407.210,43	0,00	61.345,02
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	28.800	28.800	25.471		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
32.610,00	32.610,00	0,00	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	31	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	4256					
TÍTULO	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
51.213.466,00	45.567.317,00	45.567.166,62	41.808.335,29	41.803.326,79	5.008,50	3.758.831,33
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PROCESSO JULGADO	UNIDADE	253.161	253.161	171.509		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
22.388.469,42	19.595.274,05	-1.487.383,71	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	112.300	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	4256					
TÍTULO	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO					
LOCALIZADOR	6504 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
0,00	30.461.000,00	30.165.084,08	25.762.064,03	25.762.064,00	0,00	4.403.020,05
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PROCESSO JULGADO	UNIDADE	253.161	253.161	105.683		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

3.3.2. FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Haja vista o delicado cenário de desequilíbrio das contas públicas que atravessa o país associado à recessão, inflação e limitação de empenho e movimentação financeira, a Justiça do Trabalho vem envidando esforços para obtenção de receitas próprias necessárias à cobertura de suas despesas operacionais, sem, contudo, afetar as metas fixadas de resultado primário da União. Todavia, em que pese o referido esforço fiscal, o Congresso Nacional impôs restrições nos valores propostos no Projeto da Lei Orçamentária Anual, Projeto de Lei nº 7/2015-CN. As dotações de investimentos (gastos com construções novas) foram reduzidas na ordem de 90% e outras despesas correntes (despesas com manutenção do órgão, aquisição de material permanente, comunicação institucional e capacitação de servidores e magistrados) em 38,5%.

O bloqueio orçamentário, efetuado na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos do Congresso Nacional - CMO-CN, mediante cortes nos valores propostos e também pela alocação na conta de Reserva de Contingência - Financeira de receitas próprias que seriam obtidas por meio de contratos com bancos pela remuneração dos depósitos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 3.3.2.1. COMPARATIVO PLOA 2016 E LOA 2016

DESCRIÇÃO	PLOA 2016	AJUSTES CMO	LOA 2016	VARIAÇÃO % LOA/PLOA
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - ODC	83.799.105,00	- 32.344.712,00	51.454.393,00	-38,60%
INVESTIMENTOS (OBRAS)	33.350.000,00	- 33.035.000,00	315.000,00	-99,06%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	29.115.000,00	29.115.000,00	-
TOTAL	117.149.105,00	- 36.264.712,00	80.884.393,00	-30,96%

Fonte: Secretaria de Administração.

A restrição orçamentária imposta impactou diretamente sobre o plano de gastos elaborado para o exercício de 2016. A limitação compulsória foi tão expressiva que as projeções do início do exercício apontavam esgotamento dos recursos no mês de setembro com a consequente paralisação das atividades judiciais e administrativas por falta de condições mínimas de funcionamento da sua estrutura, como: água, energia elétrica, telefone, locações, limpeza, vigilância, tecnologia da informação e outras.

O quadro era preocupante ainda mais pela falta de condições do Órgão em adimplir seus contratos com fornecedores de serviços continuados gerando, dessa forma, também, ônus financeiro decorrente do pagamento de multas, juros e honorários de sucumbência devidos pela mora.

A situação se agravou no início do exercício também em razão da falta de recursos necessários para reparar os danos causados nas dependências do prédio sede do TRT provocados pelo forte temporal, que atingiu 120 km/h, assolando a cidade de Porto Alegre no dia 29-01-2016. Os gastos eram necessários à recuperação das áreas atingidas, visando ao reestabelecimento do estado original do prédio, mantendo, desta forma, boas condições de acesso e uso do bem público de uso especial.

Diante deste cenário, diversas medidas foram adotadas: como mudança e redução no horário de funcionamento e de atendimento, supressão de postos de trabalho nos contratos de terceirização, contenção nas concessões de diárias, redução nos programas de estágios, rescisão ou não prorrogação de alguns contratos não considerados prioritários, renegociação e/ou redução contratual, cancelamento de obras, adiamento de reformas de imóveis, suspensão de aquisição de materiais permanentes.

Outra iniciativa adota foi a criação de uma ampla campanha denominada "+economia". Essa ação, ainda em atividade, visa obter maior contenção possível de todos os gastos envolvidos na gestão, sejam eles relativos a custeio ou a investimentos. Em atendimento a demanda, foi disponibilizada uma página na Intranet do Órgão onde foram chamados todos magistrados e servidores a cooperarem na busca de soluções que permitissem dar continuidade, por

maior tempo possível, do oferecimento da prestação jurisdicional trabalhista à sociedade gaúcha.

Em síntese, o trabalho está estruturado nas seguintes seis grandes seções:

ORÇAMENTO

O orçamento corresponde a primeira parte da campanha, a qual tem por objetivo esclarecer e capacitar os envolvidos sobre o funcionamento, conceitos, classificações, princípios e legislação do orçamento. Também é detalhado o ciclo orçamentário do TRT desde a sua proposta, tramitação, aprovação até a execução.

CORTE

Após um conhecimento prévio sobre a matéria, é dado aos participantes a dimensão exata dos cortes orçamentários e o impacto negativo sobre a continuidade de funcionamento do Órgão.

AÇÕES DO TRIBUNAL

Nesta parte são informadas aos servidores e magistrados quais despesas onde serão concentrados os esforços de economia, bem como as ações de contenção utilizadas para atingir os ganhos estimados.

CENTRAL DE DICAS

Nessa Seção são reunidas orientações diversas para reduzir gastos nas atividades cotidianas do TRT-RS. São ideias úteis e práticas, que os usuários podem adotar e compartilhar com seus colegas. As dicas estão focadas nas despesas discricionárias de energia elétrica, água, telefonia, suprimentos, informática e correio.

ENVOLVA-SE

Representa um canal aberto para cooperação por meio de ideias inovadoras, aperfeiçoamento e sugestões de todos os envolvidos no processo. Os usuários podem enviar suas colaborações ou comentários diretamente na página ou pelo e-mail maiseconomia@trt4.jus.br.

Assim, após doze meses de esforços conjuntos com foco na economia de recursos, foram obtidos resultados significativos na redução e na contenção da expansão dos gastos do Tribunal. O demonstrativo que segue contém a relação das principais despesas que representaram ganhos efetivos quando analisadas em relação às escassas dotações orçamentárias colocadas à disposição do Órgão durante o exercício de 2016.

Quadro 3.3.2.2. RESULTADOS DA CAMPANHA +ECONOMIA

DESPESA	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL DO GASTO		DIFERENÇA	REDUÇÃO
		2015	2016		
Energia Elétrica	kWh	8.902.364	7.845.650	- 1.056.714	-11,87%
Água	m ³	46.590	43.418	- 3.172	-6,81%
Toner	unidade	1.015	765	- 250	-24,63%
Papel	resma	31.294	23.005	- 8.289	-26,49%
Copos descartáveis	cento	490	391	- 99	-20,20%
Telefonia fixa	R\$	459.046	252.865	- 206.181	-44,92%
Vigilância armada	R\$	12.014.539	10.943.490	- 1.071.049	-8,91%
Limpeza e conservação	R\$	7.142.643	7.091.192	- 51.451	-0,72%
Quilometragem de veículos	km	393.903	256.071	- 137.832	-34,99%
Consumo de gasolina	litro	29.985	20.383	- 9.602	-32,02%

Fonte: Secretaria de Administração.

Registro importante deve ser dispensado à economia no consumo de água em 2016 na ordem de 3.172,18 m³, em comparação ao exercício anterior. Considerando o custo médio do m³ de R\$ 24,92, obteve-se uma economia aproximada de R\$ 79.050,73 (24,92 x 3.172,18).

A economia no consumo de energia elétrica em 2016 foi ainda mais expressiva, no valor de 1.056.714,08 kWh, em comparação ao exercício anterior. Considerando o custo médio do kWh de R\$ 0,72, houve uma economia aproximada de R\$ 760.834,14 (0,72 x 1.056.714,08).

Ainda, na busca de soluções para superação dos cortes orçamentários, foram solicitados créditos adicionais visando à recomposição dos recursos de forma a evitar a paralisação das atividades jurisdicionais, ao desbloqueio das importâncias alocadas ação "Reserva de Contingência - Financeira", bem como transferências de valores entre ações de forma a obter melhor aproveitamento das dotações existentes.

No demonstrativo a seguir são detalhados os créditos adicionais recebidos no exercício de 2016:

Quadro 3.3.2.3. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS RECEBIDOS EM 2016

INSTRUMENTO	DOU/DEJT	PROGRAMA/LOCALIZADOR/PRODUTO	TIPO	ESF	GN D	RP	MOD	IU	FTE	VALOR R\$ (1,00)
MP Nº 711/16	30-12-1899	Ajuda de Custo para Moradia	E	F	3	2	90	0	100	14.195.086,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	C	F	3	2	90	0	100	- 14.195.086,00
ATO TST.CSJT.GP Nº 6/2016	30-12-1899	Assistência Pré-Escolar	S	F	3	1	90	0	100	566.016,00
		Auxílio-Alimentação	S	F	3	1	90	0	100	3.806.640,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 71/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	181	1.973.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo/RS	S	F	4	2	90	0	181	165.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Osório - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 180.000,00
		Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 10.000,00
		Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 230.000,00
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 700.000,00
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 200.000,00

INSTRUMENTO	DOU/DEJT	PROGRAMA/LOCALIZADOR/PRODUTO	TIPO	ESF	GN D	RP	MOD	IU	FTE	VALOR R\$ (1,00)
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 106.000,00
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Porto Alegre - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 200.000,00
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 100.000,00
		Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Caxias do Sul - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 200.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Três Passos - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 106.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 106.000,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 72/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	100	16.000,00
		Construção Anexo Fórum São Leopoldo/RS	C	F	4	2	90	0	100	- 16.000,00
MP Nº 740/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	E	F	3	2	90	0	181	29.115.000,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	E	F	3	2	90	0	381	704.000,00
		Reserva de Contingência – Financeira	C	F	9	0	99	0	181	- 29.115.000,00
PORTARIA MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO Nº 230	15-08-2016	Assistência Médica	S	S	3	1	90	0	100	456.660,00
		Assistência Pré-escolar	S	F	3	1	90	0	100	212.906,00
		Auxílio-transporte	S	F	3	1	90	0	100	76.678,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 165/2016	17-08-2016	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	100	12.000,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 193/2016	16-09-2016	Assistência Médica	S	S	3	1	90	0	100	229.190,00
		Assistência Pré-escolar	S	F	3	1	90	0	100	312.733,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 200/2016	23-09-2016	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	100	12.000,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 207/2016	30-12-1899	Ajuda de Custo ou Auxílio-moradia	S	F	3	2	90	0	100	75.000,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	C	F	3	2	90	0	100	- 75.000,00
MP Nº 750/16	03-11-2016	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	E	F	3	2	90	0	150	642.000,00
LEI Nº 13.355	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	100	64.000,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	150	344.000,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	181	5.154.000,00
		Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS	C	F	4	2	90	0	100	- 64.000,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 254/2016	30-12-1899	Aposentadorias e Pensões – Pessoal Civil	S	S	1	1	90	0	100	11.201.261,00
		Contribuição da União ao RPPS	S	F	1	0	91	0	100	1.717.791,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 272/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	0	100	1.400.000,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	0	127	2.344.568,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	0	181	3.248.344,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	C	F	3	2	90	0	181	- 6.992.912,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 275/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	0	181	984.937,00
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Uruguaiana - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 5.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 14.624,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 70.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 50.000,00
		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Estrela - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 283.313,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 100.000,00
		Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 250.000,00
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 106.000,00

INSTRUMENTO	DOU/DEJT	PROGRAMA/LOCALIZADOR/PRODUTO	TIPO	ESF	GN D	RP	MOD	IU	FTE	VALOR R\$ (1,00)
		Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS	C	F	4	2	90	0	181	- 106.000,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 278/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	0	100	64.000,00
		Comunicação e Divulgação Institucional	C	F	3	2	90	0	100	- 64.000,00
		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	C	F	3	2	90	0	100	- 1.000.000,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 287/2016	30-12-1899	Aposentadorias e Pensões – Pessoal Civil	S	S	1	1	90	0	100	30.432.317,00
		Pessoal Civil da União	S	F	1	1	90	0	100	21.520.058,00
		Contribuição da União ao RPPS	S	F	1	0	91	0	100	3.052.452,00
ATO CSJT.GP.SG Nº 290/2016	30-12-1899	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	3	2	90	0	181	85.125,00
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	C	F	4	2	90	0	181	- 85.125,00

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.3. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

A contabilização dos valores relativos a passivos é regulamentada neste Tribunal no Processo Administrativo nº 0004901-58.2012.5.04.0000.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT expediu o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 14/2012 em 05 de outubro de 2012, informando que os passivos de pessoal reconhecidos no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho deveriam ser contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, independente de previsão orçamentária específica. No mesmo ofício, informa que a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT-CFIN encaminharia mensagem com as orientações técnicas necessárias à operacionalização.

Ato contínuo, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT encaminhou a Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012, com os procedimentos para a devida contabilização de tais passivos, os quais vêm sendo efetuados por este Tribunal desde o exercício de 2012.

Cumprir destacar a Resolução CSJT nº 137/2014, que estabeleceu critérios pertinentes ao reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamentos de despesas de exercícios anteriores de passivos relativos a magistrados e servidores no âmbito do Judiciário do Trabalho.

No ano de 2015 foi emitida nova regulamentação sobre a contabilização de passivos de pessoal por meio da Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015 de 29 de outubro de 2015. As grandes alterações propostas para os lançamentos no SIAFI foram:

- a criação de contas próprias para a contabilização dos passivos de pessoal da Justiça do Trabalho, a saber: 21111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP) e 22111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (LP).
- situações específicas no SIAFI para lançamento contábil com passivos (LPA 308 e LPA 316);
- lista padronizada de códigos de Inscrição Genérica - IG por tipo de passivo para consolidação e comparação dos dados.

Já no exercício de 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminhou aos Tribunais do Trabalho a Mensagem CFIN/CSJT nº 005/2016, de 03 de fevereiro de 2016, complementando a Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015 no tocante à definição de passivo para fins de contabilização nas contas 21111.04.00 e 22111.04.00. Por meio dessa complementação, o CSJT delimitou como passivos aqueles definidos na Resolução 137/2014 e na IN 01/2014.

Em outubro de 2016, esta Secretaria de Orçamento e Finanças formulou dois questionamentos à CFIN por meio de correio eletrônico, sendo o primeiro sobre a correta classificação de passivos com pagamento suspenso por medida judicial e o segundo com relação a critérios para a contabilização de passivos oriundos das Mensagens CFIN/CSJT nº 008, 053/2015 e 005/2016.

A primeira consulta gerou a Informação nº 272/2016-CSJT.CFIN.SG, com parecer do Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, sugerindo que os passivos com exigibilidade suspensa por medida cautelar, poderão ser enquadrados no conceito de provisão e, se a cautelar versar sobre a existência ou não do passivo, este poderá ser registrado como um passivo contingente.

A segunda consulta teve resposta mediante a Informação nº 247/2016-CSJT.CFIN.SG, com parecer do mesmo setorial sugerindo a emissão de nova orientação para os tribunais no sentido de esclarecer que os passivos enquadrados no parágrafo único, do art. 2º da IN 01/2014 sejam objeto de contabilização individualizada, excluindo-se apenas aqueles de pequena monta nos termos do art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. A mesma informação também esclarece que não deve ser estabelecida ordem de preferência entre os artigos 12 e 13 da Resolução nº 137 e o parágrafo único do art. 2º da IN nº 01/2014, uma vez que todos os dispositivos são excludentes, com exceção do último que poderá ser objeto ou não da individualização.

Posteriormente, em novembro de 2016, foi emitida a Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016, tratando da "Retificação parcial da Mensagem CFIN/CSJT nº 005/2016" e contendo as novas orientações aos Tribunais a respeito dos questionamentos já respondidos a este Tribunal por meio das Informações nº 247 e 272/2016, acima explicitadas. De imediato, foram realizadas as operações de acerto contábil para o correto enquadramento conforme especificado pelo Setorial.

Na sequência apresentaremos o quadro "Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos", com contas correntes individualizadas de acordo com o passivo a que se referem e discriminação de principal, juros e correção monetária.

Esses passivos reconhecidos por insuficiência de créditos são em sua totalidade oriundos de despesas de pessoal e encargos sociais, cujas razões e justificativas para seus lançamentos contábeis estão amparados conforme a tabela a seguir:

Quadro 3.3.3.1. CODIFICAÇÃO DOS PASSIVOS

CODIFICAÇÃO DO PASSIVO	TIPO DE PASSIVO	BASE LEGAL
ADMAPDSBS - ADMACDSBS - ADMAJDSBS	DIFERENÇA DE SUBSÍDIOS MAGISTRADO	Lei nº 10.474/2002.
ADSAPDREM - ADSACDREM - ADSAJDREM	DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO SERVIDOR	Lei nº 8.112/90, art. 40 a 48 e Lei nº 11.416/2006.
ADSAPAPIN - ADSACAPIN - ADSAJAPIN	ADICIONAL PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE E NOTURNO SERVIDOR	Lei nº 8.112/90, arts. 68 a 72 e 75.
ADSAPPLC - ADSACPLC - ADSAJPLC	PASSIVOS DO PLANO DE CARREIRA SERVIDOR	Lei nº 11.416/2006.
ADSIPLPIN - ADSICLPIN - ADSIJLPIN	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA SERVIDOR	Resolução CSJT nº 72/2010.
ADSAPVPNI - ADSACVPNI - ADSAJVPNI	INCORP. / ATUAL. DE QUINTOS / DÉCIMOS SERVIDORES	Lei nº 8.112/90, art. 62-A com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45/2001 e Lei nº 9624/98, art. 5º.
ADMAPABPE - ADMACABPE - ADMAJABPE	ABONO DE PERMANÊNCIA MAGISTRADO	Emenda Constitucional nº 41/2003 - art. 2º, § 5º e art. 3º, § 1º. Constituição Federal - art. 40, § 19.
ADSAPATSE - ADSACATSE - ADSAJATSE	ATS - SERVIDOR	Lei 8.112/90, art. 67, revogado pela MP nº 2.225-45, de 2001, porém respeitadas as situações constituídas até 08.03.1999.
ADMIPPAEM - ADMICPAEM - ADMIJPAEM - CM e juros sobre o auxílio-moradia integrante do abono variável do período de janeiro de 1998 a dezembro de 1999	PAE-MAGISTRADO	Ato TST GP nº 109/00, Resolução STF nº 195/00 e Ato CSJT.GP nº 110/08. Acórdão do processo nº CSJT-PP-744-53.2012.5.90.0000.

CODIFICAÇÃO DO PASSIVO	TIPO DE PASSIVO	BASE LEGAL
ADCNPPAEM - ADCNCPAEM - ADCNJPAEM	PAE-CLASSISTA	Acórdão STF nos autos do RMS nº 25.841-DF, em 20-03-2013 e Recomendação CSJT nº 017, de 23 de maio de 2014, disponibilizada no DEJT de 26 de maio de 2014.
ADSIPOUTR - ADSICOUTR - ADSIJOUTR ADSPPOUTR - ADSPCOUTR - ADSPJOUTR (DPPE)	DIFERENÇA DE PROVENTOS E PENSÕES	Lei 8.112/90, arts. 189 e 215.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Em relação aos pagamentos efetuados no ano de 2016, o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 24, de 13 de dezembro de 2016 autorizou a abertura de crédito suplementar para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. Esclarece que o referido crédito contempla os recursos necessários para o pagamento integral da folha de pessoal do mês de dezembro e parcial do passivo denominado Recálculo da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE. Autorizou, também, existindo saldo orçamentário, o pagamento de outros passivos. Sendo assim, todos os passivos reconhecidos em 2016 foram totalmente quitados no exercício.

Quadro 3.3.3.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.1.1.04.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ADCICPAEM - PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - COR. MONETARIA	-	243.366,52	243.366,52	-
080014	ADCIJPAEM - PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - JUROS	-	342.805,75	342.805,75	-
080014	ADCNCPAEM - PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	-	-	-	-
080014	ADPCPAEM - PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - CORREÇÃO	-	40.098,19	40.098,19	-
080014	ADCPJPAEM - PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - JUROS	-	56.751,69	56.751,69	-
080014	ADMACABPE - ABONO PERMAN-MAGIST-ATIVO-CORR.MONE. TRT19 ^a	-	331,33	331,33	-
080014	ADMACDSBS - DIFERENÇA SUBSÍDIOS MAGISTRADO ATIVO - COR. M	527,94	527,94	-	-
080014	ADMCPAEM - PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	-	1.063.755,94	1.063.755,94	-
080014	ADMAJABPE - ABONO PERMAN-MAGIST.ATIVO-JUROS TRT19 ^a	-	734,23	734,23	-
080014	ADMAJDSBS - DIFERENÇA SUBSÍDIO MAGISTRADO ATIVO - JUROS	743,97	743,97	-	-
080014	ADMAJPAEM - PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	-	1.494.649,60	1.494.649,60	-
080014	ADMAPABPE - ABONO PERMAN-MAG. ATIVO-PRIN. TRT19 ^a REGIÃO	-	48.619,40	48.619,40	-
080014	ADMAPDSBS - DIFERENÇA SUBSÍDIO MAGISTRADO ATIVO - PRINCIP	558,76	558,76	-	-
080014	ADMICPAEM - PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	-	1.789.296,69	1.789.296,69	-
080014	ADMIJPAEM - PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	-	2.526.475,67	2.526.475,67	-
080014	ADMPCPAEM - PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETARIA	-	233.028,69	233.028,69	-
080014	ADMJPJPAEM - PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	-	328.986,29	328.986,29	-
080014	ADSACAALM - AUX ALIMENT - SERVIDOR - ATIVO - CORR.MONETAR	-	1.881,62	1.881,62	-
080014	DSACABPE - ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETÁRIA	-	3.758,67	3.758,67	-
080014	ADSACAPIN - ADIC.PERIC.INS.NOT.SERV. - ATIVO - CORR.MONET	309,01	309,01	-	-
080014	ADSACATSE - ATS - SERVIDOR - ATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	-	4.617,42	4.617,42	-
080014	ADSACDREM - DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO - SERVIDOR ATIVO- CM	12.722,45	12.722,45	-	-
080014	ADSACIAQD - INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - CM	-	9.462,13	9.462,13	-
080014	ADSACPPLC - PASS.PLANO CARREIRA-SERVIDOR-ATIVO-COR.MONET.	445,44	445,44	-	-

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.1.1.04.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ADSACVPNI - INCORPORAÇÃO DE QUINTOS - SERVIDORES CM	28.539,33	28.539,33	-	-
080014	ADSAJAALM - AUX ALIMENT - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	-	1.701,54	1.701,54	-
080014	ADSAJABPE - ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	-	4.545,45	4.545,45	-
080014	ADSAJAPIN - ADIC.PERC.INS.NOT.SERV.ATIVO-JUROS	257,50	257,50	-	-
080014	ADSAJATSE - ATS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	-	9.538,67	9.538,67	-
080014	ADSAJDREM - DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO SERVIDOR ATIVO - JR	18.664,68	18.664,68	-	-
080014	ADSAJIAQD - INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - JR	-	19.895,83	19.895,83	-
080014	ADSAJPLC - PASSIVOS PLANO DE CARREIRA SRV. ATIVO - JUROS	392,50	392,50	-	-
080014	ADSAJVPNI - INCORPPORAÇÃO DE QUINTOS - JUROS	11.229,84	11.229,84	-	-
080014	ADSAPAALM - AUX ALIMENT - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	-	15.603,68	15.603,68	-
080014	ADSAPABPE - ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	-	129.851,97	129.851,97	-
080014	ADSAPAPIN - ADIC.PERIC.INS.NOT.SERV.ATIVO-PRINCIPAL	1.790,82	1.790,82	-	-
080014	ADSAPATSE - ATS - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	-	30.008,23	30.008,23	-
080014	ADSAPDREM - DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR ATIVO - PRINCI	9.160,97	9.160,97	-	-
080014	ADSAPIAQD - INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERV.ATIVO-PRINCI	-	47.788,32	47.788,32	-
080014	ADSAPPLC - PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR ATIVO- PRINC	2.287,14	2.287,14	-	-
080014	ADSIABPE - ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-CORR MONETÁRIA	-	6.453,76	6.453,76	-
080014	ADSIATSE - ATS - SERVIDOR - INATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	-	825,29	825,29	-
080014	ADSIACQD - INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID INATIV-CM	-	5.684,96	5.684,96	-
080014	ADSIPLIN - LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-CM	2.494,02	2.509,91	15,89	-
080014	ADSIOUTR - OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	44.889,24	44.889,24	-	-
080014	ADSIJABPE - ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	-	6.190,24	6.190,24	-
080014	ADSIJATSE - ATS - SERVIDOR - INATIVO - JUROS	-	831,96	831,96	-
080014	ADSIJIAQD - INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC. SER INATI -JR	-	12.176,01	12.176,01	-
080014	ADSIJLPIN - LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-JR	2.576,44	2.730,19	153,75	-
080014	ADSIJOUTR - OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO - JUROS	55.928,13	55.928,13	-	-

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.1.1.04.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ADSIPABPE - ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	-	105.881,49	105.881,49	-
080014	ADSIPATSE - ATS - SERVIDOR - INATIVO - PRINCIPAL	-	5.997,19	5.997,19	-
080014	ADSIPIAQD - INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC SERV INAT- PRIN	-	25.705,71	25.705,71	-
080014	ADSIPLPIN - LICENÇA PREMIO INDENIZ SERVIDOR INATIVO- PRIN	7.200,62	7.200,62	-	-
080014	ADSIPOUTR - OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	70.417,47	70.417,47	-	-
080014	ADSPCDPRP - DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - CM	-	53.364,89	53.364,89	-
080014	ADSPCOUTR - OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR PENSION-COR.MON.	38.162,59	38.162,59	-	-
080014	ADSPJDPRP - DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - JURO	-	26.599,04	26.599,04	-
080014	ADSPJOUTR - OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR PENSIONISTA-JUROS	8.731,62	8.731,62	-	-
080014	ADSPDPDRP - DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS.-PRINC.	-	211.068,78	211.068,78	-
080014	ADSPPOUTR - OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR PENSION-PRINCIPAL	120.594,27	120.594,27	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.2.1.1.1.04.00	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ADCICPAEM - PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - COR. MONETARIA	-	243.366,52	663.439,42	420.072,90
080014	ADCIJPAEM - PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - JUROS	-	342.805,75	1.145.229,07	802.423,32
080014	ADCIPPAEM - PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - PRINCIPAL	-	-	124.863,57	124.863,57
080014	ADCNCPAEM - PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	4.354.912,55	4.100.174,14	414.609,76	669.348,17
080014	ADCNJPAEM - PAE - CLASSISTA - JUROS	2.385.368,87	1.785.740,75	592.065,13	1.191.693,25
080014	ADCNPPAEM - PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	312.225,95	159.714,07	-	152.511,88
080014	ADCPAEM - PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - CORREÇÃO	-	40.098,19	243.558,95	203.460,76
080014	ADCPJPAEM - PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - JUROS	-	56.751,69	402.566,98	345.815,29
080014	ADCPPAEM - PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS.- PRINCIPAL	-	-	35.572,46	35.572,46
080014	ADMACPAEM - PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	28.756.642,50	18.465.982,32	26.693,60	10.317.353,78
080014	ADMAJPAEM - PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	17.788.510,25	1.494.649,60	2.769.771,63	19.063.632,28
080014	ADMAPP AEM - PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	2.695.571,30	721,96	-	2.694.849,34
080014	ADMICPAEM - PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	14.383.424,83	11.249.106,52	11.324,08	3.145.642,39
080014	ADMIJPAEM - PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	7.161.299,92	2.526.475,67	1.442.372,93	6.077.197,18
080014	ADMIPPAEM - PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	972.978,40	-	-	972.978,40
080014	ADMPCPAEM - PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETARIA	4.576.091,23	3.168.608,21	3.893,39	1.411.376,41
080014	ADMPJPAEM - PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	2.542.076,66	328.986,29	387.938,84	2.601.029,21
080014	ADMPPPAEM - PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	365.190,12	3.168,14	-	362.021,98

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.4.2.98.00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ADMXCSBS - DIFERENÇA SUBSÍDIO MAGISTRADO CPSSS- CORR. MO	116,15	116,15	-	-
080014	ADMXJSBS - DIFERENÇA SUBSÍDIO MAGISTRADO CPSSS - JUROS	163,67	163,67	-	-
080014	ADMXPDSBS - DIFERENÇA SUBSÍDIO MAGISTRADO CPSSS - PRINCIP	122,93	122,93	-	-
080014	ADXCAPIN - ADIC.PERIC.INS.NOT.SERV.CPSSS-CORR.MONETARIA	67,98	67,98	-	-
080014	ADXCATSE - ATS - SERVIDOR - CPSSS - CORREÇÃO MONETÁRIA	52,63	1.173,77	1.121,14	-
080014	ADXCDCREM - DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR CPSSS - COR. M	2.798,94	2.798,94	-	-
080014	ADXCIAQD - INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERV CPSSS - CM	9.057,95	11.091,21	2.033,26	-
080014	ADXCPLC - PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR CPSSS - CM	98,00	98,00	-	-
080014	ADXCJAPIN - ADIC.PERIC.INS.NOT.SERV.CPSSS-JUROS	56,65	56,65	-	-
080014	ADXCJATSE - ATS - SERVIDOR - CPSSS - JUROS	43,81	43,81	-	-
080014	ADXCJDREM - DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR CPSSS - JUROS	4.106,23	4.106,23	-	-
080014	ADXCJIAQD - INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERVID CPSSS - JR	10.343,04	10.343,04	-	-
080014	ADXCJPPLC - PASSIVO PLANO DE CARREIRA SERVIDOR CPSSS - JR	86,35	86,35	-	-
080014	ADXPAPIN - ADIC.PERIC.INS.NOT.SERV.CPSSS - PRINCIPAL	393,98	393,98	-	-
080014	ADXPATSE - ATS - SERVIDOR - CPSSS - PRINCIPAL	1.699,70	7.921,19	6.221,49	-
080014	ADXPDCREM - DIFERENÇA REMUNERAÇÃO SERVIDOR CPSSS - PRINCI	2.015,41	2.015,41	-	-
080014	ADXPPIAQD - INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERVID CPSSS- PRIN	22.871,64	33.141,50	10.269,86	-
080014	ADXPPLC - PASSIVO PLANO CARR. SERVIDOR CPSSS- PRINCIPAL	503,17	503,17	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.2.1.4.2.98.00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ADCXCPAEM - PAE-CLASSISTA-CPSSS-CORREÇÃO MONETARIA	972.393,05	814.484,54	363,78	158.272,29
080014	ADCXJPAEM - PAE-CLASSISTA-CPSSS-JUROS	543.853,78	543.853,78	-	-
080014	ADCXPPAEM - PAE-CLASSISTA-CPSSS-PRINCIPAL	68.689,71	35.137,10	-	33.552,61
080014	ADMXCPAEM - PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETARIA	10.590.627,19	8.092.655,64	5.872,59	2.503.844,14
080014	ADMXJPAEM - PAE-MAGISTRADO-CPSSS-JUROS	6.176.467,05	6.176.467,05	-	-
080014	ADMXPPAEM - PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	887.422,77	294.555,92	-	592.866,85

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$ 1,00)				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE 01-01-2016	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO A PAGAR 31-12-2016
2015	24.709.373,42	20.661.613,80	902.572,79	3.145.186,83
2014	13.569.479,69	3.407.697,05	9.912.834,57	248.948,07
2013	3.960.858,80	1.146.625,80	2.695.330,81	118.902,19
2012	8.732,84	1.000,00	5.657,70	2.075,14
2011	72.313,23	0,00	72.313,23	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE 01-01-2016	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO A PAGAR 31-12-2016
2011/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

Em 2016, ocorreram pagamentos por restos a pagar relativos aos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015. Empenhos de 2011 a 2014 foram reinscritos, conforme autorizado pelo Decreto 7.654/2011, que alterou o artigo 68 do Decreto 93.872/1986. Não houve ocorrência de valores reinscritos sem que sua vigência tenha sido prorrogada pelo Decreto. Não ocorreu reinscrição de saldos de empenhos de exercícios anteriores a 2011.

Não houve impacto negativo na gestão financeira no exercício de 2016 decorrentes do pagamento de restos a pagar, tendo em vista a existência de disponibilidade financeira para atender os pagamentos realizados.

As principais razões para a permanência de restos a pagar por mais de um exercício, são pendências na execução dos serviços e dificuldade de alguns fornecedores de apresentarem todos os documentos necessários à liquidação e pagamento das despesas.

A estratégia de pagamentos dos restos a pagar prevê o monitoramento constante dos saldos, avaliando-se as razões e circunstâncias existentes para a sua permanência.

3.3.5. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não houve descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para a execução de ações ou atividades de responsabilidade desta UPC.

3.3.6. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Nos quadros a seguir, são demonstradas a previsão, arrecadação e evolução histórica das receitas próprias do Órgão contendo a respectiva variação percentual.

Quadro 3.3.6.1. RECEITAS DO EXERCÍCIO

FONTES DE RECURSOS	PREVISTA	ARRECADADA	ANÁLISE HORIZONTAL ARRECADADA/PREVISTA%
0150 - RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.293.559,00	1.239.382,63	54,04%
0181 - RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS DE CONVÊNIOS	38.004.000,00	36.643.129,88	96,42%
TOTAL	38.588.780,00	37.429.057,96	96,99%

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

Quadro 3.3.6.2. RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS LÍQUIDAS

EXERCÍCIO	FONTE 0150	ANÁLISE VERTICAL %	FONTE 0181	ANÁLISE VERTICAL %	TOTAL	ANÁLISE VERTICAL %
2016	1.239.382,63		36.643.129,88		37.882.512,51	
2015	5.459.306,74	22,70%	31.969.751,22	114,62%	37.429.057,96	101,21%
2014	789.172,02	157,05%	26.986.996,53	135,78%	27.776.168,55	136,38%
2013	716.291,00	173,03%	16.841.164,89	217,58%	17.557.455,89	215,76%
2012	410.796,50	301,70%	12.713.783,08	288,22%	13.124.579,58	288,64%

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

3.3.6.1. CONTRATOS COM OS BANCOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região firmou acordos de cooperação com o Banco do Brasil (Contrato nº 008/16) e com a Caixa Econômica Federal (Contrato nº 001/11 e nº 016/16, a contar de 18-03-2016). Por conta destes acordos foram recebidos em 2016 R\$ 36.643.129,88, sendo R\$ 13.900.000,00 do Banco do Brasil e, respectivamente, R\$ 5.401.593,23 e R\$ 17.341.536,65 dos contratos da Caixa Econômica Federal, provenientes da administração de depósitos judiciais. Estes recursos foram recolhidos para a Conta Única da União e passaram a compor a dotação orçamentária, na fonte 0181, Recursos do Tesouro - Exercício Corrente - Recursos de Convênios.

3.3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Quadro 3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA				DESPESA PAGA			
	2016	%	2.015,00	%	2016	%	2015	%
1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO (a+b+c+d+e+f+g)	68.660.234,45	4,64%	72.633.510,53	4,83%	68.660.234,45	4,64%	72.633.510,53	4,83%
a) CONVITE	13.581,72	0,00%	-	-	13.581,72	0,00%	-	-
b) TOMADA DE PREÇOS	408.920,59	0,03%	644.531,48	0,04%	408.920,59	0,03%	644.531,48	0,04%
c) CONCORRÊNCIA	3.024.765,60	0,20%	11.179.040,50	0,74%	3.024.765,60	0,20%	11.179.040,50	0,74%
d) PREGÃO	65.212.966,54	4,41%	60.809.938,55	4,05%	65.212.966,54	4,41%	60.809.938,55	4,05%
e) CONCURSO	-	-	-	-	-	-	-	-
f) CONSULTA	-	-	-	-	-	-	-	-
g) REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	-	-	-	-	-	-	-	-
2. CONTRATAÇÕES DIRETAS (h+i)	17.453.603,62	1,18%	20.138.989,26	1,34%	17.448.595,12	1,18%	20.138.989,26	1,34%
h) DISPENSA	10.874.301,17	0,74%	13.898.267,63	0,92%	10.869.292,67	0,74%	13.898.267,63	0,92%
i) INEXIGIBILIDADE	6.579.302,45	0,45%	6.240.721,63	0,42%	6.579.302,45	0,45%	6.240.721,63	0,42%
3. REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL (j)	1.904,76	0,00%	5.320,48	0,00%	1.904,76	0,00%	5.320,48	0,00%
j) SUPRIMENTO DE FUNDOS	1.904,76	0,00%	5.320,48	0,00%	1.904,76	0,00%	5.320,48	0,00%
4. PAGAMENTO DE PESSOAL (k+l)	1.325.931.986,65	89,69%	1.285.062.249,63	85,48%	1.325.931.986,65	89,69%	1.285.062.249,63	85,48%
k) PAGAMENTO EM FOLHA	1.323.394.662,00	89,52%	1.280.772.191,04	85,20%	1.323.394.662,00	89,52%	1.280.772.191,04	85,20%
l) DIÁRIAS	2.537.324,65	0,17%	4.290.058,59	0,29%	2.537.324,65	0,17%	4.290.058,59	0,29%
5. TOTAL DAS DESPESAS ACIMA (1+2+3+4+5)	1.412.047.729,48	95,52%	1.377.840.069,90	91,66%	1.412.042.720,98	95,52%	1.377.840.069,90	91,66%
6. OUTROS	66.288.018,39	4,48%	125.423.729,16	8,34%	66.288.018,39	4,48%	125.423.729,16	8,34%
7. TOTAL DAS DESPESAS DA UPC (1+2+3+4+5+6)	1.478.335.747,87	100,00%	1.503.263.799,06	100,00%	1.478.330.739,37	100,00%	1.503.263.799,06	100,00%

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro 3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. DESPESA DE PESSOAL								
319011	699.689.903,96	683.595.178,94	699.689.903,96	683.555.813,57	-	39.365,37	699.689.903,96	683.555.813,57
319001	324.743.526,41	304.369.175,83	324.743.526,41	304.369.175,83	-	-	324.743.526,41	304.369.175,83
319113	131.795.746,67	129.400.354,20	131.795.746,67	129.386.355,78	-	13.998,42	131.795.746,67	129.386.355,78
Demais elementos do grupo	98.925.541,92	88.853.968,26	98.925.541,92	88.462.692,14	764.816,49	391.276,12	98.925.541,92	88.462.692,14
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
339039	54.488.503,27	65.530.865,85	50.925.837,96	55.447.109,89	3.562.665,31	10.083.755,96	50.925.837,96	55.447.109,89
339046	39.318.622,46	35.912.266,81	39.318.622,46	35.912.266,81	-	-	39.318.622,46	35.912.266,81
339036	24.626.264,52	21.561.999,99	24.574.459,57	21.531.022,31	51.804,95	30.977,68	24.574.459,57	21.531.022,31
Demais elementos do grupo	59.401.726,98	77.370.744,12	58.410.244,28	75.426.365,86	991.482,70	1.944.378,26	58.405.235,78	75.426.365,86
DESPESAS DE CAPITAL								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS		GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA
					2016	2015		
4. INVESTIMENTOS								
449051	275.179,52	10.130.794,04	258.473,17	6.545.561,85	16.706,35	3.585.232,19	258.473,17	6.545.561,85
449052	13.096.687,30	9.180.579,24	9.346.448,75	2.243.053,35	3.750.238,55	6.937.525,89	9.346.448,75	2.243.053,35
449039	389.977,80	697.188,26	389.977,80	141.171,88	-	556.016,38	389.977,80	141.171,88
Demais elementos do grupo	9.825,00	6.870,00	9.250,00	-	575,00	6.870,00	9.250,00	-

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

3.3.7.3. ANÁLISE CRÍTICA

O pregão manteve-se como a modalidade de licitação mais utilizada em 2016. O valor das contratações por dispensa é significativo em função do peso da contratação de serviços de concessionárias públicas, tais como: fornecedores de energia elétrica, água, publicações oficiais e serviços postais.

A maior despesa, pagamento em folha, reflete a característica da Justiça do Trabalho de ser prestadora de serviços com uso intensivo de recursos humanos.

Os recursos dos Grupos de Natureza da Despesa "3 - Outras Despesas Correntes" e "4 - Investimentos" foram aplicados em ações que visaram a solução de controvérsias trabalhistas, por meio da execução de despesas com capacitação de recursos humanos, viagens e locomoção, diárias, indenizações e restituições, ajuda de custo, serviços postais, telefonia fixa ou celular, manutenção dos serviços de telecomunicações, aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente, comunicações administrativas, assinatura de jornais, periódicos e afins, manutenção de varas itinerantes, veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguel, manutenção, revisão, reparo, combustível), manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo aluguel, despesas de condomínio e seguros, impostos e taxas, serviços de vigilância, serviços de limpeza, locação de mão de obra para vigilância e limpeza, conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro, serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins), aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores

e de escadas rolantes, aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática, serviços de consultoria na área de informática, obras em andamento, assistência jurídica a pessoas carentes e outras.

Em relação às obras destaca-se a conclusão da construção do Foro Trabalhista de Santo Ângelo - RS que foi inaugurado em 09-06-2016. Em 2016 foram iniciadas as obras da Vara Trabalhista de Viamão. As demais obras previstas foram canceladas e tiveram seus recursos orçamentários transferidos para a ação Apreciação de Causas tendo em vista os cortes orçamentários (vide item 3.3.2). Demais informações podem ser obtidas em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/transparencia/contas/obras>.

3.3.8. SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL
3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
Quadro 3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

EXERCÍCIO FINANCEIRO	UNIDADE GESTORA (UG) DO SIAFI		MEIO DE CONCESSÃO				VALOR DO MAIOR LIMITE INDIVIDUAL CONCEDIDO
			CONTA TIPO B		CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL		
	CÓDIGO	NOME OU SIGLA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	
2016	080014	TRT/4ª REGIÃO	-	-	14	4.781,20	750,00
2015	080014	TRT/4ª REGIÃO	-	-	22	16.704,05	2.600,00

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
Quadro 3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

EXERCÍCIO FINANCEIRO	UNIDADE GESTORA (UG) DO SIAFI		CONTA TIPO B		CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL			
					SAQUE		FATURA	VALOR TOTAL [A]+[B]
	CÓDIGO	NOME OU SIGLA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR DOS SAQUES [A]	VALOR DAS FATURAS [B]	
2016	080014	TRT/4ª REGIÃO	-	-	5	92,55	1.812,21	1.904,76
2015	080014	TRT/4ª REGIÃO	-	-	14	976,83	4.343,65	5.320,48

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS
Quadro 3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

UNIDADE GESTORA (UG) DO SIAFI		CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO GASTO		
CÓDIGO	NOME OU SIGLA	ELEMENTO DE DESPESAS	SUBITEM DA DESPESA	TOTAL
080014	TRT DA 4ª REGIÃO	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	10 - MATERIAL ODONTOLÓGICO	68,00
			16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	41,00
			17 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	89,00
			19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	106,00
			21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	99,50
			22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	35,88
			24 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	129,80
			25 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	121,63
			28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	58,50
			29 - MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	218,90
			36 - MATERIAL HOSPITALAR	70,50
			39 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	319,80
			44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	284,10
			TOTAL DO ELEMENTO DE DESPESA 339030	1.642,61
		339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16 - MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMÓVEIS	14,00
			18 - SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	64,95
			19 - MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	75,00
			63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	27,60
			66 - SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	80,60
		TOTAL DO ELEMENTO DE DEPESA 339039	262,15	

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.8.4. ANÁLISE CRÍTICA

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não utiliza suprimento de fundos por meio de conta tipo "B" desde a proibição expressa no § 2º do art. 4º da Resolução nº 49/2008, de maio de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Por conseguinte, as despesas por Suprimento de Fundos tem sido admitidas pelo CPGF - prioritariamente na modalidade fatura - desde que atendam necessidades de pequeno vulto justificadas conforme:

- a) inexistência temporária ou eventual, nos estoques do almoxarifado, do material a ser adquirido;
- b) impossibilidade, inconveniência ou inadequação econômica de estocagem do material ou
- c) inexistência de cobertura contratual.

Os gastos realizados por suprimentos de fundos referem-se às despesas urgentes, que não podem ser processadas pelos trâmites normais e destinam-se ao atendimento de todas as unidades judiciárias e administrativas localizadas na capital e nas cidades do interior do estado do RS.

Cada suprimento é concedido ao servidor mediante processo administrativo eletrônico próprio e padrão, onde consta a proposta e o ato de concessão do suprimento e neste mesmo processo são juntadas as notas fiscais e recibos dos dispêndios realizados, com seus respectivos atestados (declaração da unidade requisitante que o serviço foi prestado ou o material foi entregue). Essa documentação integra a prestação de contas que é conferida e analisada pela área competente.

Para o controle e acompanhamento dos gastos com o CPGF utilizamos planilhas padronizadas, disponibilizadas em rede, nas quais os supridos informam diariamente os dados das despesas realizadas, tais como: valor do gasto, modalidade de operação (saque ou fatura), estabelecimento comercial onde foi adquirido o produto ou que prestou o serviço, objeto da contratação e justificativa do requisitante. Em complemento, tais despesas ainda são comparadas com as informações obtidas pelo sistema AASP do Banco do Brasil. O confronto dessas informações avalia se as despesas realizadas com suprimento de fundos estão adequadas às normas legais vigentes.

Cabe salientar que as despesas se referem a "outros serviços de terceiros - PJ" e compras em geral, obedecendo ao limite de 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso "II" do artigo 23, Lei 8.666/93, alterada pela Lei 9.648/98, e que os valores das notas fiscais emitidas nas compras/contratações de serviços foram inferiores a R\$800,00, seguindo o limite de 1% (um por cento) do valor estabelecido no mesmo dispositivo legal.

Os saques pelo CPGF dependem de autorização do Ordenador de Despesas e o total das despesas nessa modalidade não devem exceder a 30% das despesas realizadas com Suprimento de Fundos, sendo que o TRT alcançou os percentuais de 5,62%, 18,24% e 4,84% em 2014, 2015 e 2016, respectivamente. O controle das despesas observa as disposições do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, Decreto nº 5.355, de 25/05/2005, Decreto 9.370, de 01-02-2008 e Resolução nº 49 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como as orientações contidas no Manual do Suprimento de Fundos deste TRT. Cabe ressaltar que os saques realizados decorrem da impossibilidade de utilização da modalidade fatura, pois os estabelecimentos ou os prestadores de serviço não estão credenciados junto à operadora do cartão.

Todas as prestações de contas dos processos de suprimento de fundos foram consideradas aprovadas.

Em decorrência das ações de planejamento de gastos para reduzir a utilização do Suprimento de Fundos, conforme normas implementadas em 2015 pelo processo administrativo nº 0000888-11.2015.5.04.0000, cuja finalidade é a alteração no fluxo de requisição, autorização e exame de conformidade da execução orçamentária e financeira realizada por meio de Suprimento de Fundos e pela utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), verificou-se uma considerável redução dos valores concedidos e, conseqüentemente, das despesas realizadas por meio de suprimento de Fundos (vejam-se quadros 4.3.10.1 e 4.3.10.2), privilegiando assim o processamento normal de aplicação de recursos.

3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

A Justiça do Trabalho da 4ª Região utilizou, no ano de 2016, vinte e quatro (24) indicadores para monitorar o desempenho da gestão. O conjunto de indicadores, as metas, os índices observados e as fórmulas de cálculo estão no quadro a seguir:

Quadro 3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE OBSERVADO	PERIODICIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - sem recurso revista	130 dias (realizado 2015)	126 dias	141 dias	mensal	data retorno ao 1º grau - data de remessa do 1º grau (dos processos sem RR)
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - com recurso revista	267 (realizado 2015)	272 dias	323 dias	mensal	data retorno ao 1º grau - data de remessa do 1º grau (dos processos que tiveram RR)
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - originários de 2º grau	270 dias (realizado 2015)	279 dias	302 dias	mensal	data arquivamento - data de ajuizamento
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - geral	203 dias (realizado 2015)	200 dias	232 dias	mensal	data retorno ao 1º grau - data de remessa do 1º grau
Tempo médio de tramitação no 1º Grau na fase de conhecimento	258 dias (realizado 2015)	224 dias	252 dias	mensal	data prolação da sentença - data do ajuizamento
Tempo Médio de Tramitação - 1º Grau - fase de execução	671 dias (realizado 2015)	643 dias	718 dias	mensal	data do arquivamento - data da citação
Índice de processos solucionados 2ª Instância	92,44% (realizado 2015)	100% +1	84,10%	mensal	processos solucionados/ processos ajuizados
Índice de processos solucionados 1ª instância	88,63% (realizado 2015)	100% +1	95,29%	mensal	processos solucionados/ processos ajuizados
Índice de execução	126% (realizado 2015)	100% +1	86,39%	mensal	execuções encerradas / execuções iniciadas
Tempo médio de tramitação (total)	685 dias (realizado 2015)	879 dias	683 dias	mensal	data arquivamento sem dívida - data do ajuizamento
Índice de Processos Antigos - 2º Grau	99,93% (realizado 2015)	90,00%	93,49%	mensal	100 - (% de processos distribuídos até 31-12-2014 e não julgados até 31-12-2015) (fórmula simplificada)
Índice de Processos Antigos - 1º Grau	95,97% (realizado 2015)	90,00%	94,97%	mensal	100 - (% de processos distribuídos até 31-12-2014 e não julgados até 31-12-2015) (fórmula simplificada)
Índice de Ações Coletivas Julgadas - 2º Grau	90,38% (realizado 2015)	100,00%	69,88%	mensal	total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos até 31-12-2016 e não julgados na instância até 31-12-2014
Índice de Ações Coletivas Julgadas - 1º Grau	96,49% (realizado 2015)	100,00%	98,78%	mensal	total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos até 31-12-2016 e não julgados na instância até 31-12-2013
Índice de Conciliação - fase de conhecimento	45,39% (realizado 2015)	45,99%	41,98%	mensal	% processos solucionados por conciliação / total de processos solucionados
Índice de redução do acervo dos maiores litigantes	94,9% (realizado 2015)	100,00%	95,60%	mensal	quantidade de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento em 31-12-2015 / quantidade de processos dos dez maiores litigantes distribuídos (fórmula simplificada)
Processos arquivados sem dívida	94,9% (realizado 2015)	91,50%	92,84%	mensal	nº de processos arquivados sem dívida/ total de processos arquivados
Índice de execução do orçamento disponibilizado	83,11% (realizado 2015)	70,76%	91,51%	mensal	valor liquidado/ valor disponibilizado

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE OBSERVADO	PERIODICIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO
iGovPessoas	65,8 (realizado 2013)	67,00	não disponível	bienal	segundo metodologia TCU
iGovTI	71 (realizado 2014)	71 pontos	não disponível	bienal	segundo metodologia TCU
iGov	51 (realizado 2014)	67 pontos	não disponível	bienal	segundo metodologia TCU
Índice de Alcance de Metas	51 (realizado 2015)	60 pontos	36	anual	média ponderada de todas as metas estabelecidas pelo CSJT
Número de postagens nas redes sociais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho	não há	180 postagens no ano	325,00	mensal	quantidade
Número de inserções na imprensa sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho	não há	180 inserções no ano	1.030	mensal	quantidade

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Governança no Setor Público pode ser definida como um conjunto de mecanismos para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com o propósito de implementar políticas públicas eficientes direcionadas à prestação de serviços de interesse da sociedade, podendo ser dividida em estruturas de governança internas e externas.

Alinhada à função jurisdicional, a estrutura de governança no Tribunal envolve a avaliação do ambiente e dos resultados, o direcionamento das políticas e planos alinhados às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e o monitoramento dos resultados e do cumprimento das políticas e planos estabelecidos.

4.1.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA INTERNAS

As estruturas de governança internas são responsáveis por definir e avaliar as estratégias e políticas do Tribunal, além do monitoramento do desempenho destas. Também realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam, identificam e monitoram riscos e controles internos. São compostas, de acordo com a estrutura da UJ, por comissões de apoio à governança, órgão de auditoria interna e ouvidoria.

As comissões de apoio à governança e a ouvidoria têm sua base normativa, atribuições e forma de atuação definidas pelo Regimento Interno do Tribunal. Já o órgão de auditoria interna, o qual é denominado de Secretaria de Controle Interno - SECONTI, faz parte da estrutura administrativa do TRT4 e tem suas atribuições elencadas na Portaria TRT4 nº 3870, de 15-07-2014 e Regulamento Geral do Tribunal.

4.1.1.1. COMISSÕES DE APOIO À GOVERNANÇA

As Comissões são definidas no Regimento Interno como Permanentes ou Temporárias, têm o objetivo de auxiliar no desempenho dos encargos do Tribunal e são constituídas com finalidades específicas. Suas atribuições e forma de atuação estão elencadas no Regimento Interno do Tribunal.

Atualmente, as comissões permanentes são: Comissão de Regimento Interno; Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico; Comissão de Jurisprudência; Comissão de Informática e Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais.

De acordo com o art. 215 do Regimento Interno, incumbe à Comissão de Regimento Interno:

I - emitir parecer, quando lhe seja requerido pelo Tribunal Pleno, pelo Órgão Especial ou pelo Presidente do Tribunal, sobre matéria regimental, no prazo de dez dias;

II - estudar as proposições sobre reforma ou alteração regimental feitas pelos Juízes, emitindo parecer fundamentado e propondo sua redação, se for o caso, no mesmo prazo.

O art. 218 do mesmo ato normativo traz as seguintes atribuições referentes à Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico:

I - colaborar na elaboração e execução do orçamento;

II - opinar na fixação da política pública quanto à aplicação de recursos;

III - oferecer sugestões que possibilitem a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

IV - sugerir medidas e ações referentes ao planejamento estratégico do Tribunal.

Em relação à Comissão de Jurisprudência, o art. 220 elenca as seguintes atribuições:

I - velar pela expansão, atualização e publicação das Súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal;

II - acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatória uniformização, na forma do artigo 896, § 3º, da CLT;

III - ordenar o serviço de sistematização da jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro, de modo a facilitar a pesquisa de julgados e processos;

IV - receber e processar propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas;

V - propor redação das súmulas nos casos do incidente de uniformização de jurisprudência, bem como quando do encaminhamento de propostas de edição, revisão ou cancelamento de súmulas à própria Comissão de Jurisprudência.

À Comissão de Informática incumbe, conforme o art. 227-A do Regimento:

I - orientar a elaboração do Plano Diretor de Informática apresentado pela Secretaria de Informática ao início de cada ano e após, avaliar a viabilidade dos projetos sugeridos, acompanhando sua execução;

II - sugerir ao Presidente do Tribunal sistemas e programas judiciários e administrativos, alterações nos já existentes, bem como normas e procedimentos para a respectiva implantação;

III - opinar sobre a aquisição de equipamentos e programas, bem como sobre suas destinações;

IV - receber e analisar as ponderações, críticas e sugestões dos usuários, visando ao aperfeiçoamento dos sistemas em operação;

V - promover intercâmbio e parceria com outras instituições;

VI - opinar sobre a política de segurança da informação no âmbito da 4ª Região;

VII - outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

Por último, de acordo com o art. 227-B do Regimento Interno, compete à Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais:

I - a coordenação e o controle das atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações-públicas internas e externas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

II - a coordenação do relacionamento do Poder Judiciário Trabalhista com os demais Poderes e Instituições permanentes do Estado;

III - outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

Já as comissões temporárias, que se extinguem assim que cumprido o fim a que se destinam, e que auxiliam no processo de governança, atualmente são: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), Comissão de Gestão Socioambiental (COGESO), Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Comissão Permanente de Segurança e Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

4.1.1.2. ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA

As atribuições e forma de atuação do órgão de auditoria interna do Tribunal estão descritas no item 4.2.

4.1.1.3. OUVIDORIA

A Ouvidoria possui sua forma de atuação e atribuições descritas no Regimento Interno e Regulamento Geral da UJ. De acordo com estes atos normativos, à Ouvidoria incumbe, como órgão independente da administração da justiça, objetivando a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais de eficiência, eficácia e da participação do usuário na administração pública:

I - receber sugestões, críticas, denúncias, elogios, pedidos de informação e reclamações que tenham por objeto serviços judiciais e administrativos prestados por quaisquer das unidades da Justiça do Trabalho na 4ª Região, bem como pedidos de acesso à informação fundamentados na Lei nº 12.527/2011;

II - quando necessário, encaminhar as manifestações às unidades competentes, solicitando informações que viabilizem a apresentação de resposta ao manifestante;

III - apresentar resposta ao manifestante, instruindo-a, se for o caso, com as informações prestadas pelas unidades competentes;

IV - promover a apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação de serviços, abusos e erros cometidos, respeitada a competência da Corregedoria;

V - sugerir aos demais órgãos do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos;

VI - apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas;

VII - encaminhar ao Presidente do Tribunal, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.

4.1.2. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA EXTERNAS

As estruturas de governança externas são responsáveis pela fiscalização, controle e regulação do Tribunal, exercendo papel fundamental para promoção da governança. Desempenham essa função, atualmente, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

4.1.2.1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional (EC) nº 45, de 30-12-2004, alterada pela EC nº 61, de 11-11-2009, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Além de expedir diversos atos normativos que regulam a atuação do Tribunal, o CNJ exerce uma constante fiscalização da atuação da UJ, elaborando e monitorando dados estatísticos e determinando metas a serem cumpridas pelos diversos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

4.1.2.2. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi criado pela EC nº 45, de 30-12-2004 e funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, consoante dispõe o inciso II do §2º do art. 111-A da Constituição Federal. Tem atuação como órgão central do sistema e suas decisões possuem efeito vinculante. Dessa forma, são elaborados diversos atos normativos, tais como resoluções, recomendações, portaria, etc., que devem ser seguidos pelos tribunais do trabalho.

O CSJT realiza, regularmente, auditorias com o objetivo de examinar a legalidade dos atos de gestão praticados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como de avaliar aspectos relacionados ao desempenho administrativo, especialmente os relacionados à economicidade, eficiência e eficácia.

4.1.2.3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA

O Índice de Governança foi criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para divulgar o tema da governança para diversas organizações, incentivando assim uma mudança de comportamento na Administração Pública em todo o país. Com base nesse índice, o TCU traça o perfil da Administração Pública e elabora rankings de pontuação por área de atuação.

O questionário elaborado pelo TCU é composto de 138 questões distribuídas em 10 componentes: 1) Pessoas e Competências; 2) Princípios e Comportamentos; 3) Liderança Organizacional; 4) Sistema de Governança; 5) Relacionamento com Partes Interessadas; 6) Estratégia Organizacional; 7) Alinhamento Transorganizacional; 8) Gestão de Riscos e Controle Interno; 9) Auditoria Interna; e 10) *Accountability* e Transparência.

As respostas para cada questão são opções como: "não atende e não deliberou a respeito", "decidiu adotá-lo", "atende em menor parte", "atende em parte", "atende em grande parte ou totalmente", "não atende porque o custo-benefício é desfavorável" e "não atende porque há impossibilidade legal de adotá-lo".

Além das respostas às assertivas principais do questionário, são analisadas também as opções de resposta para as questões condicionadas, as quais eram apresentadas ao respondente somente no caso de ele assinalar a opção "atende em menor parte", "atende em parte", ou "atende em grande parte ou totalmente". São elas: "este item não está

formalizado e não é avaliado periodicamente em auditoria”, “este item está formalizado, mas não é avaliado periodicamente em auditoria”, “este item não está formalizado, mas é avaliado periodicamente em auditoria”, e “este item está formalizado e é avaliado periodicamente em auditoria”. Cada opção de resposta citada tem um valor atribuído pelo TCU, e o Índice de Governança do ente público é calculado por meio da combinação de todas as assertivas.

Em setembro de 2014 o TRT4 enviou ao TCU suas respostas para avaliação, e em dezembro de 2015 o TCU retornou com a pontuação deste Tribunal comparando essa pontuação com a das demais instituições do mesmo tipo, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 4.1.2.3. RESULTADO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TRT4

Organização:	Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região - RS		
Mecanismos	Capacidade	Estágio	
Liderança	45%	Intermediário	
Estratégia	51%	Intermediário	
Controle	62%	Intermediário	
Índice geral de governança simplificado (IGGs)	51%	Intermediário	
Nível de agregação	IGGs médio	Desvio padrão	
Tipo: Tribunal Federal (N=86)	48,9%	0,147	
Segmento: Judiciário (N=105)	49,3%	0,146	
Esfera: FEDERAL (N=380)	56,6%	0,189	
Todos os respondentes (N=7770)	43,9%	0,236	

No quadro é possível verificar que o Índice de Governança do TRT4 ficou em 51%, dentro do estágio intermediário, acima da média das instituições de mesmo tipo (os Tribunais Federais com 48,9%), de mesmo segmento (o Poder Judiciário com 49,3%) e de todos os respondentes (com 43,9%), ficando abaixo apenas das instituições da esfera federal, que apresentaram média 56,6%.

Convém ressaltar que os dados acima se referem ao ano de 2014, último ano de envio do questionário elaborado pelo TCU ao Tribunal.

4.1.3. CORREGEDORIA

A Corregedoria Regional é o órgão da Justiça do Trabalho responsável por velar pela correção e celeridade do exercício da prestação jurisdicional de primeiro grau em todo o Estado do Rio Grande do Sul, como dispõe o art. 43 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

É composta pelo Corregedor Regional e pelo Vice Corregedor, eleitos na forma do art. 16 do Regimento Interno, com mandato de dois anos. A partir de 12.12.2015 a Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno assumiu o cargo de Corregedora e o Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo o cargo de Vice Corregedor.

A ação fiscalizadora do Corregedor, assim consideradas as “atividades de correção de apuração de ilícitos administrativos”, é normatizada pela Lei nº 8.112, de 11-12-90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União), pela Lei Complementar nº 35 de 14-03-79 (LOMAM) e pelo Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Ainda, os atos da Corregedoria, que têm como objetivo disciplinar as práticas a serem adotadas pelas Unidades Judiciárias de primeiro grau, sob os princípios norteadores da Administração Pública, estão compilados na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (CPCR).

Os relatórios de Correção estão disponíveis no endereço <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/Correicoes/relatorios>.

4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Secretaria de Controle Interno - SECONTI, unidade administrativa vinculada à Presidência do Tribunal, possui sua forma de atuação e atribuições descritas na Portaria nº 3870, de 15-07-2014, e no Regulamento Geral da UJ. De acordo com estes atos normativos, compete à Secretaria de Controle Interno - SECONTI auxiliar o Presidente do Tribunal na supervisão da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Tribunal, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia.

O art. 1º da referida Portaria traz as seguintes atividades referentes à Secretaria de Controle Interno:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;

II - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os seus programas de gestão;

III - fazer auditoria contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, observando os princípios da legalidade, da legitimidade e da economicidade;

IV - fiscalizar a observância e a comprovação da legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência, à eficácia e à efetividade das ações administrativas da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nas unidades do Tribunal;

V - obter, com os gestores, informações, esclarecimentos e/ou manifestações sobre os relatórios e outros documentos referentes às ações de controle;

VI - propor à Presidência rotinas e procedimentos para as unidades do Tribunal, com a finalidade de racionalizar a atuação administrativa, para atender aos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade da atuação administrativa;

VII - acompanhar a elaboração das contas anual e especial, determinadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, emitindo relatório de auditoria de gestão e pareceres, bem como certificar a regularidade da gestão;

VIII - subsidiar com informações, por intermédio da Presidência do Tribunal, o controle externo exercido pelo TCU, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT;

IX - propor e, após aprovação da Presidência, divulgar no site do Tribunal, até o décimo dia útil do mês de dezembro de cada ano, o Plano de Auditoria de Longo Prazo e o Plano Anual de Auditoria;

X - executar os Planos de Auditoria de Longo Prazo e o Plano Anual de Auditoria;

XI - incluir no Plano Anual de Auditoria, a partir de 2015, avaliação/diagnóstico de, pelo menos, uma área vinculada ao sistema de controles internos administrativos, a fim de detectar irregularidades, atendendo à determinação do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União;

XII - acompanhar a jurisprudência do TCU, do CNJ, do CSJT e dos tribunais superiores acerca dos entendimentos adotados sobre as matérias que lhes sejam afetas, para se manter atualizada e atualizar a Presidência do Tribunal;

XIII - manifestar-se previamente, quando requisitada pela Presidência, sobre a legalidade de atos concernentes à execução orçamentária ou à avaliação da gestão financeira de pessoal e patrimonial;

XIV - emitir pareceres nos processos administrativos que lhe forem encaminhados por determinação da Presidência;

XV - manter atualizado e documentado o processo de trabalho definido para as auditorias, a fim de evitar que haja alteração de procedimentos durante os trabalhos.

4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores, bem como a condução dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias, observam as disposições da Lei nº 8.1112/90, o Regimento Interno deste Tribunal e a Portaria TRT4 nº 3.074/2010.

No ano de 2016, foram autuados 09 (nove) processos administrativos disciplinares e 01 (uma) sindicância investigativa.

Nesse contexto, houve a determinação de arquivamento de 06 (seis) processos administrativos e da sindicância investigativa, permanecendo em andamento 03 (três) processos administrativos disciplinares.

Os processos administrativos disciplinares compreenderam as seguintes matérias: inassiduidade habitual e abandono de cargo; falta de zelo e dedicação no exercício das atribuições do cargo; não observância de normas legais ou regulamentares; falta de urbanidade

A sindicância investigativa, ao seu turno, visou apurar a falta de zelo e dedicação no exercício das atribuições do cargo - segurança no armazenamento de documentos.

Importante referir, igualmente, que dos 03 (três) processos administrativos disciplinares autuados em 2015, em tramitação em 2016, em 01 (um) houve a determinação de arquivamento, e nos outros 02 (dois) foi determinada a aplicação da penalidade de suspensão, convertida em multa na base de 50% por dia de remuneração.

Da mesma forma, no ano de 2016, foi determinado o arquivamento da sindicância acusatória autuada em 2015.

No ano de 2016, não houve registro, na Secretaria da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região de autuação de processos administrativos disciplinares e inquérito envolvendo Juízes do Trabalho de primeiro grau, com intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção.

4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Quadro 4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

QUESITOS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO				
	TOTALMENTE INVÁLIDAS	PARCIALMENTE INVÁLIDA	NEUTRA	PARCIALMENTE VÁLIDA	TOTALMENTE VÁLIDA
AMBIENTE DE CONTROLE					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade Jurisdicionada são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da Unidade Jurisdicionada é adequada e eficiente.					
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Unidade Jurisdicionada na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da Unidade Jurisdicionada.					

QUESITOS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO				
	TOTALMENTE INVÁLIDAS	PARCIALMENTE INVÁLIDA	NEUTRA	PARCIALMENTE VÁLIDA	TOTALMENTE VÁLIDA
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Unidade Jurisdicionada.					
AVALIAÇÃO DE RISCO					
10. Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da Unidade Jurisdicionada, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade Jurisdicionada, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela Unidade Jurisdicionada são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela Unidade Jurisdicionada possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela Unidade Jurisdicionada são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
23. A informação relevante para Unidade Jurisdicionada é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da Unidade Jurisdicionada é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade Jurisdicionada, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da Unidade Jurisdicionada, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
MONITORAMENTO					
28. O sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					
LEGENDA NÍVEIS DE AVALIAÇÃO:					
(1) TOTALMENTE INVÁLIDO: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da Unidade Jurisdicionada.					
(2) PARCIALMENTE INVÁLIDO: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da Unidade Jurisdicionada, porém, em sua minoria.					
(3) NEUTRA: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da Unidade Jurisdicionada.					
(4) PARCIALMENTE VÁLIDO: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da Unidade Jurisdicionada, porém, em sua maioria.					
(5) TOTALMENTE VÁLIDO: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da Unidade Jurisdicionada.					

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. GESTÃO DE PESSOAS

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DAS ÁREAS TÉCNICAS RESPONSÁVEIS POR MACROPROCESSO FINALÍSTICO E DE UNIDADES E SUBUNIDADES DESCENTRALIZADAS

Para o fornecimento da informação sobre a composição da força de trabalho do TRT da 4ª Região, foram considerados apenas os servidores que fazem parte do Quadro, incluídos os cedidos e removidos para outros Regionais, e excluídos os servidores removidos de outros Órgãos que aqui atuam.

O quadro de pessoal do Tribunal Regional da 4ª Região é composto por 3.540 cargos. Em 31-12-2016, 3.458 estavam ocupados, não incluídos os servidores removidos e cedidos de outros Regionais. Cumpre registrar, ainda, que não foi computada na lotação efetiva dos servidores de carreira vinculada ao Órgão (Quadro 8.1.1.1) a servidora Christiane Tartarelli Finato Blessmann Llorente, devido a sua nomeação ter sido efetivada em cumprimento à decisão de antecipação de tutela proferida nos autos da Ação Ordinária nº 5031196-42.2010.404.7100, que tramita na 2ª Vara Federal de Porto Alegre, para exercer, em caráter efetivo, o cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Telefonía. Importante, mencionar, que diante da inexistência de cargo vago, a servidora exerce suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga. A força de trabalho é distribuída em três áreas: Judiciária de 1º Grau, Judiciária de 2º Grau e Administrativa. A sistemática adotada para distribuição da força de trabalho entre as áreas é definida pelo Tribunal, observando-se a Resolução nº 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, utilizada para estabelecimento do quantitativo de servidores nas unidades de 1º Grau e Gabinetes de Desembargadores. Além disso, o Tribunal ainda observa o limite máximo de 30% de servidores do quadro atuando na área Administrativa, também, definido na referida norma.

RELAÇÃO ENTRE SERVIDORES EFETIVOS E TEMPORÁRIOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não possui servidores temporários.

CONCLUSÕES DE EVENTUAIS ESTUDOS REALIZADOS PARA AVALIAR A DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL NO ÂMBITO DA UNIDADE, ESPECIALMENTE NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE-FIM

O TRT da 4ª Região vem buscando adequar-se gradativamente à Resolução nº 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, quanto ao quantitativo de servidores em suas diversas unidades. No 1º Grau, procedeu-se um levantamento, que identificou unidades as quais estavam acima, abaixo ou plenamente adequadas à norma.

Alternativamente, na medida em que servidores de unidades que estão acima do limite de lotação estabelecido deixam de atuar nelas, por remoção ou qualquer tipo de vacância, suas vagas não são repostas na origem, mas direcionadas para as unidades identificadas como tendo lotação abaixo da faixa mínima prevista pela referida Resolução, o que deverá, a médio e longo prazo, adequar todas as unidades deste Regional à previsão do estabelecido pela norma do CSJT.

Cumpre registrar, ainda, que este Tribunal instituiu por meio da Portaria nº 2.866 de 02 de junho de 2016 a Comissão de Movimentação de Servidores, com a finalidade de emitir pareceres, analisar expedientes e responder consultas formuladas a respeito de movimentação de servidores.

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO QUANTO AO GRAU DE ESCOLARIDADE, ESPECIALIZAÇÃO, TEMPO PARA APOSENTADORIA, IDADE, E OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NO CONTEXTO DA UNIDADE

A análise apresentada tem por base os Magistrados e Servidores Ativos do Quadro do TRT da 4ª Região. No quantitativo de servidores estão incluídos os cedidos e removidos para outro Regional, excluídos os removidos de outros Órgãos.

A tabela abaixo demonstra o quantitativo de servidores, deste Regional, quanto ao grau de escolaridade e especialização:

TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO EM 31-12-2016: 3.458	
GRAU DE ESCOLARIDADE/ESPECIALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
PRIMÁRIO COMPLETO	1
1º GRAU COMPLETO	21
1º GRAU COMPLETO INCOMPLETO	2
2º GRAU COMPLETO	369
2º GRAU INCOMPLETO	1
SUPERIOR COMPLETO	3.021
SUPERIOR INCOMPLETO	43
ESPECIALIZAÇÃO	1.680
DOUTORADO	5
MESTRADO	85

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

No que diz respeito aos Magistrados ativos do Tribunal, 68 possuem especialização, 2 doutorado e 12 mestrado, conforme tabela abaixo:

TOTAL DE MAGISTRADOS ATIVOS EM 31-12-2016: 293	
GRAU DE ESCOLARIDADE/ESPECIALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE MAGISTRADOS
ESPECIALIZAÇÃO	68
DOUTORADO	2
MESTRADO	12

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Com relação à qualificação da força de trabalho quanto ao tempo para aposentadoria, no ano de 2016, no universo dos 3.458 servidores do quadro deste Tribunal, 104 adquiriram o direito de requerer aposentadoria, sendo: 30 pela regra do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, 34 pela regra do artigo 40 da Constituição Federal e 40

pela regra do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o que representa um percentual de 3,01% do quadro de servidores.

CRITÉRIOS DE APOSENTADORIA	NÚMEROS DE SERVIDORES APOSENTÁVEIS	%
EC nº 47/2005	30	
Art. 40 da CF	34	
Art. 2º da EC nº 41	40	
TOTAL DE APOSENTÁVEIS EM 2016	104	3,01%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

No universo de 293 magistrados do quadro deste Tribunal, 05 adquiriram o direito de requerer aposentadoria, sendo: 01 pela regra do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, 01 pela regra do artigo 40 da Constituição Federal e 03 pela regra do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o que representa um percentual de 1,71% do quadro de magistrados.

CRITÉRIOS DE APOSENTADORIA	NÚMEROS DE MAGISTRADOS APOSENTÁVEIS	%
EC nº 47/2005	1	
Art. 40 da CF	1	
Art. 2º da EC nº 41	3	
TOTAL DE APOSENTÁVEIS EM 2016	5	1,71%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

No tocante ao total de aposentadorias em 2016, 108 servidores e 08 magistrados aposentaram-se, conforme tabela abaixo:

CRITÉRIOS DE APOSENTADORIA	SERVIDORES APOSENTADOS	MAGISTRADOS APOSENTADOS
Art. 3º EC nº47/2005 da CF	88	6
Art. 2º da EC nº 41 da CF	9	2
Art. 40, §1º, III, b, da CF	1	-
Art.40, §1º, I, da CF	9	-
Art. 40,§1º, III, a, da CF	1	-
TOTAL DE APOSENTADORIAS EM 2016	108	8

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

A tabela abaixo demonstra a qualificação da força de trabalho quanto à idade dos servidores.

IDADE - FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES
18 a 23 ANOS	13
24 a 29 ANOS	181
30 a 35 ANOS	737
36 a 41 ANOS	729
42 a 47 ANOS	667
48 a 53 ANOS	786
54 a 59 ANOS	460
60 a 65 ANOS	146
66 a 70 ANOS	32

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

AÇÕES ADOTADAS PARA IDENTIFICAR EVENTUAL IRREGULARIDADE RELACIONADA AO PESSOAL, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO À ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS E À TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS, DEMONSTRANDO AS MEDIDAS ADOTADAS PARA TRATAR A IRREGULARIDADE IDENTIFICADA

A Seção de Ingresso e Remoção da Secretaria de Gestão de Pessoas, por ocasião da conferência da documentação necessária para a posse no cargo, solicita ao servidor ingressante o preenchimento de formulário abaixo, no qual especifica se ocupa outro cargo, emprego ou função pública, ou se recebe proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal. Ainda, informa à Secretaria de Controle Interno, por meio do Sistema SISAC, no prazo máximo de 60 dias, todos os servidores que tomaram posse e entraram em efetivo exercício neste Tribunal.

A Seção de Funções Comissionadas da referida Secretaria, quando o servidor é indicado para exercer função comissionada, solicita o preenchimento de Declaração de acúmulo ou não de cargo, emprego ou função remunerada, conforme modelo do documento apresentado na página seguinte.

A metodologia adotada tem-se mostrado eficaz em complementariedade com o controle dos demais Órgãos Públicos.

No exercício de 2016, não foram identificados casos de acúmulo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGESP
SEÇÃO DE INGRESSO E REMOÇÃO – SIR

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:	CPF:
CARGO EFETIVO:	LOTAÇÃO:

Declaro, para fins de investidura no cargo acima mencionado, em consonância com a legislação vigente, notadamente, o disposto nos incisos XVI, XVII e §10 do artigo 37 da Constituição Federal, o Decreto nº 2.027/1996, o §5º do artigo 13 e inciso X do artigo 117, ambos da Lei nº 8.112/1990, que:

1. Ocupa outro cargo, emprego ou função pública?

- NÃO**
 SIM (especificar) _____

ORGÃO:	REGIME DE TRABALHO:
CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO:	HORÁRIO DE TRABALHO:
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	

2. Recebe proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal?

- NÃO**
 SIM (especificar) _____

ORGÃO:	CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO:
--------	---------------------------

3. Participa de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exerce o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário?

- NÃO**
 SIM (especificar) _____

Estou ciente da proibição prevista no inciso X do artigo 117 da Lei nº 8.112/1990 e de que ao assumir cargo público federal devo deixar de participar de gerência ou administração de sociedade privada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Comprometo-me a comprovar a regularização dessa situação no prazo improrrogável de dez dias, contados da data abaixo subscrita neste formulário.

Comprometo-me em comunicar ao TRT da 4ª Região qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional atinente à acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, ou de percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF. Estou ciente de que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal e está sujeito às sanções administrativas, na forma do art. 133 da Lei nº 8.112/90.

Porto Alegre, ____/____/____.	<p style="text-align: center;">Para uso exclusivo da SEGESP/SIR</p> Atesto que a acumulação de cargos acima declarada encontra amparo legal na alínea ____ do inciso XVI do art. 37 da CF. Em ____/____/____.
_____ Assinatura do(a) Servidor(a)	_____ Carimbo e assinatura do(a) servidor(a)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SEGESP
SEÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS - SFC**

Enviar para o e-mail
fc@trt4.jus.br

SEGESP 08

DECLARAÇÃO

CÓDIGO DO SERVIDOR:	NOME:
CARGO EFETIVO:	
LOTAÇÃO ATUAL:	LOTAÇÃO FUTURA:

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

Possui parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, juízes ou servidores da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Grau da 4ª Região?

NÃO **SIM** (especificar abaixo)

NOME COMPLETO:	CARGO:	PARENTESCO:
----------------	--------	-------------

**DECLARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO (CJ) OU DE FUNÇÃO COMISSIONADA (FC)**

DECLARO sob as penas da lei que o exercício do cargo em comissão ou da função comissionada **que pretendo assumir NÃO GUARDA SUBORDINAÇÃO** com magistrado ou servidor investido no cargo de direção, chefia ou assessoramento com o qual mantenha relação conjugal, de união estável ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, nos termos do §1º do artigo 2º da Resolução CNJ nº 07/2005, com nova redação dada pela Resolução CNJ nº 09/2005 e inciso VIII do artigo 117 da Lei nº 8.112/90.

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO REMUNERADA

Acumula cargo, emprego ou função pública remunerada, de acordo com os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal? **NÃO** **SIM** (especificar abaixo)

NOME DO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO:	ÓRGÃO / ENTIDADE:
-----------------------------------	-------------------

DECLARO estar ciente do disposto no §1º do artigo 19 da Lei nº 8.112/90 e artigo 120 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97.

"Art. 19 [...] §1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração."

"Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos."

DECLARO, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que as informações prestadas são verdadeiras, bem como de que devo comunicar à SEGESP/SFC do TRT4 qualquer modificação das situações acima declaradas.

Dispensada a assinatura, conforme Provimento Conjunto TRT4 nº 04/2015.
Enviar declaração por e-mail funcional, em formato .pdf, para **fc@trt4.jus.br**

PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS DA UNIDADE E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA MITIGÁ-LOS

O TRT da 4ª Região identifica como possíveis riscos na gestão de pessoas, a perda de pessoal e o aumento do número de processos nas unidades Judiciárias de 1º Grau em desproporcionalidade com a quantidade de cargos existentes. Tais riscos podem levar ao comprometimento do cumprimento da missão e objetivos da Instituição no médio e longo prazo. O mecanismo de controle de perda de pessoal realizado por este Tribunal está adstrito às hipóteses de vacância legalmente previstas na Lei nº 8.112/1990. Este Tribunal adota entrevista de desligamento, de modo a identificar fatores que possam estar correlacionados aos pedidos de vacância, de forma a detectar a satisfação e a opinião do ex-servidor com relação ao ambiente de trabalho, atividade realizada, estrutura física, oportunidades de treinamento e desenvolvimento, remuneração, benefícios, missão, visão, objetivos e valores do TRT da 4ª Região.

Em 2016, o Tribunal da 4ª Região registrou 35 pedidos de vacância, sendo 29 por posse em outro cargo inacumulável e 06 por exoneração a pedido.

No tocante ao expressivo aumento da movimentação processual nas unidades judiciárias de 1º Grau, observa-se que a quantidade de servidores em atuação no TRT da 4ª Região vem se mostrando insuficiente com o passar dos anos, provocando, conseqüentemente, uma sobrecarga de trabalho. Considerando os parâmetros de quantitativo de pessoal estabelecidos pela Resolução nº 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cumpre mencionar, a existência de deficit de servidores em diversas unidades de 1º Grau. Isso se deve ao considerável aumento da média de processos recebidos nas referidas unidades, que vem aumentando a cada ano, fazendo com que a necessidade de servidores também aumente.

Com relação às providencias adotadas para mitigar os riscos identificados, o Tribunal vem buscando adequar-se gradativamente à Resolução nº 63/2010, do CSJT, no que diz respeito ao quantitativo de servidores em suas diversas unidades.

Alternativamente, na medida em que servidores de unidades que estão acima do limite de lotação estabelecido deixam de atuar nelas, por remoção ou qualquer tipo de vacância, suas vagas não são repostas na origem, mas direcionadas para as unidades com carência de servidores, o que deverá, a médio e longo prazo, adequar todas as unidades deste Regional à previsão da norma do CSJT.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS

Este Tribunal monitora informações relevantes sobre a força de trabalho como absentéismo, rotatividade, projeções de aposentadoria, etc.

Também analisa tendências relacionadas ao ambiente de trabalho, tais como: rotatividade, utilização de licenças médicas, ações disciplinares, absentéismo.

POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO PESSOAL

As ações de capacitação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região podem ser de competência da Escola Judicial ou da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme o público-alvo e a matéria, com estrutura, orçamento e plano anual de capacitação próprios, razão pela qual as informações solicitadas foram divididas em tabelas distintas.

O Plano de Capacitação de cursos ofertados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, abaixo apresentado, foi elaborado com base na Portaria Conjunta nº 03/2007 STF-CNJ-STJ-CJF, Anexo III, art. 4º.

Além das justificativas e dos objetivos estratégicos, abaixo informados, também foram considerados os cursos indicados pelos gestores das unidades no Plano de Desenvolvimento Individual (Sistema de Gestão de Desempenho).

Quanto à qualificação do pessoal disponível e competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da unidade, informamos que não foram identificadas eventuais causas de distorções. No Tribunal, o mapeamento de competências, elaborado com o auxílio dos gestores das unidades, está em fase de construção/implementação, observado o cronograma das metas estratégicas da Resolução CSJT nº 92/2012.

Os quadros a seguir apresentam a relação dos cursos ofertados pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, no ano de 2016.

Quadro 5.1. CURSOS OFERTADOS

As ações de capacitação do TRT4 podem ser de competência da Escola Judicial ou da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme o público-alvo e a matéria, com estrutura, orçamento e plano anual de capacitação próprios, razão pela qual as informações solicitadas foram divididas em duas tabelas distintas.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

O Plano de Capacitação de cursos ofertados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT4, abaixo apresentado, foi elaborado com base na Portaria Conjunta nº 03/2007 STF-CNJ-STJ-CJF, Anexo III, art. 4º. Além das justificativas e dos objetivos estratégicos, abaixo informados, também foram considerados os cursos indicados pelos gestores das unidades no Plano de Desenvolvimento Individual (Sistema de Gestão de Desempenho). Quanto à qualificação do pessoal disponível e competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da unidade, informamos que não foram identificadas eventuais causas de distorções. Neste Tribunal, o mapeamento de competências, elaborado com o auxílio dos gestores das unidades, está em fase de construção/implementação, observado o cronograma das metas estratégicas da Resolução nº 92/2012 do CSJT.

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
EIXO DESENVOLVIMENTO GERENCIAL					
19º ENCONTRO ANUAL DE GESTORES	PRESENCIAL	Diretor de Secretaria de VT, Assistente-Chefe de PAJT, Coordenador de CCDF e os ocupantes de CJ das áreas administrativa e judiciária	Evento Institucional realizado anualmente	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	118
EVENTO CONEXÃO GESTORES	EAD	Gestores titulares da JT da 4ª Região; Assessores de Desembargadores	Evento Institucional para gestores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	158
CURSO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS - TURMA LIVRE	EAD	Todos os servidores	O treinamento é introdutório e aborda temas essenciais da gestão de pessoas: é importante que todos os gestores e substitutos realizem, especialmente os novos. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	20
CURSO DESENVOLVIMENTO DE GESTORES: COMPETÊNCIAS DO TRT4	EAD	Todos os servidores	Treinamento gerencial à distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta 3/2007 do STF. Cumpre, ainda, a Resolução 92/2011 do CSJT	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	146

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO FEEDBACK: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E DE EQUIPES	EAD	Todos os servidores	Treinamento gerencial à distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta 3/2007 do STF. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	139
CURSO O LÍDER MODERNO - TURMA LIVRE	EAD	Todos os servidores	Treinamento gerencial à distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta 3/2007 do STF. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	58
CURSO PROCESSO DECISÓRIO NAS INSTITUIÇÕES	EAD	Todos os servidores, preferencialmente titulares de cargo ou funções de natureza gerencial	Treinamento gerencial à distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta 3/2007 do STF. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	82
WORKSHOP FOCO NO CIDADÃO - PDG	PRESENCIAL	Servidores lotados em Porto Alegre, preferencialmente titulares de cargos ou funções de natureza gerencial	Curso previsto em programa institucional	Fortalecer o relacionamento com os públicos externos; Promover o alinhamento das unidades à estratégia; Desenvolver as Competências necessárias ao atingimento dos objetivos Estratégicos.	14
WORKSHOP SETE VIDAS - A ARTE DE CONSTRUIR SEU EQUILÍBRIO	PRESENCIAL	Todos os servidores, prioritariamente substitutos dos gestores de primeiro grau e os demais gestores das áreas administrativa e judiciária (FC5 e FC4)	Capacitar gestores que não foram público-alvo do 19º Encontro Anual de Gestores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	43
EIXO SEGURANÇA INSTITUCIONAL					
CURSO DE NR 10 - BÁSICO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela SEMPRO	Aperfeiçoamento e capacitação dos servidores na Norma Regulamentadora nº 10 a respeito de segurança em instalações e serviços com eletricidade	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	6
CURSO DE NR 18	PRESENCIAL	Servidores indicados pela SEMPRO	Aperfeiçoamento e capacitação dos servidores na Norma Regulamentadora nº 18 a respeito de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção civil	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	6
CURSO DE NR 35	PRESENCIAL	Servidores indicados pela SEMPRO	Solicitações apresentadas em avaliações de reação de outros cursos realizados para Oficiais de Justiça	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	10
CURSO DE OPERADOR DE SPARK	PRESENCIAL	Técnicos judiciários, área administrativa, especialidade segurança, que recebem gratificação por atividade de segurança	Curso necessário ao manuseio da ferramenta Spark	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	19
CURSO DE PPCI - PLANO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela SEMPRO	Aprimorar o conhecimento dos servidores que tem a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a execução de PPCIs	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	19

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA - TURMA LIVRE	PRESENCIAL	Técnicos judiciários, área administrativa, especialidade segurança	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável principalmente a Agentes de Segurança ingressantes, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Agilizar e aprimorar os Procedimentos Administrativos; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	6
CURSO FORMAÇÃO DE MOTORISTAS - TURMA LIVRE	PRESENCIAL	Técnicos judiciários, área administrativa, especialidade segurança, prioritariamente que exerçam a função de motorista	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável principalmente a Agentes de Segurança ingressantes, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Agilizar e aprimorar os Procedimentos Administrativos; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	3
CURSO SEGURANÇA: CONDUTA PREVENTIVA	EAD	Todos os servidores	Curso previsto no PA nº 0005239- 32.2012.5.04.0000, que trata das Propostas de Políticas de Segurança do TRT4	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	290
EIXO RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL					
CURSO BÁSICO DE LIBRAS	EAD	Todos os servidores	Cumprimento da Resolução 64/2010 do CSJT	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	18
CURSO DE RECICLAGEM EM LIBRAS	EAD	Todos os servidores	Cumprimento da Resolução 64/2010 do CSJT	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	21
CURSO EQUIDADE DE GÊNERO: ACOLHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	EAD	Todos os servidores	O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	13
CURSO PEDALANDO COM SEGURANÇA	EAD	Todos os servidores	O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	262
CURSO RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	EAD	Todos os servidores	O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	223
EIXO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL					
CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM QUALIDADE	EAD	Todos os servidores	Qualificar o atendimento interno e externo das diversas áreas do TRT4	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	125
CURSO TRABALHO EM EQUIPE	PRESENCIAL	Todos os servidores	Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	37
EIXO PROGRAMA INTEGRAR-TE					
INTEGRAR-TE 2016	PRESENCIAL	Servidores ingressantes	Formação inicial dos servidores Ingressantes	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	50
RECEPÇÃO SERVIDORES INGRESSANTES - RECEBER-TE	PRESENCIAL	Servidores ingressantes	Formação inicial dos servidores Ingressantes	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	30
EIXO DIREITO E PRÁTICAS JUDICIÁRIAS					

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CAPACITAÇÃO EM EXAME DOCUMENTOSCÓPICO	EAD	Servidores lotados na Seção de Perícias	Capacitação para o exame de documentos, grafismos, dentre outros	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	8
CURSO BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO	PRESENCIAL	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição	Demanda recorrente do 1º grau	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes Litigantes; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	108
CURSO CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	PRESENCIAL	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição	Demanda recorrente do 1º grau	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	73
CURSO INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO - TURMA LIVRE	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional, sem custo e que apresente elevada procura, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	90
CURSO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS RPPS: CÁLCULOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PRESENCIAL	Servidores lotados na Diretoria-Geral, SECONTI, SEGESP e SECOF	Atualização e Reciclagem devido a diversas alterações na legislação Previdenciária	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	19
CURSO QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES	PRESENCIAL	Servidores indicados pelos gestores das unidades	Qualificar servidores que necessitem de conhecimento complementar na análise de processos trabalhistas	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os Procedimentos Administrativos; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	81
EIXO DIREITO E PRÁTICAS JUDICIÁRIAS ECAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO					
CURSO AUD 3.0 - TURMA LIVRE	EAD	Servidores do TRT4, prioritariamente que desempenhem a função de secretário de audiências	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	211
CURSO AUTOCLE - TURMA LIVRE	EAD	Servidores da área judiciária	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	77
CURSO DE PJE - 1º GRAU E AUTOCLE	PRESENCIAL	Servidores lotados no 2º grau	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	23
CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO - TURMA LIVRE	EAD	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	438
CURSO PRÁTICO DE ANÁLISE DO PROCESSO DO TRABALHO	PRESENCIAL	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição que, preferencialmente, não possuam formação em Direito	Curso necessário para atualização dos servidores que atuarão no PJE; elevado número de indicações no PDI	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	125
INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	EAD	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição	O curso atende necessidade de qualificação de servidores do 1º grau, decorrentes da gradativa extinção de tarefas básicas, gerada pelo PJE	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	466

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
INTRODUÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO	EAD	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição	O curso atende necessidade de qualificação de servidores do 1º grau, decorrentes da gradativa extinção de tarefas básicas, gerada pelo PJe	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	194
OFICINA TEÓRICO-PRÁTICA DE CERTIDÕES E DESPACHOS	PRESENCIAL	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição	Curso necessário para atualização dos servidores que atuarão no PJe; número elevado de indicações no PDI	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	136
TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA E REFLEXOS NO E-GESTÃO	PRESENCIAL	Servidores indicados pelos gestores das unidades	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	31
TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SALA DE AUDIÊNCIAS	PRESENCIAL	Servidores indicados pelos gestores das unidades	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	29
TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA	PRESENCIAL	Servidores do TRT4	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJE	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	32
EIXO GESTÃO PÚBLICA E ORÇAMENTO					
CURSO A DISTÂNCIA SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS - SIGEP	EAD	Servidores lotados na SEGESP, CSAUDE, Escola Judicial, SECOF, Secretaria de Apoio aos magistrados	Curso necessário ao manuseio do sistema SIGEP	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	90
CURSO AUDITORIA BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO	PRESENCIAL	Servidores da área administrativa e judiciária de 2º grau	Treinamento destinado a proporcionar conhecimentos referente às auditorias utilizando a abordagem baseada em riscos, visando auditorias adequadas e relatórios apropriados.	Agilizar e aprimorar os Administrativos; Fortalecer os processos de governança	29
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	PRESENCIAL	Servidores lotados na Secretaria de Administração	Treinamento destinado a promover uma atuação interdisciplinar no âmbito da Secretaria de Administração, proporcionando uma melhoria nas rotinas de trabalho e uma visão geral dos assuntos pertinentes à Unidade.	Agilizar e aprimorar os Administrativos; Fortalecer os processos de governança	33
CURSO DE GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS	PRESENCIAL	Servidores que atuam nas aquisições e auditoria interna	Treinamento destinado a capacitar servidores envolvidos direta ou indiretamente com aquisições públicas.	Agilizar e aprimorar os Administrativos; Fortalecer os processos de governança	25
CURSO GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO	PRESENCIAL	Servidores da área administrativa e judiciária de 2º grau	Treinamento destinado a capacitar o servidor quanto à gestão e otimização dos recursos na promoção de um serviço público de qualidade.	Agilizar e aprimorar os Administrativos; Fortalecer os processos de governança	30
CURSO GESTÃO DO TEMPO	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para aumento da Produtividade	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Agilizar e aprimorar os Procedimentos Administrativos	122
CURSO GESTÃO ESTRATÉGICA - ENTRE VALORES TRADICIONAIS E OUSADIA - TURMA LIVRE	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para o entendimento da estratégia da instituição, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	27

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO ROTINAS DE ESTÁGIO PARA SUPERVISORES - TURMA LIVRE	EAD	Servidores que atuam como supervisores de estágio	Treinamentos voltados aos Estagiários e supervisores de Estágio - deve ser continuado, em decorrência da rotatividade de estagiários - a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	43
CURSO SIAFI - MÓDULO OPERACIONAL, ATUALIZADO COM O NOVO PCASP - 18ª EDIÇÃO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela Coordenadoria de Contabilidade, prioritariamente	Treinamento destino à reciclagem dos servidores que utilizam o sistema SIAFI, tendo em vista as alterações trazidas pela implantação do novo plano de contas aplicado ao setor público (PCASP)	Aprimorar a gestão orçamentária	14
EIXO LINGUAGEM					
CURSO DE PORTUGUÊS JURÍDICO	EAD	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados na área judiciária	Atende necessidade de aperfeiçoamento da redação e interpretação de textos jurídicos, oriunda, principalmente da implantação do PJE	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	93
CURSO ATUALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	152
CURSO CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	52
CURSO DE TÉCNICAS DE REDAÇÃO JURÍDICA	PRESENCIAL	Servidores lotados em Porto Alegre e Região Metropolitana	Treinamento destinado à capacitação para um texto jurídico de qualidade e desenvolvimento dos aspectos críticos de gramática e linguagem	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	44
CURSO REGÊNCIA VERBAL E CRASE - TURMA LIVRE	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	54
CURSO TÓPICOS DE GRAMÁTICA: REFORMA ORTOGRÁFICA	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	274
EIXO CAPACITAÇÃO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES					
CURSO PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NA EXECUÇÃO DE MANDADOS - TURMA LIVRE	EAD	Oficiais de Justiça Avaliadores, lotados em todo o estado	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável principalmente a Oficiais de Justiça ingressantes, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	14
CURSO QUALIFICAÇÃO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA	PRESENCIAL	Oficiais de Justiça Avaliadores, lotados em todo o estado	Curso atende demanda recorrente dos Oficiais de Justiça	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes Litigantes; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	58

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
TÉCNICAS DE SEGURANÇA NA DIREÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA	PRESENCIAL	Oficiais de Justiça Avalizadores, lotados em todo o estado	Solicitações apresentadas em avaliações de reação de outros cursos realizados para Oficiais de Justiça	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	31
EIXO INFORMÁTICA					
APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA	EAD	Todos os servidores	Curso contratado em outubro de 2015, com uso livre por 1 ano. Necessário ao aprofundamento da utilização dos recursos Google	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Agilizar e aprimorar os Procedimentos administrativos	240
APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GMAIL	EAD	Todos os servidores	Curso contratado em outubro de 2015, com uso livre por 1 ano. Necessário ao aprofundamento da utilização dos recursos Google	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Agilizar e aprimorar os Procedimentos administrativos	127
APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	EAD	Todos os servidores	Curso contratado em outubro de 2015, com uso livre por 1 ano. Necessário ao aprofundamento da utilização dos recursos Google	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Agilizar e aprimorar os Procedimentos administrativos	303
APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS	EAD	Todos os servidores	Curso contratado em outubro de 2015, com uso livre por 1 ano. Necessário ao aprofundamento da utilização dos recursos Google	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Agilizar e aprimorar os Procedimentos administrativos	164
CURSO BROFFICE CALC BÁSICO E AVANÇADO	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para uso dos recursos do BROFFICE CALC (compatível com o Libre Office), a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	44
CURSO BROFFICE TEXTO BÁSICO E AVANÇADO	EAD	Todos os servidores	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para uso dos recursos do BROFFICE TEXTO (compatível com o Libre Office), a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	46
CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	EAD	Todos os servidores	O curso contribuirá para a manutenção da segurança da rede informatizada do TRT4	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Agilizar e aprimorar os Procedimentos administrativos	209
EIXO QUALIDADE DE VIDA					
CURSO DE REEDUCAÇÃO POSTURAL	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	18
PALESTRA INFORMATIVA SOBRE OS CUIDADOS COM A SAÚDE DA MAMA	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	66

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
WORKSHOP A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL PARA A SOCIEDADE	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	17
WORKSHOP A MEDITAÇÃO COMO CAMINHO PARA O EQUILÍBRIO EMOCIONAL	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	25
WORKSHOP COMO VOCÊ SE CUIDA? (A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO PARA A SAÚDE MENTAL E O EQUILÍBRIO EMOCIONAL)	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	12
WORKSHOP DOENÇAS DA COLUNA E SUAS RELAÇÕES COM O TRABALHO	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	11
WORKSHOP EQUILÍBRIO EMOCIONAL: O QUE É E COMO CULTIVAR	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	33
WORKSHOP EXAME MÉDICO PREVENTIVO - "CHECK-UP"	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	7
WORKSHOP O QUE É FELICIDADE?	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	16
WORKSHOP PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES	PRESENCIAL	Todos os servidores	Ação que atende à demanda oriunda do Plano Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do TRT4. Resolução CSJT 141/2014	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	10
EVENTOS EXTERNOS					
11ª REUNIÃO DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO (COLEOUV)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	1
13ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	4
13º CONGRESSO BRASILEIRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E EXPOEFICIÊNCIA - COBEE	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Fortalecer os processos de governança	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
13º SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
15º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS + WORKSHOP GERENCIAMENTO DE STAKEHOLDERS + WORKSHOP HABILIDADES PARA LIDERANÇA ESTRATÉGICA DE PROJETOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
18º FÓRUM INTERNACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	1
1º CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE SERVIDORES DE EJs (4º MÓDULO)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
1º ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE INSTALADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO (PJe)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	2
1º SEMINÁRIO ESOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
21ª REUNIÃO CIENTÍFICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE ORTOPEDIA FUNCIONAL DOS MAXILARES	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	1
31º CONGRESSO BRASILEIRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
56º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO TRABALHO (SORTEIO DESAFIO SUSTENTÁVEL)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;	1
5º ENCONTRO NACIONAL DOS GESTORES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	1
6º FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
9º CONGRESSO NACIONAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS - CONOJAF	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	5
9º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	EAD	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO "WEB RICA COM JSF 2, PRIMEFACES 4 E CDI" (FELIPE LUIZ GIOTTO E FELIPE FLORES)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
CURSO APLICAÇÃO DE SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTR. E RESPONSABIL. DOS AGENTES PÚBL. POR AÇÕES OU OMISSÕES QUANTO À ADOÇÃO DOS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
CURSO BÁSICO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES - METODOLOGIA CIENTÍFICA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
CURSO DE ANÁLISE FORENSE	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;	1
CURSO FURUKAWA FCP PROFESSIONAL FIBRA ÓPTICA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
CURSO GESTÃO E MANUTENÇÃO EM EDIFÍCIOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
CURSO MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	4
CURSO NMENPI - MANAGING NETWORKS WITH PRIME INFRASTRUCTURE	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
CURSO O PLANEJAMENTO E A ELABORAÇÃO DO TR NAS CONTRATAÇÕES DE TI	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
CURSO ONLINE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	EAD	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
CURSO RH 254 - RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION III	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	3
CURSO SUMUS SERVIDOR FOR WEB BI - TREINAMENTO OPERACIONAL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
CURSOS ALURA EAD	EAD	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	114
FERRAMENTA ESTATÍSTICA - R	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM OPERAÇÕES COM TECNOLOGIAS NÃO-LETAIS E SPARK	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
FORMAÇÃO DE PREGOEIRO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
GARTNER SYMPOSIUM/Itxpo	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Fortalecer os processos de governança	6
HSM EXPO 2016	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Fortalecer os processos de governança	1
I ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO DOS SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA JT - SIGEO-JT	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
I ENCONTRO PARA FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO PJe	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	2
I FÓRUM APRIMORE STJ: COMPETÊNCIAS, RESULTADOS E INOVAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	1
II FÓRUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
ISMAS - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AVANÇADO (ISO 27002)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Fortalecer os processos de governança	1
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PRÁTICA DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL (SORTEIO DESAFIO SUSTENTÁVEL)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA COORDENADORES DE OUVIDORIA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
SASAC - IMPLEMENTING CORE CISCO ASA SECURITY	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
SEMANA DA MEMÓRIA 2016	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	1
SEMINÁRIO 20 ANOS DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1ª REGIÃO E 51ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
SEMINÁRIO AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS DA UNIÃO - IMPORTÂNCIA DA BASE DE DADOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
SIMPÓSIO SOBRE TRANSTORNOS MENTAIS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
TREINAMENTO EM GESTAO PATRIMONIAL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
TREINAMENTO VERSÃO 2.0 DO EXTRATOR PJE-JT PARA O SISTEMA E-GESTÃO (FELIPE HOPPE LEVIN e NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT)	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	2
TS615G - IBM SPECTRUM PROTECT 7.1.4 IMPLEMENTATION AND ADMINISTRATION	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
V SIMPÓSIO DE GESTÃO DE PESSOAS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
VII SEMANA INTERINSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - INTERFACES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	10
WORKSHOP ÁGILE LEGO CHALLENGE	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	7
WORKSHOP ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO EFICAZ	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
WORKSHOP GERENCIAMENTO DE STAKEHOLDERS - SOFT-SKILLS DETERMINANTES PARA O SUCESSO DE UM PROJETO!	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
WORKSHOP HABILIDADES PARA LIDERANÇA ESTRATÉGICA DE PROJETOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
XII CONGRESSO BRASILEIRO DOS ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	10
CURSO BOE310 - SAP BUSINESS OBJECTS BUSINESS INTELLIGENCE PLATFORM: ADMINISTRATION AND SECURITY	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	5
CURSO DE ANÁLISE DE NEGÓCIOS - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos; Fortalecer os processos de governança	6
CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE ARMAMENTO E TIRO	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	5

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO DE HTML5, CSS3 E JAVASCRIPT	EAD	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
CURSO FURUKAWA FCP PROFESSIONAL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
CURSO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
CURSO MS412 - CONFIGURAÇÃO AVANÇADA DOS SERVIÇOS NO WINDOWS SERVER 2012	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
CURSO PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS SEGUNDO A ABNT NBR 5419-2015	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	3
ELABORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA	EAD	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	1
FORMAÇÃO EXCELL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
FURUKAWA CERTIFIED PROFESSIONAL FIBRA ÓPTICA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
FURUKAWA DATA CABLING SYSTEM/FLUKE MCT	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
M697.1 - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
M697.2 - DEPLOYING AND MANAGING WINDOWS 10 USING ENTERPRISE SERVICES	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	4
MS410 - INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
ORACLE DATABASE 12C BACKUP & RECOVERY	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2
ORÇAMENTO E CÁLCULO DO BDI DE OBRAS CIVIS - PÚBLICAS E/OU PRIVADAS	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	2
RH134 - RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION II	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	3
SS3136 - FORMAÇÃO ADMINISTRADOR DE REDES MULTIPLATAFORMA	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
SSSGTI - ENTENDENDO E PLANEJANDO SEGURANÇA PARA AMBIENTES DE TI	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	2

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
TESOURO GERENCIAL	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Aprimorar a gestão orçamentária; Agilizar e aprimorar os procedimentos Administrativos	5
TREINAMENTO OFICIAL ZABBIX	PRESENCIAL	Servidores indicados pela respectiva chefia	Ação de capacitação sob demanda da área requisitante para desenvolvimento de competências técnicas dos servidores	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de Informação	1
TOTAL DE TREINADOS					6.872

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

ESCOLA JUDICIAL

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
EIXO FUNDAMENTOS				
Painel O Novo CPC: Fundamentos Da Sentença, Recursos Nos Tribunais E Execução - Desembargadores	Evento realizado para promover a qualificação, em especial de magistrados do 2º Grau de Jurisdição do TRT4, nas inovações trazidas pelo novo CPC, Debates sobre os recursos nos tribunais, a fundamentação da sentença e a execução.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional -Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	26	-
Uniformização Jurisprudencial: Lei 13.015/2014	Evento realizado para promover o debate sobre a Uniformização Jurisprudencial - Lei 13.015/2014, em virtude das substanciais alterações trazidas pela nova legislação em relação ao trâmite do recurso de revista, com reflexos diretos não apenas no procedimento de análise do cabimento do remédio jurídico, mas também na atuação das próprias Turmas julgadoras da Corte.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	26	37
III Jornada Sobre O Novo CPC E Suas Implicações No Processo Do Trabalho	Evento realizado para promover o debate sobre as mudanças do novo Código de Processo Civil e os impactos na Justiça do Trabalho. O evento objetiva auxiliar o magistrado a aprimorar a prestação jurisdicional ao esclarecer como impactam as regras do Novo CPC no Processo do Trabalho. Temática extremamente atual e que suscita dúvidas e controvérsias entre os operadores do Direito, inclusive no âmbito do processo do trabalho, que se vale, subsidiariamente, das regras do processo civil.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	24	113
III Jornada Sobre O Novo CPC E Suas Implicações No Processo Do Trabalho - Transmissão On-line	Evento realizado para promover o debate sobre as mudanças do novo Código de Processo Civil e os impactos na Justiça do Trabalho. O evento objetiva auxiliar o magistrado a aprimorar a prestação jurisdicional ao esclarecer como impactam as regras do Novo CPC no Processo do Trabalho. Temática extremamente atual e que suscita dúvidas e controvérsias entre os operadores do Direito, inclusive no âmbito do processo do trabalho, que se vale, subsidiariamente, das regras do processo civil. A III Jornada também terá transmissão on-line para cidades-pólo do interior do Estado, possibilitando a maior abrangência de público-alvo.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	6	71
Novo CPC e suas Implicações na Execução Trabalhista	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	-	11
Requisitos de Admissibilidade do Recurso de Revista	Evento realizado em virtude das substanciais alterações trazidas pela nova legislação em relação ao trâmite do recurso de revista, com reflexos diretos não apenas no procedimento de análise do cabimento do remédio jurídico, mas também na atuação das próprias Turmas julgadoras da Corte.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	1	33
O Papel do Direito Internacional, da Diplomacia e do Estado de Direito na Promoção Global dos Direitos Humanos nos EUA, Brasil e outros Países	Evento realizado para promover a reflexão sob a ótica do Direito Internacional, da Diplomacia e do Estado de Direito na Promoção Global dos Direitos Humanos nos Estados Unidos, Brasil e Outros Países.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	5	19
Seminário ARISE Trabalho Infantil: Realidade e Superações	Evento organizado pela Presidência do TRT4 com apoio da EJ, realizado para promover o debate sobre a realidade do trabalho infantil	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	3	9
IV Jornada Sobre o Novo CPC e Precedentes	Evento realizado para promover o debate sobre as novas mudanças do novo Código de Processo Civil e seus impactos na seara do Processo Trabalhista.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	153	67

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Painel: Sindicato, Estado E Sociedade	Evento realizado para promover o debate sobre a posição do sindicato na sociedade e a importância do Movimento Sindical para a Democracia.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	11	32
O Novo CPC e o Processo do Trabalho - Fase De Conhecimento	O objetivo do curso é tratar das novidades do CPC, exclusivamente na fase de conhecimento. O público-alvo são servidores e magistrados de Passo Fundo e região.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	3	45
Palestra Diferenças e Tolerância: Construindo O Diálogo	Evento institucional, visando a promoção da reflexão e do debate sobre temas de relevante interesse para a Justiça do Trabalho Gaúcha e para a atividade jurisdicional dos magistrados. O tema da conferência de abertura "Palestra Ética e Tolerância: Construindo o Diálogo".	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança 	-	58
Palestra Ética e Política: Uma Leitura da Subjetividade Contemporânea	Evento institucional, visando a promoção da reflexão e do debate sobre temas de relevante interesse para a Justiça do Trabalho Gaúcha e para a atividade jurisdicional dos magistrados. O tema da conferência de encerramento "Palestra Ética e Política: Uma Leitura da Subjetividade Contemporânea	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Fortalecer os processos de governança 	-	67
Common Law: Um Olhar de Direito Comparado sobre o Sistema de Precedentes Brasileiro	Evento que objetiva promover o debate sobre Common Law: Um Olhar de Direito Comparado sobre o Sistema de Precedentes Brasileiro. A colisão entre a privacidade do empregado e a livre iniciativa no monitoramento da internet pelo empregador.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	13	14
O Ativismo Judicial no Século XXI	Atividade integrante dos eventos comemorativos aos 10 anos de existência da EJ do TRT4. Evento realizado para promover o debate sobre o tema ativismo judicial e a segurança jurídica, imprescindível para a proteção dos Direitos Trabalhistas e para a economia como um todo.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer os processos de governança 	12	32
Evento Comemorativo aos 10 Anos da Escola Judicial	Evento comemorativo aos 10 anos de existência da EJ do TRT4, objetiva promover uma série de palestras alusivas à primeira década da Escola Judicial. procurará abordar com profundidade a temática envolvendo a necessária revalorização do trabalho do Magistrado e do Servidor.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança 	5	40
EIXO PRÁTICAS DE JURISDIÇÃO				
Aula Inaugural 2016 - Medição E Conciliação: O Novo CPC E Os Conflitos Trabalhistas	Evento que objetiva o estudo e o debate sobre Conciliação, Mediação e Gestão de Conflitos, temática de interesse de magistrados do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer os processos de governança 	44	46
Aula Inaugural 2016 - Medição E Conciliação: O Novo CPC E Os Conflitos Trabalhistas - Transmissão On-line	Evento que objetiva o estudo e o debate sobre Conciliação, Mediação e Gestão de Conflitos, temática de interesse de magistrados do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer os processos de governança 	5	41
Capacitação para O Sumaríssimo	O curso objetiva promover o debate sobre as características, cogenência e principais vantagens do procedimento sumaríssimo. Depósito recursal e garantia do crédito na fase de conhecimento. Efetividade e racionalização da prestação jurisdicional. Celeridade e simplificação de formas. Cálculo e liquidação dos créditos trabalhistas mais comuns: aviso-prévio proporcional, férias, gratificação natalina, repouso semanal remunerado, depósitos do FGTS e multa de 40%, horas extras e supressão de intervalo, adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, gratificação por tempo de serviço, diferenças salariais por equiparação, acréscimo/plus salarial e repercussões/reflexos/integrações.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer os processos de governança - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos 	2	26

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
EIXO GESTÃO				
Cultivando o Bem-Estar no Exercício na Magistratura	O curso objetiva promover o debate sobre o que é bem-estar e felicidade genuína e como cultivá-los no dia a dia; compreender o que é equilíbrio emocional e como lidar com as emoções, percebendo as próprias necessidades e as dos outros; aprender ferramentas práticas que ajudam a reduzir o estresse e a desenvolver maior bem-estar; aprender a compreender as necessidades por trás das emoções e como comunicá-las de modo construtivo; proporcionar reflexões e caminhos para o exercício da função de modo mais benéfico e saudável.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança 	5	-
EIXO FIM DE TARDE				
Roda De Conversa Sobre Violência De Gênero	Evento realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), em parceria com a EJ, busca promover o debate sobre violência contra a mulher. A atividade integra a programação do Projeto Igualdade de Gênero, lançado pelo TRT4. O projeto visa combater as desigualdades entre homens e mulheres nas relações sociais e, especialmente, a violência contra a mulher.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania 	5	12
Liquidação Nas Ações Coletivas Na Justiça Do Trabalho	Evento que objetiva promover o debate sobre Liquidação nas Ações Coletivas na Justiça do Trabalho, considerando a Competência para tanto, a Legitimidade e os Procedimentos a serem adotados.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	11	22
Cultivando o Equilíbrio em Tempos de Crise	Evento que objetiva promover o debate sobre o cultivo do equilíbrio, na melhoria da qualidade de vida e da saúde de todos.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania 	6	36
Diálogos Acadêmicos - Common Law - O Processo Civil dos EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil	Evento que objetiva promover o debate sobre a Common Law - O Processo Civil dos EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil. Atividade que faz parte do Ciclo "Diálogos Acadêmicos", espaço destinado à Magistrados e Servidores interessados em disseminar o conhecimento adquirido em cursos externos ao Tribunal.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	10	21
Precedentes na Common Law	Evento que objetiva promover o debate sobre os Precedentes na Common Law.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	7	20
Reabilitação Profissional: Direito Fundamental à Espera de Regulamentação	Evento que objetiva promover o debate sobre a Reabilitação Profissional: Direito Fundamental à Espera de Regulamentação.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	3	11
EIXO MINICURSO				
MINICURSO Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade (Integral)	Minicurso que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	6	14
Fundamentos do Direito do Trabalho Módulo 1 Hermenêutica Constitucional E Fontes Do Direito do Trabalho	Minicurso que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	4	7
Fundamentos do Direito do Trabalho Módulo 2 Princípios Do Direito do Trabalho	Minicurso que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	1	26

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Fundamentos do Direito do Trabalho Módulo 2 Princípios Do Direito do Trabalho - Transmissão On-line	Minicurso que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	6	40
Fundamentos do Direito do Trabalho Módulo 3 O Poder Diretivo Empregador Em Face Dos Direitos Da Personalidade E Da Subordinação	Minicurso que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	1	7
Fundamentos do Direito do Trabalho Módulo 4 Direito do Trabalho e Economia.Trabalho Formal, Informal e Terceirizado	Minicurso que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	1	2
Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho (Integral)	Evento que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento e na aplicação concreta do direito constitucional, sobretudo dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular. O minicurso auxiliar o magistrado a "assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais; adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição; reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos; utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral",	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	3	17
Direitos Humanos E Relações De Trabalho Aula Aberta 1 Módulo Trabalho Infantil	Evento que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento e na aplicação concreta do direito constitucional, sobretudo dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular. O minicurso auxiliar o magistrado a "assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais; adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição; reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos; utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral",	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	1	5
Direitos Humanos E Relações De Trabalho Aula Aberta 2 Módulo Trabalho Seguro	Evento que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento e na aplicação concreta do direito constitucional, sobretudo dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular. O minicurso auxiliar o magistrado a "assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais; adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição; reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos; utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral",	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	9	14
Direitos Humanos E Relações De Trabalho Aula Aberta 2 Módulo Trabalho Seguro - Transmissão On-line	Evento que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento e na aplicação concreta do direito constitucional, sobretudo dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular. O minicurso auxiliar o magistrado a "assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais; adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição; reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos; utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral",	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	3	8

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Direitos Humanos E Relações De Trabalho Aula Aberta 3 Módulo Trabalho Escravo	Evento que objetiva promover a qualificação dos participantes no conhecimento e na aplicação concreta do direito constitucional, sobretudo dos direitos fundamentais em geral e dos trabalhistas em particular. O minicurso auxiliar o magistrado a "assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais; adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição; reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos; utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral",	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	1	4
Cumprimento de Sentença - Reedição	Por ser a temática da execução trabalhista estratégica ao atingimento dos objetivos do TRT4, sendo também tema recorrente nas demandas de capacitação encaminhadas à Escola Judicial, o minicurso visa ao maior aprofundamento em matéria de tal relevância à magistratura trabalhista.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	6	33
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho - Módulo 1 DISCRIMINAÇÃO: ASPECTOS GERAIS DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: CASUÍSTICA	Evento que objetiva promover o estudo, reflexão e debate sobre as diferentes formas de discriminação nas relações de trabalho. A temática dá continuidade ao que foi visto no 1º semestre de 2016, no Minicurso de Direitos Humanos, que tratou de trabalho escravo, trabalho infantil e trabalho seguro.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida 	7	33
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho - Módulo 2 DISCRIMINAÇÃO POR SEXO E GÊNERO - TRABALHO DA MULHER DISCRIMINAÇÃO DE TRABALHADOR IMIGRANTE E REFUGIADO	Evento que objetiva promover o estudo, reflexão e debate sobre as diferentes formas de discriminação nas relações de trabalho. A temática dá continuidade ao que foi visto no 1º semestre de 2016, no Minicurso de Direitos Humanos, que tratou de trabalho escravo, trabalho infantil e trabalho seguro.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida 	6	22
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho - Módulo 3 DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL DISCRIMINAÇÃO POR IDENTIDADE DE GÊNERO: TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE	Evento que objetiva promover o estudo, reflexão e debate sobre as diferentes formas de discriminação nas relações de trabalho. A temática dá continuidade ao que foi visto no 1º semestre de 2016, no Minicurso de Direitos Humanos, que tratou de trabalho escravo, trabalho infantil e trabalho seguro.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida 	1	25
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho - Módulo 4 DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA DISCRIMINAÇÃO DO TRABALHADOR ACIDENTADO E DEFICIENTE	Evento que objetiva promover o estudo, reflexão e debate sobre as diferentes formas de discriminação nas relações de trabalho. A temática dá continuidade ao que foi visto no 1º semestre de 2016, no Minicurso de Direitos Humanos, que tratou de trabalho escravo, trabalho infantil e trabalho seguro.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida 	3	15
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho - Módulo 5 DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVOS RACIAIS	Evento que objetiva promover o estudo, reflexão e debate sobre as diferentes formas de discriminação nas relações de trabalho. A temática dá continuidade ao que foi visto no 1º semestre de 2016, no Minicurso de Direitos Humanos, que tratou de trabalho escravo, trabalho infantil e trabalho seguro.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida 	2	9

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Saúde Mental no Trabalho	Evento em parceria com o Centro de Estudos do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - CEIP. O Minicurso objetiva apresentar as principais teorias que subsidiam o campo dos TMRT e da SMT, promovendo o entendimento dos fatores que levam ao adoecimento mental; Apresentar o raciocínio clínico da medicina do trabalho e da psiquiatria, destacando as principais doenças mentais que levam a incapacitação parcial ou total do trabalhador;• Discutir e instrumentalizar os profissionais a estabelecer o Nexo Causal e Epidemiológico dos Transtornos Mentais com o trabalho;• Discutir sobre a pericia dos TMRT e seus desafios; <ul style="list-style-type: none"> • Levantar as principais aproximações entre a área previdenciária e a psiquiatria do trabalho;• Examinar aspectos práticos periciais dos principais transtornos que afastam o trabalhador: quadros depressivos; ansiosos; abuso de substâncias; transtornos psicóticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida 	3	18
EIXO GRUPOS DE ESTUDO				
Responsabilidade Civil - 1º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	4	-
Responsabilidade Civil - 2º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	5	-
Responsabilidade Civil - 3º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	5	-
Responsabilidade Civil - 4º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	2	-
Responsabilidade Civil - 5º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	4	-
Responsabilidade Civil - 6º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	5	-
Palestra - Responsabilidade Civil Contemporânea	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	2	14
Responsabilidade Civil - 7º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	1	-
Responsabilidade Civil - 8º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	3	-
Responsabilidade Civil - 9º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	1	-
O Processo Do Trabalho E O Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 1º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional 	11	-

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Os Efeitos Do Novo CPC No Processo Do Trabalho - 3º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	5	-
Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho - 4º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	6	-
Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho - 5º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	7	-
Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho - 6º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	5	-
Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho - 7º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	7	-
Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho - 8º Encontro	Os Grupos de Estudo têm por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	4	-
EIXO EaD				
Produção De Conteúdo - Em Busca Do Aprendizado Significativo	O curso objetiva orientar a produção de conteúdo para curso à distância, especificamente, para o Itinerário Formativo de Assistente de Juiz e de Desembargador.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;	5	3
Seminário Virtual de Retomada do X Encontro Institucional da Magistratura	Seminário que objetiva retomar as discussões e análise da implementação das proposições aprovadas na Plenária do X Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS. (2015).	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	14	-
Curso Base - Certidão de Cálculos Trabalhistas - InFor - Turmas 3, 4 e 5	Preparar, em especial, o assistente de execução, a partir de módulos teóricos e práticos, a elaborar e emitir a certidão de cálculos que servirá de base para a cobrança das dívidas existentes no processo.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança	-	74
Introdução à Tutoria Online	O curso objetiva capacitar para tutoria de ensino em ambiente virtual de aprendizagem.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;	7	13
Midioteca On-line - Semestre 1/16	Ensino mediado por tecnologia, com uso da plataforma moodle para ensino na modalidade a distância. Diversas temáticas.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	30	-
Itinerário Para Assistentes Formação Básica - Módulo Remuneração e Salário - Turmas A e B	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	50
Aplicação do Novo CCP na Justiça do Trabalho - Módulo I - Autoinstrucional	Promover o debate sobre as mudanças do novo Código de Processo Civil e os impactos na Justiça do Trabalho.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	-	164
Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho - Módulo II - Autoinstrucional	Promover o debate sobre as mudanças do novo Código de Processo Civil e os impactos na Justiça do Trabalho.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	-	123
Itinerário para Assistentes - Formação Básica - Módulo Término de Contrato	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	28

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Midioteca On-line - Semestre 2/16	Ensino mediado por tecnologia, com uso da plataforma moodle para ensino na modalidade a distância. Diversas temáticas.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	20	-
EIXO INTINERÁRIO				
Assistentes - Formação Básica - Módulo Terceirização	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	48
Assistentes Formação Básica - Módulo Acidentes de Trabalho	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	48
Assistentes Formação Básica - Módulo Relação de Emprego	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	51
Assistentes Formação Básica - Módulo Linguagem E Direito	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	37
Assistentes Formação Básica - Módulo Duração do Trabalho	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	51
Assistentes Formação Básica - Módulo Insalubridade e Periculosidade	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	47
Assistentes Formação Básica - Módulo Prova e Ônus Da Prova - Turmas 1 e 2	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	-	92
Itinerário para Assistente Formação Básica - Módulo Elaboração de Minuta de Sentença - Turmas A e B	Promover a capacitação dos Assistentes de Juiz e de Desembargador para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	-	59
Itinerário Formativo Diretores - Módulo Gestão Unidade Judiciário após a Implantação do PJE - T1	Promover a capacitação dos Diretores de Secretaria, para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições	- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	33
Itinerário Formativo Diretores - Módulo Gestão Unidade Judiciário após a Implantação do PJE - T2	Promover a capacitação dos Diretores de Secretaria, para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições	- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; -Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	29
Itinerário Formativo Diretores - Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implantação do PJE - T3	Promover a capacitação dos Diretores de Secretaria, para que melhor desenvolvam as competências necessárias ao bom exercício de suas atribuições	- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; -Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	32
EIXO ENCONTRO INSTITUCIONAL				
XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul Diálogos Institucionais	Evento institucional, visando a promoção da reflexão e do debate sobre temas de relevante interesse para a Justiça do Trabalho Gaúcha e para a atividade jurisdicional dos magistrados. Este evento institucional igualmente visa a auxiliar no cumprimento das 30 horas-aula semestrais dos magistrados, conforme determinação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT (Res. Nº 09/2011). Além disso, promove a reflexão e o debate acerca de temas de relevante interesse para a Justiça do Trabalho, relacionados às práticas diárias de trabalho dos magistrados.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida Fortalecer os processos de governança	146	-

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
EIXO PARCERIA FEMARGS				
Economia Aplicada ao Direito do Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	-	6
Acidentes de Trabalho: Repercussões Trabalhistas e Previdenciárias	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer os processos de governança	-	13
Curso História e Trabalho no Brasil	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	-	6
Curso Direitos Sociais: As Conexões entre o Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	-	10
EVENTOS EXTERNOS				
IV Curso Sobre Transtornos Mentais Relacionados Ao Trabalho E Saúde Mental No Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	10	-
Curso De Formação De Formadores Sobre Questões Penais Na Justiça Do Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	2	-
Curso De Formação Continuada Sobre Prova Pericial Em Acidentes E Doenças Ocupacionais	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	8	-
49ª Assembleia Geral Extraordinária e Reuniões de Trabalho do Conematra	Encontro das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho, para discussão e temáticas de interesse comum.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	1	-
7º Curso De Formação Em Administração Judiciária De Tribunais Regionais Do Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	3	-
Curso De Formação continuada Em Efetividade Da Execução Trabalhista	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	1	-
Curso Psicopatologias Relacionadas Ao Trabalho e Atuação do Perito	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	5	-
Curso Formação Continuada em Questões Penais na Justiça do Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	8	-
Curso De Formação continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança	7	-
Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância: Perspectivas e Desafios	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;	2	-

CURSOS OFERTADOS	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
Curso de Formação Continuada sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Fortalecer os processos de governança	6	-
Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-França/Enamat	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida - Fortalecer os processos de governança	1	-
Curso de Formação Continuada sobre Administração de Vara do Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	5	-
Curso de Formação Continuada O novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho	Disponibilizada(s) vaga(s) pela Escola Judicial aos magistrados do TRT4 por ser temática de interesse dos Magistrados da Justiça do Trabalho Gaúcha.	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional - Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos - Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	2	-
TOTAL DE TREINAMENTOS			1.197	2.318
			3.515	

DOCÊNCIA	Nº DE HORAS DE DOCÊNCIA DE CURSOS MINISTRADOS EM 2016 PELA ESCOLA JUDICIAL, CUJOS DOCENTES SÃO MAGISTRADOS DO TRT4	Nº DE MAGISTRADOS TREINADOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
ATIVIDADES DE DOCÊNCIA DE MAGISTRADOS TAMBÉM SÃO CONSIDERADAS COMO AÇÕES DE FORMAÇÃO	137	98	-

TOTAL GERAL DE TREINAMENTOS	1.091	2.213
	3.304	

Fonte: Escola Judicial.

5.1.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE
Quadro 5.1.1.1. FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS (1.1+1.2)	3.835	3.760	148	157
1.1. MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS	295	293	19	9
1.2. SERVIDORES DE CARREIRA (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.540	3.467	129	148
1.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	3.540	3.458	128	148
1.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	não há	-	-	-
1.2.3. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	não há	7	1	-
1.2.4. SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	não há	2	-	-
2. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	-	-	-	-
3. SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	2	1	-
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	3.835	3.762	149	157

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 5.1.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. SERVIDORES DE CARREIRA (1.1)	610	2.803
1.1. SERVIDORES DE CARREIRA (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	610	2.803
1.1.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	610	2.801
1.1.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	-	-
1.1.3. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	-	-
1.1.4. SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	-	2
2. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	-	-
3. SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	2
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	610	2.805

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 5.1.1.3. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. CARGOS EM COMISSÃO	319	319	78	77
1.1. CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	-	-	-	-
1.2. GRUPO DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO ESPECIAL	319	319	78	77
1.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	319	315	77	77
1.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	não há	-	-	-
1.2.3. SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	não há	2	-	-
1.2.4. SEM VÍNCULO	não há	1	-	-
1.2.5. APOSENTADOS	não há	1	1	-
2. FUNÇÕES GRATIFICADAS	1.668	1.668	1.139	1.207
2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	1.668	1.668	1.139	1.207
2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	não há	-	-	-
2.3. SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	não há	-	-	-
3. TOTAL DE SERVIDORES EM CARGO E EM FUNÇÃO (1+2)	1.987	1.987	1.217	1.284

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

ANÁLISE CRÍTICA

QUANTIDADE DE SERVIDORES DISPONÍVEIS FRENTE AS NECESSIDADES DA UNIDADE

A quantidade de servidores em atuação no TRT da 4ª Região vem se mostrando insuficiente com o passar dos anos. Em unidades de 1º Grau, por exemplo, foi detectado que há deficit de servidores em diversas unidades, considerando-se os parâmetros de quantitativo de pessoal estabelecidos pela Resolução nº 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Isso se deve ao expressivo aumento da movimentação processual nas unidades de 1º Grau, que vem crescendo a cada ano, fazendo com que a necessidade de servidores também aumente.

Outro aspecto importante que colabora com o atual deficit de servidores é notado em algumas modalidades de remoção, que independem do interesse da Administração (por motivo de saúde e para acompanhamento de cônjuge), além de outras modalidades de remoção sem reciprocidade. No total, este Tribunal possui 27 servidores em atuação em outros Regionais, enquanto há somente 13 servidores de outros Tribunais que aqui atuam.

Além disso, foram concedidas 19 licenças para acompanhamento de cônjuge com lotação em outro Órgão, enquanto apenas 5 servidores aqui atuam pelo mesmo motivo.

RESULTADO DE EVENTUAIS AVALIAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE A ÁREA MEIO E A ÁREA FIM E DO NÚMERO DE SERVIDORES EM CARGOS COMISSIONADOS FRENTE A NÃO COMISSIONADOS

Em 31-12-2016, este Tribunal possuía um total de 3.415 servidores em atuação (força de trabalho), incluído nesse quantitativo os servidores removidos de outros Órgãos e os requisitados que aqui atuam e excluídos os servidores do quadro que estão em exercício em outros Órgãos. São consideradas como área-fim todas as unidades que atuam efetivamente e apoiam as áreas Judiciárias de 1º e 2º Grau. Já a área meio é composta pelas unidades que

prestam suporte a área Administrativa deste Tribunal. Com relação aos dados apresentados na tabela 8.1.1.2, percebe-se que 82,14% dos servidores que se encontram em exercício neste Tribunal, compõem a área-fim, totalizando 2.805, enquanto a área meio é composta por 610 servidores, representando 17,86% do quadro.

No que diz respeito a distribuição dos servidores em cargos comissionados frente a não comissionados, do total de 3.415 servidores em atuação, este Regional possui 1.987 funções comissionadas, encontrando-se providas 1.987 em 31-12-2016. Cumpre esclarecer que no ano de 2015 este Tribunal possuía 2.094 funções comissionadas. Contudo, no ano de 2016, houve uma transformação de funções, sem impacto financeiro, autorizado pelo Órgão Especial deste Regional.

EVENTUAIS AFASTAMENTOS QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL NA UPC, QUANTIFICANDO O NÚMERO DE SERVIDORES AFASTADOS E POSSÍVEIS IMPACTOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UPC

Na tabela abaixo, apresentamos o quantitativo de servidores, afastados por tipo de licenças, concedidas no ano de 2016, que tiveram impacto na força de trabalho do TRT da 4ª Região.

Quadro 5.1.1.4. QUANTITATIVOS DE SERVIDORES AFASTADOS OR TIPO DE LICENÇAS

LICENÇA	Nº DE SERVIDORES AFASTADOS EM 2016
ADT - Adotante 120 dias	1
AIS- Afastamento Integral do servidor por convocação	53
AS-Afastamento da sede	2
CASA- Casamento	50
CSJT - TRABALHO Junto Conselho Sup. Just. Trab.	1
CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	2882
CURSO - INSTRUTORIA MEDIANTE COMPENSAÇÃO	10
CURSOPARCIAL (cursos com período inferior a 6 horas)	1178
DM - Dispensa Médica	901
DPON- Dispensa do ponto	168
DSAN- Doação de sangue	71
FALC- Falecimento Pessoa da Família	89
HEST- Horário especial estudante	16
JURI- Juri e outros serviços obrigatórios por lei	84
LACID- Acidente serviço ou doença profissional	3
LAPC- Atividade política com remuneração	11
LAPOS- prorrog lts art.188 ati aposentadoria	13
LC- Licença Capacitação	4
LDMC- Licença para desempenho de mandato classista	5
LG- Gestante	76
LG- Gestante Prorrogação	73
LPA- Licença-prêmio por assiduidade	3
LPF- Doença em pessoa da família	691
LPF- Doença em pessoa da família (Odonto)	6
LTIP - lic.p/tratar interesses particulares com CONTRIBUIÇÃO	12
LTIP- Licença para tratar de interesses particulares	9
LTS - Tratamento de Saúde	3193
LTS- Tratamento de Saúde (Odonto)	106
PAT- Paternidade	56
PD- Prazo para deslocamento	78
PLANTÃO- FOLGA compensatória por atuar no regime de plantão	7
TRE - à disposição (não há direito ao DOBRO DIAS)	17

LICENÇA	Nº DE SERVIDORES AFASTADOS EM 2016
TREF- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	473
TRET- Trabalho nas eleições em dia útil	183

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Nos dados apresentados acima, convém destacar que, ocorreram situações em que foram concedidas, ao mesmo servidor, mais de um tipo de licença ao longo do referido ano.

Pode ser considerada como principal impacto causado nas atividades, devido às concessões de licenças, a sobrecarga de trabalho, que conseqüentemente, poderá acarretar queda na produtividade e na qualidade dos trabalhos desenvolvidos, podendo até mesmo, ocasionar novos afastamentos, inclusive para tratamento de saúde.

5.1.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

O levantamento realizado tem por base as despesas associadas à manutenção de pessoal no âmbito do TRT da 4ª Região relacionadas a magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas civis.

A tabela abaixo demonstra as despesas liquidadas referentes ao exercício de 2016 com pessoal ativo, aposentadorias e pensões, obrigações patronais e benefícios:

DESPESAS LIQUIDADAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS	
NATUREZA DA DESPESA	VALOR LIQUIDADADO (R\$)
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO	709.534.136,79
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	131.780.441,80
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	411.302.815,72
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	24.066.813,07
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	39.339.000,19
AUXÍLIO-TRANSPORTE	769.134,82
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	6.134.641,36
AUXÍLIO-FUNERAL E AUXÍLIO NATALIDADE	467.678,25

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 5.1.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL ATIVO

TIPOLOGIA/EXERCÍCIOS		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL
			RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS			
JUIZES											
EXERCÍCIOS	2016	97.454.581,14	-	8.611.220,50	5.224.827,45	5.665.571,51	3.800.640,38	1.484.686,45	-	14.217.866,97	136.459.394,40
	2015	94.670.972,65	-	-	-	-	2.274.510,96	-	-	14.247.618,85	111.193.102,46
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2016	225.449.243,11	266.511.495,97	46.541.424,97	26.330.971,42	47.460.161,08	23.245.398,15	5.671.016,47	3.554.374,18	13.874.817,67	658.638.903,02
	2015	246.186.801,20	251.071.843,35	51.915.716,35	30.048.460,63	50.076.098,71	29.682.276,41	12.005.128,66	9.197.710,41	11.581.963,72	691.765.999,44
SERVIDORES DE CARREIRA SEM VÍNCULO COM O ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EXCETO TEMPORÁRIOS)											
EXERCÍCIOS	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS											
EXERCÍCIOS	2016	1.684.210,51	-	-	-	-	-	-	-	-	1.684.210,51
	2015	2.289.132,60	-	-	-	-	-	-	-	-	2.289.132,60
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO											
EXERCÍCIOS	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Quadro 5.1.2.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE INATIVOS E PENSIONISTAS

TIPOLOGIA/EXERCÍCIOS		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS					DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL	
			RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS				DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS
JUIZES											
EXERCÍCIOS	2016	73.448.357,33	-	6.487.730,22	-	-	723.603,22	811.090,03	4.603.422,00	3.572.034,84	89.646.237,64
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2016	167.478.696,82	116.837.986,11	25.782.191,48	1.130.903,02	-	4.729.393,80	5.706.665,76	707.380,97	4.829.235,88	327.202.453,84

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

5.1.3. GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região identifica como possíveis riscos na gestão de pessoas, a perda de pessoal e o aumento do número de processos nas unidades Judiciárias de 1º Grau em desproporcionalidade com a quantidade de cargos existentes. Tais riscos podem levar ao comprometimento do cumprimento da missão e objetivos da Instituição no médio e longo prazo. O mecanismo de controle de perda de pessoal realizado por este Tribunal está adstrito às hipóteses de vacância legalmente previstas na Lei nº 8.112/1990. Este Tribunal adota entrevista de desligamento, de modo a identificar fatores que possam estar correlacionados aos pedidos de vacância, de forma a detectar a satisfação e a opinião do ex-servidor com relação ao ambiente de trabalho, atividade realizada, estrutura física, oportunidades de treinamento e desenvolvimento, remuneração, benefícios, missão, visão, objetivos e valores do TRT da 4ª Região.

Em 2016, o Tribunal registrou 35 pedidos de vacância, sendo 29 por posse em outro cargo inacumulável e 06 por exoneração a pedido.

No tocante ao expressivo aumento da movimentação processual nas unidades judiciárias de 1º Grau, observa-se que a quantidade de servidores em atuação no TRT da 4ª Região vem se mostrando insuficiente com o passar dos anos, provocando, conseqüentemente, uma sobrecarga de trabalho. Considerando os parâmetros de quantitativo de pessoal estabelecidos pela Resolução nº 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cumpre mencionar, a existência de deficit de servidores em diversas unidades de 1º Grau. Isso se deve ao considerável aumento da média de processos recebidos nas referidas unidades, que vem aumentando a cada ano, fazendo com que a necessidade de servidores também aumente.

Com relação às providencias adotadas para mitigar os riscos identificados, o Tribunal vem buscando adequar-se gradativamente à Resolução nº 63/2010, do CSJT, no que diz respeito ao quantitativo de servidores em suas diversas unidades.

Alternativamente, na medida em que servidores de unidades que estão acima do limite de lotação estabelecido deixam de atuar nelas, por remoção ou qualquer tipo de vacância, suas vagas não são repostas na origem, mas direcionadas para as unidades com carência de servidores, o que deverá, a médio e longo prazo, adequar todas as unidades deste Regional à previsão da norma do CSJT.

5.1.4. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

Quadro 5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

OBJETO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	PERÍODO CONTRATUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS		NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÍNIMO EXIGIDO DOS TRABALHADORES CONTRATADOS	SIT.
		INÍCIO	FIM		
Serviço de vigilância armada	92.653.666/0001-67	22-06-2012	03-07-2017	4ª série do ens. fundamental	P
Serviço para movimentação, transporte, recolhimento e entrega de processos e documentos em geral	02.095.393/0001-90	13-12-2013	29-07-2016	não há previsão no contrato	E
Serviço de movimentação de cargas e auxiliar de almoxarifado	94.851.250/0001-89	10-02-2014	21-02-2017	Ensino Fundamental	P
Copeiragem	02.294.475/0001-63	14-04-2014	02-09-2017	Ensino Médio	P
Lavação da Frota de veículos	13.005.044/0001-56	20-10-2015	20-10-2016	não há previsão no contrato	E
Limpeza	10.594.346/0001-19	01-07-2015	01-07-2017	não há previsão no contrato	P
Recepcionistas	11.057.118/0001-72	01-09-2015	22-03-2016	Ensino Médio completo	E
Serviço para movimentação, transporte, recolhimento e entrega de processos e documentos em geral	11.493.437/0001-20	01-08-2016	01-08-2017	Ensino Fundamental completo	A
Lavação da Frota de veículos	24.118.443/0001-40	17-10-2016	17-10-2017	não há previsão no contrato	A

SITUAÇÃO: [A] ATIVO NORMAL, [P] ATIVO PRORROGADO O [E] ENCERRADO.

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

5.1.4.2. ESTAGIÁRIOS

O Programa de Estágios no TRT da 4ª Região é regulamentado pela Resolução Administrativa nº 59/2016. O estágio neste Regional é destinado a estudantes de nível superior, regularmente matriculados e que tenham concluído no mínimo 30% dos créditos obrigatórios do curso. Os estudantes interessados devem prestar prova de seleção, ficando habilitados conforme ordem de classificação para o suprimento das vagas.

Há 336 vagas autorizadas, abrangendo 19 cursos, sendo que aproximadamente 85% destinadas a estudantes do curso de Direito. Destaca-se ainda que cerca de 85% das vagas estão vinculadas à área-fim do Tribunal (no 1º e 2º Graus) e 15% à área Administrativa.

O Programa vem se demonstrando adequado às expectativas do Tribunal e proporciona oportunidades de aprendizado aos estudantes tanto na Capital, como no interior do Estado, tendo em vista que todas as Varas do Trabalho e Postos Avançados da Justiça do Trabalho possuem pelo menos uma vaga de estágio.

Sobre a evolução das contratações das despesas com o Programa de Estágios, observa-se que no ano de 2015, a média de contratos vigentes era de 297, apresentando um custo total de R\$ 2.858.534,19. Já no ano de 2016, a média de contratos vigentes foi de 187 e o custo total do programa foi de R\$ 2.246,028,75. A redução de despesa entre os anos de 2015 e 2016 foi de 21,43 %, aproximadamente. A diminuição dos custos com o Programa de Estágios do TRT4 deveu-se, principalmente, a um corte no orçamento adotado pela Administração deste Tribunal, que determinou a dispensa, sem reposição, dos estagiários que atuavam em unidades da área administrativa, à medida que expirava a vigência do contrato de estágio. Em outubro de 2015, houve uma suplementação orçamentária que permitiu a retomada

da contratação de estagiários para atuarem na área administrativa.

Quadro 5.1.4.2. CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES				DESPESA DO EXERCÍCIO (EM R\$)
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1. NÍVEL SUPERIOR	213	146	154	235	2.246.028,75
1.1. ÁREA FIM	193	140	151	222	2.119.914,84
1.2. ÁREA MEIO	20	6	3	13	126.113,91
2. NÍVEL MÉDIO	-	-	-	-	-
2.1. ÁREA FIM	-	-	-	-	-
2.2. ÁREA MEIO	-	-	-	-	-
3. TOTAL (1+2)	213	146	154	235	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

LEGISLAÇÃO QUE REGULA A CONSTITUIÇÃO E A FORMA DE UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Resolução 68/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, complementada pela Portaria 7.465/2012 da Presidência deste TRT da 4a. Região. A Resolução 68/2010 do CSJT, antes citada, foi republicada, por erro material, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (Caderno Judiciário do CSJT) em 02-06-2015.

IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Importância e impacto no mais alto nível, eis que a frota de veículos é a ferramenta de trabalho da Seção de Transportes para a realização de sua missão organizacional, que é a de atender o público interno do Tribunal, nas necessidades de transportes de representação, institucional e de serviços de seus Magistrados e Servidores.

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHEZ SEJA DADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA BEM COMO SUA TOTALIZAÇÃO POR GRUPO E GERAL

GRUPO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
Veículos de Representação	5
Veículos de uso Institucional	12
Veículos de Serviço	25
TOTAL	42

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS, POR GRUPO DE VEÍCULOS

GRUPO	MÉDIA ANUAL (EM km)
Veículos de Representação	6.180
Veículos de uso Institucional	3.454
Veículos de Serviço	7.349
TOTAL	6.097

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

VALORES ABSOLUTOS DE QUILOMETROS RODADOS

GRUPO	VALORES ABSOLUTOS (EM km)
Veículos de Representação	30.898
Veículos de uso Institucional	41.445
Veículos de Serviço	183.728
TOTAL	256.071

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS

GRUPO	IDADE MÉDIA (em anos)
Veículos de Representação	2,20
Veículos de uso Institucional	7,00
Veículos de Serviço	7,52
TOTAL	6,74

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

DESPESAS ASSOCIADAS À MANUTENÇÃO DA FROTA

TIPO	CUSTO ANUAL COM MANUTENÇÃO (em R\$ 1,00)
Combustíveis	108.756,08
Manutenção	65.758,00
Lubrificantes	1.428,00
Revisões Obrigatórias	3.868,55
Seguros Obrigatórios	4.697,93
Pedágios	ZERO
Lavagem de veículos	31.949,55
TOTAL	216.458,11

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA

Mediante avaliação da Seção de Manutenção de Viaturas, observados as condições dos veículos e o custo de manutenção dos mesmos.

RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO

Economicamente, considerado o tamanho da frota, foi avaliado como mais economicamente favorável a aquisição de viaturas próprias, em detrimento de locações veiculares.

ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UNIDADE JURISDICIONADA DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

O controle do Serviço tem o auxílio de sistema informatizado (Trace-GP, com interface com a Intranet do TRT), o qual apropria dados - por demanda solicitada - da viatura, data e horários de deslocamentos, destino, motorista, quilometragem percorrida e solicitante.

Além do controle das demandas formuladas à Seção, são realizados outros, em rotinas pertinentes à natureza do serviço, os quais igualmente contribuem para uma otimização do serviço de transportes, permitindo inclusive um planejamento das ações anuais, como segue.

- Emprego de sistema de rastreamento veicular em todas as viaturas, o que permite a localização em tempo real da frota do TRT em todo o estado do Rio Grande do Sul e também oportuniza a otimização do atendimento das demandas por transportes.
- Fornecimento de combustíveis, por meio de compra com cartão magnético nos postos de serviço, o que gera relatórios de controle.
- Contratação de seguro contra terceiros, o que exime a Instituição do pagamento de eventuais despesas decorrentes com acidentes de trânsito.
- Carteiras de Habilitação: controle dos vencimentos das mesmas, com expedição de Ofício ao Detran, encaminhando o respectivo motorista para a renovação da mesma, o que evita eventuais interdições do direito de dirigir e/ou consequentes multas de trânsito.

- Multas de trânsito: realizada a identificação dos motoristas e controle do pagamento das mesmas pelos respectivos infratores, até as respectivas datas de vencimento, o que evita eventuais incapacidades de uso de viaturas por não licenciamento junto aos Órgãos de Trânsito.
- Lavação dos veículos: realizada indicação diária das viaturas a serem limpas, controle da qualidade do serviço e fiscalização do contrato, o que evita condições de trabalho em ambiente insalubre e preserva a imagem da Instituição junto ao público interno e externo.
- Uso de equipamento de auxílio à orientação (GPS), para auxiliar em atendimentos a demandas com destino de difícil localização, disponibilizados aos motoristas mediante carga em planilha de controle própria, o que contribui para redução de tempo de viagem e de consumo de combustível.
- Curso de reciclagem obrigatório para os Agentes de Segurança que exercem a função de motorista, com módulos de direção defensiva e comportamento ao volante em via pública, o que contribui para uma prestação de serviço mais segura e eficiente.
- Manutenção das viaturas: realizadas através de Seção de Trabalho própria, com plano de trabalho anual e também conforme demandas emergenciais, aportadas pela Seção de Transportes, o que contribui para manter a frota em condições de rodagem, evitando paradas excessivas em número e tempo das viaturas para realização de manutenção.

5.2.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Os imóveis da União à disposição do TRT4, cuja jurisdição abrange todo o Estado do Rio Grande do Sul, têm como finalidade abrigar as Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal.

O controle da Gestão Patrimonial dos imóveis sob responsabilidade deste Tribunal é realizado por planilhas e pelo Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União, SPIUnet, desenvolvido pela Secretaria de Patrimônio da União, com objetivo de controlar e gerenciar todos imóveis em nome da União.

O encaminhamento da documentação necessária para o registro no SPIUnet à Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Rio Grande do Sul (SPU) é responsabilidade da Seção de Bens Imóveis, bem como posteriores alterações e dados da avaliação realizada a cada 2 anos.

Quadro 5.2.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	RIO GRANDE DO SUL		
	ALEGRETE (terreno)	1	1
	ARROIO GRANDE (terreno)	1	1
	BAGÉ	1	1
	BENTO GONÇALVES	1	1
	CACHOEIRA DO SUL	1	1
	CACHOEIRINHA	1	1
	CAMAQUÃ	1	1
	CANOAS	1	1
	CANOAS	1	2
	CARAZINHO	1	1
	CAXIAS DO SUL	1	1
	ERECHIM (terreno)	1	1
	ESTÂNCIA VELHA	1	1
	ESTRELA (terreno)	4	4
	FARROUPILHA	1	1
	GRAVATAÍ	1	1
	GUAÍBA	1	1
	IJUÍ	1	1
	LAJEADO	1	1
	LAGOA VERMELHA (terreno)	1	1
	MARAU		1
	MONTENEGRO	1	1
	NOVO HAMBURGO	1	1
	NOVO HAMBURGO(terreno)	2	2
	OSÓRIO	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	PALMEIRA DAS MISSÕES	1	1
	PELOTAS	1	1
	PORTO ALEGRE	7	7
	PORTO ALEGRE (terreno)	1	1
	RIO GRANDE	1	1
	RIO GRANDE (terreno)	1	1
	SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1
	SANTA CRUZ DO SUL	1	1
	SANTA MARIA	1	1
	SANTA ROSA	1	1
	SANTA VITÓRIA DO PALMAR (terreno)	1	1
	SANTIAGO (terreno)	1	1
	SANTO ÂNGELO (terreno)	1	1
	SÃO BORJA (terreno)	1	1
	SÃO GABRIEL	1	1
	SÃO JERÔNIMO	1	1
	SÃO LEOPOLDO	2	2
	SAPIRANGA	1	1
	SOLEDADE	1	1
	TAQUARA	1	1
	TAQUARA (terreno)	1	1
	TRIUNFO (terreno)	1	1
	URUGUAIANA (terreno)	1	1
	VACARIA	1	1
	VACARIA (terreno)	2	2
	SUBTOTAL BRASIL	62	64
EXTERIOR	-		
SUBTOTAL EXTERIOR	-		
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)	62	64	

Fonte: Secretaria de Administração.

Quadro 5.2.2.2. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

CIDADE	ENDEREÇO	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO IÓVEL			DESPESA NO EXERCÍCIO	
					VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	COM REFORMAS	COM MANUTENÇÃO
ALEGRETE	Av Tiaraju	8507.00067.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 32.758,37	08-04-2015	R\$ 339.552,00	R\$ 0,00	R\$ 10.018,16
ARROIO GRANDE	Rua Capitão Astrogildo Silveira Machado, s/nº	8525.00007.500-1	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 25.979,13	18-10-2016	R\$ 22.569,84	R\$ 0,00	R\$ 15.244,19
BAGÉ	Alameda João Maria Peixoto, 1025	8531.00124.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 3.818.508,77	10-07-2015	R\$ 4.397.659,51	R\$ 0,00	R\$ 47.669,79
BENTO GONÇALVES	Av. Presidente Costa e Silva, 261	8541.00013.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.214.130,97	11-11-2015	R\$ 1.853.881,56	R\$ 22.468,57	R\$ 79.879,16
CACHOEIRA DO SUL	Rua Moron, 1057	8559.00020.500-7	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 374.970,55	11-11-2015	R\$ 710.847,92	R\$ 2.459,10	R\$ 21.523,43
CACHOEIRINHA	Av. Caí, 1850	8561.00001.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.565.431,03	08-06-2015	R\$ 4.661.330,04	R\$ 6.249,76	R\$ 63.101,12
CAMAQUÃ	Av. José Antônio Duro, 240	8569.00011.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 855.946,00	10-07-2015	R\$ 1.022.682,90	R\$ 45.689,89	R\$ 46.750,28
CANOAS	Rua Victor Barreto, 3530	8589.00295.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 530.316,94	02-12-2016	R\$ 770.539,74	R\$ 4.697,57	R\$ 29.538,50
CANOAS	Rua Victor Barreto, 3516	8589.00294.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 54.046,57	02-12-2016	R\$ 530.495,56	R\$ 2.733,08	R\$ 24.167,87
CARAZINHO	Rua Bento Gonçalves, 365	8591.00005.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 306.787,99	10-07-2015	R\$ 963.055,48	R\$ 0,00	R\$ 19.760,17
CAXIAS DO SUL	Av. da Vindima, 303	8599.00029.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 1.827.992,20	16-09-2015	R\$ 3.613.929,03	R\$ 107.652,19	R\$ 189.000,43
ERECHIM	Rua Fioravante Tagliari, 380	8637.00029.500-1	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 91.856,40	14-12-2016	R\$ 8.756.375,47	R\$ 0,00	R\$ 48.207,44
ESTÂNCIA VELHA	Av. Sete de Setembro, 60	8649.00007.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 132.846,96	11-11-2015	R\$ 602.883,06	R\$ 0,00	R\$ 22.540,69
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado	8653.00007.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 220.200,00	19-05-2016	R\$ 35.029,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado	8653.00005.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 220.200,00	19-05-2016	R\$ 35.029,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado	8653.00003.500-1	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 223.000,00	19-05-2016	R\$ 37.991,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado	8653.00001.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 301.700,00	19-05-2016	R\$ 37.959,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FARROUPILHA	Rua Treze de Maio, 51	8655.00004.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 671.169,52	11-11-2015	R\$ 968.345,01	R\$ 110.537,82	R\$ 40.436,60
GRAVATAÍ	Rua dos Sabiás, 320	8683.00012.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.811.734,00	20-05-2016	R\$ 4.407.912,22	R\$ 0,00	R\$ 62.831,45
GUÁIBA	Rua Serafim Silva, 120	8685.00006.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 386.327,18	11-11-2015	R\$ 684.081,22	R\$ 0,00	R\$ 32.940,45
IJUÍ	Rua Tiradentes, 663	8705.00026.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 754.706,45	10-07-2015	R\$ 1.450.833,89	R\$ 3.631,22	R\$ 29.891,85
LAJEADO	Rua Paulo Frederico Schumacher, 115	8729.00005.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 739.955,46	13-07-2015	R\$ 989.307,20	R\$ 27.330,00	R\$ 41.762,97
LAGOA VERMELHA	Rua nº 02	8727.00011.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 210.896,91	18-10-2016	R\$ 271.156,43	R\$ 16.424,00	R\$ 17.931,42
MARAU	Rua Narciso David Tesser	8737.00001.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 375.000,00	14-06-2016	R\$ 375.000,00	R\$ 0,00	R\$ 9.846,34
MONTENEGRO	Rua Campos Netto, 221	8749.00003.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 276.648,37	26-10-2015	R\$ 405.501,93	R\$ 0,00	R\$ 26.515,07
NOVO HAMBURGO	Rua Três de Outubro, 1233	8771.00008.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	REGULAR	R\$ 2.301.178,50	18-10-2016	R\$ 2.286.366,27	R\$ 18.298,47	R\$ 53.928,39
NOVO HAMBURGO	Rua D	8771.00083.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 687.000,00	18-10-2016	R\$ 151.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOVO HAMBURGO	Rua Bayard de Toledo Mércio (projetada)	8771.00105.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 308.000,00	18-10-2016	R\$ 20.515,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CIDADE	ENDEREÇO	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO ÍOVEL			DESPESA NO EXERCÍCIO	
					VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	COM REFORMAS	COM MANUTENÇÃO
OSÓRIO	Rua Major João Marques, 253	8773.00013.500-7	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	REGULAR	R\$ 254.482,05	11-11-2015	R\$ 613.375,06	R\$ 1.678,79	R\$ 34.631,90
PASSO FUNDO	Rua Antônio Araujo,1002	8785.00035.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 1.301.944,66	11-11-2015	R\$ 2.331.154,75	R\$ 276,38	R\$ 0,00
PALMEIRA DAS MISSÕES	Rua Miguel Rocha Sampaio, 136	8777.00011.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 26.079,61	11-11-2015	R\$ 1.430.228,58	R\$ 39.189,45	R\$ 28.003,63
PELOTAS	Rua 29 de junho, 160	8791.00241.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 5.241.122,07	20-12-2016	R\$ 8.917.222,57	R\$ 154.840,76	R\$ 20.275,23
PORTO ALEGRE	Av. Praia de Belas, 1100	8801.00414.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 12.951.743,55	18-12-2015	R\$ 27.258.213,92	R\$ 236.984,29	R\$ 857.962,20
PORTO ALEGRE	Av. Ipiranga, 115	8801.00422.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 71.280,00	18-12-2015	R\$ 193.033,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PORTO ALEGRE	Rua Márcilio Dias, 280	8801.00421.500-4	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 161.676,00	18-12-2015	R\$ 286.312,03	R\$ 0,00	R\$ 341.359,53
PORTO ALEGRE	Av. Praia de Belas, 1432	8801.00423.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 22.302.243,57	18-12-2015	R\$ 22.487.871,26	R\$ 500.178,00	R\$ 1.434.368,39
PORTO ALEGRE	Rua Márcilio Dias, 446/458	8801.00482.500-7	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 446.292,00	14-12-2015	R\$ 1.246.126,60	R\$ 2.113,54	R\$ 12.828,28
PORTO ALEGRE	Rua Gen. João Telles, 369	8801.00499.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 543.946,16	18-12-2015	R\$ 4.570.389,23	R\$ 5.640,21	R\$ 19.124,41
PORTO ALEGRE	Rua Jacob Vontobel, 100	8801.00444.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 1.740.375,00	11-12-2015	R\$ 717.880,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PORTO ALEGRE	Av. Aureliano de F. Pinto, 964	8801.00485.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO RUIM	R\$ 1.417.527,94	10-11-2016	R\$ 2.294.103,85	R\$ 28.016,88	R\$ 96.891,28
RIO GRANDE	Rua Valporto, 485	8815.00171.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.557.734,81	20-05-2016	R\$ 620.510,14	R\$ 28.750,00	R\$ 54.095,86
RIO GRANDE	Comendador Vasco Vieira da Fonseca	8815.00242.500-1	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 567.959,66	03-03-2016	R\$ 567.959,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANTANA DO LIVRAMENTO	Rua Duque de Caxias, 1520	8845.00097.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 2.814.234,15	30-04-2015	R\$ 2.371.386,48	R\$ 6.240,13	R\$ 18.427,04
SANTA CRUZ DO SUL	Rua Pres. Prudente de Moraes, 603	8839.00014.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 1.027.789,40	13-11-2015	R\$ 1.072.462,23	R\$ 48.358,00	R\$ 28.175,10
SANTA MARIA	Alameda Montevideo, 233	8841.00269.500-8	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.632.819,83	12-11-2015	R\$ 2.847.008,76	R\$ 67.666,88	R\$ 78.312,08
SANTA ROSA	Rua Santos Dumont, 496	8847.00012.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 381.107,42	11-11-2015	R\$ 274.078,02	R\$ 25.833,06	R\$ 76.424,39
SANTA ROSA	Rua Duque de Caxias, s/n	-	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	-			R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	Rua 13 de Maio - lote 202	8849.00034.500-5	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 46.515,36	20-12-2016	R\$ 44.337,71	R\$ 0,00	R\$ 101.536,28
SANTIAGO	Av. Batista Bonotto Sobrinho	8851.00075.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 25.000,00	11-11-2016	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.998,64
SANTO ÂNGELO	Rua 25 de Julho, 660	8853.00057.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 348.954,50	18-10-2016	R\$ 2.293.777,68	R\$ 2.326,63	R\$ 49.705,66
SÃO BORJA	Rua Aparício Mariense, lado par	8863.00057.500-6	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 105.000,00	31-05-2016	R\$ 36.531,47	R\$ 0,00	R\$ 25.201,49
SÃO GABRIEL	Rua José Lourenço Lisboa, 173	8869.00032.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 2.068.839,83	11-11-2015	R\$ 1.403.368,09	R\$ 0,00	R\$ 26.261,52
SÃO JERÔNIMO	Rua João Daisson, 35	8871.00003.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	REGULAR	R\$ 198.846,61	13-11-2015	R\$ 173.705,31	R\$ 32.432,28	R\$ 34.102,01
SÃO LEOPOLDO	Rua João Correa, 656	8877.00071.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 525.540,56	31-05-2016	R\$ 489.351,91	R\$ 58.270,00	R\$ 108.849,10
SÃO LEOPOLDO	Rua Julio de Castilhos, 43	8877.00110.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 330.000,00	19-05-2015	R\$ 240.511,50	R\$ 0,00	R\$ 36.283,03
SAPIRANGA	Rua Padre Reus, 597	8899.00003.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.715.434,16	13-11-2015	R\$ 5.073.721,41	R\$ 6.920,86	R\$ 78.799,73
SOLEDADE	Rua José Quintana, 77	8919.00010.500-9	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.615.694,28	11-11-2015	R\$ 1.293.168,73	R\$ 0,00	R\$ 24.576,59

CIDADE	ENDEREÇO	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO ÍÓVEL			DESPESA NO EXERCÍCIO	
					VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	COM REFORMAS	COM MANUTENÇÃO
TAQUARA	Rua Federação, 1870	8927.00003.500-1	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.747.456,16	21-12-2015	R\$ 5.647.570,82	R\$ 9.242,62	R\$ 85.137,05
TAQUARA	Rua Manoel José de Medeiros Bedeco esq. Rua Coronel Evaristo	8927.00007.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 100.000,00	19-05-2015	R\$ 198.681,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRIUNFO	Rodovia TF 010, s/nº	8943.00001.500-2	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 44.660,12	20-12-2016	R\$ 175.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
URUGUAIANA	Travessa Dr. Mário Braccini, 2790	8951.00117.500-4	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 282.300,00	07-12-2016	R\$ 5.650.423,98	R\$ 0,00	R\$ 43.179,89
VACARIA	Av. Antonio Ribeiro Branco, 227	8953.00042.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 959.905,40	19-04-2016	R\$ 959.905,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VACARIA	Rua Major Flaminio Moreira, 92	8953.00014.500-0	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 15.464,89	19-05-2016	R\$ 115.766,90	R\$ 2.439,16	R\$ 8.854,15
VIAMÃO	Rod. Assis Brasil com Estrada Caminho do Meio	8963.00037.500-3	21- USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 124.924,80	19-06-2015	R\$ 107.483,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Administração.

5.2.3. CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS E ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Este Tribunal atualmente cede espaços à Advocacia-Geral da União, Justiça Federal de 1º grau, Ministério Público do Trabalho, Ordem dos advogados do Brasil, Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Jacques Restaurante, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A seleção de cessionário para a ocupação do espaço destinado aos restaurantes nos prédios do Tribunal é realizada por meio de processo licitatório. Nos demais casos não há seleção, tendo em vista, que os espaços cedidos são ocupados por Órgãos Públicos, Bancos Oficiais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O rateio dos gastos relacionados ao imóvel é calculado de acordo com a área que o cessionário ocupa com suas instalações na edificação.

Todos os termos de cessão estão publicados no endereço eletrônico <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/transparencia/contas/termos-cessao>.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8801.00423.500-5
	ENDEREÇO	Av. Praia de Belas, 1432 - Porto Alegre
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	03.566.231/0001-55
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Advocacia-Geral da União
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Representar a UNIÃO judicialmente
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Órgão público
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Atividade essencial à Justiça
	PRAZO DA CESSÃO	13/08/18
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	61,85 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT
USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT	

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8919.00010.500-9
	ENDEREÇO	Rua Professor José Quintana, 77 - Soledade
	RIP	imóvel locado
	ENDEREÇO	Rua Justino Amonte Anacker, 1000 - Santa Vitória do Palmar
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	05.442.380/0001-38
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Justiça Federal de Primeiro Grau
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Atividade essencial à Justiça
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Órgão público
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Justiça Federal
	PRAZO DA CESSÃO	04-06-2018 (Soledade) 17/08/21 (Santa Vitória do Palmar)
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	35,62 m ² (Soledade) 44,73 m ² (Santa Vitória do Palmar)
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	imóvel locado
	ENDEREÇO	Rua João Carniel, 484 - Gramado
	RIP	8815.00171.500-6
	ENDEREÇO	Rua Valporto, 485 - Rio Grande
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	26.989.715/0035-51
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Ministério Público do Trabalho
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Atividade essencial à Justiça
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Órgão público
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Ministério Público do Trabalho
	PRAZO DA CESSÃO	13/08/18
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	19,08 m ² (Gramado) 20,00 m ² (Rio Grande)
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	LOCALIDADE	Em 62 cidades do Rio Grande do Sul, conforme contrato 019/2013. Em Porto Alegre a OAB tem espaço cedido em 3 endereços.
	IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	
	CNPJ	87.019.584/0001-25
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Ordem dos Advogados do Brasil
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Representação dos Advogados
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Ordem dos Advogados do Brasil
	PRAZO DA CESSÃO	08/04/18
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	Áreas, conforme contrato 019/2013, totalizando 1.330,81 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8785.00035.500-0
	ENDEREÇO	Rua Antônio Araujo,1002 - Passo Fundo
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	87.612.537/0001-90
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Prefeitura Municipal de Passo Fundo
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Órgão Público Municipal
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Estrutura Administrativa da Prefeitura
	PRAZO DA CESSÃO	23/05/18
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	1.348,93 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	reembolso de despesa com energia elétrica
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para conta única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	-
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150000000

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8801.00414.500-6
	ENDEREÇO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre TRT
	RIP	8801.00423.500-5
	ENDEREÇO	Av. Praia de Belas, 1432 - Porto Alegre Varas
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	08.538.481/0001-03
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Jacques Restaurante
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	alimentação
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Licitação
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Restaurante para servidores
	PRAZO DA CESSÃO	23/01/18
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	315 m ² (TRT) 284,74 m ² (Varas)
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	R\$ 11.182,07
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para conta única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	Rateio de despesas de água e esgoto, energia elétrica, taxa de lixo, limpeza e vigilância e cobrança de aluguel da área utilizada.
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150000000

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	LOCALIDADE	Em 27 cidades do Rio Grande do Sul até o dia 14-07-2016 conforme contrato 77/2012
		Em 28 cidades do Rio Grande do Sul a partir do dia 14-07-2016 conforme contrato 77/2012
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	00.360.305/0001-04
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Caixa Econômica Federal
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Instituição Bancária
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Posto Bancário
	PRAZO DA CESSÃO	30/08/17
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	Áreas, conforme contrato 077/12, totalizando 1354,47 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	R\$ 27.082,48 - até o dia 14-07-2016 R\$ 27.486,39 - até o dia 26-09-2016 R\$ 27.470,40 - a partir do dia 26-09-2016
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para conta única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	Rateio de despesas de água e esgoto, energia elétrica, taxa de lixo, limpeza e vigilância e cobrança de aluguel da área utilizada.
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150000000

Fonte: Secretaria de Administração.

5.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIRO

Todas as Unidades Judiciárias e Administrativas instaladas nas localidades constantes nesse quadro funcionam em prédios locados pela inexistência de imóveis da União adequados às atividades deste Tribunal.

Antes de efetivar uma nova locação ou renovar um contrato, a Seção de Bens Imóveis consulta a Superintendência do Patrimônio da União, através do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis - SISREI, acerca da existência de imóvel de propriedade da União Federal.

As despesas acessórias à locação, como água e esgoto, luz e IPTU são pagas conforme definido previamente através do contrato, ou diretamente pelo Tribunal às concessionárias e Prefeitura ou através de ressarcimento ao proprietário mediante apresentação do comprovante de despesas devidamente pago e requerimento de reembolso.

No ano de 2016 foram devolvidos os seguintes prédios: Erechim (devolvido dia 19-05-2016), Porto Alegre Marcílio Dias nº 461 (devolvido dia 01-04-2016) e Santo Ângelo (devolvido dia 18-07-2016).

Quadro 5.2.4. IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	RIO GRANDE DO SUL		
	ALEGRETE	1	1
	ALVORADA	1	1
	ARROIO GRANDE	1	1
	CAPÃO DA CANOA	1	1
	CAXIAS DO SUL	1	1
	CRUZ ALTA	1	1
	DOM PEDRITO	1	1
	ENCANTADO	1	1
	ERECHIM	1	1
	ESTRELA	1	1
	ESTEIO	1	1
	FREDERICO WESTPHALEN	1	1
	GRAMADO	2	2
	ITAQUI	1	1
	LAGOA VERMELHA	1	1
	MARAU	1	1
	NOVA PRATA	1	1
	PANAMBI	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	PORTO ALEGRE	6	6
	RIO GRANDE	1	1
	ROSÁRIO DO SUL	1	1
	SANTA ROSA	1	1
	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	1	1
	SANTIAGO	1	1
	SANTO ÂNGELO	1	1
	SÃO BORJA	1	1
	SÃO LEOPOLDO	1	1
	SÃO LOURENÇO DO SUL	1	1
	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	1	1
	SAPUCAIA DO SUL	1	1
	TAQUARI	1	1
	TORRES	1	1
TRAMANDAÍ	1	1	
TRÊS PASSOS	1	1	

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
TRIUNFO	1	1
URUGUAIANA	1	-
VIAMÃO	1	1
SUBTOTAL BRASIL	44	43
EXTERIOR	0	0
SUBTOTAL EXTERIOR	0	0
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)	44	43

Fonte: Secretaria de Administração.

5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.3.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, elaborado para o ciclo 2016-2020, passou por uma revisão iniciada em final de 2015 e concluída em meados de 2016. Neste trabalho foram observados o Plano Estratégico Institucional, mantendo alinhamento com o mesmo, bem como com os planos estratégicos de TIC do CSJT e do CNJ. Além disso foram considerados também fatores socioeconômicos que afetam diretamente a área de TIC, tais como o orçamento destinado à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC, o aumento da demanda da Justiça do Trabalho em decorrência de crise econômica e a rápida disseminação de novas tecnologias. Como foco principal desse novo ciclo, a reflexão evidenciou a necessidade da área de TIC aproximar-se dos usuários finais por meio de iniciativas que agreguem valor às suas atividades jurisdicionais administrativas, assim como primando pela excelência operacional. Os seguintes novos objetivos estratégicos, indicadores e metas foram criados:

- Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
- Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
- Aperfeiçoar a gestão de TIC
- Aprimorar a segurança da informação
- Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC
- Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
- Aprimorar a comunicação entre as equipes
- Melhorar a Disponibilidade do PJe

Vide o 9.1.1 ANEXO I - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES 2016-2020.

Já o Plano Diretor de TIC é um plano tático que visa atender às diretrizes estratégicas, necessidades inerentes à continuidade do negócio e demandas. É elaborado e revisado anualmente com base no diagnóstico da execução do ano anterior, nos resultados dos indicadores e nas demandas dos interessados, coletadas por meio de pesquisas ou apresentadas pela administração e pela Comissão de Informática.

Vide o item 9.1.2 ANEXO II - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - PDTIC - 2016-2017

5.3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI

Conforme Art. 227 do Regimento Interno do Tribunal, À Comissão de Informática incumbe:

I - orientar a elaboração do Plano Diretor de Informática apresentado pela Secretaria de Informática ao início de cada ano e após, avaliar a viabilidade dos projetos sugeridos, acompanhando sua execução;

II - sugerir ao Presidente do Tribunal sistemas e programas judiciários e administrativos, alterações nos já existentes, bem como normas e procedimentos para a respectiva implantação;

III - opinar sobre a aquisição de equipamentos e programas, bem como sobre suas destinações;

IV - receber e analisar as ponderações, críticas e sugestões dos usuários, visando ao aperfeiçoamento dos sistemas em operação;

V - promover intercâmbio e parceria com outras instituições;

VI - opinar sobre a política de segurança da informação no âmbito da 4ª Região; (Inciso VI com redação alterada pelo Assento Regimental n. 04/2007 - aprovado pela Resolução Administrativa n. 15/2007)

VII - outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2016/2017

PORTARIA CONJUNTA 302/2014, COM AS ALTERAÇÕES DA PORTARIA CONJUNTA 8875/2015

- Des. João Pedro Silvestrin, Presidente da Comissão de Informática;
- Des. Cláudio Antônio Cassou Barbosa;
- Des. George Achutti;
- Juíza Eny Ondina Costa da Silva, Juiz-Diretor do Foro Porto Alegre;
- Juiz Rodrigo de Almeida Tonon;
- Juíza Andrea Saint Pastous Nocchi, Juíza Auxiliar da Presidência;
- Juiz Clocecar Lemes Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional;
- Bárbara Burgardt Casaletti, Diretor-Geral;
- Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-Geral Judiciário;
- Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Quadro 5.3.1. RESUMO DAS REUNIÕES OCORRIDAS EM 2016

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2016 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
15-09-2016	<p>A Diretora da SETIC explicou que a SEMPRO, após reunião da Comissão, encaminhou planejamento para ajustes nos ambientes físicos de diversas cidades do interior que possuem datacenter muito precário, de modo a permitir a organização adequada dos datacenters.</p> <p>Revisão do Plano Diretor de TI: A Diretora da SETIC expôs a necessidade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) ser revisado a cada três meses, tendo em vista novos projetos. Os novos projetos são:</p> <p>a) Análise de vulnerabilidade: o site do Tribunal sofreu uma invasão que foi prontamente detectada e contornada e um analista foi designado para fazer uma análise do ocorrido e um estudo de vulnerabilidade.</p> <p>b) Grupo de Trabalho Integra: foi instituído no CSJT, para estudar a plataforma de integração dos novos sistemas administrativos, envolvendo assuntos tecnológicos. Em face da nova arquitetura do sistema SILC, criada pelo TRT4, o CSJT solicitou a ajuda do nosso Tribunal, que designou um servidor (na modalidade de trabalho à distância) para atender às demandas daquele Conselho.</p> <p>c) Grupo de Trabalho SILC (Licitação e Contratos): grupo criado há duas semanas, onde a Diretora-Geral do TRT da 4ª Região é a diretora nacional.</p> <p>d) Cadastro de Peritos: Conforme Resolução do CNJ, a Juíza Andréa informou que o CNJ está exigindo que os tribunais tenham um cadastro online de peritos, com uma série de obrigações relacionadas, mas de difícil integração com o sistema do CNJ e o PJe. O trabalho está em desenvolvimento e até o momento não há prazo para entrega em virtude da complexidade do projeto. Trata-se de um projeto para criar um portal no site do Tribunal disponível para advogados, servidores, magistrados. O Des. Silvestrin explicou que o suporte será dado pela informática, porém haverá um grupo de trabalho para estudar as informações que irão compor o sistema. A Diretora Natacha mencionou que a ideia será utilizar a plataforma do peticionamento eletrônico para acelerar o projeto. e) Lei de Acesso à Informação - Res. CNJ 215/2016: Trouxe informações sobre os trabalhos do Grupo de Trabalho que estuda a Lei de Acesso à Informação, onde haverá uma reformulação do site do Tribunal. Todas as alterações e sugestões necessárias serão documentadas em PA e encaminhadas à Presidência. Em face da reformulação prevista para o site do Tribunal, maiores esforços devem ser direcionados para tal e para a página atual, devem ser executados somente os ajustes necessários ao atendimento da Res. CNJ 215/2016. Sugestão ratificada pelo Des. Silvestrin.</p> <p>f) Novos projetos relacionados ao PJe: A Diretora da SETIC informou que atualmente este Tribunal atua como equipe de desenvolvimento do PJe. Isto trata mais autonomia do Tribunal para eleger as prioridades, contudo será demandado pelo CSJT para executar alguns projetos. Comentou que o sistema AUD já se encontra sob responsabilidade do TRT4. Houve solicitação do CSJT para a implementação de sistema de "ditado da ata", onde o magistrado dita para o sistema e este transcreve automaticamente a ata. Falou sobre a demanda de melhoria do status das audiências para aplicativos de pauta, situação em que o PJe não "lê" a informação de "audiência em andamento", encontra-se em estudo uma forma para que a informação seja repassada ao PJe através do AUD. Versou sobre o projeto em andamento "Conciliação eletrônica", onde as partes poderão realizar uma "audiência virtual de conciliação" através de portal próprio. A J. Andréa complementou que o projeto será implementado inicialmente para o JACEP e que a expectativa de entrega do projeto é para fevereiro de 2017, em face de diversas integrações necessárias com o PJe. J. Andréa explicou o projeto de digitalização de processos no segundo grau (AP e outros Recursos), com o intuito de auxiliar o primeiro grau. Salientou que o projeto é complexo e os estudos estão em andamento e que haverá aumento de custos ao Tribunal. A expectativa é que para o final de novembro já esteja em operação parte do sistema. A Diretora Natacha explicou que a demanda da TI é permitir o cadastramento de diversos tipos de processos no PJe. Relatou que o CNJ comprou uma ferramenta para o monitoramento de desempenho do PJe (APM), impondo sua utilização pelos Regionais, sendo que diversos problemas ocorreram, culminando com alterações no PJe a fim de permitir que o sistema consiga ler as informações necessárias. Salientou que o TRT4 deverá continuar com o projeto. Disse que o token da Alladin possui restrições entre o assinador de conexão AUD e e-Jus² com o PJe, sendo que a TI está estudando soluções para o problema. Noticiou que está em estudo a disponibilização da íntegra, online e off-line, dos processos eletrônicos no e-Jus², sendo que o carregamento off-line será somente para os processos pautados nos sete dias seguintes. Explicou que as adequações no PJe para o Núcleo de Conciliação, para o Núcleo de Precedentes e o aumento da segurança das conexões e webservices são itens que serão cadastrados como projetos para o ano de 2017, pois demandam alterações de fluxo dentro do PJe.</p>	<p>Aprovada a sugestão para que os esforços ao atendimento da Lei de Acesso à Informação sejam despendidos no novo site, cabendo ao atual somente os ajustes necessários em face da referida Lei.</p>
	<p>Alterações de prioridades de projetos já aprovados no PDTIC 2016/2017. A Diretora da SETIC explicou que o aprimoramento da ferramenta de pesquisa patrimonial e a elaboração da ferramenta para gerenciamento de recursos repetitivos devem estar no topo das prioridades da SETIC para 2017, uma vez que são planos estratégicos do Tribunal. Contudo, as áreas de negócio envolvidas podem dar seguimento ao projeto ainda em 2016. Quanto ao módulo PJe para a Central de Mandados, informou que ficará para 2017. A Diretora-Geral Bárbara mencionou que o e-Social é um sistema da Receita Federal que será vinculado à folha de pagamento. A Diretora Natacha salientou que o REINF era parte integrante do e-Social, contudo houve a separação dos dois sistemas, cabendo ao Tribunal a implementação do REINF, sugerindo que o PDTIC seja alterado para que passe a constar que o e-Social será tratado pelo SIGEP e o REINF junto à folha de pagamento. Sugeriu, ainda, que o projeto de cálculo do IR sobre o RRA passe para 2017, sendo que a DG fornecerá maiores informações para futuros ajustes. Explicou que o projeto para automatização de logons serviria para acelerar algumas tarefas da SETIC, contudo não há programadores disponíveis para o projeto. Sugeriu sua exclusão do PDTIC. Sugeriu que o projeto Memória em tempo real - Linha de eventos, seja tratado junto com o Novo portal de internet do Tribunal (2017/2018), sendo excluído do atual PDTIC. Sugeriu que o Banco de Dados Informativo das Edificações seja sobrestado até o recebimento de novas informações sobre o SIGEP e FOLHA, pois, caso haja grande demanda destes não haverá "braço" para o desenvolvimento do Banco de Dados.</p>	<p>Aprovadas as alterações de prioridades dos projetos no PDTIC; as alterações relativas ao e-Social e REINF; o projeto de cálculo do IR sobre o RRA; a exclusão do projeto de automatização de logons do PDTIC vigente; a sugestão em relação ao projeto Memória em tempo real e a sugestão relativa ao Bando de Dados Informativo das Edificações.</p>

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2016 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
	Novos storages - definição de especificações: Foi explicada a necessidade de encaminhar a compra dos novos storages, estando pendente a definição de qual tecnologia será adquirida. O Coordenador de Gestão de TIC expôs as diferenças e custos de cada sistema. Onélio questionou a validade do investimento e a Diretora Natacha disse que deve durar entre 5 e 7 anos. Debatidos os prós e contras de cada tecnologia.	Aprovada a aquisição dos storages em sistema ALLFLASH, de grande porte (high-end).
	Expansão do sistema de backup - VTL: A Diretora Natacha explicou que VTL é um "robô" utilizado para os backups, sendo necessária a expansão da capacidade de armazenamento do sistema. Sugeriu que seja feito um aditivo no contrato, ao custo de R\$ 87mil.	Sugestão aprovada.
	TSM - Software de backup: Com o aumento de volume de armazenamento é necessária a aquisição de mais licenças da ferramenta de backup. Valor inicialmente estimado em R\$ 240mil e revisto para R\$ 530mil. A aquisição pode ser efetuada ainda este ano.	Aquisição aprovada.
	VMWARE - renovação de suporte e ajuste de datas de vencimento: Há diversos contratos firmados ao longo do tempo conforme surgia a demanda. Um destes contratos deverá ser renovado ainda este ano; os demais poderão ser unificados, de modo a manter data única de vencimento, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Com a unificação de contratos há margem de descontos junto aos fornecedores, além de facilitar a gestão contratual. A Diretora Natacha sugeriu que todos os contratos sejam unificados para um único vencimento. Des. Silvestrin alertou para o fato de que a empresa poderá aumentar o valor de renovação no futuro, uma vez que todo o sistema do Tribunal estará reunido em contrato único.	Aprovada a unificação contratual junto à empresa prestadora do serviço, por meio de aditivos contratuais, com pagamento integral em 2016.
	Impressoras e Scanners: A Diretora Natacha explicou que em breve nenhuma impressora estará dentro da garantia; informou que há diversas impressoras com subutilização e sugeriu que o Tribunal não adquira novas impressoras neste ano. Equipamentos que apresentarem defeito serão substituídos por outros usados. Sugeriu a redução de 2 unidades por VT, sendo que permanecerão em uso até apresentarem defeitos ou terminar o estoque de suprimentos, o que ocorrer primeiro. Ressaltou que para o ano de 2017 haverá a necessidade de aquisição de novas impressoras, especialmente em função da garantia. A J. Andréa mencionou que deverá haver a comunicação das providências adotadas para todas as unidades, após aprovação da ata pela Presidência. A Diretora da SETIC sugeriu que não haja renovação do parque de scanners, considerando a baixa utilização.	Sugestões aprovadas.
	Sistema de auditoria desktop: O software utilizado para gestão de desktop está sem suporte técnico devido ao fornecimento de ferramenta semelhante pelo CSJT (Assyst). Esta ferramenta não contempla a parte de auditoria, essencial para o trabalho do escritório de segurança da informação e para atendimento de regulamentações diversas. Assim, a Diretora Natacha sugeriu que as licenças de propriedade do Tribunal sejam convertidas junto à empresa para compor o licenciamento apenas dos módulos não contemplados pelo Assyst. Desta forma, não haveria investimento e sim a contratação de suporte técnico no valor anual de R\$ 87.420,00.	Aprovadas as alterações conforme documento anexado ao final da ata.
	Controle sobre entrega de aplicativos no GV - Netscaler: O Netscaler é necessário para a adequada entrega dos sistemas através do GV, impactando todos os usuários em trabalho remoto (Magistrados de 1º e 2º Graus, Assistente e servidores em geral); o valor estimado é de R\$30mil.	Aquisição aprovada.
	Racks para datacenters interior: Há necessidade de compra dos novos racks para as localidades com obras em andamento. Foi sugerido que sejam adquiridos este ano os racks para as 5 localidades com previsão de término das obras para fevereiro de 2017.	Sugestão aprovada.
	Novo Portal Internet: A ferramenta livre será utilizada, havendo necessidade de contratação apenas do serviço de consultoria, que será executado a partir de 2017. Valor estimado em R\$ 100mil. Foi sugerido que a SECOM inicie o trabalho de planejamento do novo portal	Sugestão e contratação aprovadas.
	Solicitação de notebooks para Varas do Trabalho: Os notebooks existentes nas VTs se encontram extremamente defasados. Foi sugerido que o parque seja modernizado; os equipamentos serão adquiridos para as unidades, sob gerência do diretor de secretaria. Valor estimado de compra de R\$ 390mil.	Aprovada a aquisição de novos notebooks, condicionada à existência de orçamento.
	Tablets salas de sessão: Os tablets seriam fixados nas salas de sessão, de modo a permitir a consulta aos autos dos processos a partir do púlpito. A J. Andréa sugeriu que o custo seja bancado pela OAB, uma vez que a demanda partiu da Ordem.	Deliberado que o Tribunal não irá implementar.
	Processos de TI pendentes de aprovação pela Comissão de Informática: A Diretora Natacha informou que o processo de elaboração do Planejamento Estratégico de TIC e o processo de Planejamento de Contratações de TIC estão pendentes de aprovação.	Processos aprovados.
	Resultado sobre análise rompimento anel de fibra ótica: A Diretora Natacha informou que está pendente o encaminhamento de processo administrativo com o laudo fornecido pela empresa contratada para tal, para que a DG providencie o conserto junto ao estabelecimento que causou o dano.	Aprovado o encaminhamento.
15-07-2016	A Diretora da SETIC expôs o que segue: a) Plano Diretor de TIC: explicou como está sendo operacionalizado o remanejamento na equipe de atendimento aos usuários, tendo em vista a redução de pessoal ocorrida com o fim do contrato da empresa terceirizada. A TI está revisando a organização das salas de audiência de Porto Alegre, em atenção à demanda existente. Abordou, ainda, a gestão dos níveis de serviço, onde foram listados todos os tipos de atendimento prestados pela TI, com o mapeamento do tempo para atendimento de cada um. Explicou que o desafio é fazer os usuários entenderem que os tempos para o cumprimento das demandas foi dilatado. Tratou dos problemas enfrentados com o sistema de verificação de frequência em fase de	

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2016 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
	implementação no TRT, onde a empresa fornecedora dos equipamentos está realizando a troca do leitor biométrico devido a um defeito naquele fornecido previamente. Quanto aos ajustes nos microcomputadores para economia de energia, explicou as configurações que foram alteradas. Falou da atuação da SETIC no concurso para juiz substituto do trabalho. Na sequência, passou a relatar os sistemas entregues no 1º semestre. Salientou que, a partir de 1º de agosto, o e-Jus ² será disponibilizado para todos os juízes de primeiro grau. Explanou sobre a Certidão Eletrônica, que se encontra em processo de finalização.	
	b) Execução orçamento: Explicou alguns gastos emergenciais ocorridos no 1º semestre. Defendeu a necessidade de contratação de empresa fornecedora de óleo diesel para o sistema de geradores do tribunal. Explicou que a central telefônica de Viamão foi trocada há alguns meses porém a nota ainda não foi paga. A Diretora-Geral entendeu que os valores emergenciais apresentados são passíveis de serem satisfeitos.	Deliberada a aprovação dos gastos com contratações de outras áreas.
	c) Sistemas Administrativos: Abordou a implantação do SIGEP e os problemas da integração com o sistema atual de folha. Considerações gerais: Foi abordada a troca do sistema de geradores do tribunal. Debatida a transferência do gerador que se encontra no terraço do prédio sede para o subsolo, onde já se encontra outro gerador.	Deliberada a adoção de somente geradores a diesel
	Des. Silvestrin explicou a necessidade de fornecimento de equipamentos para aqueles servidores que se encontram na modalidade de teletrabalho. A ideia é transferir a estação de trabalho existente no tribunal a disposição destes servidores para as respectivas residências. A Diretora-Geral ponderou as determinações constantes na nova resolução do CNJ sobre teletrabalho. Des. Silvestrin defendeu a interpretação de que o servidor deverá fornecer o ambiente de trabalho e os recursos tecnológicos para o funcionamento do equipamento a ser fornecido pelo tribunal, ao que todos foram unânimes na aceitação desta interpretação.	
	A Diretora da SETIC abordou as pendências existentes para a finalização do plano de alteração e implementação dos racks de TI pelo interior do Estado, sendo necessária a atuação da SEMPRO.	Deliberado que a SEMPRO deverá ser acionada para apresentar os projetos para as localidades que exigirem reformas.
	A Diretora da SETIC informou que houve o furto de alguns roteadores wi-fi no interior	Deliberado o envio de solicitação à DG para verificação quanto a viabilidade de aquisição de cadeados específicos para os roteadores, produzidos pelo mesmo fabricante.
07-04-2016	A Diretora da SETIC informou que o CNJ quer que os tribunais criem um Comitê de Governança de TI, onde o foco dos objetivos é a satisfação do usuário. Após, foi abordado o plano estratégico de TIC para este TRT e as etapas para a sua elaboração. Foram explicados os pontos do plano estratégico proposto pela SETIC e os mecanismos para medir os níveis de cumprimento das metas propostas. Foi explicada a forma de medição dos períodos de crise do sistema PJe. Na sequência, expôs o plano diretor de TIC para o biênio 2016-2017; explicou como funcionam os critérios de priorização de novos projetos (SETIC recebeu 130 propostas de projetos); foi apresentado o Portal de Governança de TI e explicado o projeto Aprendendo sobre o TRT, onde os servidores devem conhecer o funcionamento do Tribunal como um todo. Foi solicitado aos presentes que analisassem o Projeto de gestão de níveis de serviço de TI.	
	Juíza Andréa alertou para o fato de que não se pode engessar a disposição dos monitores nas salas de audiência, pois os servidores costumam adaptar os mesmos de acordo com suas "manias".	Juíza Andréa sugeriu que a SETIC consulte o magistrado e o secretário antes de implementar as mudanças.
	A Diretora da SETIC apresentou os projetos de desenvolvimento e explicou que o projeto Sistema E-jus2 está sendo aprimorado e adaptado ao 1º grau. Des. Cassou frisou que esta atitude irá priorizar o 1º grau. A Diretora da SETIC falou sobre os grandes litigantes e demandas repetitivas, ao que a servidora Carolina da AGE explicou como o tema vem sendo abordado estrategicamente. O Secretário-Geral Judiciário explicou que no novo manual do e-Gestão são exigidas marcações nos processos que o Tribunal, atualmente, não dispõe. A Diretora da SETIC explicou algumas melhorias para o sistema GIGS, sendo que tudo depende de autorização, tendo em vista que é um sistema oriundo do TRT12 e utilizado a nível nacional. O Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas explicou o Sistema de apoio ao PJe, no âmbito interno. A Diretora Natacha relatou que há demanda nacional em relação ao sistema SIGA de licitações e contratos, posto não haver sistema semelhante nos demais TRTs. Passou a explicar o sistema AUDI para auditorias. Ressaltou que deve haver integração do TRT com o e-Social, havendo cobrança nacional. A Diretora-Geral abordou a implantação do SGRH, onde o Tribunal será o piloto deste projeto, havendo cobrança por parte do CNJ. A Diretora Natacha falou sobre o Mapeamento de desempenho das unidades Judiciárias de 1º grau. A servidora Carolina, da AGE explicou que já há um projeto em andamento nesse sentido, devendo haver a integração de ambos. O Secretário-Geral Judiciário solicitou que o sistema contemple igualmente o 2º grau. O Coordenador André abordou o RRA. A Diretora Natacha explicou sobre a migração dos relatórios administrativos para o BI e sugeriu que o projeto seja retomado, pois se encontra parado no momento. A servidora Carolina, da AGE ressaltou que há divergência nas informações constantes nos diferentes sistemas. A Diretora Natacha falou sobre a criação de uma interface no PJe para a Central de Mandados. Explicou que, relativamente à implementação do e-Jus2	Não houve objeções ao plano apresentado

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2016 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
	<p>nos demais regionais, o projeto está parado por falta de orçamento. O Secretário-Geral Judiciário explicou o sistema para controle de envio de processos RR recebidos do TST. SETIC irá acionar a SEGJUD para redefinir as diretrizes do projeto. Após a Diretora Natacha explicou a automatização dos logons. Passou a falar sobre o projeto de melhorias no sistema PDEP, acordando que o Onélio será consultado sobre as melhorias necessárias. Abordou os projetos de infraestrutura tecnológica. Versou sobre o aumento de links de internet, onde o tribunal tem a possibilidade de reduzir valores, manter o valor final e aumentar o número de links. Explicou o firewall de aplicação. Falou que será feita licitação para compra de geradores, sem compra inicial, dependendo de suplementação orçamentária. Abordou que a ligação das salas de sessão no gerador irá gerar um custo elevado. Explicou que, provavelmente, o CSJT irá enviar dinheiro para a renovação dos storages. Noticiou que o CSJT irá enviar verba para a manutenção das salas-cofre dos tribunais. Passou a abordar os projetos de Gestão de TIC. Falou sobre o manual amigável do PJe, onde todas as informações sobre o PJe estejam reunidas em um mesmo local. Seguiu explicando que o Tribunal é cobrado sobre a capacitação em segurança da informação, sendo que a mesma deverá ser executada na modalidade à distância. Relatou as ações para as quais o CSJT irá enviar recursos financeiros (decisão ocorrida no dia de hoje). Tal envio será trimestral. Informou que irá disponibilizar nova planilha de valores orçamentários a ser anexada à presente ata e sugeriu que as reuniões ocorram a cada 3 meses.</p>	
	<p>1. Apresentação pela Diretora da SETIC da atual situação do Tribunal: expôs a necessidade do corte de 90% nos contratos de TI; salientou que as decisões da SETIC devem ter o respaldo da Comissão de Informática; explicou que a compra dos equipamentos de TI possui garantia de 3 anos e durante este período não há custos à TI. Foi apresentada a proposta orçamentária para 2016 e o montante concedido. Equipamentos comprados no final do ano passado somente serão pagos quando forem instalados este ano, sendo que os mesmos estão na previsão orçamentária de 2015. Não haverá necessidade em 2016 de aquisição de novos computadores. CSJT não irá repassar recursos para manutenção dos blades. Redução do número de links na rede WAN, penalizando principalmente o interior do estado.</p> <p>A Diretora-Geral ponderou sobre como os valores foram repassados para os setores do Tribunal e a Diretora da SETIC esclareceu que restos a pagar são valores vinculados a empenhos anteriores. O Des. Silvestrin disse que a demanda de TI não poderia ser suprida com o orçamento disponibilizado. Disse que o sistema PJe deve ser mantido no ar e expôs que com o corte orçamentário, haverá ausência de jurisdição com implicações legais. O Juiz Cloccemar sugeriu deixar o sistema em colapso face a ausência de recursos, para resguardar o Tribunal.</p> <p>A Diretora da SETIC falou sobre os contratos vigentes e mencionou ter sido negociada a redução da dívida de 30 milhões com a ORACLE. Esclareceu que para utilizar o banco de dados livre, atualmente utilizado no PJe, a informática teria que parar durante 2 anos para reescrever os sistemas do Tribunal. Des. Silvestrin sugeriu que o CSJT deveria assumir tais contratos, uma vez que os mesmos são mantidos por todos os tribunais. A Diretora da SETIC sugeriu que seja feita a reestruturação dos bancos de dados do Tribunal para extinguir o contrato com a ORACLE. Ponderou sobre as limitações do sistema de banco de dados livre, em comparação ao ORACLE. Des. Silvestrin argumentou que os demais tribunais estão contando com o dinheiro do CSJT, porém se o dinheiro não for disponibilizado, haverá a cobrança de multa muito pesada.</p>	
12-02-2016	<p>SALA COFRE - Local onde todos os dados são armazenados. O contrato de manutenção da sala custa 500 mil por ano. Ano passado o CSJT enviou dinheiro para sua manutenção, porém somente o TRT da 4ª Região recebeu, ao que a Diretora da SETIC presume que não haverá repasse por parte do CSJT este ano. CONTRATO COM A GOOGLE - O armazenamento de dados é feito em "nuvem". Caso os arquivos tivessem que ser armazenados no data center do Tribunal não haveria espaço suficiente de armazenamento. O Tribunal conseguiu desconto de 19% no contrato. Foi sugerida a redução do número de contas que o Tribunal mantém com a Google, que é o que gera custos. CONTRATO COM O SERPRO - considerado essencial. CONTRATO COM A CLARO - modens 4G para acesso à internet. A Diretora da SETIC disse que 50% dos modens que nunca foram utilizados e os contratos poderiam ser cortados. Sugeriu uma mudança de foco na utilização dos modens, por exemplo, Oficiais de Justiça. Juiz Cloccemar argumentou que aqueles juizes que querem trabalhar em casa devem se adaptar ao trabalho sem internet. afirmou que deve ser cortado o contrato como um todo. Des. Silvestrin ponderou negociar com a CLARO o que irá gerar menos despesas - redução do número de modens ou cancelar o contrato. Decisão unânime de tentar o cancelamento do contrato. Foi explicado o funcionamento das centrais telefônicas no Tribunal. Haverá reunião com a empresa para redução de custos. O objetivo será eliminar manutenção preventiva e ficar com a manutenção nos casos de problemas já ocorridos. BI - Após explicação sobre o BI, foi proposto encerrar a manutenção prestada pela empresa. Houve explicação da ferramenta de pesquisa GSA cujo contrato está pago e em vigor, mas não será renovado. A Diretora da SETIC explicou sobre os recursos de segurança da informação - proxy e antivírus, afirmando serem serviços essenciais que devem ser mantidos. Esses valores são encaminhados pelo CSJT. Caso não haja repasse, haverá migração para softwares livres. Houve explicação sobre o Jboss, que é uma conta permanente e o porquê de ser essencial. Houve redução para 166 mil reais no contrato de Manutenção de Storage. A Diretora da SETIC apresentou o valor para "sobrevivência" da TI este ano: 5,5 milhões. Des. Silvestrin ponderou que a atividade-fim do Tribunal necessita do PJe. Deverão ser analisados quais contratos são essenciais ao processo eletrônico. A Diretora da SETIC informou a existência de um contrato firmado ano passado de monitoração do PJe a um custo muito elevado. Foi suspensa a instalação do sistema esse mês, pelo fato de que não haver recursos para que seja feita a sua manutenção. Serão apontados quais os contratos onde o CSJT é o responsável pelos repasses. O Des. Silvestrin afirmou que os relatórios serão submetidos à Presidência e reforçou a ideia de que sem o PJe não há prestação jurisdicional e que o valor de 5,5 milhões já implica na perda de qualidade dos serviços prestados atualmente no PJe.</p>	<p>Todos os presentes concordaram que o contrato com a Claro é passível de cancelamento</p>

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5.3.3. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Quadro descritivo dos sistemas de informação classificados como estratégicos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações 2016-2017.

Quadro 5.3.3. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nº	NOME	DESCRIÇÃO SIMPLES	ÁREA	EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO.	CUSTO
1	ADMEletrônico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.	Administrativo	TRT4	N/A
2	AUD inFOR	Sistema de audiências integrado ao inFOR.	Judicial 1º Grau	CSJT	N/A
3	AUD PJe	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
4	Consulta Processual	Consulta à tramitação processual.	Judicial público externo	TRT4	N/A
5	e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.	Judicial Administração 1ª Grau e TST	TRT4	N/A
6	e-Gestão 2º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 2º Grau.	Judicial Administração 2º Grau e TST	TRT4	N/A
7	e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de sentenças, acórdãos e às sessões de julgamento.	Judicial 1º Grau e 2º Grau	TRT4	N/A
8	e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.	Judicial Assessoria Judiciária Vice-Presidente	TRT9	N/A
9	e-Remessa	Sistema para envio e recebimento de recursos ao TST.	Judicial 2º Grau	TST	N/A
10	e-Sentença	Sistema de apoio à produção de sentenças.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
11	e-Sentença Web	Sistema de apoio à produção de sentenças através de interface web.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
12	inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
13	Jurisprudência (Internet e e-Jus ²)	Pesquisa textual em decisões publicadas.	Judicial público interno e externo	TRT4	N/A
14	NovaJus ⁴	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.	Judicial 2º Grau	TRT4	N/A
15	PJe-JT 1º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 1º grau.	Judicial 1º Grau e público externo	TRT4	N/A
16	PJe-JT 2º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 2º grau.	Judicial 2º Grau e público externo	TRT4	N/A
17	Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria.	Judicial público externo	TRT4	N/A
18	Publicação DEJT 2º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 2º Grau pela SEGJUD.	Judicial público externo	TRT4	N/A
19	Sistema de Precatórios	Sistema para administração de precatórios.	Judicial JACEP	TRT4	N/A
20	VIPE	Consulta e impressão de petições eletrônicas recebidas.	Judicial público externo	TRT4	N/A
21	Aplicações de BI	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados.	Administração SEGJUD AGE DG Corregedoria	TRT4	N/A
22	Portal Internet	Portal corporativo do TRT da 4ª Região.	Público interno e externo	TRT4	N/A
23	Portal VOX	Portal interno (intranet).	Público interno	TRT4	N/A
24	GIM - Gestão Informações do Magistrado	Módulo do PJe que centraliza os processos conclusos ao juiz	Judicial Magistrados	TRT4	N/A
25	Íntegra dos autos processos eletrônicos	Rotina de download automático da íntegra de processos eletrônicos para utilização em audiências	Judicial Público interno e externo	TRT4	N/A
26	Concurso Juízes	Solução para operacionalização e gestão do concurso de juízes.	Administrativo, público interno e externo	TRT4	N/A
27	Consulta Processual do PJe (login e senha)	Módulo de consulta a andamentos e documentos de processos eletrônicos	Judicial público externo	TRT4	N/A
28	Extrator e-Gestão	Cálculo estatístico do e-Gestão para o PJe	Judicial público interno	TRT4	N/A

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Avaliação de riscos nos serviços de TIC: em 2016, foi encerrada a implantação, no TRT da 4ª Região, do primeiro ciclo do SGSI (Sistema de Gestão de Segurança da Informação), que teve como escopo os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que suportam o processo de prestação jurisdicional (1º e 2º grau de jurisdição, trabalho remoto e público externo). Na análise de risco realizada, foram mapeados e analisados 458 ativos (ambiente, processos e tecnologia), obtendo-se, ao final da análise um índice de risco de 38,3% (risk index), que foi reduzido para 26,8%, após a implementação do Plano de Tratamento (vide o item 9.1.3. ANEXO III - RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO)

5.3.4. DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

O Plano Anual de Capacitação é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituído pelo Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006. Trata-se de um processo contínuo de gestão da capacitação que compreende as definições dos temas e metodologias de capacitação a serem implementadas, as ações de capacitação voltadas à habilitação de seus servidores e o monitoramento dos resultados, atendendo ainda as determinações do Acórdão 381-2011 do TCU.

O Plano Anual de Capacitação dos servidores da SETIC é composto de:

- Quadro com Perfis Técnicos da SETIC: Planilha com a descrição de todos os perfis técnicos existentes na secretaria, composto da descrição das principais atribuições e dos conhecimentos necessários para desempenho das atividades realizadas por perfil de profissional. O levantamento dos perfis técnicos da SETIC foi realizado com o apoio dos coordenadores e direção da SETIC, este trabalho seguiu o macroprocesso e as atribuições das respectivas unidades da SETIC.
- Quadro com Mapeamento das Competências dos Servidores da SETIC: Planilha onde são mapeados os perfis técnicos e o nível de capacitação de cada servidor nos conhecimentos necessários para execução das atividades relacionadas ao seu perfil. A análise dos perfis de cada servidor foi realizada com o apoio dos chefes de seção e dos coordenadores da SETIC. Os níveis de capacitação de cada servidor estão indicados pelos seguintes indicadores: "Capacitado", "Aprimorar/Atualizar Capacitação", "Iniciar Capacitação".
- Lista de Treinamentos Previstos para 2016: Planilha com a descrição dos treinamentos previstos para o próximo ano, composta das seguintes informações: nome do treinamento, relação com o perfil técnico, possíveis fornecedores, carga horária prevista, valor estimado, nome e lotação dos participantes.
 - A escolha dos treinamentos previstos é realizada com o apoio dos chefes de seção, coordenadores e direção da SETIC, de acordo com os seguintes critérios:
 - Os cursos planejados para cada servidor deverão estar relacionados a pelo menos um dos seus perfis técnicos;
 - Cada servidor deve realizar cerca de 20 a 80 horas presenciais de treinamento por ano, visando a capacitação contínua de todos os servidores da SETIC e de modo que o tempo afastado do trabalho para capacitação não comprometa as atividades da Secretaria. Cabe referir, ainda, que algumas áreas demandam mais treinamentos do que outras, devido às peculiaridades e tecnologias utilizadas.
- Quadro com Síntese do Plano de Capacitação: Planilha com resumo dos dados dos treinamentos previstos por setor e por participantes, composta das seguintes informações: nº de vagas contratadas, valor estimado e carga horária. As informações constantes do quadro síntese são utilizadas pelas chefias da secretaria para a gestão da capacitação dos seus servidores. Vide o item. 9.1.4. ANEXO IV - PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO SETIC 2016.

Os objetivos esperados com a execução do Plano de Capacitação são:

- Aprimorar a gestão da capacitação dos servidores da SETIC;
- Aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores, visando a melhoria do desempenho de cada servidor;
- Garantir que a capacitação dos servidores da SETIC esteja alinhada aos objetivos da Secretaria;
- Adequar as competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

O Plano de Capacitação é anual, de modo que todas as atividades programadas devem ser realizadas dentro do ano corrente.

Durante o ano são realizadas revisões do Plano de Capacitação, avaliando a sua execução, de modo a verificar se os objetivos e resultados esperados estão sendo atingidos.

Após o encerramento do ano, é elaborado um Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação com os resultados alcançados. Cf. 9.1.5. ANEXO V - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2016.

5.3.5. DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI

A força de trabalho de TIC do Tribunal é composta por quadro próprio de 124 servidores, sendo 89 pertencentes à carreira de tecnologia da informação do próprio órgão, 34 oriundos do quadro geral do próprio órgão e 1 requisitado de outro Tribunal. Não há terceirizados nem estagiários na força de trabalho de TI.

5.3.6. DESCRIÇÃO DOS PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI IMPLEMENTADOS

No tocante ao gerenciamento de serviços de TI, a Portaria 5.759/2016 instituiu os Processos de Gerenciamento de Incidentes e Requisições, de Gerenciamento de Problemas, de Mudanças e Liberações e de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Esses processos de trabalho foram modelados conforme as boas práticas estabelecidas na biblioteca ITIL e durante o ano de 2016 foram aprimorados com o apoio de uma consultoria especializada contratada (contrato 114/14). Atualmente os processos são executados na ferramenta Assyst.

Já a Portaria 6.371/2016 instituiu o processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Esse processo de trabalho foi modelado conforme as boas práticas estabelecidas na biblioteca ITIL, durante o ano de 2016, com o apoio de uma consultoria especializada contratada (contrato 114/14). Atualmente, o processo é executado na ferramenta Assyst/ITAM, no sistema de patrimônio do Tribunal e em planilhas compartilhadas.

Além disso, encontram-se regulamentados e implantados vários outros processos de gestão e governança de TIC, como desenvolvimento de software, contratações de TIC, gerenciamento de projetos e portfólios, segurança da informação, gestão de riscos de processos de TIC, gestão de TIC e planejamento estratégico de TIC.

Toda a documentação pertinente aos processos de trabalho aqui referenciados estão publicados no portal de Governança de TIC do Tribunal, no endereço <https://www.trt4.jus.br/portalgovernanca/governanca>.

5.3.7. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO

Situação dos projetos por Coordenadoria o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

PROJETOS DA COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
195	Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI	Estabelecer acordos de níveis de serviço para todos os serviços atendidos pela central de atendimento a usuários para que os usuários tenham uma previsão de atendimento ao abrir seus incidentes, bem como permitindo que os gestores tenham critérios objetivos para as priorizações. Os serviços e SLAs deverão ser cadastrados na ferramenta de service desk e divulgados aos usuários.	<p>Crítérios objetivos para as priorizações</p> <p>Aumento da satisfação dos usuários em relação ao tempo de atendimento</p> <p>Visibilidade dos prazos necessários para atendimento de cada serviço</p> <p>Estabelecimento de métricas para avaliação de desempenho (medição de atendimentos iniciados em até 10 minutos, atendimentos finalizados dentro do SLA, % de aprovação na pesquisa de satisfação)</p>	Concluído	02-10-2015	23-06-2016			Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
199	Atualização do sistema de gerenciamento de desktops	Instalar novo sistema de gerenciamento de desktops o qual deverá proporcionar controle em tempo real dos ativos e manter as estações atualizadas. A substituição se dará em cerca de 9 meses, abrangendo todas as 4.500 estações de trabalho (desktops e notebooks).	<p>Eficiência na manutenção de máquinas à distância;</p> <p>Redução de tempo na distribuição de novos sistemas ou configurações (4 dias para 2 dias);</p> <p>Controle em tempo real dos 4.800 ativos;</p> <p>Inventário dos ativos de TIC</p>	Concluído	18-05-2015				Descrição do Objetivo Estratégico Institucional ao qual o projeto possui maior alinhamento e/ou contribuição	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional
201	Implantação do novo Sistema de Service Desk	Implantar ferramenta de service desk que possibilite o adequado gerenciamento de incidentes integrado com processo de gerenciamento de configuração e mudanças do modelo ITIL.	<p>Melhoria no gerenciamento de incidentes;</p> <p>Aumento da satisfação dos usuários;</p> <p>Aumento da produtividade da central de serviços.</p>	Concluído	21-10-2015	28-04-2016	R\$ 960.334,55	R\$ 1.174.159,55	Fortalecer os processos de governança	Aperfeiçoar a gestão de TIC
242	Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência	Modernizar e padronizar o sistema de registro de frequência do Tribunal em 100% das unidades.	<p>Padronizar o método de registro de frequência em todas as unidades do TRT4;</p> <p>Assegurar a identificação correta dos usuários por meio de leitura de dados biométricos;</p>	Em Execução	11-11-2016		R\$ 222.650,00	R\$ 222.650,00	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
316	Substituição de computadores portáteis	Substituição dos notebooks atuais dos magistrados (287 equipamentos), por novos custeados pelo CSJT, destinando os equipamentos antigos aos seus assessores e assistentes e disponibilização de 17 equipamentos para a área administrativa. Deverão ser mantidos 10% dos equipamentos (29) como reserva técnica.	<p>Alinhamento com o critério de atualização dos equipamentos adotado neste Tribunal e pelo CSJT nas ações do SIGI, o qual prevê a substituição dos equipamentos ao final do período de garantia. Evitar a obsolescência e custos com manutenção do parque. Renovação do prazo de garantia.</p> <p>Para os assessores e assistentes: utilização de notebooks mais rápidos e atualizados, em comparação com seus equipamentos atuais.</p> <p>Com os novos equipamentos: Possibilitar maior desempenho computacional. Melhorar as condições de mobilidade com equipamentos mais leves. Baixo nível de manutenção.</p>	Concluído	22-04-2016	13-07-2016	R\$ 1.355.053,50	R\$ 1.355.053,50	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional. Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

PROJETOS DA COORDENADORIA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
256	SIGA - Licitações e contratos	Implementar novo sistema de licitações e contratos e disponibilizar a solução para todos os Regionais da Justiça do Trabalho.	Melhoria em relação ao sistema atual de licitações e contratos do TRT4. Recebimento de novos e melhores sistemas administrativos que compõem o SIGA, a serem desenvolvidos por outros Regionais.	Em Execução	29-04-2032		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
257	Estudo de novas tecnologias de portais	Estudar soluções de mercado para portais, avaliando benefícios em relação à tecnologia atualmente em uso e o investimento necessário (recursos humanos, físicos e financeiros) para adotar nova solução.	Portal de intranet mais robusto e completo, com fácil interação dos usuários e a administração do conteúdo.	Concluído	04-10-2016	19-12-2016			Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a integração, inovação e atualização dos Sistemas de Informação
387	Migração de Relatórios Administrativos para o BI	Dotar as áreas administrativa e médica de uma ferramenta robusta que permita maior flexibilidade no cruzamento de informações de diferentes sistemas, dando um melhor suporte para a tomada de decisões. Para alcançar o objetivo os relatórios serão desenvolvidos na mesma ferramenta utilizada pelo TRT para a análise dos dados estatísticos como o do e-Gestão.	- Substituição da ferramenta antiga, atualmente defasada, nas áreas administrativa e médica - Padronização da ferramenta de auxílio a tomada de decisões no TRT 4 (adoção do mesmo sistema para todas as áreas do Tribunal) - Criação de um ambiente de desenvolvimento controlado, possuindo padrões de desenvolvimento de relatórios e validação de informações. - Prover aos usuários relatórios que unem dados de diferentes sistemas existentes no TRT de maneira consistente e confiável - Diminuir a quantidade de relatórios que os usuários necessitam para extrair uma informação (por exemplo, em vez de acessar relatórios na "Folha" e no "RH" para tomar uma decisão, acessar apenas um relatório na nova plataforma) - Possibilitar ambiente organizado e possibilidade de cruzamento de informações de maneira simplificada, também para a área administrativa do TRT.	Em Execução	15-08-2016				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Padronização e adoção da ferramenta de BI oficial do Tribunal
402	Férias online para Desembargadores	Possibilitar a solicitação eletrônica de férias aos Desembargadores.	- Padronização no registro de marcação de férias de desembargadores. - Melhoria no acompanhamento de férias de desembargadores pela Administração.	Em Execução	18-11-2015				Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
404	Implantação do SIGEP	Implantação do sistema nacional definido pelo CSJT como sistema de gestão de pessoas nos Regionais.	- Adequação do TRT da 4ª Região às necessidades de integração dos sistemas administrativos. Disponibilidade de acesso ao sistema para 100% dos usuários que atualmente utilizam o sistema de RH legado. - Migração dos dados do sistema legado para o novo sistema, no que for possível. - Possibilidade de integração do SGRH com os demais sistemas componentes do SIGA nacional. - Uniformização da ferramenta de gestão de pessoas na Justiça do Trabalho.	Em Execução	30-09-2016				Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
426	Concurso de Juízes	Desenvolvimento de sistema de apoio à realização de concurso de juizes, contemplando diversas etapas do concurso, desde a inscrição preliminar, a interposição de recursos até a divulgação de resultados.	Redução de custos com a realização de concurso	Concluído	10-01-2017	19-12-2016			Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional • Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos • Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação
429	e-Jus ² Sentença	Disponibilizar um editor de textos alternativo para sentenças com as mesmas funcionalidades dos e-Jus.	- Permitir a troca de comentários entre usuários de uma mesma unidade. - Permitir a edição de textos no e-Jus ² para confecção de Decisões de 1º Grau.	Concluído	19-08-2016	30-08-2016			Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
434	Mapeamento do desempenho das unidades Judiciárias de 1o Grau	O problema pode ser resolvido com a geração dos relatórios pelo sistema Business Intelligence (BI), que já utiliza os dados necessários (do e-Gestão e do sistema RH) na geração de outros relatórios.	O benefício direto envolve a enorme redução do tempo na elaboração dos relatórios e a redução de erros na coleta de dados. Indiretamente, o tempo ganho permitirá que os dados gerados sejam estudados e utilizados para detectar problemas e gargalos na tramitação dos processos nas unidades judiciárias de primeiro grau, bem como na análise de soluções para corrigir tais problemas e proporcionar a melhoria da prestação jurisdicional.	Concluído	02-12-2016	19-12-2016			Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania; Aprimorar a gestão orçamentária; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho.
446	Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas	Possibilitar a emissão de certidão eletrônica de feitos trabalhistas, abrangendo processos físicos e eletrônicos de todos os Foros do TRT da 4a Região de 1º e 2º Graus, por meio de ferramenta web que consulte de forma integrada as bases de dados dos sistemas inFOR, NovaJUS4 e PJe.	- Melhor prestação de serviços ao jurisdicionado por meio da emissão de certidões mais abrangentes, por incluir processos de 1º e 2º Graus de todo o estado; - Maior agilidade na emissão das certidões; - Substituição do procedimento realizado atualmente, que envolve pesquisas separadamente no inFOR e PJe-JT no 1º Grau e NovaJus4 e PJe-JT no 2º Grau.	Em Execução	23-02-2017				Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania,	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
447	SILC - Implantação em Regionais Multiplicadores	Disponibilizar o sistema SILC para os regionais participantes do gtSILC - Grupo de Trabalho do Sistema de Licitações e Contratos, para avaliação da possibilidade de nacionalização do sistema. O prazo para avaliação do Grupo é até Janeiro/2017.	Definição do sistema padrão de sistema de licitações e contratos.	Em Execução	11-01-2017				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos
448	Conciliação Eletrônica	Dotar o JACEP de uma ferramenta que permita a realização das audiências conciliatórias de forma remota, permitindo que as partes envolvidas possam participar sem a necessidade de deslocamento para a capital. Isso será feito por meio do desenvolvimento de um novo software que viabilize a ocorrência de audiências eletrônicas para os processos cadastrados no sistema PJe e permita que as partes envolvidas atuem nas audiências de conciliação a partir dos seus próprios computadores, sem a necessidade de comparecer em alguma unidade da justiça do trabalho.	Aumento no número de conciliações realizadas pelo JACEP. Diminuir o tempo médio para a realização de conciliação nos processos encaminhados ao JACEP. Aumento no número de pedidos de conciliação nos processos do interior do estado.	Em Execução	04-10-2016				Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

PROJETOS DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE TIC

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
213	SGSI Implantação do sistema de Gestão de Segurança da Informação	Definir e implantar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação - SGSI, com apoio de empresa especializada, em consonância com os requisitos da NBR ISO-IEC 27001-2013. O projeto deverá ser dividido em etapas, das quais será atendida primordialmente a relativa às definições e regulamentações, e a seguir serão definidas as etapas para a implementação.	Conformidade com a ISO27001. Identificação e gerenciamento de riscos por ativos / sistemas / processos.	Concluído	03-06-2016	20-10-2016	R\$ 280.000,00	R\$ 215.000,00	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Aprimorar a segurança da informação
224	Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI	Realizar a modelagem, aprimoramento, documentação e regulamentação do macroprocesso de gestão de TIC do Tribunal.	- Transparência do trabalho da SETIC - Acompanhamento das ações da TI - Melhor comunicação da SETIC com a alta administração do TRT - Informações da TI em local centralizado disponível para todos os 3500 usuários internos e público externo.	Concluído	25-05-2016	12-08-2016			Fortalecer os processos de governança	Aperfeiçoar a gestão de TIC
397	Mapeamento de novos processos ITIL	Estabelecer melhoria contínua na prestação de serviços de TIC através da implantação de processos de trabalho baseados na biblioteca de boas práticas ITIL, com maior eficácia e qualidade na prestação dos serviços da SETIC, bem como, fornecer à Alta Administração do Tribunal mecanismos de controle para Governança de TIC.	- Transparência junto a Administração e Órgãos Auditores/Controladores (publicação dos processos mapeados no Portal de Governança de TIC); - Possibilidade de redução nos prazos de atendimento (SLA's).	Concluído	29-08-2016	20-10-2016	R\$ 278.666,00	R\$ 136.000,00	Fortalecer os processos de governança	Aprimorar controles de macroprocessos de TIC
445	Capacitação à distância em Segurança da Informação	Acredita-se que a capacitação à distância, com a utilização de novas tecnologias, seja uma forma eficiente de realizar esta tarefa. Além disso, será possível quantificar o número de usuários treinados, produzindo evidências para futuras auditorias.	- grande número de usuários treinados em curto prazo - a capacitação à distância permite um alcance muito maior que a capacitação presencial - conscientização dos usuários de forma efetiva acerca das normas e melhores práticas em segurança da informação	Concluído	14-12-2016	19-12-2016			Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Aprimorar a segurança da informação

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

PROJETOS DA COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
52	Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs)	Implantar uma nova infraestrutura de gerenciamento de rede nos Foros do interior do estado, visando padronizar e concentrar os serviços de gerenciamento e armazenamento de dados (servidores de rede), switches, roteadores, aceleradores, modem e no-break. Serão instalados Racks em todos os Foros, utilizando equipamentos compatíveis para neles serem instalados, como servidores e no-breaks para rack.	- 100% dos CPDs do interior padronizados - Redução da incidência de falhas por má acomodação dos equipamentos. - Redução de gastos com manutenção dos equipamentos	Em Execução	18-12-2017		R\$ 453.000,00	R\$ 453.000,00	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional;	Relacionar com quais objetivos do Planejamento Estratégico de TIC vigente o projeto está contribuindo
105	Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN)	O objetivo é adquirir novos e melhores links de comunicação para as unidades judiciárias do interior do estado e prédios da capital. Esses links deverão contar com uma tecnologia de balanceamento de links, que permita a utilização integral do somatório da banda disponível, assim como a continuidade da prestação do serviço em caso de falha de um dos links.	- Banda adequada às necessidades do Processo Judicial Eletrônico; - Independência contratual em relação ao TST e demais Regionais. - Aumento na disponibilidade média de todas as localidades de 99,77% para 99,97% (média mensal entre todos os locais).	Em Execução	14-11-2016		R\$ 2.360.000,00 (instalação e 30 meses de mensalidades)	R\$ 1.326.840,00 (instalação e 12 meses de mensalidades)	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Melhorar a disponibilidade do PJe

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
202	Atualização de infraestrutura do interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD	Substituir nos CPDs dos foros do Interior, os seguintes equipamentos fora de garantia ou com garantia a vencer em 2014: comutadores de rede (switches), servidores de rede, no-breaks de CPD.	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de falhas decorrentes de equipamentos com garantia vencida; - Maior eficiência e rapidez nos reparos em equipamentos com garantia; - Maior performance decorrente da evolução tecnológica dos novos equipamentos 	Em Execução	07-03-2017		R\$ 1.479.568,40	R\$ 1.479.559,40	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Melhorar a disponibilidade do PJe
208	Revisão do serviço de time stamping - PDDE	Promover a atualização na infraestrutura do serviço de "Protocolização Digital" contratando um período de suporte estendido para o mesmo.	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a confiabilidade do serviço de protocolização digital; - Melhorar a disponibilidade do serviço; - Contar com suporte junto ao fabricante para a solução. 	Concluído	10-12-2015	02-09-2016	R\$ 224.340,00	R\$ 224.340,00	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim
209	Padronização do diretório de usuários	Avaliar durante o primeiro semestre de 2014 a viabilidade de manter um único diretório centralizado. Demonstrada a viabilidade, migrar todos os usuários (e computadores) do interior do estado para o AD;	<ul style="list-style-type: none"> - Simplificação na gerência de identidades; - Simplificação das instruções passadas aos usuários; - Melhor gerência dos microcomputadores do interior do Estado. 	Suspensão	19-02-2016				Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim
210	Ampliação da autonomia dos switches - Capital e interior	Ampliação da autonomia dos switches - Prédio sede e interior O projeto contempla ampliação no prédio sede, prédio administrativo, foros da capital e 4 foros do interior (Esteio, Caxias do Sul, Passo Fundo e Uruguaiana). A ampliação nos demais foros do interior será contemplada pelos projetos 52 e 202.	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da autonomia de uso da rede em caso de falta de energia, para 15 minutos, em média. Hoje esse tempo é = 0min. - Determinação e divulgação de um SLA referente à manutenção dos serviços de TI nas ocorrências de falta de energia. 	Em Execução	13-01-2017		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim
211	Firewall de aplicação	Subsidiar a decisão pela aquisição (ou não) de firewalls de aplicação; Se feita a opção pela compra, executar a implantação	Maior resistência a ataques que explorem vulnerabilidades da camada de aplicação.	Em Execução	21-10-2016		R\$ 248.437,00	R\$ 248.437,00	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
212	Alta disponibilidade de serviços	Em até 6 meses a partir da conclusão do projeto de reforma do CPD2 termos: O Dataguard replicando o banco de dados Oracle para o datacenter secundário; Um banco de dados Postgres em standby no datacenter secundário; Chaveamento automático dos servidores virtuais JBoss e Apache para o datacenter secundário;	- Redundância de no mínimo 25% nos sistemas inFOR da capital, Novajus4, Sistemas Administrativos (Folha de Pagamento, RH). - Redundância de no mínimo 50% do PJE. - Redundância de 100% da solução de backup. - Redução do impacto produzido por desastres como alagamento, incêndio, terremoto, roubo, ataques cibernéticos e outros. - Redução da indisponibilidade dos sistemas da TI provocada por desastres. - Maior previsibilidade na recuperação dos desastres. - Redução do prêmio pago pelos seguros que o TRT porventura tenha ou venha a ter. - Melhoria da imagem e credibilidade do TRT frente a seus usuários.	Em Execução	23-09-2016				Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	Reduzir a indisponibilidade dos sistemas informatizados. Em caso de desastre, recuperação mais ágil dos principais serviços de TI, contribuindo para a continuidade da prestação jurisdicional.
321	Renovação e ampliação dos servidores dos Data Centers de Porto Alegre - 2015	Substituir 20 servidores nos Data Centers de Porto Alegre; Manter todos os servidores dos Data Centers com garantia de suporte junto ao fabricante; Instalar 12 novos servidores. Aumentar o poder de processamento dos sistemas PJE e Bancos Oracle.	- Melhorar a disponibilidade dos sistemas e serviços, com hardware atualizado (evolução tecnológica) e com melhoria no desempenho. - Redução dos riscos de indisponibilidade do equipamento por conta da garantia e suporte por 5 anos a contar da entrega dos servidores; - Redução de risco na substituição por peças de baixa qualidade. - Aumentar a capacidade de processamento e memória nos sistemas do PJE e Bancos Oracle.	Concluído	11-10-2016	11-10-2016	R\$ 3.310.795,00	R\$ 2.777.840,00	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Melhorar a disponibilidade do PJe
389	Substituição dos RACK's de TI no Foro POA	Prover a segurança física necessária aos equipamentos e ao cabeamento a partir da substituição dos racks atuais, muito antigos.	- Equipamentos de missão crítica protegido de acesso não autorizado - Melhoria do ambiente físico do Foro de Porto Alegre. - Reorganização de cabeamento lógico.	Suspensão	15-02-2016					
390	Renovação de No-break no Interior do Estado	Substituir no-breaks que atendem o CPD de 55 unidades no interior do estado, com suporte e garantia junto ao fabricante para os equipamentos que mantêm os CPD's do interior ligados nos casos de falhas originadas na concessionária de energia elétrica da região.	Manter a disponibilidade dos sistemas e serviços no interior do Estado, com hardware atualizado (evolução tecnológica) e com melhor desempenho. - Redução dos riscos de indisponibilidade do equipamento por conta da garantia e suporte por, pelo menos, 3 anos a contar da entrega dos no-breaks; - Redução de risco na substituição por peças de baixa qualidade.	Concluído	15-06-2016	10-11-2016	R\$ 350.000,00	R\$ 574.999,70	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim
391	Grupos geradores para datacenters (principal e secundário)	Adequada disponibilidade dos serviços de TIC.	Fornecimento contínuo de energia elétrica aos datacenters do TRT, de modo a garantir a disponibilidade de serviços de TIC.	Em Execução	24-11-2016		R\$ 356.000,00	R\$ 0,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim

ID	PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS	FIM PREVISTO	FIM REALIZADO	CUSTO ESTIMADO	CUSTO REALIZADO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO - PLANEJAMENTO TI
392	Expansão e renovação de garantia da solução de rede local do TRT4 em Porto Alegre	Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de rede e acesso aos sistemas do Tribunal; Melhoria do Plano de Recuperação de Desastres - PRD011; Ampliação de cobertura nas redes sem fio em Porto Alegre (prédios Administrativos, Sede e Foro Trabalhista), aumentando a qualidade no acesso aos sistemas utilizados no Tribunal.	-Minimização dos riscos de indisponibilidade; -Redução do tempo de parada de um data center em caso de falha de um switch core -Redução do tempo de resposta no uso dos sistemas administrativos e judiciários, com o aumento da capacidade de vasação entre ativos dos data centers, através do acréscimo de portas gigabyte aos switches CORE. -Otimização dos serviços de backups e eventuais restaurações de dados; -Aumento da qualidade do acesso à rede sem fio com o aumento do número de access points nos prédios de Porto Alegre. -Aumento da segurança da rede -Aumento da resiliência da infraestrutura do TRT, com a redução dos procedimentos e tempos previstos PRD011.	Em Execução	24-11-2016		R\$ 1.330.448,13	R\$ 1.324.798,93	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Alinhar serviços e políticas de TI à estratégia
393	Renovação do parque de servidores de rede no interior	Zelar pela adequada operação dos equipamentos servidores que atendem as seguintes unidades (Alvorada, Arroio Grande, Capão da Canoa, Dom Pedrito, Encantado, Estância Velha, Esteio, Farroupilha, Gramado, Itaqui, Marau, Montenegro, Nova Prata, Passo Fundo, Rio Grande I, Rio Grande II, Santa Rosa, São Jerônimo, São Leopoldo II, São Lourenço do Sul, Taquari, Triunfo e Viamão).	- Manter a disponibilidade dos sistemas e serviços no interior do Estado, com hardware atualizado (evolução tecnológica) e com melhor desempenho; - Redução dos riscos de indisponibilidade do equipamento por conta da garantia e suporte por 5 anos a contar da entrega dos servidores; - Redução de risco na substituição por peças de baixa qualidade.	Concluído	10-06-2016	15-09-2016	R\$ 500.000,00	R\$ 599.600,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim
394	Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto	Prover uma solução de acesso rápido e confiável para trabalho remoto de magistrados e outros públicos, que fazem uso de sistemas cliente/servidor (não disponíveis diretamente pela Internet).	Maior agilidade no uso de sistemas cliente/servidor para usuários que atuam remotamente.	Em Execução	12-12-2016		R\$600.000,00	R\$ 0,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim
441	Aumento dos links de internet	1)Aumento dos links em uso, com as operadoras atuais; 2)Acréscimo de um terceiro link, ampliando não somente a banda total, mas também incrementando a disponibilidade; 3) Uma combinação das duas soluções anteriores;	Agilidade na utilização dos serviços que dependem da Internet (PJe, GDrive, Gmail...)	Concluído	17-10-2016	19-12-2016			Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Melhorar a disponibilidade do PJe
442	Renovação de storages	Aquisição de novos equipamentos. Tendo em vista que os storages foram adquiridos em nov/2012, a melhor opção é a aquisição de novos storages, devido a defasagem dos equipamentos atuais e também ao alto custo para nova extensão de garantia desses equipamentos (por serem antigos).	- Manter a continuidade dos serviços que dependem do storage; - Garantir espaço de armazenamento para o aumento do volume de dados em decorrência do PJe-JT.	Em Execução	17-03-2017		R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.400.000,0	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Melhorar a disponibilidade do PJe

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5.3.8. MEDIDAS TOMADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE TI PARA A UNIDADE

Conforme regulamentação do processo de contratação de soluções de TIC do Tribunal, constante no PA 0003586-92.2012.5.04.0000, nos estudos técnicos preliminares de cada contratação, é realizado o respectivo plano de sustentação, em que identificadas as situações, responsáveis e ações necessária a mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviço de TI. Cf. 9.1.6. ANEXO VI - PLANO DE SUSTENTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.

5.3.9. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).

O processo de “Planejamento e Revisão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicações” encontra-se regulamentado pela Portaria 5.759/2016 e tem como objetivo estabelecer os papéis e responsabilidades, bem como as etapas necessárias à elaboração e revisão do Plano Estratégico de TIC, assegurando seu alinhamento com o plano estratégico do TRT e planos estratégicos de TIC vigentes no CSJT e CNJ.

Também encontra-se devidamente regulamentado o processo de Gestão de TIC do TRT da 4ª Região (Portaria 2.340/2016). Este processo tem por objetivo planejar, coordenar e monitorar as atividades executadas na SETIC. O processo de Gestão de TIC é composto por dois subprocessos: “Elaboração do Plano Diretor de TIC” (PDTIC) e “Execução e Monitoramento do PDTIC”. Anualmente é realizado o planejamento das aquisições, baseado nos Projetos e ações definidas no PDTIC.

O planejamento das ações de TIC, observados os processos estabelecidos, permite o efetivo acompanhamento das ações e projetos de TIC, bem como da execução orçamentária da área de TIC, e garante a entrega de serviços e de soluções de TIC que atendam aos objetivos institucionais.

Toda a documentação pertinente aos processos de trabalho aqui referenciados estão publicados no portal de Governança de TIC do Tribunal, no endereço <https://www.trt4.jus.br/portalgovernanca/governanca>.

5.3.10. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)

Implantado em 100% da Justiça do Trabalho da 4ª Região/RS, desde outubro de 2015.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O principal canal de acesso direto do cidadão ao Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região é a Ouvidoria. Por meio desta unidade, o cidadão pode encaminhar pedidos de informação, reclamações, sugestões, elogios e outras manifestações relacionadas aos serviços da Justiça do Trabalho ou sobre o andamento de processos. A Ouvidoria também recebe denúncias de trabalho infantil e outros casos de violação de direitos trabalhistas, encaminhando-as aos órgãos responsáveis pela fiscalização. A unidade ainda acolhe os pedidos relacionados à Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011).

Todas as manifestações são respondidas, com a maior brevidade possível, por uma equipe especializada de servidores, sob a coordenação de um Desembargador-Ouvidor, eleito a cada dois anos.

A sala da Ouvidoria está localizada no saguão do Prédio-Sede do TRT da 4a Região (Av. Praia de Belas, no 1.100. Porto Alegre-RS). O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h, com exceção de feriados.

Além do atendimento pessoal, os outros meios de acesso à Ouvidoria são:

- Formulário eletrônico no site do Tribunal
- E-mail: ouvidoria@trt4.jus.br
- Telefones: 0800 725-5350 (ligação gratuita de telefones fixos no Rio Grande do Sul) ou (51) 3255-2200 nos demais casos.
- Formulário disponível nas portarias do Prédio-Sede do TRT da 4a Região e das unidades judiciárias de primeiro grau. O formulário preenchido deve ser depositado nas caixas dispostas nos mesmos locais, ou endereçado via Correio à "Ouvidoria da Justiça do Trabalho da 4a Região. Endereço: Av. Praia de Belas, 1.100. CEP 90110-903. Porto Alegre/RS".

Em 2016, a Ouvidoria recebeu mais de 5,2 mil manifestações, as quais resultaram na tramitação de 4,18 mil expedientes no setor. As respostas levaram, em média, 5 dias. Esse período compreende desde o recebimento da demanda, sua análise pelo servidor da Ouvidoria, o despacho pelo Ouvidor ou Vice-Ouvidor, o encaminhamento para a unidade, a resposta dessa unidade e a efetiva comunicação com o manifestante. Nos casos de urgência, as respostas foram imediatas.

Entre os temas mais frequentes dos atendimentos, destacaram-se os pedidos de informação, que foram aproximadamente 2,1 mil. Cerca de 53% desses pedidos foram solicitações de esclarecimentos sobre atos processuais e movimentos na consulta unificada. O segundo grupo mais volumoso de expedientes correspondeu a manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, representando 28% do total.

As reclamações corresponderam a 16% dos expedientes. Dentre elas, 51% foram sobre o tempo de tramitação de processos, e 29% sobre a demora para a prolação de sentenças. Nesses casos, as unidades judiciárias tomam as providências cabíveis, explicam os motivos do atraso, ou fornecem previsões.

O TRT-RS também disponibiliza outros meios de comunicação com o cidadão:

Site institucional (www.trt4.jus.br)

O site disponibiliza uma ampla gama de informações institucionais do TRT-RS (endereços e telefones das unidades judiciárias, por exemplo) e uma série de serviços ao cidadão, dentre eles, a consulta processual (para conferência do andamento do processo), a consulta à jurisprudência e o acesso à Ouvidoria. Por meio do portal, os advogados também acessam as principais ferramentas para o seu trabalho, como o Processo Judicial Eletrônico e os Diários Eletrônicos.

O site ainda conta com uma área de notícias. O espaço apresenta matérias jornalísticas sobre serviços, ações e projetos institucionais, decisões judiciais, movimentação processual, dentre outros tópicos.

As cartilhas do Trabalhador, do Empregado Doméstico e do Empregado Rural, publicações de grande utilidade para trabalhadores e empregadores, também são disponibilizadas no site, para download.

Redes Sociais

O Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região possui perfis próprios no Facebook e no Twitter. Os perfis são alimentados com as notícias veiculadas no site, matérias televisivas do canal do TRT-RS no Youtube, informações de utilidade pública e mensagens didáticas sobre direitos e deveres dos trabalhadores e empregadores. A principal função dos perfis nas redes sociais é estabelecer uma comunicação próxima e em tempo real do Tribunal com o cidadão, além de potencializar a disseminação das informações da Instituição na Internet.

Ao final de 2016, a página do TRT-RS no Facebook tinha 23 mil seguidores. O perfil do Twitter, 9,5 mil.

YouTube

Outro meio de comunicação do TRT-RS com a sociedade é o canal de WebTV no YouTube (www.youtube.com/trt4rs), para veiculação de matérias jornalísticas. O canal disponibiliza matérias sobre direitos e deveres dos trabalhadores, o funcionamento da Justiça do Trabalho, as fases do processo trabalhista, decisões judiciais, além dos serviços, projetos e eventos institucionais do TRT-RS. Também são veiculadas entrevistas sobre temas ligados ao Direito e à Justiça do Trabalho.

O objetivo do WebCanal é informar trabalhadores e empregadores a respeito dos seus direitos e deveres, bem como sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, por meio de uma linguagem acessível.

6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região disponibiliza em seu site institucional (www.trt4.jus.br) uma explicação sobre a atuação do órgão e a descrição dos seus serviços aos cidadãos. O conteúdo é acessado pelo menu Institucional/Justiça do Trabalho. Segue, abaixo, a íntegra do conteúdo:

JUSTIÇA DO TRABALHO

A Justiça do Trabalho integra o Poder Judiciário Federal e tem a responsabilidade de solucionar os conflitos existentes nas relações entre trabalhadores e empregadores. Sua competência está disposta no art. 114 da Constituição Federal.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região é a sede da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

MISSÃO

Realizar justiça na solução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, contribuindo para a pacificação social.

VISÃO

Ser reconhecida como acessível, célere e efetiva na realização da justiça social.

ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO RS

Primeiro Grau

A primeira instância da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul é composta por 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, localizados em 65 municípios. Cada Unidade Judiciária possui jurisdição sobre uma ou mais cidades, abrangendo todos os municípios gaúchos.

O quadro de magistrados é formado por 247 juízes, sendo 132 Juízes Titulares de Vara do Trabalho e 115 Juízes do Trabalho Substitutos.

Segundo Grau

O Tribunal é a segunda instância da Justiça do Trabalho gaúcha. Seu quadro é composto por 48 desembargadores: 4 ocupam os cargos da Administração (Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Vice-Corregedor) e os demais atuam em 11 Turmas Julgadoras. Além desses órgãos colegiados, cada desembargador também atua no Tribunal Pleno e em uma das quatro Seções Especializadas do Tribunal: Seção de Dissídios Coletivos (SDC), 1ª Seção de Dissídios Individuais (1ª SDI), 2ª Seção de Dissídios Individuais (2ª SDI) e Seção Especializada em Execução (SEEx), podendo, ainda, integrar o Órgão Especial.

Tribunal Pleno

Composto por todos os 48 desembargadores do quadro, o Tribunal Pleno delibera, principalmente, sobre questões administrativas, como a eleição para os cargos da Administração do TRT. Também elege os integrantes das listas tríplices de promoção para desembargador e juiz titular de Vara do Trabalho. O Pleno ainda é responsável por uniformizar a jurisprudência do Tribunal e julgar classes processuais específicas, como arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público.

Órgão Especial

Formado por 16 desembargadores, o Órgão Especial também decide sobre temas administrativos: horário de funcionamento das unidades, organização das jurisdições, proposta de criação de cargos, licenças e férias de magistrados, entre outros. Aprecia, ainda, classes processuais como mandados de segurança, agravos regimentais e processos e recursos administrativos.

Turmas Julgadoras

No TRT4, 11 Turmas formadas por quatro desembargadores apreciam os recursos contra decisões da primeira instância, com exceção dos recursos interpostos na fase de execução, os quais são distribuídos para uma seção especializada.

Seção de Dissídios Coletivos (SDC)

A SDC é responsável pelo julgamento de conflitos entre categorias de empregados e empregadores, destacando-se, nesse caso, a solução de impasses em casos de movimentos grevistas. O Vice-Presidente, por delegação do Presidente, exerce a Presidência da SDC e conduz reuniões de mediação com representantes das categorias, a fim de resolver os conflitos coletivos previamente ao julgamento. A seção é composta por 12 desembargadores.

1ª Seção de Dissídios Individuais (1a SDI)

Formada por 13 desembargadores, a 1a SDI aprecia mandados de segurança contra decisões de primeiro grau, conflitos de competência, além de habeas corpus e habeas data.

2ª Seção de Dissídios Individuais (2a SDI)

Órgão responsável pelo julgamento de ações rescisórias e processos a elas vinculados. As ações rescisórias objetivam desfazer uma decisão já transitada em julgado, sob alegação de que houve algum erro, irregularidade ou violação da lei. A seção é composta por 13 Desembargadores.

Seção Especializada em Execução (SEEx)

A SEEx aprecia recursos interpostos na fase de execução (agravos de petição). Foi criada com o objetivo de garantir mais celeridade a essa etapa processual. Também edita Orientações Jurisprudenciais, isto é, textos que uniformizam os entendimentos do Tribunal a respeito da matéria, contribuindo para a diminuição do número de recursos interpostos.

OUVIDORIA

A Ouvidoria recebe sugestões, elogios, pedidos de informação (inclusive os relacionados à Lei de Acesso a Informações - Lei no 12.527/2011), críticas, reclamações e denúncias, auxiliando o cidadão na sua relação com a Justiça do Trabalho.

Formas de acesso à Ouvidoria: formulário eletrônico (disponível no site), formulário em papel (nas unidades judiciárias e no saguão do Tribunal), atendimento pessoal no saguão do Tribunal, e-mail ouvidoria@trt4.jus.br, e telefones 0800-725-5350 ou (51) 3255-2200.

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS - JACEP

O Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região instituiu, por meio da Portaria Conjunta no 7.868/14, o Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (JACEP), vinculado à Presidência do Tribunal.

O Juízo é coordenado por juízes do trabalho, e é composto por três seções, a Seção de Conciliação, a Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial e a Seção de Precatórios.

O JACEP tem competência para atuar em toda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região, incumbindo-lhe: implementar medidas com a finalidade de conferir efetividade à execução trabalhista; promover os atos necessários à execução dos processos constantes no Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas (BNDDT); auxiliar as unidades judiciárias na fase de execução, a fim de viabilizar a eficácia das decisões judiciais; promover os atos necessários à quitação dos débitos trabalhistas sujeitos aos regimes de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor da União, podendo determinar a correção de inexatidões materiais, vinculadas à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; e, ainda, propor e conduzir audiências de conciliação; homologar acordos; decidir sobre questões suscitadas pelas partes; expedir documentos; estabelecer e implementar o processo negocial e realizar as atividades de pesquisa patrimonial arroladas no artigo 2o da Resolução CSJT.GP no 138/2014.

ESCOLA JUDICIAL

Situada no prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre, a unidade conta com um auditório para 150 pessoas, amplas salas de aula e uma Biblioteca com mais de 30 mil volumes. A Escola Judicial é responsável pela

formação inicial e o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados da Justiça do Trabalho gaúcha, bem como pela capacitação dos servidores que atuam diretamente na atividade-fim.

MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Memorial tem a missão de preservar, organizar e disponibilizar ao público a documentação da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. Promove pesquisas sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Brasil e desenvolve cursos, eventos científicos, exposições e publicações. O acervo de aproximadamente 2 milhões de processos trabalhistas arquivados (1935 a 2000) foi reconhecido internacionalmente pela Unesco como patrimônio da humanidade.

6.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região promoveu, no final de 2014, uma pesquisa de opinião junto ao público externo. Foram ouvidos 148 advogados, 577 reclamantes e 217 representantes de reclamadas, nas sedes da Justiça do Trabalho em Porto Alegre e em outras 31 cidades do Estado. O estudo foi feito pela empresa Praxian, contratada via licitação.

Entre os advogados, 75% dos respondentes acham a Justiça do Trabalho muito confiável. O tempo de tramitação dos processos é considerado rápido por 9% da classe e razoável, por 72%.

O atendimento prestado pelas unidades foi bem avaliado pelos advogados. Mais de 70% assinalaram "concordo totalmente" e "concordo em parte" nas afirmações que abordavam a eficiência do atendimento em termos de agilidade, cordialidade e precisão das informações. Já o índice de satisfação da classe com os serviços de primeiro grau atingiu 73,7% e, na segunda instância, 80,8%.

As instalações da Justiça do Trabalho foram classificadas como "ótimas" por 8% dos advogados; "boas", por 57%; e "regulares", por 26%. Em relação ao site do Tribunal, 43% concordaram totalmente que encontram os serviços e as informações que procuram, e 48% concordaram em parte com essa afirmação.

RECLAMANTES

Entre os reclamantes, 40% responderam que entendem tudo o que é dito nas audiências. Aqueles que compreendem parcialmente o que é discutido representaram 47%. Outros 10% disseram não entender o que é tratado. Entre os trabalhadores entrevistados, apenas 28% afirmaram ter tentado um acordo com o empregador antes do ajuizamento da ação.

As dependências da Justiça do Trabalho foram classificadas como "ótimas" por 3% dos reclamantes; "boas", por 40%; e "regulares", por 40%.

Para 54,5% dos trabalhadores, o TRT-RS e as Varas do Trabalho estão instalados em locais de fácil acesso. Outros 23,7% concordaram em parte com essa afirmação. A organização dos setores e das unidades judiciárias teve 46% de aprovação total entre os reclamantes, e 27,4% de aprovação parcial.

RECLAMADAS

Entre os representantes das reclamadas, 4% consideram "ótimas" as dependências da Justiça do Trabalho; "boas", 53%; e "regulares", 28%. Dos entrevistados deste grupo, 76% concordam totalmente que o Tribunal e as Varas do Trabalho estão instalados em locais de fácil acesso, e 17,1% concordam em parte com essa afirmação. A organização dos setores e das unidades judiciárias teve 55,1% de aprovação total entre os reclamantes, e 33,2% de aprovação parcial. Uma nova pesquisa será realizada no segundo semestre de 2017.

6.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações sobre a Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul mais importantes à sociedade estão dispostas no site do TRT-RS, nas seções “Institucional”, “Consultas” e “Transparência”.

INSTITUCIONAL

- Administração (composição da)
- Composição (Órgãos Julgadores, Comissões e Comitês)
- Contatos
- Controle Interno
- Dados Estatísticos
- Desembargadores
- Escola Judicial
- Gestão Estratégica
- Hino da Justiça do Trabalho
- Juízes 1º Grau
- Juízes Convocados
- Jurisdições (lista dos municípios do Estado, com a indicação das unidades que os jurisdicionam),
- Justiça do Trabalho (atribuições, missão, visão e estrutura da Justiça do Trabalho no RS)
- Memorial
- Microrregiões da JT
- Organograma
- Ouvidoria
- Portal 70 Anos
- Unidades Judiciárias (endereços e telefones)

CONSULTAS

- Agenda da Administração
- Agenda de Atividades Externas
- Agenda do Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (JACEP)
- Atos Normativos (Portarias, Resoluções, Provimentos)
- Atualização Legislativa
- Carta Precatórias
- Cartilhas (do Trabalhador, do Trabalhador Rural e do Empregado Doméstico)
- Consulta Processual
- Correições
- Diários Eletrônicos
- Jurisprudência
- Lista de Advogados
- Pauta Online
- Precatórios
- Regimento Interno
- Regulamento Geral
- Relatório Anual de Atividades
- Agenda de Sessões e Audiências do TRT-RS.

TRANSPARÊNCIA

- Beneficiários, Despesas de Pessoal, Provimentos e Vacâncias
- Contas Públicas (Ato CSJT nº 08/2009)
 - Apresentação
 - Compras
 - Contratos
 - Diárias e passagens
 - Empresas apenadas
 - Execução Orçamentária e Financeira
 - Extrato do Fornecedor
 - Honorários Periciais
 - Licitações
 - Obras
 - Relação de Veículos Oficiais
 - Relatórios de gestão fiscal
 - Seleção de Profissionais
 - Suprimento de fundos
 - Termos de Cessão
- Contratações de TI
- Outras Informações Orçamentárias
- Pedido de acesso a informações - Lei nº 12.527/2011
- Prestação de Contas ao TCU
- Resolução CNJ nº 102/2009
 - Apresentação
 - Gestão Orçamentária e Financeira
 - Pessoal
 - Empregados de empresas contratadas
 - Estrutura Remuneratória e Detalhamento da Folha de Pagamento
 - Membros da magistratura e demais agentes públicos
 - Quantitativo de Cargos
- Resolução CNJ nº 195/2014
- Resolução CNJ nº 79/2009

6.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O portal institucional externo do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (www.trt4.jus.br) possui as seguintes funcionalidades visando a acessibilidade:

- redimensionamento de texto
- CAPTCHA com opção de áudio
- mecanismo de busca para todo o portal
- mapa do site completo

Todo o conteúdo veiculado pela Secretaria de Comunicação Social do TRT-RS é acessível. As notícias publicadas no site permitem aos deficientes visuais a leitura por meio de softwares específicos disponíveis no mercado. No Youtube, rede social em que são postadas as matérias da WebTV do Tribunal, é possível acionar legendas, o que garante o acesso de deficientes auditivos. No Facebook, as suas postagens com a hashtag "#PraCegoVer", apresentam a descrição das imagens postadas nesta rede social.

As medidas de acessibilidade arquitetônica e urbanística estão sendo implementadas nas novas edificações pela Secretaria de Manutenção e Projetos. Nas edificações existentes que não atendem totalmente à legislação e normas específicas, está sendo realizada avaliação e projeto específico de acessibilidade para cada localidade, com a posterior execução dos serviços necessários para o total atendimento às normas.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em relação aos quesitos solicitados informamos que:

a) este Tribunal aplica os dispositivos constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 (depreciação, amortização e exaustão) e NBC T 16.10 (avaliação e mensuração de ativos e passivos).

b) a estimativa de vida útil econômica do Ativo usada foi a constante no manual SIAFI - Macrofunção nº 02.03.30 (reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização, e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações).

c) para o cálculo da depreciação foi utilizado o método linear ou de quotas constantes, conforme o item 7.2 da Macrofunção nº 02.03.30.

d) as taxas para o cálculo da depreciação foram extraídas do item 6.3 da Macrofunção nº 02.03.30.

e) em relação às metodologias adotadas para avaliação e mensuração de ativos e passivos, esta UPC segue as normas definidas na NBC T 16.10.

No ano de 2016, os registros das depreciações de bens móveis totalizaram R\$ 9.864.846,37, os bens imóveis R\$ 267.352,00 e as amortizações o valor de R\$ 780.167,28. As depreciações acumuladas somaram R\$ 34.564.639,55 (bens móveis) e R\$ 368.643,11 (bens imóveis) e as amortizações acumuladas do Intangível o valor de R\$ 1.174.599,39. Estas cifras resultaram em um decréscimo patrimonial de 13,82% do Imobilizado e de 11,92% do Intangível.

7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADES

O Ato CSJT.GP.SG Nº 398, de 29 de outubro de 2013, criou o **Grupo de Trabalho de Custos - GT Custos** para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRTs, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto-piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como Objetivo Estratégico "Aperfeiçoar a gestão de custos - que se refere à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos".

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- Foco no custo do processo julgado;
- Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);
- Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);
- Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- Agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoxarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoxarifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.
- **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência.
- **Sistema de Almoxarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: "Custos Gerais" e "Pessoal - Outros" (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba "Centro de Custos", constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber - CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de

liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC²);
- Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

7.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 12/01/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	250.276.742,43	254.079.446,65	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	250.276.742,43	254.079.446,65

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	20.171.075,66	43.971.315,95	PASSIVO FINANCEIRO	12.705.574,74	42.532.471,29
ATIVO PERMANENTE	230.105.666,77	210.108.130,70	PASSIVO PERMANENTE	54.071.227,27	139.471.538,72
			SALDO PATRIMONIAL	183.499.940,42	72.075.436,64

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.843.231,78	12.902.878,98	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	156.372.896,63	202.459.609,13
Execução dos Atos Potenciais Ativos	13.843.231,78	12.902.878,98	Execução dos Atos Potenciais Passivos	156.372.896,63	202.459.609,13
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.043.231,78	8.107.878,98	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	5.800.000,00	4.795.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	156.372.896,63	202.459.609,13
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	13.843.231,78	12.902.878,98	TOTAL	156.372.896,63	202.459.609,13

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	7.265.286,40
Recursos Vinculados	200.214,52
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	200.214,52
TOTAL	7.465.500,92

7.3.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

 EXERCÍCIO
 2016

 PERÍODO
 Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

 EMISSAO
 12/01/2017

 PAGINA
 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			1.487.474.037,22	1.487.474.037,22
TOTAL	-	-	1.487.474.037,22	1.487.474.037,22
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	6.844.000,00	6.844.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	704.000,00	704.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	6.140.000,00	6.140.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.336.045.634,00	1.435.121.549,00	1.473.702.367,60	1.468.331.598,15	1.468.326.589,65	-38.580.818,60
Pessoal e Encargos Sociais	1.189.543.576,00	1.257.467.455,00	1.295.867.250,37	1.295.102.433,88	1.295.102.433,88	-38.399.795,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	146.502.058,00	177.654.094,00	177.835.117,23	173.229.164,27	173.224.155,77	-181.023,23
DESPESAS DE CAPITAL	4.279.884,00	13.771.671,00	13.771.669,62	10.004.149,72	10.004.149,72	1,38
Investimentos	4.279.884,00	13.771.671,00	13.771.669,62	10.004.149,72	10.004.149,72	1,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.115.000,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.369.440.518,00	1.448.893.220,00	1.487.474.037,22	1.478.335.747,87	1.478.330.739,37	-38.580.817,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.369.440.518,00	1.448.893.220,00	1.487.474.037,22	1.478.335.747,87	1.478.330.739,37	-38.580.817,22
TOTAL	1.369.440.518,00	1.448.893.220,00	1.487.474.037,22	1.478.335.747,87	1.478.330.739,37	-38.580.817,22

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.389.091,93	13.160.466,99	14.114.120,94	14.114.120,94	7.277.676,62	1.157.761,36
Pessoal e Encargos Sociais	1.522.126,93	444.639,91	328.471,63	328.471,63	1.395.155,50	243.139,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.866.965,00	12.715.827,08	13.785.649,31	13.785.649,31	5.882.521,12	914.621,65
DESPESAS DE CAPITAL	8.222.292,63	11.548.906,43	11.102.815,71	11.102.815,71	6.311.032,48	2.357.350,87
Investimentos	8.222.292,63	11.548.906,43	11.102.815,71	11.102.815,71	6.311.032,48	2.357.350,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.611.384,56	24.709.373,42	25.216.936,65	25.216.936,65	13.588.709,10	3.515.112,23

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

7.3.3. BALANÇO FINANCEIRO


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSAO
12/01/2017PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.487.474.037,22	1.527.973.172,48
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.105.217.271,92	1.177.153.132,39
Vinculadas	-	-	Vinculadas	382.256.765,30	350.820.040,09
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	334.833.506,60	300.039.038,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	47.423.258,70	50.781.002,09
Transferências Financeiras Recebidas	1.445.837.801,70	1.498.819.926,14	Transferências Financeiras Concedidas	58.815.307,18	69.843.003,02
Resultantes da Execução Orçamentária	1.444.829.112,45	1.495.810.755,11	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasso Recebido	1.444.829.112,45	1.495.810.755,11	Independentes da Execução Orçamentária	58.815.307,18	69.843.003,02
Independentes da Execução Orçamentária	1.008.689,25	3.009.171,03	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.852.578,49	17.808.564,58
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	2.011.097,35	Movimento de Saldos Patrimoniais	55.962.728,69	52.034.438,44
Demais Transferências Recebidas	494.549,94	495.398,83	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	514.139,31	502.674,85	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	25.395.175,04	27.245.360,66
Recebimentos Extraorçamentários	102.046.477,45	113.243.730,91	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	115.901,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.008,50	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.216.936,65	27.056.972,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	9.138.289,35	24.709.373,42	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	177.898,39	72.486,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.287,65	-89.840,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	340,00	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	92.836.891,95	88.624.198,12	Demais Pagamentos	340,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	92.836.891,95	88.465.422,72			
Demais Recebimentos	-	158.775,40			
Saldo do Exercício Anterior	43.971.315,95	56.969.195,06	Saldo para o Exercício Seguinte	20.171.075,66	43.971.315,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.971.315,95	56.969.195,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.171.075,66	43.971.315,95
TOTAL	1.591.855.595,10	1.669.032.852,11	TOTAL	1.591.855.595,10	1.669.032.852,11

7.3.4. DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.612.789.709,69	1.616.551.583,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.934.362,32	49.547.162,71
Impostos	-	-
Taxas	53.934.362,32	49.547.162,71
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.031.866,70	5.249.947,11
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.031.866,70	5.249.947,11
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	119.427,22	122.264,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	43.110,64	26.406,18
Variações Monetárias e Cambiais	76.316,58	95.858,78
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.485.085.019,95	1.533.684.765,05
Transferências Intragovernamentais	1.445.837.801,70	1.498.819.926,14
Transferências Intergovernamentais	36.643.129,88	31.769.967,12
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.604.088,37	3.094.871,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	69.249.073,78	24.339.615,15
Reavaliação de Ativos	9.273.630,00	13.617.493,75
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.819,05	2.535,92
Ganhos com Desincorporação de Passivos	59.970.624,73	10.719.585,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.369.959,72	3.607.828,74
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

 EXERCÍCIO
 2016

 PERÍODO
 Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

 EMISSAO
 12/01/2017

 PAGINA
 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	913.846,93
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.369.959,72	2.693.981,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.531.649.242,39	1.613.388.263,90
Pessoal e Encargos	903.704.415,39	887.170.123,16
Remuneração a Pessoal	705.739.348,24	694.424.604,07
Encargos Patronais	131.996.101,92	129.481.165,90
Benefícios a Pessoal	65.968.965,23	63.264.353,19
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	406.593.810,67	384.702.311,49
Aposentadorias e Reformas	326.037.260,68	307.076.489,11
Pensões	80.089.955,83	76.975.852,45
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	466.594,16	649.969,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	123.272.576,79	122.052.372,94
Uso de Material de Consumo	3.194.970,04	3.765.755,07
Serviços	109.165.241,10	107.689.142,06
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.912.365,65	10.597.475,81
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.827.813,05	1.221.725,19
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	194.276,75	1.228,55
Variações Monetárias e Cambiais	1.633.536,30	1.220.496,61
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,03
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	69.647.103,50	72.002.677,61
Transferências Intragovernamentais	68.468.759,29	69.843.003,02
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.178.344,21	2.159.674,59
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21.526.069,89	138.917.681,35
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	666.669,72	488.896,75
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	533.343,60	36.574,85
Incorporação de Passivos	17.488.599,76	130.060.552,15
Desincorporação de Ativos	2.837.456,81	8.331.657,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSAO
12/01/2017

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	4.655.537,24	6.998.805,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	72.324,52	20.413,31
Contribuições	4.583.212,72	6.978.392,30
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	421.915,86	322.566,55
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	421.915,86	322.566,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	81.140.467,30	3.163.319,82

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

7.3.5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-2.693.274,86	12.852.351,77
INGRESSOS	1.538.740.981,30	1.587.354.283,63
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.538.740.981,30	1.587.354.283,63
Ingressos Extraorçamentários	66.287,65	-89.840,63
Transferências Financeiras Recebidas	1.445.837.801,70	1.498.819.926,14
Arrecadação de Outra Unidade	92.836.891,95	88.465.422,72
Demais Recebimentos	-	158.775,40
DESEMBOLSOS	-1.541.434.256,16	-1.574.501.931,86
Pessoal e Demais Despesas	-1.345.928.637,00	-1.368.137.225,08
Legislativo	-	-
Judiciário	-891.881.705,37	-887.656.269,79
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-411.561.892,06	-383.391.742,64
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-42.485.039,57	-97.089.212,65
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-136.512.073,59	-136.449.217,19
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-136.512.073,59	-136.449.217,19
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-58.993.545,57	-69.915.489,59
Dispêndios Extraorçamentários	-177.898,39	-72.486,57
Transferências Financeiras Concedidas	-58.815.307,18	-69.843.003,02
Demais Pagamentos	-340,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-21.106.965,43	-25.850.230,88
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-21.106.965,43	-25.850.230,88
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.670.983,85	-25.546.663,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.435.981,58	-303.566,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-23.800.240,29	-12.997.879,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	43.971.315,95	56.969.195,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	20.171.075,66	43.971.315,95

7.3.6. NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 - Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31-12-2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía saldo de R\$1.168.510,48 correspondente ao adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD.

Nota 2 - Depreciação e Amortização

O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado no Órgão é o das quotas constantes, seguindo as orientações e critérios da macrofunção SIAFI Nº 02.03.30. Os critérios adotados para depreciação, com referência à vida útil e percentual do valor residual estão discriminados no item 6.3 da macrofunção citada.

Nota 3 - Conciliação de Imóveis

Esta Unidade Gestora fez a conciliação dos Bens Imóveis de Uso especial registrados, verificando se os valores registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet estão compatíveis com os valores registrados no SIAFI.

Nota 4 - Reavaliação de Bens Imóveis

Foram realizadas reavaliações e atualizados no SPIUnet o valor dos imóveis localizados em Arroio Grande, Canoas, Gravataí, Lagoa Vermelha, Novo Hamburgo, Porto Alegre (Rua Aureliano de Figueiredo Pinto), Rio Grande, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Leopoldo, Uruguaiana e Vacaria. Os acréscimos ou os decréscimos do valor do ativo em decorrência, respectivamente, de reavaliação a maior e a menor foram registrados em contas de resultado e tiveram, respectivamente, os seguintes impactos no patrimônio:

Acréscimos	Valor R\$	Decréscimos	Valor R\$	Diferença
Reavaliação	9.273.630,00	Reavaliação	666.669,72	8.606.960,28

Nota 5 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Em 31-12-2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía saldo de R\$ 1.007.956,20 a curto prazo e de R\$ 54.071.227,27 a longo prazo, contabilizados conforme orientação encaminhada pela mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016.

Nota 6 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.008,50 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo o total do valor de obrigações a curto prazo.

No Órgão, os fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere, exclusivamente, a fornecedor nacional - S. MASTER COMERCIO DE PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA - EPP, CNPJ 07675255/0001-01.

Nota 7 - Obrigações Contratuais

Em 31-12-2016, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$ 156.372.896,63 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência.

A seguir, apresenta-se quadro, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 7.3.6.1 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO

DESPESA	31-12-2016	31-12-2015	AH (%)
Aluguéis	8.513.918,15	4.742.227,63	79,53
Fornecimento de Bens	21.794.929,00	10.968.215,18	98,71
Serviços	126.064.049,48	186.749.166,32	-32,50
TOTAL	156.372.896,63	202.459.609,13	-22,76

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 80,62% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31-12-2016 e sofreram uma redução de 32,5% em relação aos valores contratados em dezembro de 2015, ao passo que os contratos de aluguéis e fornecimento de bens sofreram incremento percentuais em relação a essa mesma data de 79,53% e 98,71%, respectivamente.

Quadro 7.3.6.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO

CNPJ	CONTRATADO	31-12-2016	AV (%)
87.096.616/0001-96	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.	40.908.832,74	26,16%
08.467.115/0001-00	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	11.933.350,86	7,63%
02.277.205/0001-44	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	8.632.691,00	5,52%
92.653.666/0001-67	SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA.	7.943.252,49	5,08%
76.535.764/0001-43	OI S.A.	7.299.680,41	4,67%
19.365.869/0001-68	PRIMA AR CONDICIONADO EIRELLI - EPP	7.063.227,70	4,52%
34.028.316/0026-61	EMPRESA BRASILERIA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	6.832.149,45	4,37%
73.421.679/0001-66	ENGEPORTO ENGENHARIA LTDA.	5.258.728,04	3,36%
92.954.957/0001-95	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RS	4.701.222,71	3,01%
81.243.735/0019-77	POSITIVO INFORMÁTICA S.A,	4.286.250,00	2,74%
DEMAIS		51.513.511,23	32,94%
TOTAL		156.372.896,63	100,00%

Fonte: SIAFI.

A seguir é apresentado o resumo das principais contratações:

(a) Contratado 87.096.616/0001-96 - UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA: plano privado de saúde complementar;

(b) Contratado 08.467.115/0001-00 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA: fornecimento de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e compra de energia regulada;

(c) Contratado 02.277.205/0001-44 - VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA: contratação de Appliance de balanceamento e entrega de aplicações Web ADC;

(d) Contratado 92.653.666/0001-67 - SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA: serviço de vigilância armada;

(e) Contratado 76.535.764/0001-43 - OI S.A.: serviço telefônico fixo comutado - local, longa distância nacional e longa distância internacional, e rede corporativa wan;

(f) Contratado 19.365.869/0001-68 - PRISMA AR CONDICIONADO EIRELI - EPP: manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização;

(g) Contratado 34.028.316/0026-61 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS: serviços de malote e serviços postais diversos;

(h) Contratado 73.421.679/0001-66 - ENGEPORTO ENGENHARIA LTDA: serviço de manutenção predial programada, corretiva não programada e reformas de pequeno porte;

(i) Contratado 92.954.957/0001-95 - CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO RS: agente de integração para programa de estágio remunerado; e

(j) Contratado 81.243.735/0019-77 - POSITIVO INFORMATICA S/A: fornecimento de microcomputadores.

Nota 8 - Cortes Orçamentários

Os cortes ao orçamento de 2016 exerceram uma influência direta no Balanço Orçamentário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em outras despesas correntes e de capital, no orçamento inicial aprovado para 2016, houve uma redução de R\$ 62,4 milhões em relação ao PLOA 2016. Diversas medidas protetivas foram tomadas, como mudança e redução no horário de funcionamento de atendimento, supressão de postos de trabalho nos contratos de terceirização, contenção nas concessões de diárias, redução nos programas de estágios, rescisão ou não prorrogação de alguns contratos não considerados prioritários, renegociação e/ou redução contratual, cancelamento de obras, adiamento de reformas de imóveis, suspensão de aquisição de materiais permanentes.

No decorrer do exercício em função de créditos adicionais foi possível recuperar parcialmente a dotação orçamentária. Mesmo assim a dotação final ficou inferior em R\$ 25,1 milhões ao executado em 2015 e R\$ 37,8 milhões menor do que o planejado no PLOA.

A seguir é apresentado quadro comparativo entre a execução de 2015, a PLOA 2016, e as dotações iniciais e finais de 2016:

Quadro 7.3.6.3 COMPARATIVO ENTRE A ORÇAMENTO DE 2015 E 2016

DESPESA	EXECUÇÃO 2015 [A]	PLOA 2016 [B]	INICIAL 2016 [C]	FINAL 2016 [D]	FINAL 2016/2015 [E]=[D]/[A]	FINAL 2016/PLOA 2016 [F]=[D]/[B]
ATIVIDADES	83.801.746,55	71.738.055,00	50.489.509,00	65.562.741,39	-21,76%	-8,61%
INVESTIMENTO	10.913.379,22	12.061.050,00	964.884,00	13.494.608,00	23,65%	11,89%
OBRAS	9.744.483,00	33.350.000,00	3.315.000,00	277.063,00	-97,16%	-99,17%
TOTAL	104.459.608,77	117.149.105,00	54.769.393,00	79.334.412,39	-24,05%	-32,28%

Fonte: SIAFI.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE

8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região as determinações/recomendações do TCU são tratadas como prioridades de atendimento. Dessa forma, os achados de auditoria da Corte de Contas são analisados e controlados pela Secretaria-Geral da Presidência. Após a análise, os pontos relacionados nos Acórdãos são encaminhados às áreas, com prazos preestabelecidos pelo Presidente, para manifestação sobre o conteúdo e a respectiva solução. As recomendações, tanto legislativas quanto operacionais, são levadas a efeito, seja por meio de desenvolvimento de programas de informática, alterações nas rotinas existentes ou observância na legislação apontada. As Secretarias e Coordenadorias do Órgão, além de contarem com equipes de conferência interna, interagem permanentemente aprimorando os controles entre elas, visando à obtenção de maior segurança e qualidade sobre as operações realizadas.

Como se observa no demonstrativo abaixo as demandas do Tribunal de Contas da União foram totalmente atendidas.

Quadro 8.1. DEMANDAS DO TCU EM 2016

OFÍCIO TCU	PROCESSO TCU	ASSUNTO	PROCESSO TRT	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
Ofício de Requisição 15-55/2016, de 25-08-2016	TC 008.127/2016-6	Levantamento de governança da Tecnologia da informação na APF - ciclo 2016	0005705-84.2016.5.0 4.0000	Respostas enviadas pelo sistema do TCU em 09-09-2016.
Ofício 278-357/2016-TCU/SEFIP/DIAUP, de 13-10-2016	TC 014.980/2015-0	Solicitação de informações para apurar indícios de irregularidades identificadas a partir de créditos executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas	0007213-65.2016.5.0 4.0000	Ofício TRT4/DG nº 013/2017 de 16-01-2017
			0007885-73.2016.5.0 4.0000	Ofício TRT4/DG nº 137/2017 de 07-03-2017
E-mail de 10-11-2016	-	Levantamento das ações empreendidas pelos Órgão e Instituições federais com vistas à promoção da sustentabilidade e consumo racional	0007697-80.2016.5.0 4.0000	Respostas enviadas pelo sistema do TCU em 25-11-2016.
Ofício 11833/2016-TCU/SEFIP, de 25-11-2016	TC 011.706/2014-7	Solicitação de informações para apuração de indícios de pagamento indevido de pensão a filha solteira maior de 21 anos	0008433-98.2016.5.0 4.0000	Ofício TRT4/DG nº 066/2017, de 06-02-2017

8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Como se observa no demonstrativo abaixo as demandas do órgão de controle interno foram totalmente atendidas.

Quadro 8.2.1. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO - 2016

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRT4	RECOMENDAÇÕES
10/2013	Avaliação dos controles internos da Seção de Compras - Monitoramento de 360 dias	Secretaria de Administração - SA	0006596-76.2014.5.04.0000	R1. Recomenda-se que este Tribunal elabore normativos que estabeleçam claramente competências, atribuições e responsabilidades relacionadas à área de aquisições R2. Recomenda-se que este Tribunal normatize suas atividades administrativas essenciais, através da elaboração de manuais internos que estabeleçam procedimentos, rotinas e padrões para a realização das principais atividades envolvidas com os processos de aquisição R3. Recomenda-se que seja acompanhado o desenvolvimento e implementação do módulo de licitações do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), com vistas a verificar sua eficácia nos controles gerenciais relacionados ao processo de aquisição. Na Matriz de Monitoramento (360 dias) verificou-se que todas as recomendações estão em processo de implementação.
13/2014	Controles Internos da Seção de Contratos - Monitoramento de 360 dias.	Secretaria de Administração - SA	0000954-88.2015.5.04.0000	R1. RECOMENDA-SE que a Secretaria de Administração elabore normativos formalizando as competências, atribuições, responsabilidades e procedimentos de cada unidade vinculada aquela Secretaria. Na Matriz de Monitoramento (360 dias) verificou-se a recomendação está em processo de implementação.
05/2015	Avaliar a execução do contrato de prestação de serviços de limpeza geral e conservação dos prédios, Contrato TRT4 nº 36/2015, a fim de averiguar se estão sendo observadas as exigências legais, bem como se as recomendações anteriores foram implementadas	Secretaria de Apoio Administrativo - SEAPA	0005972-90.2015.5.04.0000	Após as análises efetuadas, a Secretaria de Controle Interno apontou um achado de auditoria e sugerida uma oportunidade de melhoria. O gestor manifestou-se em relação a elas, informando das providências já tomadas para resolvê-las. A equipe de auditoria absteve-se de fazer recomendações.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRT4	RECOMENDAÇÕES
06/2015	Verificar em campo as etapas da obra de construção do Foro Trabalhista de Estrela até a 17ª medição, conforme especificações constantes no edital e no contrato de licitação referente à Concorrência nº 004/2013 - Monitoramento de 180 dias	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	00006079-37.2015.5.04.0000	<p>A Secretaria de Controle Interno propôs 6 recomendações:</p> <p>R1. RECOMENDA-SE que seja reforçado junto a fiscalização deste Tribunal que quaisquer alterações de projeto ou especificações previstas no contrato sejam precedidas de aditivo contratual devidamente formalizado. ALERTA-SE, ainda, que eventuais mudanças de projeto devam ser precedidas de procedimento administrativo no qual fique clara a motivação da alteração, e ainda, que sejam embasadas por estudos técnicos</p> <p>R2. RECOMENDA-SE que esse Tribunal inclua na sua rotina de trabalho a fiscalização quanto ao cumprimento da legislação de segurança do trabalho e as medidas de segurança contra riscos de acidentes contidas no PCMAT.</p> <p>R3. RECOMENDA-SE que a execução da obra do Foro de Estrela somente se reinicie após implementadas as medidas de segurança contidas no PCMAT e Normas reguladoras de controle e prevenção contra acidentes do trabalho.</p> <p>R4. RECOMENDA-SE que este Tribunal, nas licitações cujo objeto seja a contratação de obras ou serviços que envolvam o fornecimento de mão de obra, adote medidas para o efetivo controle do cumprimento da exigência de capacitação em saúde e segurança no trabalho de todos os funcionários alocados na execução dos serviços, de forma a atender ao disposto na Resolução CSJT nº 98/2012.</p> <p>R5. ALERTA-SE este tribunal da importância de fiscalizar o cumprimento às leis trabalhistas pela contratada e, ainda, SUGERE-SE que seja definido quem deverá realizar esta fiscalização e de que forma será feita. R6. RECOMENDA-SE que, nos futuros contratos celebrados por esse Regional para a execução de obras, seja incluída cláusula de penalidade específica por atraso no cronograma físico-financeiro da obra.</p> <p>R6. RECOMENDA-SE que, nos futuros contratos celebrados por esse Regional para a execução de obras, seja incluída cláusula de penalidade específica por atraso no cronograma físico-financeiro da obra.</p> <p>Na Matriz de Monitoramento (180 dias) verificou-se que todas as recomendações foram atendidas.</p>
07/2015	Verificar a conformidade das concessões e alterações das aposentadorias e pensões	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEFESP	0001271-52.2016.5.04.0000	Após as análises efetuadas, a Secretaria de Controle Interno absteve-se de fazer recomendações e considerou regular os procedimentos adotados para os itens avaliados.
01/2016	Analisar se as contratações e prorrogações de contratos de soluções de TIC realizadas no exercício de 2015 atendem ao disposto na Resolução CNJ nº 182/2013	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC	0002745-58.2016.5.04.0000	<p>Após a análise das soluções e esclarecimentos apresentados pelo gestor, a Secretaria de Controle Interno evidenciou apenas uma recomendação, o que denota aderência nos procedimentos adotados com a Resolução CNJ nº 182/2013.</p> <p>Recomenda-se que esse Regional revise periodicamente o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação, incluindo-o no respectivo processo administrativo. Essa sistemática permite que o gestor possa identificar todas as contratações realizadas pelo órgão, as fontes de recursos demandadas, o cumprimento ou não dos prazos acordados para elaboração dos estudos preliminares e do Termo de Referência, bem como realizar constante aprimoramento de seus processos de trabalho e sistema de controle.</p> <p>Tendo em vista que foram realizadas alterações no Plano de Contratação - exercício 2016 e que estas revisões foram anexadas no correspondente processo administrativo, a recomendação foi considerada implementada.</p>
02/2016	Verificar se as contratações de bens e serviços efetuadas com a utilização da modalidade pregão, em sua forma eletrônica atendem aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e Decreto nº 8.538/2015.	Secretaria de Administração - SA	0005610-54.2016.5.04.0000	Após análise das soluções e esclarecimentos apresentados pelo gestor, a Secretaria de Controle Interno absteve-se de fazer recomendação, considerando que as providências adotadas visam a sanar a deficiência evidenciada na auditoria.
03/2016	Verificar a conformidade dos pagamentos dos passivos realizados por este Regional no período entre os meses de janeiro e junho do exercício de 2016	Secretaria de orçamento e Finanças - SECOF	0006191-69.2016.5.04.0000	Após as análises efetuadas a Secretaria de Controle Interno absteve-se de fazer recomendações e considerou regular os procedimentos adotados para os itens avaliados.

8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Quadro 8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

CASO DE DANO OBJETO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS	TOMADA DE DONTAS ESPECIAIS							
	NÃO INSTAURADAS			INSTAURADAS				
	DISPENSADAS		OUTROS CASOS	NÃO REMETIDAS AO TCU				REMETIDAS AO TCU
	DÉBITO INFERIOR A R\$ 75.000,00	PRAZO SUPERIOR A 10ANOS		ARQUIVAMENTO			NÃO ENVIADAS COM MAIS DE 180 DIAS APÓS TÉRMINO DO EXERCÍCIO DE INSTAURAÇÃO	
				RECEBIMENTO DO DÉBITO	NÃO COMPROVAÇÃO	DÉBITO INFERIOR A R\$ 75.000,00		
Não houve								

8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O TRT da 4ª Região atende o cronograma de pagamentos de obrigações previsto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

Os editais e contratos, normalmente, estabelecem que "os pagamentos serão realizados mensalmente mediante crédito em conta-corrente bancária, até o décimo dia útil a contar da data da entrega do documento fiscal correspondente a cada parcela executada".

A Seção de Liquidação controla diariamente (protocolo) o recebimento de processos com documento fiscal atestado e realiza os devidos procedimentos de liquidação, após a conferência pertinente.

Na execução da liquidação é observada a data de vencimento do documento (fatura de serviços de água, luz, telefone, Correios, IPTU) quando se trata de emissão de OBD (Ordem Bancária Fatura). No caso de contratação, o prazo estipulado no instrumento contratual. E, nas compras diretas, em que não há contrato, a liquidação é executada em até 3 dias úteis após o recebimento do processo eletrônico na Seção de Liquidação, com o documento fiscal devidamente atestado.

8.5. GESTÃO DE PRECATÓRIOS

8.5.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Quadro 8.5.1. REQUISIÇÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PRECATÓRIOS - REQUISIÇÕES				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
NATUREZA	REQUISIÇÕES		PRECATÓRIOS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
ALIMENTÍCIA	53	30.611.320,27	53	30.611.320,27
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	53	30.611.320,27	53	30.611.320,27
PRECATÓRIOS - DOTAÇÃO E PAGAMENTO				
NATUREZA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO	VALORES PAGOS POR TIPO DE CREDOR		SALDOS A PAGAR
		PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	
ALIMENTÍCIA	32.227.602,00	7.450.419,66	24.777.182,34	-
		1.039.494,28	355.336,90	-
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	32.227.602,00	8.489.913,94	25.132.519,24	-

Observações: visando relacionar outras informações que permitam entendimento mais claro acerca dos dados apresentados, o Quadro 8.5.3. apresenta breve resumo da execução orçamentária no exercício de 2016, com discriminação dos valores requisitados, dos valores orçados, dos valores realizados e do saldo à disposição do Serviço de Orçamento e Finanças para cancelamento, demonstrando que não há saldos a pagar.

No exercício de 2016, novamente, houve necessidade de solicitação de suplementação de recursos financeiros - alteração do índice de atualização - IPCA-E a partir de março de 2015 - STF; entretanto, valores devolvidos em precatório da União - Administração Direta foram suficientes para quitar a dívida remanescente após pagamento da primeira parcela.

Fonte: Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

8.5.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Quadro 8.5.2. REQUISIÇÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

PRECATÓRIOS - REQUISIÇÕES				
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
NATUREZA	REQUISIÇÕES		PRECATÓRIOS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
ALIMENTÍCIA	8	1.407.649,39	8	1.407.649,39
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	8	1.407.649,39	8	1.407.649,39
PRECATÓRIOS - DOTAÇÃO E PAGAMENTO				
NATUREZA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO	VALORES PAGOS POR TIPO DE CREDOR		SALDOS A PAGAR
		PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	
ALIMENTÍCIA	1.481.973,00	1.271.097,76	202.158,26	-
		46.435,26	46.435,26	-
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	1.481.973,00	1.317.533,02	248.593,52	-

Observações: visando relacionar outras informações que permitam entendimento mais claro acerca dos dados apresentados, o Quadro 8.5.3. apresenta breve resumo da execução orçamentária no exercício de 2016, com discriminação das entidades executadas, dos valores requisitados, dos valores orçados, dos valores realizados e do saldo à disposição do Serviço de Orçamento e Finanças para cancelamento.

No exercício de 2016, novamente, houve necessidade de solicitação de suplementação de recursos financeiros - alteração do índice de atualização - IPCA-E a partir de março de 2015 - STF.

R\$ 3.259,39 referente a saldo a pagar em 29-02-2016, em precatório da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL devido a não repasse de recursos financeiros suplementares solicitados em 2016; foram pagos neste exercício.

Fonte: Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

8.5.3. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Quadro 8.5.3. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PRECATÓRIOS DA UNIÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - EXERCÍCIO DE 2016																
UO	ENTIDADE	QUANT.	EM 01-07-2015	EM 01-01-2016	EM 12-06-2016	SALDO PARA CANCELAMENTO	QUANT.	EM 12-08-2016		EM 30-09-2016		SALDO PARA CANCELAMENTO	EM 16-12-2016		SALDO PARA CANCELAMENTO	
			VALORES REQUISITADOS	VALORES ORÇADOS	(-) VALORES REALIZADOS			DÍVIDA REMANESCENTE	SUPLEMENTAÇÃO SOLICITADA	VALORES DEVOLVIDOS	(-) VALORES REALIZADOS		RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS	(-) VALORES REALIZADOS		
25201	Banco Central do Brasil	1	53.021,77	55.821,00	- 47.104,02	8.716,98				-	-	8.716,98	-	-	8.716,98	
26278	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	SALDO A PAGAR - PRECATÓRIOS DO EXERCÍCIO DE 2015 EM 01-01-2015 VALOR ORÇADO EM R\$ 374.924,00 RECURSOS FINANCEIROS SUPLEMENTARES NÃO FORAM REPASSADOS						1	3.387,74	3.591,00	-	-	-	5.305,52	- 3.432,97	1.872,55
		1	144.203,08	151.818,00	- 151.818,00	-	1	7.144,18	7.572,83	-	-	-	11.188,48	- 7.239,55	3.948,93	
26436	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFECT-RS	1	643.588,97	677.571,00	- 677.571,00	-	1	31.888,90	33.802,23	-	-	-	33.803,00	- 32.314,62	1.488,38	
40201	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	4	367.209,02	386.596,00	- 386.596,00	-	1	18.196,69	19.288,49	-	-	-	19.289,00	- 18.439,60	849,40	
44201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1	199.626,55	210.167,00	- 210.167,00	-	1	9.891,23	10.484,70	-	-	-	10.485,00	- 10.023,28	461,72	
TOTAL - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		8	1.407.649,39	1.481.973,00	- 1.473.256,02	8.716,98	5	70.508,74	74.739,25	-	-	8.716,98	80.071,00	- 71.450,02	17.337,96	
TOTAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		53	30.611.320,27	32227602	- 32.227.602,00	-	6	1.384.333,95	-	2.335.551,76	- 1.394.831,18	940.720,58	-	-	940.720,58	
TOTAL GERAL DOS PRECATÓRIOS DA UNIÃO - EXERCÍCIO DE 2016		61	32.018.969,66	33.709.575,00	- 33.700.858,02	8.716,98	11	1.454.842,69	74.739,25	2.335.551,76	- 1.394.831,18	949.437,56	80.071,00	- 71.450,02	958.058,54	

Fonte: Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

8.6. INFORMAÇÃO SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Trata a presente informação dos procedimentos adotados no reexame dos contratos relativos a serviços de tecnologia da informação e construção civil firmados com este Tribunal, para fins de cálculo da desoneração fiscal, em atendimento à determinação do TCU, exarada no Acórdão nº 2.859/2013 - Plenário.

A partir do recebimento do Ofício Circular nº 579/SG - SCI/2013, com cópia do Acórdão TCU nº 2.859/2013, mediante Malote Digital de 18-11-2013, autuamos o processo administrativo nº 0008729-28.2013.5.04.0000 para tratar dos contratos relativos a tecnologia da informação.

Em 14-04-2014, recebemos o Ofício nº 264/SG - SCI/2014, que complementava orientações para revisão dos contratos relativos a serviços de tecnologia da informação e indicava que os cálculos de desoneração também seriam aplicáveis aos contratos de construção civil. Assim, autuamos o processo administrativo nº 0003357-64.2014.5.04.0000 para tratar da análise dos ajustes com as empresas de construção civil que foram beneficiadas pela alteração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011.

Realizado o trabalho em parceria com as áreas gestoras, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e Secretaria de Manutenção e Projetos, verificamos um valor preliminar de restituição de R\$ 750.924,00, para os contratos de construção civil, e de R\$ 6.300,09 para os ajustes de tecnologia da informação.

Todavia, de acordo com comunicado da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, divulgado no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, em 15-04-2015, o trabalho foi sobrestado, em razão do conhecimento de pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2.859/2013 - Plenário (processo TC 013.515/2013-6).

A suspensão dos trabalhos foi ratificada pelo Ofício Circular nº 191/SG/2015, de 01-06-2015, mediante Malote Digital de 02-06-2015, em anexo.

Diante do exposto, interrompemos os trabalhos sem que houvesse a efetiva cobrança de valores e aguardamos orientação para dar continuidade aos procedimentos.

Os documentos citados neste item estão reproduzidos no Anexos VII a XII (Vide o item 9.29.2. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 8.6).

9. ANEXOS

9.1. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 5.3

9.1.1. ANEXO I - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES 2016-2020.

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
2016 - 2020**



**GESTÃO
ESTRATÉGICA**
— TRT 4ª Região —

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Administração do biênio 2016/2017

Presidente:

Desembargadora Beatriz Renck

Vice-Presidente:

Desembargador João Pedro Silvestrin

Corregedora Regional:

Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno

Vice-Corregedor Regional:

Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Comissão de Informática

Desembargador João Pedro Silvestrin, Presidente da Comissão de Informática;

Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa;

Desembargador George Achutti;

Juíza do Trabalho Diretora do Foro Porto Alegre Eny Ondina Costa da Silva;

Juiz Rodrigo de Almeida Tonon;

Juíza do Trabalho Auxiliar da Presidência Andrea Saint Pastous Nocchi;

Juiz do Trabalho Auxiliar da Corregedoria Cloceimar Lemes Silva;

Bárbara Burgardt Casaletti, Diretora-Geral;

Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-Geral Judiciário;

Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

ÍNDICE

• Apresentação.....	5
• Organograma da SETIC.....	6
• Metodologia	7
• Referências e Insumos Observados.....	9
• Avaliação de desempenho da gestão estratégica entre 2010 e 2012.....	13
• Missão, visão e valores.....	17
• Construção do Mapa Estratégico.....	18
• Mapa estratégico TIC – TRT 4ª Região.....	19
• Objetivos estratégicos e indicadores relacionados.....	20
• Matriz de Alinhamento.....	24
• Indicadores Nacionais CNJ.....	25
• Indicadores Nacionais CSJT.....	27
• Próximos passos.....	31

APRESENTAÇÃO

O planejamento estratégico serve para promover a reflexão e a consciência de uma organização a respeito da sua contribuição para o sistema do qual faz parte, assim como o que pretende alcançar no futuro, definindo os direcionadores que nortearão as iniciativas para o atingimento desse grande objetivo que é a visão de futuro.

Um plano estratégico somente é capaz de produzir seus efeitos quando é gerenciado como um processo de melhoria contínua, aprimorado a partir da avaliação dos resultados de cada ciclo e mantendo alinhamento com os demais planos da organização a que pertence.

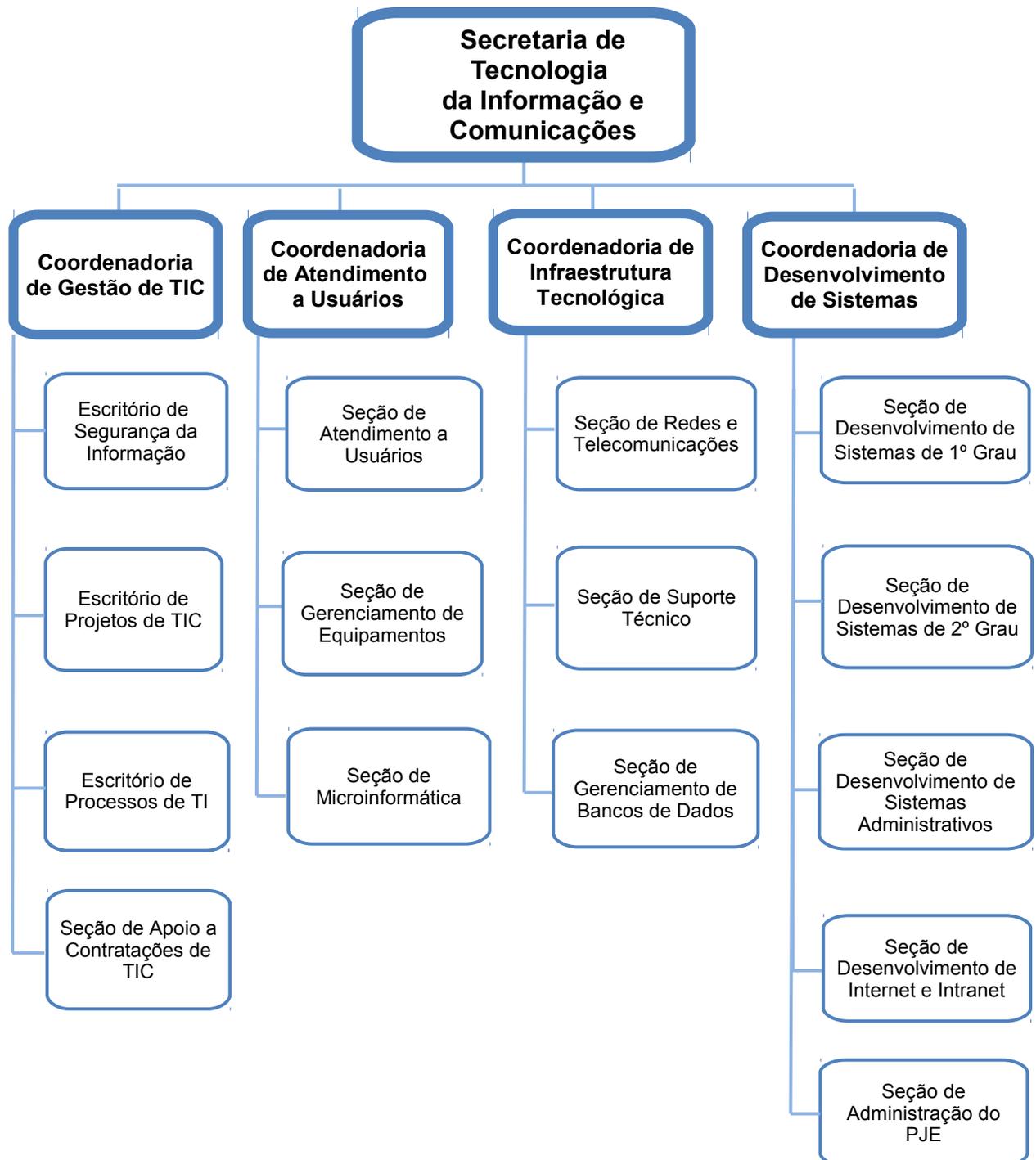
Findo em 2015 o primeiro ciclo do plano estratégico de TIC do Tribunal, que havia iniciado em 2010 e sido revisado em 2013, elaborou-se um novo PETIC para o período de 2016 a 2020.

Com base nas lições aprendidas ao longo dos anos, foi possível estabelecer um conjunto de objetivos estratégicos focados nas oportunidades mais claras de melhoria da área da TIC para o atingimento de uma visão de futuro voltada ao atendimento das reais necessidades dos usuários.

Para a elaboração desse novo plano, além da observância dos referenciais normativos de âmbito institucional e também de abrangência nacional, foram considerados fatores sócio-econômicos que afetam diretamente a área de TIC, tais como o orçamento destinado à SETIC, o aumento da demanda da Justiça do Trabalho em decorrência de crise econômica e a rápida disseminação de novas tecnologias.

Como foco principal desse novo ciclo, a reflexão evidenciou a necessidade da área de TIC aproximar-se dos usuários finais por meio de iniciativas que agreguem valor às suas atividades jurisdicionais e administrativas, assim como primar pela excelência operacional.

ORGANOGRAMA DA SETIC



METODOLOGIA

O novo PETIC foi elaborado entre os meses de janeiro e março de 2016 por um grupo de trabalho com representantes de todas as áreas da SETIC, relacionado a seguir.

Natacha Moraes de Oliveira	Diretora da SETIC
Alberto Daniel Müller	Coordenador e Gestão de TIC
André Soares Farias	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
Denilson Ribeiro de Quadros	Coordenador de Atendimento a Usuários
Paulo Mendes Ribeiro Junior	Coordenador Infraestrutura Tecnológica
Ricardo Krause Kurylenko	Escritório de Processos de TI

Por meio de encontros no formato *workshop*, houve ampla reflexão sobre os resultados do primeiro ciclo de gestão estratégica e das mudanças ocorridas nos planos estratégicos institucional e de tecnologia da informação de órgãos superiores, em especial o CSJT e o CNJ, tendo sido identificadas diversas oportunidades de melhorias.

No intuito de auxiliar as reflexões e contribuir para a formação das bases do planejamento estratégico, foi utilizada a técnica de análise SWOT. De origem norte americana, a sigla SWOT é derivada das palavras em inglês *strength* (força), que determina os pontos fortes da organização, *weakness* (fraqueza), que determina os pontos fracos, *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças).

Basicamente, o processo SWOT consiste em analisar o cenário da organização - também chamado de ambiente – identificando os pontos fortes e fracos, relacionados ao ambiente interno, e as oportunidades e fraquezas, vinculadas ao ambiente externo. A partir desse trabalho elaborou-se a matriz de análise SWOT, que serviu para facilitar o reconhecimento das ações estratégicas que a organização deve adotar.

Abaixo a matriz de análise SWOT identificada para a área da TIC do TRT da 4ª Região:

SWOT		
	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Interno (SETIC)	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe própria - Equipe adequadamente dimensionada - Elevado nível técnico do pessoal - Estrutura organizacional compatível com as atribuições - Infraestrutura robusta - Maturidade nos processos de gestão de TIC 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de acordos de nível operacional entre as unidades da SETIC - Pouco conhecimento dos técnicos sobre as atividades da área judiciária - Falhas de comunicação
	Oportunidades	Ameaças
Externo à SETIC	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade jurisdicional dependente da TIC - Integração com entidades externas (OAB, AGETRA, SATERGS, APJUST,...) - Apoio da Administração do TRT. 	<ul style="list-style-type: none"> - Oscilações orçamentárias - Forte dependência do orçamento inscrito no SIGI-JT - Manutenção do Pje centralizada no CSJT - Aumento da demanda processual

Como resultado final do trabalho, foi construída uma nova proposta de mapa estratégico, alinhada aos princípios que nortearam os planos estratégicos nacionais e institucionais.

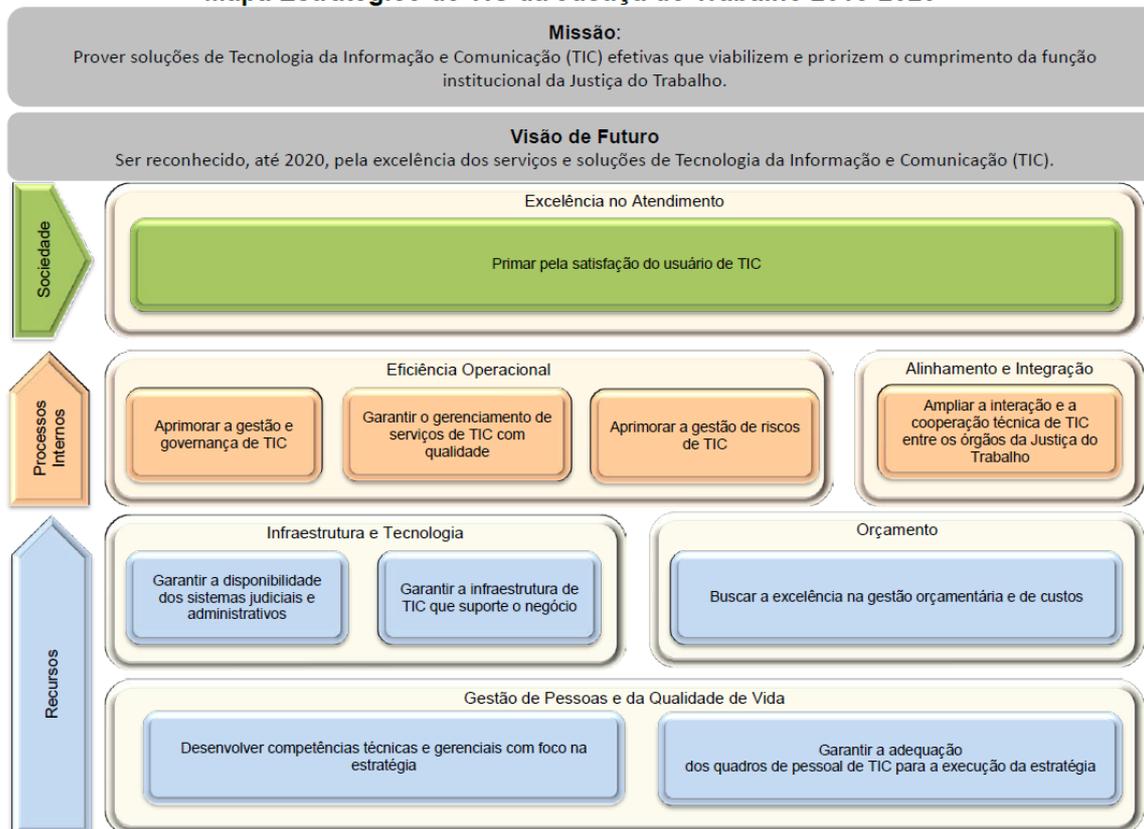
REFERÊNCIAS E INSUMOS OBSERVADOS

O ENTIC-JUD - Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, instituído pela Resolução 211 do CNJ, foi uma das bases para a elaboração dos planejamentos de TIC de todo o Judiciário, cujo alinhamento foi observado pelo grupo de trabalho na elaboração do PETIC.



O Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho proporcionou oportunidades de melhoria e alinhamento com os parâmetros balizadores do Judiciário Trabalhista.

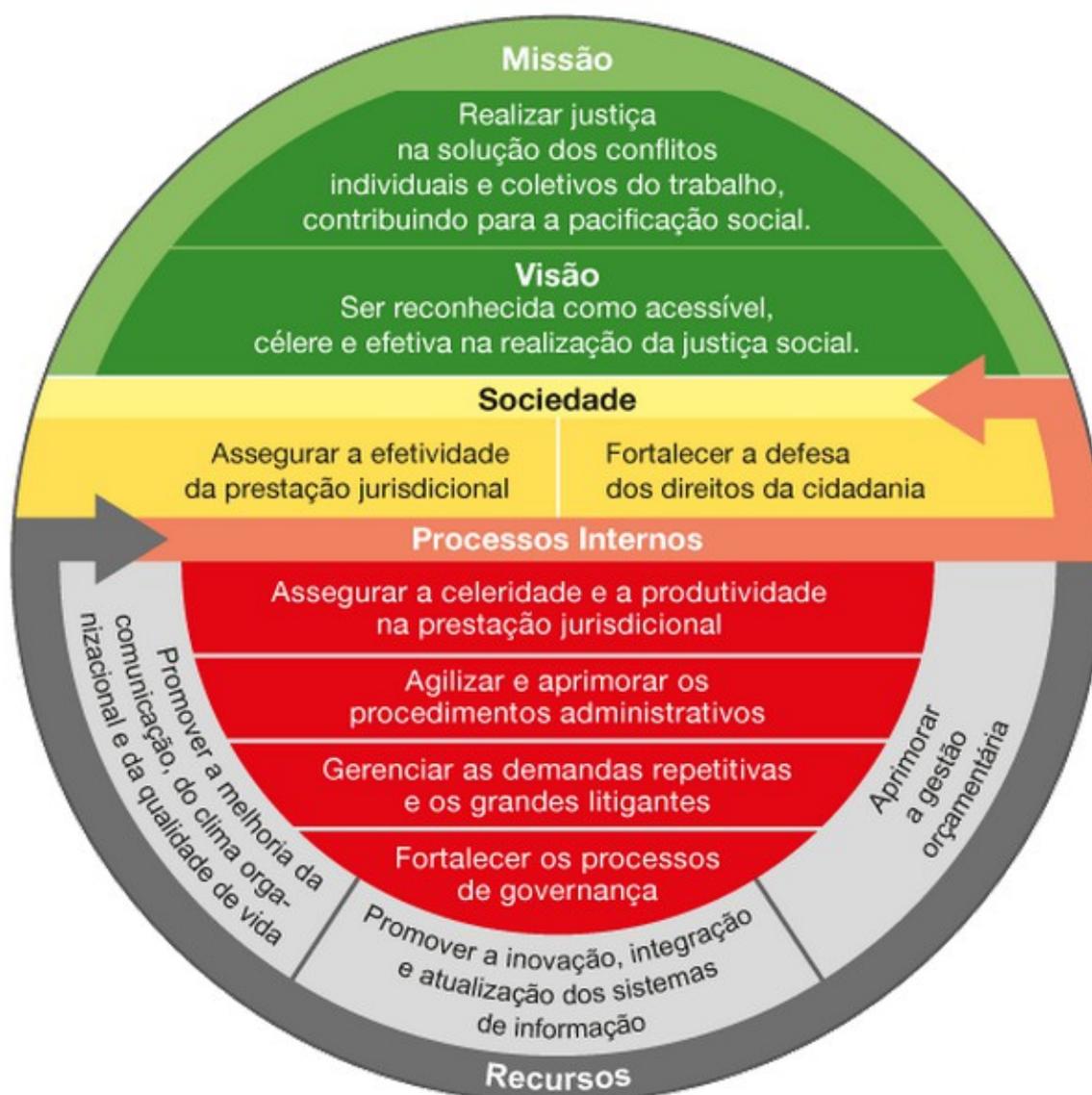
Mapa Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho 2015-2020



O Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal 2015-2020 foi umas das referências mais importantes para o grupo de trabalho.

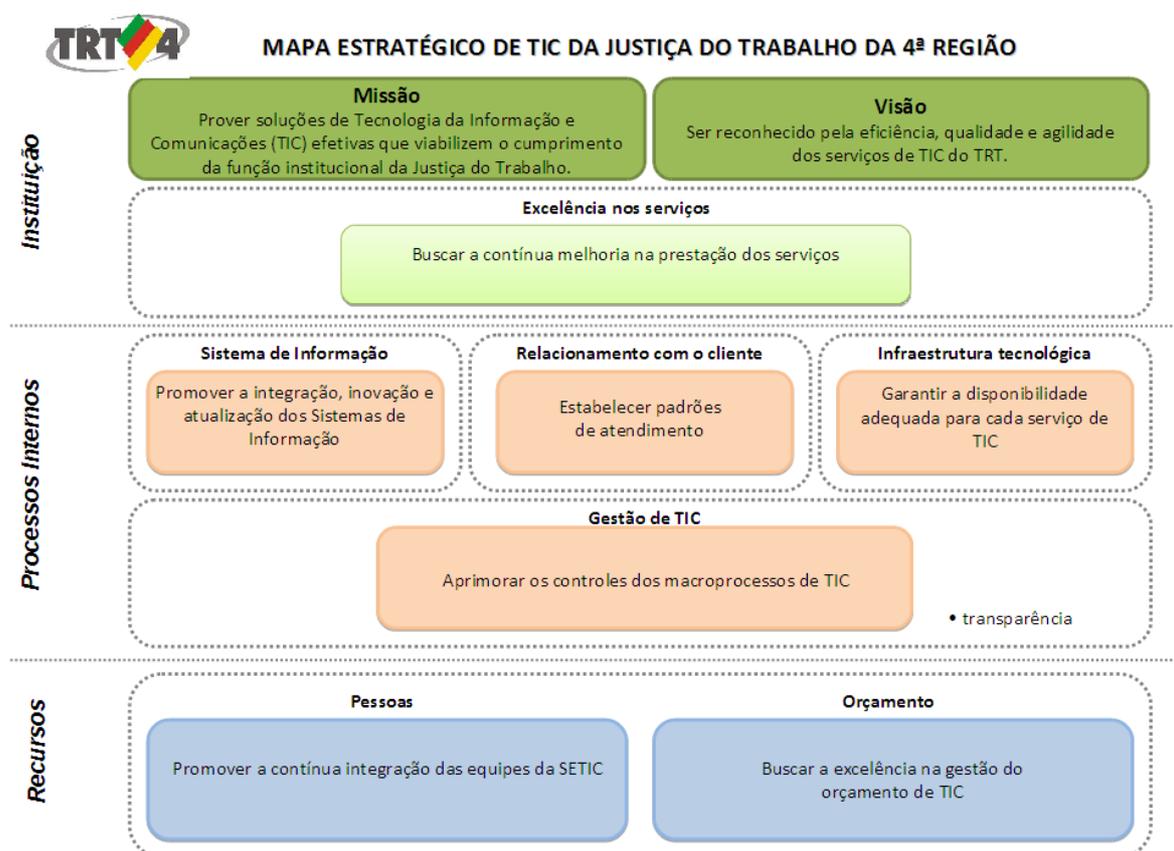
O novo PETIC foi elaborado sempre com foco nas tendências e revisões aplicadas no Planejamento Institucional, cujo novo modelo está representado na figura abaixo:

Mapa Estratégico da Justiça do Trabalho da 4ª Região



Na esteira dos mesmos princípios de alinhamento e continuidade, o

Planejamento Estratégico de TIC 2010-2015 foi também considerado na elaboração do novo plano, em especial a avaliação dos resultados obtidos ao longo do seu ciclo de gestão.



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA

As reflexões que ocorreram durante os ciclos de gestão estratégica que abrangeram o planejamento estratégico de TIC e sua primeira revisão, permitiram ao grupo de trabalho identificar diversas oportunidades de melhoria e até mesmo mudanças de rumo na condução dos trabalhos.

Durante esse período de análise, percebeu-se que as áreas de TIC devem trabalhar com vista a auxiliar as suas organizações a atingirem os seus objetivos estratégicos de negócio, agregando valor aos resultados. Essa percepção vinha fazendo parte do PETIC desde a sua primeira revisão, quando foi inserida a perspectiva Instituição em substituição à antiga perspectiva Sociedade. Isto é, a área de TIC deveria organizar-se para prestar suporte perante a Instituição (Tribunal), que então cumpriria seu objetivo perante a sociedade. O significado de todo esse esforço foi resumido no objetivo estratégico “Buscar a melhoria contínua na prestação dos serviços”.

Para sustentar o atingimento desse objetivo maior haviam sido adotadas as perspectivas Processos Internos e Recursos, que aglutinaram os esforços para prover qualidade e eficiência nos serviços entregues à Instituição, focados na melhoria dos sistemas, na qualidade de atendimento, na manutenção de uma infraestrutura tecnológica compatível com a demanda e no estabelecimento boas práticas dos processos de trabalho.

Entretanto, excelência operacional não se alcança sem atenção e bom uso dos recursos existentes, sejam humanos ou materiais. Nesse sentido foram traçados objetivos estratégicos visando a contínua integração das equipes de TI e a eficácia na administração dos recursos orçamentários concedidos.

Diante dessa estrutura adotada na primeira revisão do PETIC, a avaliação geral dos resultados alcançados foi positiva. Apesar de alguns dos indicadores elencados não terem atingido integralmente as metas estipuladas, não o fizeram por motivos plausíveis e não comprometeram o alcance dos resultados estratégicos desejados.

Abaixo o resultado dos indicadores acompanhados durante esse ciclo estratégico.

Metas e Dados 2013-2015

Indicador		Meta		Coletas		Meta		Coletas		Meta		Coletas	
		2013/1	2013/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2
Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC (CNJ11)					91,78%	92%	93%	97,04%	96,56%	94%	95%	94,77%	94,12%
Percentual de Processos Regulamentados		50%		30%		70%		30%		100%		50%	
Índice de disponibilidade dos serviços de TIC (CNJ20)	percentual		99,5%		99,85%	99,55%	99,65%	99,24%	99,36%	99,7%	99,75%	99,34%	99,21%
	min/semana de indisponibilidade		~50,5			~45,5	~35			~30	~25		
Informações para Apoio à Tomada de Decisão		80%		36,82%	81,29%	80%		100%		100%		100%	
Percentual de colaboradores treinados nos padrões estabelecidos		100%		60%	80%	100%		44,90%	74%	100%		60,60%	
Percentual de valores empenhados do orçamento de TIC		90%			83,95%	95%		77,69%		100%		82,70%	
Percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento de integração no ano		80%		87%	89%	100%		44,90%		100%		42,97%	

No quesito de satisfação dos usuários com a prestação dos serviços de TIC (perspectiva Instituição), a meta proposta foi praticamente alcançada, legitimando a excelência de qualidade no atendimento aos usuários dos serviços de TIC.

Para a perspectiva Processos Internos, no objetivo de promover ações para integrar, inovar e atualizar os sistemas de informação, o indicador de desempenho denominado “informações para apoio à tomada de decisão”, teve sua meta também atingida. Com relação ao objetivo de entregar disponibilidade nos serviços de TIC, cujo indicador de desempenho foi o índice de disponibilidade dos serviços de TIC, percebeu-se que a meta proposta estava muito além do que seria possível. Apesar de no primeiro ano de medição (2013), o indicador ter demonstrado atingimento da meta proposta, ao longo dos anos seguintes foi possível estabelecer uma média em torno de 99,2875. Por esse motivo, inclusive, esse indicador, que será mantido no próximo ciclo estratégico, com meta inicial (2016) de 99,30 e final (2020) de 99,70. Ainda na perspectiva de processos internos, o objetivo estratégico de aprimorar os macroprocessos de TIC, não teve atingida a meta do indicador percentual de processos regulamentados. Entretanto, os processos de trabalho foram desenhados e aprimorados, restando apenas a etapa final de regulamentar (inclusive alguns dos processos alvo deste indicador já foram encaminhados para regulamentação). Por fim, o indicador de percentual de colaboradores treinados nos padrões estabelecidos, responsável por mensurar a performance do objetivo de estabelecer padrões de atendimento, também não teve êxito na meta proposta. Justifica-se tal fato ao aumento de servidores lotados na SETIC, durante os anos de 2014 e 2015, que acabou por comprometer o percentual. Essa condição fica clara quando analisamos o indicador ao final de 2013, cujo índice era de 80% e na sequência decaiu para 74% e encerra o ano de 2015 com 60%. Contudo é entendimento da equipe que o cumprimento estratégico na perspectiva Processos Internos foi alcançado.

A perspectiva de recursos, responsável pela base de sustentação de todos os objetivos estratégicos, respondeu pela contínua integração das equipes da SETIC e pela excelência na gestão orçamentária. Os indicadores que acompanharam a performance desses objetivos foram o percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento de integração no ano (integração da

equipe) e percentual de valores empenhados do orçamento de TIC (gestão orçamentária). Com relação ao percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento de integração no ano, a meta também não foi atingida pela mesma razão citada anteriormente, o aumento de servidores da SETIC, entre os anos de 2014 e 2015, comprometeu o alcance da meta, proposta em 100% já para o final de 2014. Percebemos um bom resultado no início de 2013 (87%) mas a medida que os novos servidores tomam posse, esse índice decai. Cabe ressaltar que o aumento dos servidores foi bastante significativo (algo em torno de 50%) e em um curto espaço de tempo. Em relação à excelência da gestão orçamentária para a área de TIC, o indicador proposto para o acompanhamento de performance foi o percentual de valores empenhados do orçamento de TIC até novembro do exercício. Para uma meta final (2015) de 100%, a SETIC alcançou o resultado de 82.70% até o final do mês de novembro. O entendimento da equipe foi positivo em relação a esse resultado, sobretudo porque ao longo desse ciclo de avaliação estratégica, percebeu-se que existem muitos fatores externos que podem afetar o resultado final da coleta. A título de exemplo, no ano de 2014 optou-se em postergar uma compra de expressivo valor (computadores servidores) para o final do ano, impactando na coleta do indicador, cuja fórmula é empenhar 40% do orçamento até julho, 60% até setembro e 100% até novembro do exercício. Cabe frisar, contudo, que até o final do exercício foi empenhado 100% do orçamento concedido. Diante desse entendimento, uma meta desafiadora deveria ser remodelada para oscilar entre 90% e 95%. Registre-se também que, durante o acompanhamento desse indicador, foi possível identificar a necessidade de maior capacitação e envolvimento das equipes técnicas da SETIC que demandam as aquisições, sobretudo aquelas que desempenham seus papéis junto a Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica. Grande parte do trabalho de elaboração de uma contratação é realizado pelas áreas demandantes (estudos técnicos preliminares, análise de viabilidade da contratação, etc), determinando a necessidade de dedicação e capacitação nesses colaboradores (assuntos a serem abordados na próxima gestão estratégica).

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Durante as discussões técnicas ocorridas na elaboração do novo PETIC, sobretudo nas análises dos planos estratégicos nacionais (CNJ e CSJT), percebeu-se a atenção dada às disciplinas de governança, gestão, risco e segurança da informação. Não há dúvida que o novo alinhamento estratégico de TIC do TRT da 4ª Região deve perseguir a excelência nessas matérias.

Além disso, o senso comum a respeito da necessidade de aproximação da área de TIC com os usuários, reconhecendo de forma mais legítima como desenvolvem suas atividades para melhor interpretar suas demandas e como a TIC pode agregar valor ao seu trabalho.

Com base nesses entendimentos, as propostas de missão, visão e valores foram revisadas para as seguintes redações:

MISSÃO

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações que agreguem valor ao cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho

VISÃO

Ser reconhecida pela eficiência na gestão e pela qualidade dos serviços de TIC

VALORES

Acessibilidade, usabilidade, celeridade, ética, inovação, responsabilidade social, ambiental e orçamentária, transparência, valorização das pessoas.

CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico é a representação visual da estratégia da organização, explicitada em macro objetivos organizados em diferentes perspectivas de análise e interligados por relações de causa e efeito.

Com os enunciados de Missão, Visão e Valores estabelecidos, juntamente com os desafios reconhecidos pelo grupo para a área de tecnologia e as diretrizes de manter alinhamento com os planejamentos institucional do TRT e de tecnologia da informação do CNJ e do CSJT, o grupo de trabalho desenvolveu uma estrutura mantendo as perspectivas de Recursos, Processos Internos e substituindo a perspectiva de Instituição por Resultados. Foi consenso dentro da equipe que a área de TIC do TRT 4ª Região deve aproximar-se de seus usuários finais através da entrega de serviços e soluções que agreguem valor as suas atividades.

Com esse foco foi elaborado uma nova proposta de mapa estratégico de TIC, constante na figura a seguir:



MAPA ESTRATÉGICO DE TIC DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RESULTADOS

Missão

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações que agreguem valor ao cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho

Visão

Ser reconhecida pela eficiência na gestão e pela qualidade dos serviços de TIC

Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

PROCESSOS INTERNOS

Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho

Aperfeiçoar a gestão de TIC

Aprimorar a segurança da informação

RECURSOS

Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC

Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal

Aprimorar a comunicação entre as equipes

Melhorar a Disponibilidade do PJe

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E AÇÕES RELACIONADOS

Perspectiva RESULTADOS

Objetivo	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários.
	Buscar constantemente a melhoria na qualidade dos serviços entregues pela SETIC aos usuários internos e externos, mantendo o foco na satisfação das suas reais necessidades.
Indicador	TRT4-PETIC-IN01 - Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC
	Fórmula: Percentual de usuários satisfeitos com os serviços de TIC, medido por meio de pesquisa de opinião. Periodicidade: anual Meta: 2016 – 83% 2017 – 84% 2018 – 85% 2019 – 86% 2020 – 87%
Ação	Aprimoramento constante do gerenciamento de serviços de TIC. Estimular a troca de experiências com os usuários a fim de perceber oportunidades de agregar valor aos sistemas e serviços. Fomentar na SETIC a postura de receptividade em relação às sugestões dos usuários.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

Objetivo	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho.
	Disponibilizar soluções tecnológicas integradas a sistemas nacionais, a fim de incrementar as funcionalidades existentes, baseadas em conceitos de acessibilidade, usabilidade e inovação.
Indicador	TRT4-PETIC-IN02 - Índice de satisfação dos usuários internos com os sistemas de TIC

	<p>Fórmula: Percentual de usuários satisfeitos com os sistemas de TIC, medido por meio de pesquisa de opinião.</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – 70%</p> <p>2017 – 72%</p> <p>2018 – 74%</p> <p>2019 – 77%</p> <p>2020 – 80%</p>
Ação	Identificar, propor e executar projetos que visam ao aprimoramento das funcionalidades de sistemas nacionais em uso no Tribunal.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo	<p>Aperfeiçoar a gestão de TIC</p> <p>Promover contínua melhoria na gestão, a fim de aperfeiçoar os mecanismos para a governança de TIC.</p>
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN03 – iGOV-TI</p> <p>Índice de governança de TI – iGov-TI, medido pelo TCU.</p> <p>Periodicidade: bianual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – 0,72</p> <p>2018 – 0,74</p> <p>2020 – 0,76</p>
Ação	Regulamentar e aprimorar os processos de trabalho, com ênfase nos controles de segurança da informação, riscos e governança de TIC.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo	<p>Aprimorar a segurança da informação</p> <p>Prover ferramentas e processos que viabilizem o adequado tratamento aos ativos de informação, no que tange a confidencialidade, integridade e disponibilidade.</p>
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN04-Percentual de controles de implementados em relação ao total de controles considerados aplicáveis (índice de conformidade) em relação à ISO 27002:2013.</p> <p>Meta:</p> <p>a definir a partir da primeira medição (final de 2016).</p>
Ação	Diagnosticar e modelar os subprocessos relacionados ao sistema de gestão de segurança da informação (SGSI).

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC Gerenciar o orçamento de modo a assegurar a execução da estratégia de TIC.
Indicador	TRT4-PETI-IN05 - Índice de ações orçamentárias efetivadas de acordo com o plano de aquisições aprovado Fórmula: valor empenhado em ações do plano de aquisições do exercício / valor total estimado no plano de aquisições, descontados os eventuais cortes orçamentários impostos durante a execução do exercício Obs.: Considera-se como referência a revisão do plano de aquisições realizada em março do ano corrente. Periodicidade: Anual Meta: 2016 70% 2017 72% 2018 75% 2019 77% 2020 80%
Ação	Elaborar um plano plurianual de aquisições de modo a distribuir os investimentos de acordo com a necessidade e capacidade de execução dos projetos.

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal Assegurar a capacitação continuada das equipes da SETIC nas especialidades técnicas necessárias para a execução da estratégia.
Indicador	TRT4-PETIC-IN06-Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação Fórmula: total de treinamentos planejados e executados do plano / total de treinamentos contantes do Plano Anual de Capacitação - PAC Periodicidade: anual Meta: 2016 55% 2017 60% 2018 65% 2019 70% 2020 75%
Ação	Planejar e executar o plano anual de capacitação, assegurando o envolvimento dos gestores da SETIC.

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	Aprimorar a comunicação entre as equipes
	Promover ações que contribuam para a melhoria da comunicação entre as áreas da SETIC, em benefício dos processos de trabalho.
Indicador	TRT4-PETI-IN07 - Percentual de servidores que foram capacitados nos processos da SETIC
	Fórmula: N° de servidores que participaram da capacitação / n° total de servidores da SETIC Periodicidade: Anual Meta: 2016 60% 2017 70% 2018 80% 2019 90% 2020 100%
Ação	Promover seminários e palestras internas com foco no conhecimento mútuo das áreas técnicas e na integração entre as equipes. Estabelecer um calendário (janela) de mudanças. Desenvolver um painel de mudanças. Implementar os processos de mudança e liberação no Assyst.

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	Melhorar a Disponibilidade do PJe
	Iniciativas de competência e atribuições do Tribunal, nas áreas de desenvolvimento, parametrização e infraestrutura do PJe-JT, que aumentem sua disponibilidade.
Indicador	TRT4-PETIC-IN08 - Índice de falha do Pje
	Fórmula: número dias com eventos de crise (PGQM) / 364 * 100 Periodicidade: anual Meta: 2016 40,00% 2017 25,00% 2018 15,00% 2019 10,00% 2020 5,00%
Ação	Atuar na análise e otimização do código fonte do Pje e na infraestrutura relacionada. Auxiliar na investigação das falhas que comprometam a disponibilidade do sistema.

MATRIZ DE ALINHAMENTO

PERSPECTIVAS	MACRO DESAFIOS PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS DO ENTIC-JUD (CNJ)	OBJETIVOS DO PETIC DO CSJT	OBJETIVOS DO PEI/TRT 4ª REGIÃO	OBJETIVOS DO PETIC/TRT 4ª REGIÃO
Sociedade / Resultados	<ul style="list-style-type: none"> Efetividade na prestação jurisdicional; Garantia dos direitos de cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> Primar pela satisfação dos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> Primar pela satisfação do usuário de TIC. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
Processos Internos	<ul style="list-style-type: none"> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas. 	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar a governança e a gestão; Aprimorar as contratações; Promover a adoção de padrões tecnológicos; Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação; Aprimorar a segurança da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar a gestão e governança de TIC; Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade; Aprimorar a gestão de riscos de TIC; Ampliar a interação e a cooperação técnica de TIC entre os órgãos da Justiça do Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes; Fortalecer os processos de governança. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho. Aperfeiçoar a gestão de TIC Aprimorar a segurança da informação
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão de custos; Instituição da governança judiciária; Melhoria da infraestrutura e governança de TIC. 	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal; Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas; Aprimorar a gestão orçamentária e financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia; Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia; Garantir a infraestrutura de TIC que suporte o negócio; Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos; Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; Aprimorar a gestão orçamentária. 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal Aprimorar a comunicação entre as equipes Melhorar a Disponibilidade do PJe

INDICADORES NACIONAIS - CNJ

INDICADORES E MÉTRICAS DO CNJ (Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015)								
ORIGEM	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo Estratégico	Indicador Nacional	Descrição do Indicador Nacional	Meta de Medição Periódica - 2016	Fórmula de Cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020
CNJ	OE-1	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC.	INA-1	Índice de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.	80% dos Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.	$[\Sigma (\text{Totalidade de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70\%}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
CNJ	OE-2	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.	INA-2	Índice de Tribunais que possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.	80% dos Tribunais com ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.	$[\Sigma (\text{Tribunais que possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aprimorar a segurança da Informação
CNJ	OE-3	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira de TIC.	INA-3	Índice de Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%.	80% dos Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%.	$[\Sigma (\text{Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80\%}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Buscar a excelência na gestão de orçamento de TIC
CNJ	OE-4	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC.	INA-4	Índice de Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado.	80% dos Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado.	$[\Sigma (\text{Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aperfeiçoar a Gestão de TIC
CNJ	OE-5	Aprimorar as contratações de TIC.	INA-5	Índice de Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%.	80% dos Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%.	$[\Sigma (\text{Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80\%}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Buscar a excelência na gestão de orçamento de TIC
CNJ	OE-6	Promover a adoção de padrões tecnológicos.	INA-6	Índice de Tribunais que possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.	80% dos Tribunais com metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.	$[\Sigma (\text{Tribunais que possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aperfeiçoar a Gestão de TIC

INDICADORES E MÉTRICAS DO CNJ (Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015)

ORIGEM	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo Estratégico	Indicador Nacional	Descrição do Indicador Nacional	Meta de Medição Periódica - 2016	Fórmula de Cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020
CNJ	OE-7	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade e de sistemas de informação.	INA-7	Índice de Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).	80% dos Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).	$[\sum (\text{Tribunais com, no mínimo, 80\% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)}) / \sum (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
CNJ	OE-8	Aprimorar a segurança da informação em TIC.	INA-8	Índice de Tribunais que possuem processo formal de Gestão de Riscos.	80% dos Tribunais com processo formal de Gestão de Riscos.	$[\sum (\text{Tribunais que possuem processo formal de Gestão de Riscos}) / \sum (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aprimorar a segurança da informação
CNJ	OE-9	Primar pela satisfação dos usuários de TIC.	INA-9	Índice de Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.	80% dos Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.	$[\sum (\text{Tribunais com, no mínimo, 80\% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC}) / \sum (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

INDICADORES NACIONAIS - CSJT

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Excelência no atendimento	Primar pela satisfação do usuário de TIC	ISUE	Índice de satisfação de usuários externos com a qualidade dos serviços e sistemas de TIC fornecidos.	80% de Satisfação até 2020.	Grau de Satisfação do Usuário Externo) = Nota Apurada / Nota Máxima que pode ser alcançada no questionário	Anual	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários	60%	65%	70%	75%	80%
CSJT	Excelência no atendimento	Primar pela satisfação do usuário de TIC	ISUI	Índice de satisfação de usuários internos de TIC.	80% de grau de satisfação dos servidores com a qualidade dos serviços, sistemas e equipamentos fornecidos pela área de TIC, até 2020.	Grau de Satisfação do Usuário Interno) = Nota Apurada / Nota Máxima que pode ser alcançada no questionário	Anual	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho	60%	65%	70%	75%	80%
CSJT	Eficiência Operacional	Aprimorar a gestão e governança de TIC	IGOVTI	Índice de Governança de TI (iGovTI, versão 2014, conforme TCU).	Atingir a faixa "Aprimorado" até 2020 na avaliação do iGovTI	IGOVTI – Índice de Governança de TI (iGovTI, versão 2014, conforme TCU)	Anual	Aperfeiçoar a Gestão de TIC	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado
CSJT	Eficiência Operacional	Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade	ISI	Índice de solução dos incidentes ocorridos no sistema PJe-JT, no prazo (ANSs)	80% dos incidentes do PJe-JT resolvidos no prazo até 2020.	IR / TI	Anual	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários	72%	74%	76%	78%	80%
CSJT	Eficiência Operacional	Aprimorar a gestão de riscos de TIC	ISN	Índice de soluções nacionais críticas de TIC com riscos mapeados	100% dos riscos de soluções nacionais consideradas críticas mapeados.	QSM / QT	Anual	Aprimorar a Segurança da Informação	50%	75%	100%	100%	100%

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)

									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Alinhamento e Integração	Promover a interação e a cooperação técnica de TIC entre TRTs	ICOOP	Índice de cooperação entre órgãos da Justiça do Trabalho para o desenvolvimento do sistema PJe-JT (manutenção corretiva e evolutiva)	Cooperação de 12 (doze) TRTs no desenvolvimento do sistema PJe-JT (manutenção corretiva e evolutiva) até 2020.	Quantidade de TRTs engajados na cooperação ao longo do período de medição	Anual	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários	4 TRTs	6 TRTs	8 TRTs	10 TRTs	12 TRTs
CSJT	Alinhamento e Integração	Promover a interação e a cooperação técnica de TIC entre TRTs	ICOAN	Índice de cooperação entre órgãos da Justiça do Trabalho em ações nacionais de TIC	Cooperação de 24 (vinte e quatro) TRTs em ações nacionais de TIC	Quantidade de TRTs engajados na cooperação ao longo do período de medição	Anual	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho	12 TRTs	15 TRTs	18 TRTs	21 TRTs	24 TRTs
CSJT	Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	INPJE	Índice de Indisponibilidade Não-Programada do PJe-JT	Máximo de 0,5% de indisponibilidade anual não-programada do PJe-JT até 2020.	TINP / Tt	Anual	Melhorar a disponibilidade do PJe	2%	1%	0,70%	0,60%	0,50%
CSJT	Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	IPJE	Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT	Máximo de 3% de indisponibilidade anual programada do PJe-JT até 2020.	TIP / Tt	Anual	Melhorar a disponibilidade do PJe	6%	5%	4%	3%	3%
CSJT	Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a infraestrutura de TIC que suporte o negócio	ICIM	Índice de conformidade à infraestrutura mínima de TIC	100% de atendimento aos normativos referentes à infraestrutura.	ICIM	Anual	Melhorar a disponibilidade do PJe	60%	70%	80%	90%	100%

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)

									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	ICG	Índice de Capacitação Gerencial	75% dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de TIC, até 2017.	QSCG / QTSTIC	Anual	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal	55%	75%	75%	75%	75%
CSJT	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	ICT	Índice de Capacitação Técnica	60% de servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC, até 2017.	QSCT / QTSTI	Anual	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal	40%	60%	60%	60%	60%
CSJT	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia	ICEM	Índice de conformidade à estrutura mínima de TIC	100% de atendimento aos normativos referentes à estrutura mínima de TIC.	ICEM	Anual	Aprimorar a comunicação entre as equipes	60%	60%	70%	90%	100%
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	ILO	Índice de Liquidação Orçamentária	Alcançar 75% de liquidação de despesa na execução orçamentária de TIC até 2020.	DespLiquitada / OrçAprovado	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	55%	60%	65%	70%	75%
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	IEO	Índice de Empenho Orçamentário	Alcançar até 97% de empenho orçamentário de TIC até 2020.	DespEmpenhada / OrçAprovado	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	90%	90%	95%	95%	97%

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)

									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	IEEO	Índice eficiência de execução orçamentária	Alcançar 77% de eficiência na execução orçamentária até 2020.	ILO / IEO	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	61%	66%	68%	73%	77%
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	IAOE	Índice de ações orçamentárias de investimento efetivadas	Alcançar 90% de acerto no planejamento das ações de investimento de TIC até 2020.	QAOE / QAOP	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	75%	80%	85%	85%	90%

PRÓXIMOS PASSOS

Concluída a elaboração do plano estratégico, seguem-se seus desdobramentos nos níveis tático e operacional, com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações.

O PDTIC é elaborado a cada dois anos e revisado anualmente, contemplando as diretrizes táticas e o respectivo plano de projetos e investimentos para cada exercício. O Portfólio de Projetos é a peça mais viva dessa engrenagem, elaborado anualmente e em constante atualização de acordo com o andamento dos projetos.

O andamento e os resultados obtidos nos desdobramentos do PETIC servirão para a sua revisão e atualização periódica, que deverá ocorrer no prazo máximo de dois anos ou na ocorrência de mudanças de cenário que justifiquem uma reavaliação.

9.1.2. ANEXO II - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - PDTIC - 2016-2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDTIC – 2016-2017



ÍNDICE

1. Introdução
2. Planejamento
3. Níveis de Planejamento no TRT da 4ª Região
 - 3.1. Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região
 - 3.2. Planejamento Estratégico de TI
 - 3.3. Planejamento das Contratações
4. Plano Diretor de TIC
 - 4.1. Finalidade do PDTIC
 - 4.2. Motivação
 - 4.3. Elaboração
 - 4.4. Abrangência
 - 4.5. Metodologia
 - 4.6. Acompanhamento – Revisões e Atualizações do PDTIC
5. Princípios e Diretrizes
 - 5.1. Princípios
 - 5.2. Diretrizes
6. Estrutura Organizacional da Secretaria de TIC
 - 6.1. Macroprocesso
 - 6.2. Organograma
 - 6.3. Atribuições
7. Catálogo de Macrosserviços
8. Catálogo de Sistemas
9. Catálogo e Gerenciamento de Níveis de Serviço
10. Avaliação do PDTIC 2015
 - 10.1. Projetos planejados e encerrados em 2015
 - 10.2. Projetos planejados em 2015, em andamento
 - 10.3. Projetos previstos no portfólio de 2015 e não iniciados
 - 10.4. Projetos cancelados
 - 10.5. Projetos suspensos
11. Portfólio de projetos 2016-2017
12. Plano de Investimentos 2016
13. Documentos de Referência

1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC, segundo definição presente na Instrução Normativa nº 4 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. (IN/SLTI 04/2010, art. 2º, XXII).

A Resolução CNJ 211/2015 estabelece que deve ser elaborado o PDTIC, contendo as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.

Assim, o PDTIC é um dos artefatos utilizados na execução do planejamento estratégico de TIC. Trata-se de documento que formaliza, junto à Administração a situação atual da instituição no que se refere à tecnologia da informação e estabelece o plano de ações da Secretaria de TIC para um período futuro definido.

Importante ressaltar que tal planejamento não é estático e pode ser alterado, se necessário.

2. PLANEJAMENTO

O planejamento é a mais fundamental das funções administrativas. Consiste na definição de objetivos a serem alcançados de modo a indicar, antecipadamente, as ações a serem executadas para atingi-los. Há alguns níveis de planejamento que devem ser atendidos, segundo recomendação do Tribunal de Contas da União. Trata-se do Planejamento Estratégico Institucional, Planejamento Estratégico de TIC (IN/SLTI 04/2010) e Planejamento das Contratações (IN/SLTI 04/2010).

3. NÍVEIS DE PLANEJAMENTO NO TRT DA 4ª REGIÃO

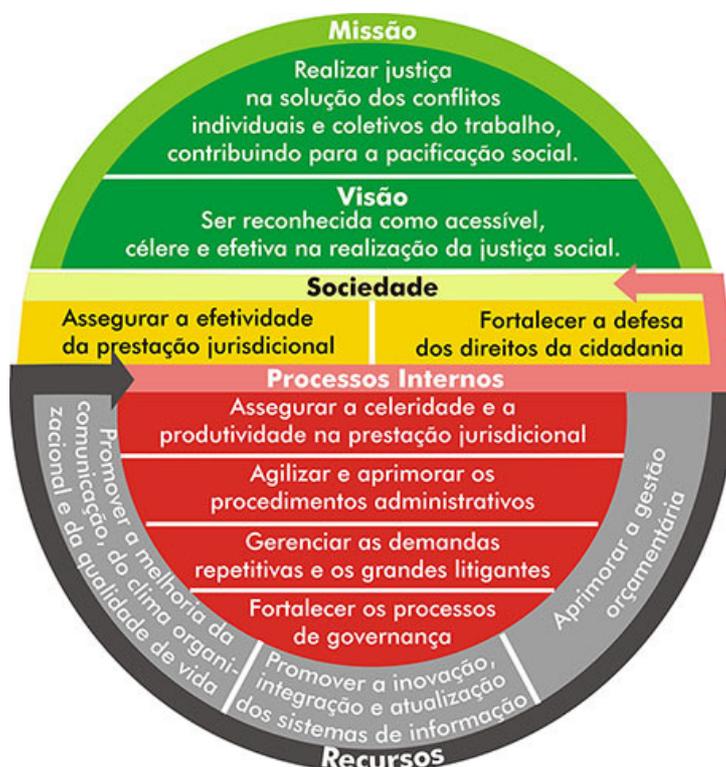
3.1. Planejamento Estratégico Institucional

O primeiro Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região foi elaborado em 2009/2010, obedecendo a Resolução CNJ 70/2009 do CNJ e cobrindo o período de 2010 a 2015. Em 2012 e 2014, o Plano foi revisado e adaptado às prioridades da Administração recém-empossada, mantendo, porém, os principais fundamentos. Em junho de 2014, foi publicada a Resolução CNJ 198/2014, dispoendo sobre planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário e instituindo a estratégia do Poder Judiciário para o período 2015-2020. A fim de alinhar o período de vigência do planejamento estratégico do TRT4 com o do planejamento do Poder Judiciário, decidiu-se reduzir em um ano o período abrangido pelo primeiro Plano do TRT4. Dessa forma, o

segundo Plano Estratégico deste Tribunal foi elaborado para período coincidente com o do Plano Estratégico Nacional, qual seja, de 2015 a 2020.

A área de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT4 elabora seu próprio plano estratégico (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI), regrado, inicialmente pela Resolução CNJ 99/2009 e, atualmente, pela Resolução CNJ 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário até 2020.

O Mapa Estratégico, representação visual da estratégia da instituição, pode ser visto a seguir. Apresenta todos os objetivos estratégicos definidos pelo TRT da 4ª Região, agrupados por tema, cada qual relacionado a uma perspectiva: sociedade, processos internos e recursos (Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020).



Analisando os objetivos estratégicos definidos é possível identificar a importância da tecnologia da informação para que sejam atingidos.

A íntegra do Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região está disponível no site institucional.

3.2. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC)

O Planejamento estratégico é um importante instrumento de apoio à gestão não apenas para estabelecer diretrizes e orientar o desenvolvimento e o alinhamento de ações a essas diretrizes, mas também por proporcionar mecanismos para o acompanhamento dos resultados, fundamental para validar o alcance dos objetivos estratégicos. A

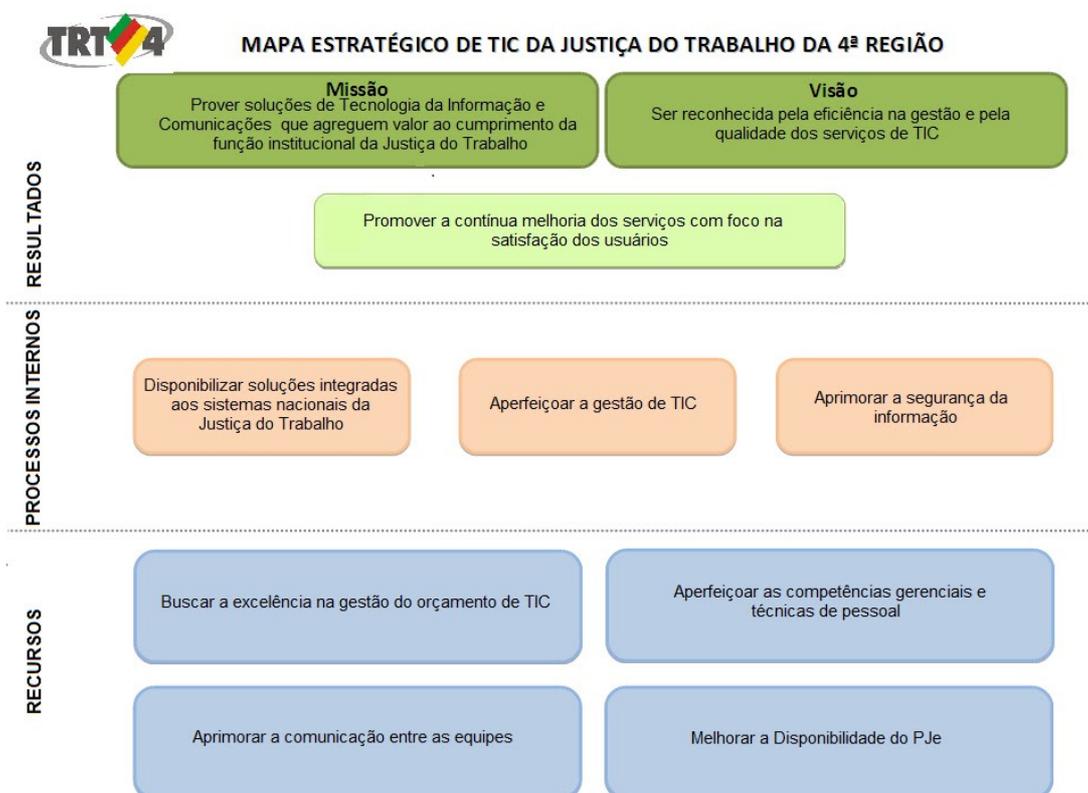
Resolução CNJ 211/2015 determina que cada Tribunal elabore e mantenha o Plano Estratégico de TIC, alinhado com as diretrizes estratégicas institucionais e nacionais o que demonstra o reconhecimento de que a informatização é um dos meios capazes de contribuir fortemente para a melhoria dos serviços prestados pela Justiça brasileira.

Também o Tribunal de Contas da União tem dirigido sua atenção às áreas de tecnologia da informação dos órgãos sob sua jurisdição, buscando fomentar o aprimoramento da governança e a adoção de metodologias e técnicas para alinhamento do investimento feito nessa área aos objetivos das respectivas instituições.

No âmbito do TRT da 4ª Região, o Plano Estratégico de TI para o período de 2016 a 2020 foi desenvolvido com o apoio dos usuários dos serviços de base tecnológica, pela Comissão de Informática e pela Administração, e está alinhado ao planejamento estratégico institucional, ao planejamento estratégico de TIC do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e à Estratégia Nacional de TIC estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os projetos necessários para a execução da estratégia são apresentados e acompanhados através deste Plano Diretor de TIC (PDTIC).

O Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação do TRT da 4ª Região está apresentado a seguir.



3.3. Planejamento das Contratações

Segundo o Tribunal de Contas da União, o Planejamento das Contratações, não apenas daquelas que envolvem tecnologia da informação e comunicações, deve ser desenvolvido de acordo com as boas práticas vigentes.

As Instruções Normativas 02/2008 e 04/2010, do Ministério do Planejamento, contemplam a maior parte das recomendações do TCU quanto à implementação do novo modelo de contratação de serviços de TI (Acórdãos 786/2006- TCU-Plenário, item 9.4, 1480/2007-TCU-Plenário, item 9.1.2.6 e 1999/2007-TCU-Plenário, item 9.4.1.1). Especificações presentes no *CobIT (Control Objectives for information and related technology)*, modelo de referência para governança e gestão de TI, complementam as recomendações daquela Corte de Contas.

O planejamento das contratações de bens e serviços de TI consiste na adoção de um processo de trabalho formalizado quanto ao custo, à oportunidade e aos benefícios advindos para a organização. Esse processo melhora o relacionamento com os fornecedores e prestadores de serviços, maximiza a utilização dos recursos financeiros alocados à área de TI e contribui decisivamente para que os serviços de TI deem o necessário suporte às ações da organização no alcance de seus objetivos e de suas metas (Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário).

O Acórdão 1.603/2008- TCU apresenta o resultado do primeiro levantamento de governança de TIC realizado em órgãos vinculados à Administração Pública Federal. Como resultado, a referida Corte de contas determinou às entidades que *“9.1.6. evidem esforços visando à implementação de processo de trabalho formalizado de contratação de bens e serviços de TI, bem como de gestão de contratos de TI, buscando a uniformização de procedimentos nos moldes recomendados no item 9.4 do Acórdão 786/2006-TCU”*.

O TRT da 4ª Região especificou o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicações, segundo a IN 04/2010, através do expediente administrativo 0003586-92.2012.5.04.0000. O processo definido foi formalizado através da Portaria 4.245, de 06 de julho de 2012. Em abril de 2015 foi submetido à apreciação da Presidência do TRT a proposta de revisão desse processo, considerando a Resolução CNJ 182/2014, cuja aprovação foi recomendada pela Comissão de Informática. A revisão do processo está formalizada na Portaria 2971/2015, da Presidência do TRT. Dessa forma, o processo em prática nesse Regional atende integralmente a referida Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

A segunda etapa do mesmo processo, que se refere à gestão dos contratos de soluções de TIC segundo a IN 04/2010, tramitou no expediente administrativo 0001637-96.2013.5.04.0000 e foi regulamentado através da Portaria da Presidência 1998/2015.

Tanto a IN 04/2010, como a Resolução CNJ 182/2014, estabelecem que as contratações de bens e serviços de TIC deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, alinhado à estratégia do órgão ou entidade.

4. PLANO DIRETOR DE TIC – PDTIC

4.1. Finalidade do PDTIC

O Plano Diretor de TIC define, com base no planejamento estratégico organizacional e de Tecnologia da Informação, os projetos a serem desenvolvidos, vinculados à tecnologia, e seus respectivos planos de investimento.

O objetivo do Plano Diretor de TIC, dessa forma, é garantir alinhamento estratégico entre as ações de tecnologia da informação e os objetivos institucionais, de modo a orientar a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros em prol das metas estabelecidas pela administração.

Esse instrumento permite o planejamento tático da área técnica, tornando transparente quais são os recursos disponíveis, os projetos a serem executados e seus respectivos andamentos.

As necessidades relacionadas às diferentes áreas da instituição foram identificadas através de consulta aos usuários e a seus representantes na Comissão de Informática, cuja composição foi reformulada para contemplar as estruturas administrativa e judiciária do Tribunal.

4.2. Motivação

O gerenciamento integrado dos processos envolvidos na prestação de serviços de TIC, de modo a manter e aperfeiçoar os fluxos de trabalho operacionais do Tribunal e atender as necessidades vinculadas à execução da estratégia institucional é a motivação para a elaboração de um PDTIC.

Um efetivo gerenciamento integrado se alcança através da adoção de práticas de governança de TIC, muitas das quais vêm sendo implementadas e aprimoradas pela Secretaria de TIC nos últimos anos.

A elaboração do Plano Diretor de TIC atende a determinação presente no Acórdão TCU nº 381/2011 – Plenário, resultado de auditoria realizada neste Tribunal em setembro de 2010.

“9.2.4. em atenção às Resoluções CNJ 90/2009, arts. 10 e 11, e 99/2009, art. 2º, elabore e aprove um Planejamento Estratégico de TIC - PETI e um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI, considerando as práticas contidas na Norma Técnica - ITGI - Cobit 4.1, PO1 – Planejamento Estratégico de TI, conforme tratado no achado 3 - Inexistência do PDTI - do relatório de fiscalização; “(Acórdão TCU 381/2011).

Além disso, a Resolução CNJ 211/2015, estabelece em seu artigo 6º:

“Art. 6º Cada órgão deverá elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), em harmonia com as diretrizes

estratégicas institucionais e nacionais, conforme disposto na Resolução CNJ 198, de 16 de junho de 2014, e suas alterações.

Parágrafo único. Como desdobramento do PETIC, deverá ser elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.”

4.3. Elaboração

O presente Plano Diretor é elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de seu Comitê Gestor de TIC, validado pela Comissão de Informática e aprovado pela Administração do TRT da 4ª Região.

4.4. Abrangência

Esse PDTIC limita-se à atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do TRT da 4ª Região.

4.5. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração deste PDTIC baseou-se no Guia Prático de Elaboração do PDTIC (2011-2012), proposto pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O método aplicado divide a elaboração do PDTIC em três fases: preparação, diagnóstico e planejamento.

- Preparação

A etapa de preparação do PDTIC contempla:

- Definição de abrangência e período;
- Definição da Metodologia aplicada;
- Revisão dos princípios e diretrizes;
- Elaboração dos questionários para o levantamento de necessidades de informação junto aos usuários internos.

- Diagnóstico

Na fase de diagnóstico foi realizado o levantamento da situação atual, considerando o planejamento de atividades aprovado pela Comissão de Informática e Administração para desenvolvimento em 2015.

A seguir, foi realizada a identificação das necessidades a partir de duas fontes principais:

- Análise do portfólio de projetos estratégicos da instituição, realizada pela equipe da Assessoria de Gestão Estratégica e apresentada a esta Secretaria. Dessa forma, pretende-se garantir que demandas vinculadas aos objetivos estratégicos do Tribunal sejam tratadas com a devida prioridade.
 - Solicitações/projetos apresentados por magistrados e servidores em resposta ao levantamento de necessidades que possam ser atendidas a partir de ações de TIC. As solicitações foram enviadas por meio do preenchimento do questionário elaborado na etapa de preparação, anexo a esse documento.
- Planejamento.

O resultado dessa fase é a proposta do PDTIC, a ser submetida à Comissão de Informática e Administração do TRT. Para que a análise das propostas recebidas seja facilitada, foram sugeridos critérios de priorização das necessidades inventariadas. Também nessa etapa foi revisada a Proposta Orçamentária de TIC, alterada em decorrência do expressivo corte orçamentário ao qual foi submetida a Justiça do Trabalho.

4.6. Acompanhamento - Revisões e Validade do PDTIC

O acompanhamento do Plano Diretor de TIC será feito pela Comissão de Informática do TRT e pela Presidência da Instituição.

Serão realizadas revisões trimestrais do plano, que tem validade de 24 meses.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1. Princípios

A atuação da área de tecnologia da informação e comunicações é delimitada pela legislação, por determinações do Tribunal de Contas da União, por Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e por guias de boas práticas relacionadas a diferentes disciplinas da governança de TIC.

Os princípios identificados estão relacionados a esses normativos e devem atuar como balizadores para o processo decisório e o comportamento da área de tecnologia da informação no cumprimento de sua missão, estabelecida no Planejamento Estratégico.

Princípio 1: Desenvolver, com prioridade, ações necessárias para a execução da estratégia do TRT.

Fonte:

- Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região;

- Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região;
- Cobit 5;
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 2: Adotar estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TIC suporte e aprimore os objetivos e estratégias do TRT da 4ª Região.

Fonte:

- Cobit 5;
- Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 3: Garantir alinhamento estratégico com o Planejamento Estratégico do TRT, bem como com o Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário.

Fonte:

- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário
- Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região.

Princípio 4: Otimizar o uso de recursos e investimentos em tecnologia através da adoção de soluções baseadas em software livre ou de sistemas proprietários que venham a promover ganhos efetivos à Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Fonte:

- Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região;
- Cobit 5.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 5: As aquisições de bens e serviços de TIC devem garantir a execução do PDTIC e serem realizadas através de processo formal de planejamento e gestão, necessário para que os investimentos nessa área agreguem efetivo valor ao TRT.

Fonte:

- IN SLTI/MPOG nº 4/2010;
- Acórdão TCU nº 1.603/2008;
- Acórdão TCU nº 381/2011 ;
- Resolução CNJ 185/2013.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 6: Os sistemas desenvolvidos no âmbito do TRT da 4ª Região devem seguir o modelo de requisitos e de interoperabilidade estabelecidos para o Poder Judiciário.

Fonte:

- Modelo de Interoperabilidade de dados do Poder Judiciário e Órgãos de Administração da Justiça;
- MOREQJUS;
- e-Ping.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

5.2. Diretrizes

As diretrizes levantadas estão relacionadas aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região.

- Prover soluções tecnológicas que ampliem o acesso à Justiça e agilizem o trâmite processual e o cumprimento das decisões judiciais;
- Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim;
- Desenvolver soluções que permitam a integração entre os sistemas de informação e entre as unidades judiciárias do TRT, primando pela equidade entre usuários localizados na capital e no interior do Estado;
- Estabelecer processos de trabalho e aprimorar os processos existentes de modo a adotar boas práticas de gestão e promover a governança de TIC;
- Melhorar a comunicação da área de TIC;
- Buscar a excelência no atendimento aos usuários internos e externos;
- Fomentar a integração tecnológica do TRT com organizações públicas e privadas, promovendo o compartilhamento de experiências e a formação de parcerias;
- Prover soluções tecnológicas que auxiliem o TRT a promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental;
- Mitigar riscos relacionados à segurança da informação, garantindo conformidade com requisitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos serviços prestados pela área de tecnologia;
- Promover a contínua qualificação dos servidores vinculados à Secretaria de TIC, através de capacitação técnica e gerencial;
- Primar pelo adequado planejamento e pela gestão orçamentária de TIC, assegurando recursos para a execução dos projetos estratégicos, sem prejuízo das ações de manutenção e de outros projetos que venham a ser priorizados pela Administração;
- Buscar contínua melhoria do processo de contratação e gestão de contratos de soluções de TIC;
- Fortalecer a atuação da Secretaria de TIC junto a gestão estratégica institucional.

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

6.1. Macroprocesso

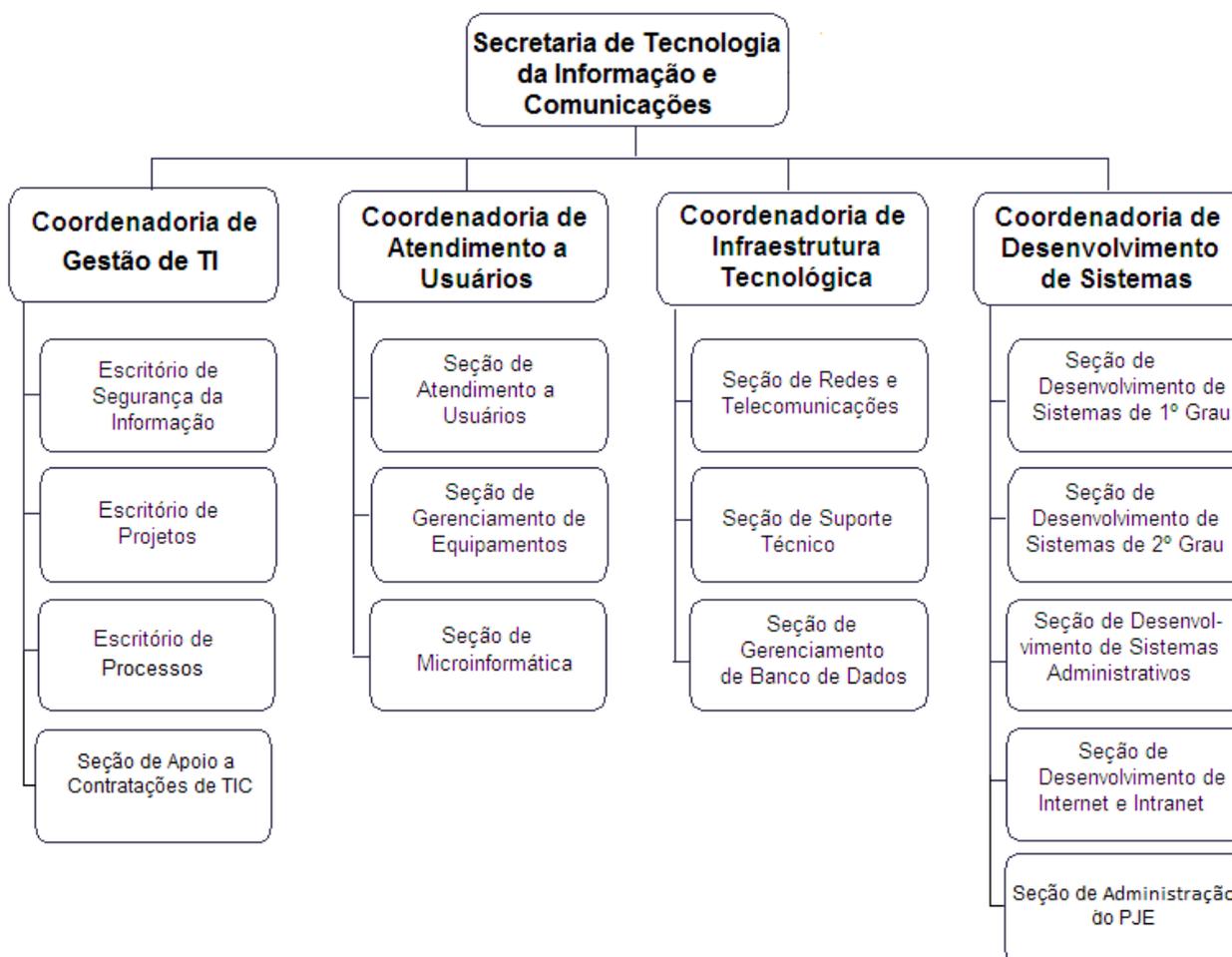
O macroprocesso e atribuições da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações foram formalizados através da Portaria da Presidência do TRT nº 7596/2014.

6.2. Organograma

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações conta atualmente com 127 servidores, distribuídos da seguinte forma:

- Direção e Secretaria - 5 servidores
- Coordenadoria de Atendimento a Usuários - 40 servidores
- Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas - 41 servidores
- Coordenadoria de Gestão de TIC - 12 servidores
- Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica - 29 servidores

Remanescem vagos 02 cargos de Técnico Judiciário - especialidade Tecnologia da Informação (01 destinado à vaga de deficiente).



7. CATÁLOGO DE SERVIÇOS E SISTEMAS

7.1. Catálogo de macrosserviços

	Serviço	Descrição
1	Suporte remoto a usuários internos e externos	Atendimento para solução de dúvidas ou problemas no uso dos serviços suportados pela TIC.
2	Suporte presencial a usuários internos	Atendimento presencial para solução de dúvidas ou problemas no uso dos serviços suportados pela TIC, pelos usuários internos.
3	Gerenciamento de equipamentos de TIC, fornecidos pelo TRT	Instalação, remanejamento e desinstalação de equipamentos de tecnologia – microcomputadores, impressoras, scanners, switches, terminais de auto atendimento, entre outros.
4	Conectividade à rede local – LAN capital	Conexão de microcomputadores, impressoras e outros dispositivos à rede local do TRT.
5	Conectividade à rede local nas unidades do interior do Estado – LAN interior	Conexão de microcomputadores, impressoras e outros dispositivos localizados nas unidades do interior do Estado.
6	Conectividade entre unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e o centro da rede- WAN	Conexão das redes locais das unidades do interior de Estado ao datacenter central.
7	Conectividade à Internet	Acesso à rede mundial de computadores para dispositivos localizados em Porto Alegre e interior do Estado.
8	Serviço de mensageria eletrônica	Correio eletrônico institucional.
9	Serviço de Videoconferência	Videoconferência entre unidade do TRT da 4ª Região e deste com outros regionais e TST.
10	Proteção lógica de estações de trabalho	Instalação e manutenção de antivírus, antispywares e outras ferramentas de segurança lógica
11	Segurança de perímetros (firewall, IPS)	Serviço de proteção contra ataques externos aos recursos de TIC.
12	Filtro de conteúdo Web e correio eletrônico	Controle de acessos à Internet e controle de spams.
13	Armazenamento centralizado de dados	Armazenamento de dados em equipamentos adequados, garantindo a confiabilidade necessária.
14	Cópias de segurança (backups)	Cópia de dados para recuperação em caso de incidente.

15	Alta disponibilidade	Serviços críticos operando em equipamentos e ambientes redundantes, permitindo maior disponibilidade.
16	Administração de Diretórios	Unidades de rede onde cada área do Tribunal armazena seus dados, com a segurança necessária.
17	Administração de bancos de dados	Bases de dados distribuídas em todas as cidades onde há presença da JT- RS.
18	Gerenciamento de aplicações	Serviços oferecidos pela SETIC em aplicações do tipo cliente/servidor ou web, homologadas pelo Tribunal.
19	Serviço de acesso remoto	Gabinete Virtual, extranet.
20	Gerenciamento de portal Internet/Intranet	Gestão do ambiente Web do Tribunal.
21	Serviço de impressão	Possibilidade de impressão em todas as unidades do TRT da 4ª Região
22	Apoio a eventos	Presença em eventos como Encontros da Magistratura, Feira do Livro, Encontros de Servidores, treinamentos diversos.
23	Gerenciamento da plataforma de ensino à distância	O TRT adota a plataforma Moodle para prover ensino à distância.
24	Desenvolvimento de sistemas	Desenvolvimento por equipe própria ou por terceiros, de sistemas necessários à prestação jurisdicional.
25	Manutenção de sistemas	Garantia de atualização de sistemas desenvolvidos internamente ou adquiridos do mercado, desde que aprovados para uso no TRT.
26	Transmissão de sessões de julgamento	Transmissão de sessões de julgamento da 3ª Turma, através da Internet e Intranet.
27	Gravação de audiências	Gravação de audiências realizadas na VT de Santa Rosa.
28	Elaboração de especificações técnicas e editais para aquisição de bens e serviços de TIC.	Prospecção de novas tecnologias e elaboração de especificações, viabilizando a contratação de bens e serviços de TIC.
29	Gerenciamento de contratos de TIC	Gestão e fiscalização dos contratos diretamente relacionados à tecnologia da informação e comunicações.
30	Pesquisas em bases de dados	Pesquisas para elaboração de relatórios
31	Homologação de softwares diversos	Análise de novos softwares para operação em equipamentos de uso corporativo.
32	Gestão de licenciamento de software	Controle de licenças de software

7.2. Catálogo de Sistemas

7.2.1. Sistemas desenvolvidos total ou parcialmente pela equipe de desenvolvimento do TRT e sistemas nacionais da justiça do trabalho

	Nome	Descrição simples	Público Alvo	Tamanho	Classificação	Equipe Desenv.	Tecnologia	Banco de Dados
1	ADMEletrônico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.	Área Administrativa	Muito grande	Administrativo	SDINT	Java	Oracle
2	Almoxarifado	Sistema de controle de almoxarifado.	SA	Grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
3	Ateste de serviços	Sistema de ateste de serviços (luz, água e correios)	Público interno	Pequeno	Administrativo	SDINT	Java	Oracle
4	Avaliação de Desempenho	Registro e acompanhamento de avaliações de desempenho.	SEGESP e público interno	Médio	Administrativo	SDSA	PLSQL	Oracle
5	Compras	Sistema para registro de aquisições e contratos.	SA	Grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
6	Consignações	Sistema para lançamento de consignações pelos bancos conveniados.	SECOF e bancos conveniados	Médio	Administrativo	SDSA	PLSQL	Oracle
7	Ferías Online	Sistema para marcação de férias de servidores e desembargadores.	Público interno	Médio	Administrativo	SDINT	Java	Oracle
8	Folha	Sistema de folha de pagamento.	SECOF	Muito grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
9	Frequencia	Sistema para registro e acompanhamento de frequência.	Público interno	Médio	Administrativo	SDSA	PLSQL	Oracle
10	Patrimonio	Sistema de administração de bens.	SA	Grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
11	Portal Pessoal	Serviços e consultas pessoais do servidor e magistrado.	Público interno	Médio	Administrativo	SDSA	APEX	Oracle
12	RH	Sistema de Recursos Humanos.	SEGESP	Muito grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
13	SEI	Sistema de processo administrativo eletrônico.	Área Administrativa (Corregedoria)	Muito grande	Administrativo	TRF4	PHP	Oracle
14	SIGEO	Sistema de gestão orçamentária.	SA	Grande	Administrativo	TRT20	Java	Oracle

15	Aeropauta	Apresenta pautas de audiências em monitor em cada Foro.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
16	ARQUI	Registro de processos arquivados provisoriamente.	Arquivo de Porto Alegre	Pequeno	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
17	AUD inFOR	Sistema de audiências integrado ao inFOR.	1º Grau	Médio	Judicial	CSJT	Delphi	Oracle
18	AUD PJe	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT.	1º Grau	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
19	AutoCLE	Sistema para automatização CLE - PJe.	1º Grau	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
20	BNDT (registro e envio)	Envio eletrônico de informações ao BNDT.	1º Grau, 2º Grau e TST	Pequeno	Judicial	SDINT	PLSQL	Oracle
21	Boletim Estatístico de Foro	Boletim Estatístico de Foro (BESTAT e envio).	1º Grau e TST	Pequeno	Judicial	SDS1	PLSQL	Oracle
22	Comunicador ²	Sistema de comunicação online do e-Jus ² .	2º grau	Pequeno	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
23	Conferência Autenticidade (CDA)	Consulta a documentos eletrônicos de sistemas legados.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
24	Consulta Processual	Consulta à tramitação processual.	Público externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
25	e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.	Administração, 1º Grau e TST	Médio	Judicial	SDS1	PLSQL	Oracle
26	e-Gestão 2º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 2º Grau.	Administração, 2º Grau e TST	Médio	Judicial	SDS2	PLSQL	Oracle
27	e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de acórdãos e às sessões de julgamento.	2º Grau	Muito grande	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
28	e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.	Assessoria Judiciária e Vice-Presidência	Médio	Judicial	TRT9	Delphi	Oracle
29	e-Remessa	Sistema para envio e recebimento de recursos ao TST.	2º Grau	Médio	Judicial	TST	Delphi	N/A
30	e-Sentença	Sistema de apoio à produção de sentenças.	1º Grau	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
31	e-Sentença Web	Sistema de apoio à produção de sentenças através de interface web.	1º Grau	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle

32	inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau.	1º Grau	Muito grande	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
33	inFORme	Sistema de cálculo de estatísticas de 1º grau.	1º Grau e Corregedoria	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
34	inFORpes	Pesquisa por nome de parte em processos físicos de 1º grau.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDS1	PLSQL	Oracle
35	inFORpro	Sistema de cálculo de produtividade de magistrados de 1º grau.	1º Grau e Corregedoria	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
36	JurisCalc	Sistema de elaboração de cálculos de parcelas trabalhistas.	1º Grau	Médio	Judicial	TRT8	N/A	Oracle
37	Jurisprudência (Internet e e-Jus²)	Pesquisa textual em decisões publicadas.	Público interno e externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
38	NovaJus4	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.	2º Grau	Muito grande	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
39	Pauta Online	Apresenta pautas de audiências no portal corporativo.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
40	pDep	Sistema de administração de processos arquivados definitivamente.	Depósito Centralizado	Grande	Judicial	SDSA	Delphi	Oracle
41	Pesquisa Patrimonial (NPP)	Sistema de registro e pesquisa patrimonial em polos passivos.	JACEP e 1º Grau	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
42	PJ4 – Peticionamento Eletrônico	Sistema de peticionamento eletrônico em processos físicos.	Público externo	Grande	Judicial	SDINT	Java	Oracle
43	PJe-JT 1º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 1º grau.	1º Grau e público externo	Muito grande	Judicial	SAPJe	Java	PostgreSQL
44	PJe-JT 2º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 2º grau.	2º Grau e público externo	Muito grande	Judicial	SAPJe	Java	PostgreSQL
45	PRECAD	Sistema de pré-cadastramento de petições iniciais em processos físicos.	Público externo e 1º Grau	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
46	Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
47	Publicação DEJT 2º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 2º Grau pela SEGJUD.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDS2	PLSQL	Oracle
48	Push	Envio de tramitação processual por correio eletrônico.	Público externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle

49	Replicante	Sistema de Replicação de índices do cálculo antigo e novo	JACEP e 1º Grau	Pequeno	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
50	RPHP	Sistema para registro de requisições de pagamento de honorários periciais.	1º Grau e SECOF	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
51	Sessões Online	Apresenta pautas de sessões de julgamento no portal corporativo.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
52	Sistema de apoio ao PJe	Consulta por nome parte e controle de distribuição de processos no 2º grau.	Público Interno	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
53	Sistema de Precatórios	Sistema para administração de precatórios.	JACEP	Grande	Judicial	SDINT	Java	Oracle
54	VIPE	Consulta e impressão de petições eletrônicas recebidas.	Público externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
55	Aplicações de FBI	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados.	Administração, SEGJUD, AGE, DG	Grande	N/A	SDS2	SAP	Sybase IQ
56	AssineJus	Assinador digital de sistemas, integrado ao serviço de conferência (CDA).	Público Interno	Médio	N/A	SDINT	Java	Oracle
57	CursosAdmin	Sistema de inscrição, controle e publicação em cursos.	Público Interno	Pequeno	N/A	SDINT	Java	Oracle
58	Portal EAD (Moodle)	Portal de Ensino à Distância, através de ambiente Moodle.	Público Interno	Médio	N/A	SDINT	PHP	Oracle
59	Portal de Governança	Portal de governança de TIC.	Público Interno	Médio	N/A	SDINT	Java	Oracle
60	Relatórios Discoverer	Solução simples de exploração de dados e geração de relatórios ad hoc.	Área Administrativa	Grande	N/A	SDS2	Discoverer	Oracle
61	Portal Extranet	Portal interno através de acesso remoto (extranet).	Público interno	Médio	N/A	SDINT	Java	Oracle
62	Portal Internet	Portal corporativo do TRT da 4ª Região.	Público interno e externo	Muito grande	N/A	SDINT	Java	Oracle
63	Portal VOX	Portal interno (intranet).	Público interno	Muito grande	N/A	SDINT	Java	Oracle
64	Site Mobile	Portal corporativo do TRT da 4ª Região, adequado a dispositivos móveis.	Público interno e externo	Grande	N/A	SDINT	Java	Oracle

7.2.2. Sistemas adquiridos de terceiros

	Nome	Descrição simples	Público Alvo	Tamanho	Classificação	Fabricante	Banco de Dados
1	TraceGP	Gerenciamento de Projetos da SETIC e gerenciamento de demandas para SEAPA e SEMPRO	Público Interno	Grande	Administrativo	TraceGP	Oracle
2	Discoverer	Utilizado para extração de dados de sistemas administrativos e judiciais	Público Interno	Médio	Administrativo	Oracle	Oracle
3	Business Objects – BI	Sistema de apoio à decisão que permite a consulta de informações pré-formatadas, de modo automático.	Público Interno	Médio	Administrativo	SAP	Sybase IQ
4	Google Apps	Sistemas de colaboração como correio eletrônico, documentos, videoconferência, portal VOX	Público Interno	Grande	Administrativo	Google	Oracle
5	Assyst	Sistema para gestão de serviços de TIC	Público Interno	Grande	Administrativo	Axios	Oracle

7.3. Catálogo e Gerenciamento de Níveis de Serviços

O catálogo de serviços segue na documentação anexa. O arquivo detalha os serviços e tempo de resposta e de solução para cada um deles, acordados na presente ocasião. Cabe salientar que o acordo de níveis de serviços será revisado periodicamente, de modo a ajustar-se à capacidade da Secretaria de TIC na solução das demandas e da necessidade de cada serviço para a prestação da jurisdição, atividade fim do Tribunal. O catálogo está formalizado no processo administrativo eletrônico nº 3444-54.2013.5.04.0000.

A divulgação do tempo máximo de solução para cada problema identificado traz maior transparência à atuação da Secretaria e permite aos usuários melhor organização de seu trabalho quando o mesmo depende da ação da SETIC.

8. AVALIAÇÃO DO PDTIC 2015

O portfólio de projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT da 4ª Região é gerenciado através do sistema Trace GP, onde estão armazenadas as especificações completas e atualizadas sobre os projetos.

O objetivo da SETIC é garantir que todos os projetos aprovados para o PDTIC sejam realizados. Entretanto, importante salientar que alguns projetos são incluídos ao longo do exercício, principalmente em decorrência de regulamentações ou projetos de lei que se efetivam após a aprovação do Plano e sobre os quais não há possibilidade de planejamento prévio. A realização de projetos não previstos durante a elaboração do PDTIC impacta na execução dos portfólio aprovado.

8.1.1. Projetos Encerrados em 2015

Projeto	163 - Reforma do CPD2
Benefícios	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilizada sala segura para Datacenter, com condições para 100% de redundância da sala-cofre.- Aumento na capacidade de carga elétrica da sala em 20KVA, possibilitando o acréscimo de equipamentos em uso na mesma.- Eliminado o risco de falha de climatização.- Elevado o grau de confiabilidade na detecção de incêndio na sua fase inicial (préalarme).- Sistema de combate a incêndio interligado a central de alarme.- Aumento em 300% no espaço para instalação de equipamentos de armazenamento de dados.- Aumento em 400% no espaço para a instalação de servidores de médio porte (2U).- Redução do risco de acesso indevido a equipamentos e a vandalismos no ambiente de TI (acesso via sistema de biometria e monitoração via Sistema de Câmeras de Vigilância da Segurança Institucional do Foro Trabalhista).- Redução do risco de indisponibilidade do CPD2 devido à falta de energia, compreendendo o período entre a falta de energia até o acionamento do gerador, em condições normais.
Projeto	204 - Atualização da telefonia nos foros do interior do Estado
Benefícios	<ul style="list-style-type: none">- Economia nos valores gastos mensalmente com ligações DDD na ordem média mensal de R\$3.377,38 conforme comparativo 2014 x 2015 do trimestre jul/ago/set. (R\$ 40.528,00 de economia anual).

	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização dos parques de centrais telefônicas fora do Prédio do TRT - Gerenciamento e Monitoramento centralizado em Porto Alegre, via Web, reduzindo custo de deslocamento de servidores (técnicos) para as unidades do interior. - Redução de custo das ligações interurbanas e entre diferentes prédios do mesmo foro - Aumento da qualidade de voz e segurança nas ligações telefônicas com o entroncamento digital ativo em mais 11 Foros com mais de uma Vara. - Possibilidade de instalação futura de até 30 canais (linhas digitais) para uso simultâneo, em cada central (61 novas centrais). - Foram substituídas 47 linhas analógicas, por 11 linhas E1 de 30 canais cada. Economia anual na ordem de R\$36.000,00 com assinatura das linhas. - Uso de linhas Digitais dedicada para o uso dos alarmes nas localidades onde foram implementadas linhas E1 (todos os foros com mais de uma vara), eliminando a necessidade de compartilhar a linha com outros usuários do foro, ou seja, a linha fica totalmente disponível para o uso do alarme. - Controle e registro de todas as ligações VOIP ocorridas no TRT4, pois as ligações do VOIP estão sendo tarifadas em nosso Tarifador da Capital. - Padronização do dos ramais interno (VOIP) do TRT4. <p>Novo contrato com operadora de telefonia, reduzindo (comparativamente ao contrato anterior):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Custo do minuto de ligação local de R\$0,07 para R\$0,02; Custo do minuto de ligação DDD de R\$ 0,80 para R\$ 0,30. <p>Possibilidade de implementação dos seguintes itens, sob demanda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capturar a experiência do usuário, capturando um ramal na administração técnica em Porto Alegre para utilizar os recursos da Central Telefônica do interior, podendo ter a mesma experiência do usuário (chiados, linhas mudas, linhas presas, ramais bloqueando linhas externas, etc.); - Entroncamento entre centrais telefônicas, reduzindo os custos com canais analógicos; - Ativar a tarifação comercial no tarifador da capital; - Utilização ramais IP nos Foros; - Gravação das conversações telefônicas quando necessário e atendimento automático através de DISA/URA;
Projeto	214 - Portal de Governança de TIC
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Transparência do trabalho da SETIC; - Acompanhamento dos projetos estratégicos; - Melhor comunicação da SETIC com a alta administração do Tribunal. - Divulgação do trabalho da SETIC
Projeto	215 - Revisão da metodologia de gerenciamento de projetos
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - MGP de fácil utilização e absolutamente necessária para o excelente planejamento do projeto; - Transparência do andamento dos projetos; - Total aderência dos projetos à metodologia a ser instituída; - Documentação efetiva de projetos pequenos, com a desobrigação de itens mais burocráticos para estes;

	- Efetivo controle do portfólio de projetos, através de indicadores.
Projeto	216 - Revisão dos processos de planejamento de contratações e gestão de contratos de TIC
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Contratações de TIC do TRT4 adequadas à Resolução 182/2013 do CNJ, além da IN4 que já é atendida. - Facilitar o preenchimento dos documentos do processo de contratação; - Formalização dos procedimentos de gestão de contratos da SETIC, permitindo aos gestores e fiscais um melhor conhecimento - das suas responsabilidades e atribuições quando atuarem nos contratos de TIC; - Maior envolvimento dos interessados nos processos de planejamento da contratação e de gestão de contratos de TIC. - Redução de falhas decorrentes da falta de responsabilização nas diversas atividades do processo de gestão de contratos;
Projeto	254 - BI - SECONTI
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Maior agilidade na geração/validação dos relatórios: O processo de geração do relatório de "Concessão de Aposentadoria" levava em torno de 4h para ser concluído, ficando agora em torno de 2h. - Maior confiabilidade dos dados: diminuição da interferência humana na busca das informações. - Criação dos relatórios de "Funções Comissionadas" de forma integrada e sem necessidade de cruzamento de informações de forma manual. - Validação dos valores incluídos na folha de pagamento e verificação de possível existência de valores indevidos. - Reuso dos relatórios para outros períodos além dos solicitados. - Solução com suporte tecnológico da SETIC. - Subsidiar informações para a Auditoria do TCU (agilidade e confiabilidade no processo). - Estender o universo de dados do BI, com informações da Folha, RH e serviço médico, possibilitando a utilização em projetos futuros. - Experiência da equipe tanto no uso da ferramenta como no conhecimento do negócio, estando mais capacitada a trabalhar em outros projetos nessa área.
Projeto	324 - inFOR - Módulo do Arquivo
Benefícios	<p>PARA AS VARAS: Otimização do registro da remessa dos lotes das Varas para o Arquivo.</p> <p>PARA O ARQUIVO: <ul style="list-style-type: none"> - Otimização do registro do recebimento dos lotes das Varas pelo Arquivo. - Melhor tratamento de situações de erro (falta de informação, falta de volumes, etc) no recebimento dos lotes da Varas. </p> <p>PARA O JURISDICIONADO/UNIDADES ENVOLVIDAS: <ul style="list-style-type: none"> - Melhor acompanhamento dos processos arquivados, permitindo a localização mais rápida e precisa de seu processo arquivado. </p> <p>GERAIS: <ul style="list-style-type: none"> - Redução do prazo médio de tramitação do processo (do ajuizamento ao arquivamento). - Maior confiabilidade no conteúdo dos lotes. </p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Padronização e agilidade na solicitação de processos das Varas para o Arquivo. <p>Parecer do Representante do Negócio do Projeto: Sobre o recebimento dos Lotes das Varas para arquivar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eliminação dos erros na formação dos lotes pois o sistema possibilitou a transferência automática do Lote. - Redução do desgaste físico dos Servidores (cansaço visual, dores nas costas, nos braços e mãos). - Aumento significativo da produtividade, em torno de 83%, possibilitando o remanejamento de 02 servidores para outras atividades. - Redução em 90% do tempo para fechamento da vara (conferência dos erros). - Disponibilização dos andamentos realizados no Arquivo, para ao público interno e externo (via consulta judicial), diminuindo o erro de informações e interpretações equivocadas. <p>Sobre o aperfeiçoamento do Sistema de Atendimento ao Público (carga e consulta):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emissão de relatório de processos em carga, com prazo vencido, facilitando a sua cobrança. - Eliminação da utilização de 02 Livros de Registro de cargas e consultas, agilizando o atendimento do público externo. <p>De Ordem Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agilidade e economia de material de consumo com a emissão de Relatório único com os pedidos das 30 Varas para o Arquivo.
Projeto	343 - E-jus2 - Integração com PJe-JT
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade do uso do e-Jus² para realizar a confecção e julgamento de acórdãos por qualquer um dos Tribunais Regionais do Trabalho. - Impedir acessos indevidos às informações e funcionalidades do sistema. - Padronização do sistema de acordo com as normas de segurança do CSJT. - Redução do risco de impacto na performance geral do sistema no momento em que os acórdãos são remetidos do e-Jus² para o PJE (finalização das sessão de julgamento).
Projeto	350 - Senha Segura
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do nível de segurança no ambiente tecnológico. - Conscientização dos usuários em relação à segurança da informação. - Controle sobre a qualidade da senha. - Melhorias no sistema de troca de senhas. - Melhoria na comunicação com o usuário. - Melhorias na administração e organização das bases de autenticação. - Atendido o pré-requisito de uso de senha segura, a fim de viabilizar o acesso a sistemas via internet.
Projeto	366 - Programa de Apoio aos Magistrados do PJe-JT 1º Grau
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Redução no tempo de navegação pelo PJe-JT para descoberta de processos onde o juiz deve trabalhar; - Aumento da produtividade dos juizes através da inserção de funcionalidades hoje não existentes.

	Benefícios alcançados parcialmente, pois funcionalidade liberada também no sistema PJe.
Projeto	385 - Folha de pagamento - fechamento normal
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do uso do Access (tecnologia sem suporte da SETIC). Relatórios em Access usados apenas em situações específicas. - Relatórios necessários ao fechamento da folha podem ser gerados por qualquer pessoa com permissão de acesso ao sistema de fechamento normal da folha, sem necessidade de conhecimento em Access. - Agilidade no fechamento da folha, passando de 4hs para as atuais 3,5hs e com expectativa de 3hs ao final das comparações. - Conferência da folha ficou mais dinâmica e flexível.
Projeto	395 - TI mais próxima do usuário
Benefícios	Benefícios em medição
Projeto	399 - PJE Health
Benefícios	Benefícios em medição até 01/março/2016 <ul style="list-style-type: none"> - Identificação de problemas permitindo ações pró-ativas da equipe da SETIC; - Redução de indisponibilidade do sistema e consequentes prorrogações de prazo (utilizar como base para as medições, as indisponibilidades não programadas, publicadas no site do TRT4).
Projeto	407 - Boletim Mensal do Tribunal - BMT
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Geração automática do relatório; - Diminuição do acesso a outros sistemas para coleta dos dados; - Diminuição da taxa de erros; - Diminuição do tempo necessário para a produção do boletim.

8.1.2. Projetos em andamento em dezembro de 2015

Atendimento a usuários						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas	%	Previsão de

						término
195	Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI	Estabelecer acordos de níveis de serviço para todos os serviços atendidos pela central de atendimento a usuários para que os usuários tenham uma previsão de atendimento ao abrir seus incidentes, bem como permitindo que os gestores tenham critérios objetivos para as prioridades. Os serviços e SLAs deverão ser cadastrados na ferramenta de service desk e divulgados aos usuários.	Assyst implantado em 18/maio, contendo o novo catálogo. PA com novo catálogo aprovado na reunião da Comissão de Informática de 03/julho, com vigência até dez/2015. PA aprovado pela Presidência. Realizando a última validação dos indicadores e métricas (Diretoria da SETIC)	- Catálogo de serviços: concluído -Aprovação proposta de catálogo: concluído -Implantação do Assyst: concluído -Elaboração de indicadores e métricas: em andamento -Implantação: concluído -Encerramento: não iniciado	95%	30/03/2016
199	Atualização do sistema de gerenciamento de desktops	Instalar novo sistema de gerenciamento de desktops o qual deverá proporcionar controle em tempo real dos ativos e manter as estações atualizadas. A substituição se dará em cerca de 9 meses, abrangendo todas as 4.500 estações de trabalho (desktops e notebooks).	Aceite do produto (Assyst) previsto para janeiro/2016. Por decisões técnicas, algumas funcionalidades previstas no escopo inicial não serão utilizadas no Assyst.	-KickOff: concluído -Workshop 1: concluído -Workshop 2: concluído -Workshop 3: concluído -Implantação e homologação: concluído -Encerramento: não iniciado	96%	20/01/2016
201	Implantação do novo Sistema de Service Desk	Implantar ferramenta de service desk que possibilite o adequado gerenciamento de incidentes integrado com processo de gerenciamento de configuração e mudanças do modelo ITIL.	Assyst implantado em 18/maio. Aceite do produto (Assyst) previsto para janeiro/2016. Operação assistida será sob demanda. Encaminhar o encerramento do projeto.	-Instalação do software: concluído -processos grupo 1: concluído - processos grupo 2: concluído - processos grupo 3: concluído -Retomada implantação: concl. -Implantação do software: concl. -Capacitação: concluído -Apontamento de atraso e inexecução: suspenso -Encerramento: não iniciado	80%	20/01/2016

242	Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência	Modernizar e padronizar o sistema de registro de frequência do Tribunal em 100% das unidades.	Contrato assinado em 13/out/15. Treinamentos serão realizados dias 15, 16 e 17/fev. Após, será iniciada a implantação do Piloto e em paralelo, a adaptação e definição de processos para a utilização da nova solução.	-Estudo da solução: concluído -Licitação: em andamento -Entrega de equipamentos e software: em andamento -Treinamento: em andamento -Adaptação e definição de processos: não iniciado -Implantação: em andamento -Modificações no sistema de frequência: não iniciado -Encerramento: não iniciado	65%	23/06/2016
316	Substituição de computadores portáteis	Substituição dos notebooks atuais dos magistrados (287 equipamentos), por novos custeados pelo CSJT, destinando os equipamentos antigos aos seus assessores e assistentes e disponibilização de 17 equipamentos para a área administrativa. Deverão ser mantidos 10% dos equipamentos (29) como reserva técnica.	100% dos equipamentos entregues para magistrados. Distribuídos 12 equipamentos para a área Administrativa, restando apenas 5 a entregar. Sobre a redistribuição dos equipamentos antigos: dos 284 assessores, já foram entregues 186 e das 142 das VTs e Postos já foram entregues 124.	-Criação de imagem: concluído -Preparação e distribuição dos equipamentos: em andamento -Compra / Distribuição de dock station para magistrados: em andamento -Redistribuição dos equipamentos antigos: em andamento -Encerramento: não iniciado	87%	22/04/2016

Desenvolvimento de Sistemas						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas	%	Previsão de término
256	SIGA Licitações e contratos	- Implementar novo sistema de licitações e contratos e disponibilizar a solução para todos os Regionais da Justiça do Trabalho.	Entregas do projeto em validação pela área de negócio. Em paralelo, estão sendo feitas correções de erros já identificados.	-Análise requisitos: concl. -Implem. arq. básica: concl. - Implem Webcomp: concl. - Implementação	84%	31/03/2016

				permissões: concl. - Implem. cadastro fornec.: concl. - Implem. cadastro requisições e aquisições: concl. - Implem. Cadastro Aquisições: concl. - Implem. Cadastro Contr. e Aditivos): concl. - Correção de defeitos identificados: concl. - Alterações de estruturas de dados: em andamento -Demais SPRINTS: não inic. -Implantação: não inic.		
257	Estudo de novas tecnologias de portais	Estudar soluções de mercado para portais, avaliando benefícios em relação à tecnologia atualmente em uso e o investimento necessário (recursos humanos, físicos e financeiros) para adotar nova solução.	Foram estudadas 4 ferramentas. Serão realizadas POC's em 2016 para elaboração de relatório conclusivo e encaminhamento para licitação.	-Planejamento preliminar: concluído -Estudo ferramentas de portal: em andamento -Prova de conceito: não iniciado -Avaliação da POC: não iniciado -Finalização: não iniciado	57%	30/03/2016
387	Migração de Relatórios Administrativos para o BI	Dotar as áreas administrativa e médica de uma ferramenta robusta que permita maior flexibilidade no cruzamento de informações de diferentes sistemas, dando um melhor suporte para a tomada de decisões. Para alcançar o objetivo os relatórios serão desenvolvidos na mesma ferramenta utilizada pelo TRT para a análise dos dados estatísticos como o do e-Gestão.	Dashboard para a CSAUDE entregue e homologado. Primeira entrega da SEGESP realizada, aguardando a homologação pela área usuária para posteriormente prosseguir com os desenvolvimentos para esse setor. Finalizado relatórios para a SGE. Em elaboração de novos relatórios para a CSAUDE.	-Sprint1-4(Rel. Licenças - CSAUDE): concl. -Sprint 5-7 (Relatório Pessoas-SEGESP): concl. -Sprint 8-9 (Relatório Equipamentos-SGE): concl. -Sprint 10-11(Relatório Equipamentos-SGE): concl. -Sprint 12(Relatório-CSAUDE): concluído -Sprint 13 (Relatório-CSAUDE): andamento	39%	12/09/2016

				-Demais Sprints: não iniciado		
400	Implantação do e-JUS2 em outros regionais	Apoiar a implantação do sistema e-Jus ² na Justiça do Trabalho, permitindo que os demais Regionais tenham maior celeridade na produção dos votos e nas sessões de julgamento, nos moldes do que já ocorre do TRT4.	Aguardando solicitação dos Tribunais para implantação.	Em definição		
402	Férias online para Desembargador	Possibilitar a solicitação eletrônica de férias aos Desembargadores.	Desenvolvimento e homologação concluídos em final de outubro. Aguardando retorno dos testes da área usuária e autorização para a liberação em produção.	-Sprint 1, 2 e 3 (Estórias de usuários): concluído -Sprint 4 (Preparação amb. desenv.): concl. -Sprint 5 a 9 (Estórias de usuários): concluído -Sprint 10 e 11 (Homologação): concluído -Sprint 12, 13 e 14 (Correções e melhorias): concluído -Sprint 15 (Caixas postais de avisos e modelos de emails): concluído -Sprint 16 (manual): concluído -Implantação: não iniciado	85%	28/02/2016
404	Implantação do SGRH	Implantação do sistema nacional definido pelo CSJT como sistema de gestão de pessoas nos Regionais.	Projeto organizado em 3 fases. Primeira já liberada- aguardando homologação pela SEGESP. Fase 2 entregue p/ homologação em 18/12. Fase 3 aguardando homologação das fases 1 e 2, para início	-Análise inicial de requisitos: concluído -FASE 1: andamento - FASE 2: andamento -Desenvolvimento – FASE 3: não iniciado	65%	19/12/2016

Gestão de TIC						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas	%	Previsão de término

213	SGSI Implantação do sistema de Gestão de Segurança da Informação	Definir e implantar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação - SGSI, com apoio de empresa especializada, em consonância com os requisitos da NBR ISO-IEC 27001-2013. O projeto deverá ser dividido em etapas, das quais será atendida primordialmente a relativa às definições e regulamentações, e a seguir serão definidas as etapas para a implementação.	Todas etapas concluídas (Plan, Do, Check e Act). Última entrega do fornecedor prevista para fevereiro/2016.	-Contratação: concluído -Planejamento: concl. - Etapa Plan: concluído -Etapa implementação Do: concluído -Etapa verificação Check concluído -Etapa melhorias Act concluído -Encerramento da implantação do SGSI: em andamento -Encerramento do projeto: não iniciado	99%	18/02/2016
224	Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI	Realizar a modelagem, aprimoramento, documentação e regulamentação do macroprocesso de gestão de TIC do Tribunal.	Processo em etapa de regulamentação.	-Análise de requisitos: concluído -Modelagem: concluído -Regulamentação: em andamento -Encerramento: não iniciado	55%	31/03/2016

Infraestrutura tecnológica						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/etapas	%	Previsão de término
52	Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs)	Implantar uma nova infraestrutura de gerenciamento de rede nos Foros do interior do estado, visando padronizar e concentrar os serviços de gerenciamento e armazenamento de dados (servidores de rede), switches, roteadores, aceleradores, modem e no-break. Serão instalados Racks em todos os Foros, utilizando equipamentos compatíveis para neles serem instalados, como servidores e no-breaks para rack.	Falta implantar em 12 localidades das 67 totais.	-2012 (Carazinho, Vacaria, Rio Grande, Palmeira Missões): concluído -2013 (Frederico Westphalen, Torres, Panambi, Gravataí, Marau, Osório, Nova Prata): Concluído -2014/1 (Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Canoas, Capão da Canoa, Dom Pedrito, Encantado, Estancia Velha, Esteio, Estrela, Farroupilha, Itaqui, Montenegro, Novo Hamburgo, Passo Fundo,	76%	02/10/2017

				<p>Pelotas, POA–Almox, POA-Big/Transporte/João Telles/Provenzano, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Rosa II, Santana do Livramento, São Gabriel, São Jerônimo, São Leopoldo II, São Lourenço do Sul, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Soledade, Taquara, Taquari, Tramandaí, Triunfo): concluído</p> <p>-2014/2 – Caxias e Guaíba: concluído</p> <p>-2015/1 – Sapucaia, Alegrete, Lajeado e São Borja: concluído</p> <p>-2015/2 – demais localidades: em andamento</p> <p>-Encerramento: não iniciado</p>		
105	<p>Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN)</p>	<p>O objetivo é adquirir novos e melhores links de comunicação para as unidades judiciárias do interior do estado e prédios da capital. Esses links deverão contar com uma tecnologia de balanceamento de links, que permita a utilização integral do somatório da banda disponível, assim como a continuidade da prestação do serviço em caso de falha de um dos links.</p>	<p>Contrato assinado dia 10/nov. Previsão de 180 dias para instalação total, a contar após o recesso.</p>	<p>-Redefinição do projeto: concluído</p> <p>-Análise de soluções: concluído</p> <p>-Contratação: em andamento</p> <p>-Implantação: não iniciado</p> <p>-Aceite do projeto: não iniciado</p>	10%	10/05/2016
202	<p>Atualização de infraestrutura do interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD</p>	<p>Substituir nos CPDs dos foros do Interior, os seguintes equipamentos fora de garantia ou com garantia a vencer em 2014: comutadores de rede (switches), servidores de rede, no-breaks de CPD.</p>	<p>Atendidos 59 foros, restando 2 para atender (Canoas e São Leopoldo), ambos com pendências de obras a serem realizadas pela SEMPRO.</p>	<p>- 52 Foros atendidos até 08/2014: concluído</p> <p>-Foros atendidos a partir de 08/2014 – Caxias, São Jerônimo, Esteio, Santa Rosa, Santa Rosa II, Sapucaia e Erechim: concluído</p> <p>-Demais foros atendidos a partir de 08/2014: em andamento</p>	97%	09/10/2017

				-Encerramento: não iniciado		
208	Revisão do serviço de time stamping PDDE	Avaliar a melhor alternativa entre simples renovação do contrato de suporte das PDDEs e a substituição de um ou ambos os equipamentos por modelos novos ou solução equivalente.	Instalação dos equipamentos a ser concluída em 18/jan/2016.	-Análise de viabilidade: concluído -Licitação: concluído -Execução: concluído -Encerramento: não iniciado	95%	18/01/2016
210	Ampliação da autonomia dos switches e Capital interior	Ampliação da autonomia dos switches - Prédio sede e interior - O projeto contempla ampliação no prédio sede, prédio administrativo, foros da capital e 4 foros do interior (Esteio, Caxias do Sul, Passo Fundo e Uruguaiana). A ampliação nos demais foros do interior será contemplada pelos projetos 52 e 202.	Pregão em homologação. Projeto tem ainda dependências de obra e instalações, a serem realizadas pela SEMPRO.	-Análise de viabilidade: concluído -Licitação: em andamento -Execução-prédios interior: não iniciado -Execução-prédios capital: não iniciado	15%	12/04/2016
211	Firewall de aplicação	Subsidiar a decisão pela aquisição (ou não) de firewalls de aplicação; Se feita a opção pela compra, executar a implantação.	Projeto reaberto. Trabalho em conjunto dos TRTs (4, 1, 14 e 15), com gestão do TRT4. Previsão de recebimento do equipamento para 29/fev.	-Análise técnica: concluído. -Licitação: concluída -Execução: em andamento -Encerramento: não iniciado	56%	11/04/2016
212	Alta disponibilidade de serviços	Solução de recuperação de desastre através de redundância física, replicando equipamentos e serviços entre dois CPDs distintos (inclusive em prédios diferentes) a fim de aumentar a segurança e a disponibilidade dos sistemas de TI do TRT4.	Com a conclusão da reforma do CPD2, GP está fazendo mapeamento da disponibilidade existente por serviço.	- HA Banco Oracle: concluído - Análise do ambiente (Foco HA): em andamento - Entrega CPD2 (dependência externa): concluído - Adequação para alta disponibilidade: não iniciado (relatório de necessidades)	75%	31/03/2016
321	Renovação e ampliação dos servidores dos DataCenters de Porto Alegre	-Substituir 20 servidores nos Datacenters de Porto Alegre; -Manter todos os servidores dos Datacenters com garantia de suporte junto ao fabricante;	Equipamentos adquiridos na fase 3 já recebidos. Previsão de instalação na parada programada de 05/março.	-Análise da demanda: concluído -Licitação: concluído -Execução do projeto Fase 1: concluído -Execução do projeto Fase 2:	69%	31/03/2016

	2015	-Instalar 12 novos servidores. -Aumentar o poder de processamento dos sistemas PJE e Bancos Oracle.		concluído -Execução do projeto Fase 3: em andamento		
390	Renovação de No-Break Interior do Estado	Substituir no-breaks que atendem o CPD de 55 unidades no interior do estado, com suporte e garantia junto ao fabricante para os equipamentos que mantem os CPD's do interior ligados nos casos de falhas originadas na concessionária de energia elétrica da região.	Contrato assinado em 30/dez/2015, tendo prazo contratual para conclusão até final de abril.	-Análise de viabilidade do projeto: concluído -Licitação: em andamento -Execução do projeto: não iniciado -Encerramento: não iniciado	38%	30/04/2016
391	Grupos geradores para datacenters (principal e secundário)	Adequar disponibilidade dos serviços de TIC.	Em especificação do escopo do projeto, para licitar projeto executivo e aquisição/instalação dos geradores.	-Análise de Viabilidade da Solução: em andamento -Licitações: não iniciado -Execução: não iniciado -Encerramento: não iniciado	8%	19/12/2016
392	Expansão do switch core BD para 20 GB	Garantir que a comunicação entre equipamentos e sistemas ocorra de maneira mais ágil e confiável. Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de rede e acesso aos sistemas do Tribunal.	Suporte será renovado a partir de 28/fev/2016. Entrega dos equipamentos prevista para 29/março.	-Análise de viabilidade da solução: concluído -Licitações: concluído -Execução: em andamento -Encerramento: não iniciado	62%	17/05/2016
393	Renovação do parque de servidores de rede no interior	Zelar pela adequada operação dos equipamentos servidores que atendem as seguintes unidades (Alvorada, Arroio Grande, Capao da Canoa, Dom Pedrito, Encantado, Estancia Velha, Esteio, Farroupilha, Gramado, Itaquí, Marau, Montenegro, Nova Prata, Passo Fundo, Rio Grande I, Rio Grande II, Santa Rosa, São Jerônimo, São Leopoldo II, São Lourenço do Sul, Taquari, Triunfo	Contrato assinado em 30/dez/2015, tendo prazo contratual para conclusão até final de abril.	-Análise de mercado: concluído -Licitações: concluído -Execução: não iniciado -Encerramento: não iniciado	55%	30/04/2016

		e Viamão).				
394	Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto	Prover uma solução de acesso rápido e confiável para trabalho remoto de magistrados e outros públicos, que fazem uso de sistemas cliente/servidor (não disponíveis diretamente pela Internet).	Não aprovada aquisição de nova solução, apenas atualização da solução atual.	-Análise de viabilidade da solução: concluído -Instalação do novo ambiente definido: em andamento -Testes: em andamento -Encerramento: não iniciado	91%	28/02/2016

8.1.3. Projetos previsto no portfólio de 2015 e não iniciados

Em razão de projetos não previstos serem priorizados ao longo do exercício, projetos presentes no portfólio deixam de ser executados e passam por nova avaliação antes de serem incluídos no PDTIC seguinte. Em 2015, dois projetos planejados não foram executados.

ID	PROJETO	Descrição
403	Sistema para controle de envio de processos RR recebidos do TST	Prover a Secretaria-Geral Judiciária de sistema para controle efetivo sobre o recebimento, pelas unidades judiciárias de 1º grau, de peças processuais recebidas do Tribunal Superior do Trabalho, substituindo o programa atualmente em uso.
259	Melhorias no PDEP (Processos de Depósito e Memorial)	Realizar as melhorias necessárias no sistema de informática do PDEP.

8.1.4. Projetos Cancelados em 2015

ID	PROJETO	Descrição	Justificativa
243	Aquisição de tablets com sistema operacional Windows para os magistrados	Disponibilização de tablets para os 294 magistrados do Tribunal.	Cancelado após recebimento dos ultrabooks do CSJT.
396	PJe Vivencial	Aproximar a área técnica da área fim do Tribunal. A	Cancelado para apresentação de proposta

		proposta é de que isso seja feito através da instrução da equipe técnica no que diz respeito as rotinas das unidades judiciárias de primeiro grau.	mais abrangente em 2016.
401	SIGA – Módulo de avaliação de desempenho	Prover o sistema nacional de recursos humanos - SGRH, parte do SIGA, de módulo de avaliação de desempenho.	Projeto passou para responsabilidade do TRT6 em setembro/2015.

8.1.5. Projetos Suspensos em 2015

ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas realizadas
209	Padronização do diretório de usuários	Avaliar durante o primeiro semestre de 2014 a viabilidade de manter um único diretório centralizado. Demonstrada a viabilidade, migrar todos os usuários (e computadores) do interior do estado para o AD.	Projeto depende da instalação dos links redundantes.	-Criação do grupo de trabalho: concluído -Estudo técnico do cenário atual: concluído -Estudo de possíveis cenários e montagem de laboratório: concluído -Estratégia de migração a ser adotada: suspensa -Licitação: suspensa -Execução: suspensa
389	Substituição dos RACK's de TI no Foro POA	Prover a segurança física necessária aos equipamentos e ao cabeamento a partir da substituição dos racks atuais, muito antigos.	Projeto suspenso em set/2015 devido a corte orçamentário da SEMPRO. Aguardando novas definições para 2016.	-Análise de viabilidade de projeto: em andamento -Licitação: não iniciado -Execução do projeto: não iniciado
397	Mapeamento de novos processos ITIL - projeto nacional	Estabelecer melhoria contínua na prestação de serviços de TIC através da implantação de processos de trabalho baseados na biblioteca de boas práticas ITIL, com maior eficácia e qualidade na prestação dos serviços da SETIC, bem como, fornecer à Alta Administração do Tribunal mecanismos de controle para Governança de TIC.	Projeto suspenso aguardando nova versão do Assyst com correções de erros.	-Plano do Projeto Aprovado: concluído -Diagnóstico de Processos: concluído -Modelagem de Processos: suspenso

9. PORTFÓLIO DE PROJETOS 2016

9.1. Critérios de priorização

A partir do levantamento realizado junto aos usuários, foi identificada mais de uma centena de necessidades. Muitas delas eram simples demandas de atendimento, que foram devidamente registradas e solucionadas. Algumas não podem ser atendidas pela SETIC, ou seja, são projetos que precisam ser gerenciados por outras áreas.

O rol de sugestões aqui apresentado é composto de propostas de projetos e de ações estratégicas. São qualificadas como projetos aquelas com maior duração e na qual diversas competências precisam ser envolvidas, internas e externas à SETIC.

A fim de instrumentalizar a etapa de priorização dos projetos, é sugerida a adoção de critérios objetivos, previstos na metodologia de gerenciamento de projetos adotada pela SETIC. O valor da priorização equivale ao somatório dos critérios. Quanto maior o valor, maior prioridade o projeto deve ter para o Tribunal. Os critérios utilizados estão descritos a seguir:

- **Importância Estratégica**

Representa o impacto nos objetivos estratégicos previstos nos Planejamentos Estratégicos da Instituição e da Tecnologia da Informação e Comunicações. O impacto é o critério que avalia qual a representatividade de um projeto para cada um dos objetivos estratégicos ao qual ele se vincula. Nas propostas de projeto, é definido o percentual de contribuição do projeto ao objetivo estratégico ao qual está alinhado. Um impacto igual ou superior a 70% é considerado alto, entre 40% e 70% é considerado médio e o impacto inferior a 40% é classificado como baixo.

- **Abrangência dos Resultados**

A abrangência dos resultados não diz respeito apenas a sua capilaridade, mas também a relevância do projeto para o Tribunal. Há três níveis previstos:

- Traz mudanças para muitas áreas, resultados abrangem mais de uma secretaria ou o projeto é de extrema relevância.
- Traz mudanças para poucas áreas, resultados abrangem uma secretaria e áreas subordinadas ou possui relevância média.
- Traz mudanças para uma área somente, resultados abrangem apenas um núcleo, uma seção ou uma coordenadoria ou possui relevância pequena.

- **Urgência do Projeto**

- Alta: resultados em menos de 3 meses após o término do projeto ou durante a execução do projeto.
- Média: resultados entre 3 meses e 6 meses após o término do projeto.
- Baixa: resultados a partir de 6 meses após o término do projeto.

- **Tempo Estimado do Projeto**

- Curto: duração estimada inferior a 6 meses.
- Médio: duração estimada superior a 6 meses e inferior a 12 meses.
- Longo: duração estimada superior a 12 meses.
- **Tendência**
 - Irá piorar rapidamente: se nada for feito, a situação vai piorar em até 3 meses.
 - Irá piorar em curto prazo: se nada for feito, a situação vai piorar em até 6 meses.
 - Não irá piorar: se nada for feito, a situação vai piorar em até 12 meses.

Os projetos sugeridos estão apresentados a seguir, já com a priorização decorrente da aplicação dos critérios anteriormente informados. A descrição dos projetos e os itens de pontuação aplicados encontram-se anexos ao PDTIC.

A priorização é discutida na reunião da Comissão de Informática

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – POR EQUIPE ESPECIALIZADA

EQUIPE DESENVOLVIMENTO INTERNET				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDINT	Sistema para Concurso de Juízes	5250	1	1
	Disponibilização de excedentes de penhora e processamento de penhoras	4250	2	2
	Sistema de apoio ao PJe	3875	5	3
	Estudo de novas tecnologias de portais (EM ANDAMENTO)	3500	7	4
	Interface para PJe para Central de Mandados	1625	16	5
	Memória em tempo real - Linha de eventos	1250	19	6
DESENVOLVIMENTO SISTEMAS ADMINISTRATIVOS				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDSA	SIGA - Licitações e contratos (EM ANDAMENTO)	3750	6	1
	Sistema de Auditoria AUDI desenvolvido pelo TJ do Pará voltado aos órgãos de controle interno do Judiciário.	3375	8	2
	Férias online para Desembargadores (EM ANDAMENTO)	3250	9	3
	Implantação do SGRH (EM ANDAMENTO)	3250	9	3
	eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas)	2875	12	5
	Cálculo do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente - RRA	2625	14	6
	Criação de um Banco de Dados Informativo das Edificações do TRT4	1125	20	7
LISTA DESENVOLVIMENTO - EQUIPE SDS1				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDS1	Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas	2875	13	1

DESENVOLVIMENTO SISTEMAS JUDICIAIS - 2º GRAU				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDS2	E-jus2 para o 1º Grau	4250	2	1
	Inteligência Jurisdicional (grandes litigantes e recursos repetitivos)	4125	4	2
	Mapeamento do desempenho das unidades Judiciárias de 1º Grau	3000	11	3
	Migração de Relatórios Administrativos para o BI (EM ANDAMENTO)	1750	15	4
	Implantação do e-JUS2 em outros regionais (EM ANDAMENTO)	1625	16	5
OUTRAS EQUIPES				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
Todas	Automatização dos logons	1500	18	

AÇÕES ESTRATÉGICAS - Desenvolvimento de Sistemas		
Título	Solicitante	Unidade Organizacional
<p>Consulta por nome de parte, pólos ativo e passivo.</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Aprimoramento do sistema existente de apoio ao PJe-JT para contemple a pesquisa por nome em pólos ativos, tanto no 1º como no 2º graus de jurisdição, além da necessidade de autenticação e auditoria.</p>	Natacha Moraes de Oliveira	SETIC

<p>Assinador</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Desenvolvimento de robô que solicita a senha do certificado digital uma única vez e a utiliza por diversas vezes sempre que identificada a necessidade, pelo sistema em uso, de digitação da senha.</p>	<p>Dr. Rodrigo Tonon</p>	<p>Comissão de Informática</p>
<p>Automatizador CLE</p> <p>Sugestão de solução: A partir de solução inicialmente desenvolvida pelo TRT da 10ª Região, implementar as adequações necessárias à realidade da 4ª Região, a fim de disponibilizar aos usuários uma aplicação que automatize a consulta ao legado e realize as operações possíveis do módulo CLE, através de robô, no sistema PJe-JT.</p>	<p>Presidência</p>	<p>Juiz(a) Auxiliar da Presidência</p>
<p>Consulta de pauta de audiências de processos eletrônicos por advogados</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Sistema de pesquisas de audiências de processos eletrônicos, por OAB, que apresente ao usuário o resultado da busca em formato para impressão.</p> <p>A pesquisa deverá permitir buscas em todos os órgãos julgadores ou apenas naqueles que o usuário selecionar, abrangendo períodos maiores que sete dias.</p> <p>Ainda, sugere-se que o sistema permita a vinculação das audiências com a agenda do Google.</p>	<p>Pablo Barros / OAB</p>	<p>SETIC</p>

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Título	TOTAL	ordem de prioridade
Aumento dos Links de Internet	5000	1
Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN) (ANDAMENTO)	4750	2
Firewall de aplicação (ANDAMENTO)	4625	3
Grupos geradores para datacenters (principal e secundário) (ANDAMENTO)	4625	3
Expansão do switch core BD para 20 GB (ANDAMENTO)	4625	3
Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto (ANDAMENTO)	4625	3
Ampliação da autonomia dos switches - Capital e interior (ANDAMENTO)	4375	7
Alta disponibilidade de serviços (ANDAMENTO)	3750	8
Ligação das salas de sessão no gerador	3625	9
Renovação storages	3500	10
Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs) (ANDAMENTO)	2875	11
Padronização do diretório de usuários (SUSPENSO)	2875	11
Substituição dos RACK's de TI no Foro POA (SUSPENSO)	2875	11

Atualização de infraestrutura do interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD (ANDAMENTO)	2375	14
--	------	----

AÇÕES ESTRATÉGICAS - Infraestrutura		
Título	Solicitante	Unidade Organizacional
<p>Melhoria na visibilidade da utilização das redes do TRT4</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Deve ser feito um estudo detalhado das soluções já adquiridas pelo Tribunal e de opções do mercado, para combinar diferentes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - melhor utilização das soluções existentes, em especial o Cisco Prime, o Netflow Analyzer e o Zabbix - expansão das soluções existentes, principalmente através de novas licenças de software - compra de soluções novas, principalmente as que utilizam hardware dedicado 	Gustavo Adolfo Kellermann	Seção de Redes e Telecomunicações

ATENDIMENTO A USUÁRIOS

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	ordem de prioridade
Substituição de computadores portáteis (ANDAMENTO)	4625	1
Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência (ANDAMENTO)	4375	2
Aprendendo sobre o TRT	3625	3

Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI (ANDAMENTO)	3125	4
Readequação dos monitores na sala de audiências.	2500	5
Aquisição de monitores para necessidades específicas	2125	6

GESTÃO DE TIC

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	ordem de prioridade
Curso EAD sobre PJe - módulo secretaria de VT	3250	1
Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI (em andamento)	3125	2
Mapeamento de novos processos ITIL - projeto nacional (suspenso)	2750	3
Capacitação à distância em Segurança da Informação	2625	4

10. PLANO DE INVESTIMENTOS 2016

ORÇAMENTO DE TIC PARA 2016								
* Possível descentralização do CSJT		Plano de Contratações de 2016 (Encaminhado em 02/12/15)			Estimativa Atual 01/04/16			Descrição
Código	Despesa	Qtd	Preço unitário	Valor Estimado	Qtd	Preço unitário	Valor Estimado	
33 90 30 00	MATERIAL DE CONSUMO			1.022.400			11.635	
33 90 30 17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			1.022.400			11.635	
	Suprimento de Fundos	1	2.400	2.400			0	Despesas de pequeno valor (economia processual)
	Toner e suprimentos para impressoras	1	1.000.000	1.000.000			0	Materiais de Consumo (toner e suprimentos de impressoras)
	Fitas LTO	1	20.000	20.000			0	Fitas para armazenamento de backup dos dados do Tribunal
	Bateria de Nobreak			0	1	11.635	11.635	Renovação das baterias de no-breaks do CPD2
33 90 35 00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA			633.789			215.560	
33 90 35 04	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			633.789			215.560	

	Consultoria Zabbix – contrato	12	1.000	12.000	1	1.000	1.000	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção do sistema monitoramento de infraestrutura de TIC
	Consultoria Jboss e PostgreSQL – contrato	12	8.000	96.000	1	3.500	3.500	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura de aplicações
	Consultoria Red Hat – contrato	12	3.000	36.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a a manutenção da infraestrutura de TIC – sistema operacional RedHat
	Consultoria Microsoft – contrato	12	3.000	36.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura de TIC – Sistema operacional Windows Server
	Consultoria TSM e VMware – contrato	12	1.333	16.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção do sistema de backup de dados utilizado no Tribunal
	Consultoria Citrix – contrato	12	1.833	22.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura do Gabinete virtual
	Consultoria Google – contrato	12	3.773	45.279			0	Desenvolvimento de serviços sobre a plataforma da nuvem utilizada no Tribunal
	Consultoria Moodle	12	4.427	53.120			0	Apoio especializado sob demanda para a equipe técnica do Tribunal na administração da plataforma de EAD do Tribunal
	Consultoria TraceGP	1	60.000	60.000			0	Implantação de novos fluxos de processos na ferramenta de gestão de demandas e projetos
	Consultoria Gartner	12	21.449	257.390	12	17.588	211.060	Consultoria de aconselhamento de soluções tecnológicas de mercado

33 90 39 00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			8.732.670			5.850.897	
33 90 39 08	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE			2.570.591			1.704.908	
	Manutenção de softwares Oracle	12	60.489	725.871	12	68.878	826.539	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para os softwares de banco de dados
	Manutenção Software de Gerenciamento de Serviços de TIC	12	2.956	35.469			0	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para o software de gestão de serviços de TIC
	Manutenção Software SIABI – Biblioteca	12	1.444	17.331	12	1.264	15.164	Atualização e suporte do fabricante para o software de automação de bibliotecas
	Manutenção do Software de gestão de Projetos	12	3.860	46.317	2	3.949	7.897	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para o software de gerenciamento de projetos e portfólios
	Manutenção Software BI	12	4.603	55.236	12	4.034	48.404	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para o software de Business Intelligence
	Manutenção Software Solidus – Central Telefônica Help Desk	12	1.200	14.400	1	1.200	1.200	Atualização de versões e suporte técnico presencial para o sistema de gerenciamento da central telefônica do Tribunal
	Manutenção Ferramenta Pesquisa Textual – GSA			0	12	927	11.129	Manutenção da solução de pesquisa textual deste Tribunal
	Manutenção Solução de Seg.da Informação – Risk Manager	12	3.208	38.500	4	2.917	11.667	Atualização de versões e suporte técnico presencial para solução de segurança da informação deste Tribunal

	Manutenção Citrix	1	20.000	20.000	1	40.000	40.000	Gabinete Virtual - Utilizado por todos os magistrados, assistentes de juiz e assistentes de desembargadores para trabalho remoto.
	Manutenção Antivírus			0	1	315.000	315.000	Manutenção Antivírus
	Subscrição novo portal internet	1	400.000	400.000			0	Adoção de uma nova plataforma de portal para modernização e melhoria do site do Tribunal
	Subscrição AutoCad	1	102.000	102.000			0	Software utilizado pelo SEMPRO
	Subscrição Vmware	1	470.000	470.000	1	165.129	165.129	Licença de uso para Virtualização de servidores para o Pje.
	Subscrição TSM	1	240.000	240.000	1	200.000	200.000	Software de Backup
	Subscrição JBOSS	1	405.467	405.467	1	62.779	62.779	Serviço de suporte técnico e atualização de versões da plataforma de portal que sustenta o site do Tribunal e o Pje
33 90 39 28	SUPORTE A USUÁRIOS DE TI			830.280			0	
	Terceirização helpdesk	1	830.280	830.280			0	Terceirização dos serviços comuns da área de atendimento aos usuários para manter os níveis mínimos de de serviço
33 90 39 30	HOSPEDAGEM DE SISTEMAS			465.424			398.941	
	Solução de comunicação e colaboração na nuvem	1	465.424	465.424	12	33.245	398.941	Renovação dos serviços de computação em nuvem para comunicação e colaboração (e-mail, mensageria, colaboração, sites internos)

33 90 39 57	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.			192.000			186.257	
	Serviços SERPRO – SIAFI gerencial, acesso RF	1	168.000	168.000	12	13.215	158.583	Acesso aos sistemas hospedados no SERPRO utilizados pelo Tribunal
	Conserto Fibra Óptica	1	24.000	24.000	1	24.000	24.000	Conserto Fibra Óptica
	Serviços diversos de pequeno valor			0	1	3.674	3.674	Compras diversas de pequeno valor não previstas (GID Detran, rastreamento veicular, PLEO, registro base roteamento, monitoramento de alarmes, conserto impressora, treinamento Solução Ponto Biométrico)
33 90 39 95	MANUTENÇÃO E CONS. DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			2.380.995			1.139.221	
	Manutenção PDDE	12	4.287	51.442	12	1.345	16.144	Suporte técnico do fabricante para o appliance que fornece o selo cronológico de todas as assinaturas eletrônicas realizadas no Tribunal
	Manutenção dos grupos geradores - preventiva e corretiva	12	2.200	26.400	12	2.200	26.400	Renovação da manutenção preventiva e corretiva dos grupos geradores responsáveis pelo funcionamento dos datacenters de Porto Alegre, de forma a assegurar seu funcionamento quando necessário
	Serviço de transporte, instalação e manutenção de equipamentos	12	50.000	600.000			0	Terceirização de atividades comuns de logística, manutenção e instalação de equipamentos para as quais o custo operacional do Tribunal seria superior

	Serviço de manutenção preventiva de datacenters - sala-cofre e CPD2	12	50.000	600.000	12	42.459	509.503	Manutenção preventiva e corretiva dos datacenters de Porto Alegre, de forma a assegurar seu funcionamento em caráter contínuo (24x7)
	Manutenção Tape Library	12	4.200	50.400	12	6.000	72.000	Manutenção software de backup
	Manutenção storage	10	27.000	270.000	10	16.600	166.000	Manutenção dos equipamento onde são armazenamento de todos os dados do Tribunal
	Manutenção Proxy	1	50.000	50.000	1	23.245	23.245	Permite a navegação Internet e a filtragem de conteúdos. Equipamento fornecido pelo CSJT.
	Manutenção Fibra Ótica	1	70.000	70.000				Manutenção Fibra Ótica
	Manutenção Firewall	1	200.000	200.000				Segurança da informação – equipamento fornecido pelo CSJT
	Manutenção Blade	1	400.000	400.000	1	260.000	260.000	Manutenção dos equipamentos servidores onde fica instalado o Pje e outros sistemas. Parte foi fornecida pelo CSJT.
	Manutenção Centrais Telefônicas	12	5.229	62.753	12	5.494	65.929	Serviço de manutenção corretiva para as centrais telefônicas do interior do Estado que se encontram fora de período de garantia e ainda possuem atualização tecnológica para permanecerem em uso
33 90 39 97	COMUNICACAO DE DADOS			2.293.379			2.421.570	
	Link Internet GVT 100 Mbps	12	6.500	78.000	12	6.410	76.917	Serviço de conexão do Tribunal com a Internet, crítico para a prestação dos serviços aos jurisdicionados, em especial o Processo Judicial Eletrônico (Pje)

	Link Internet Redundante 100 Mbps	12	11.273	135.280	12	10.150	121.796	Serviço de conexão redundante com a Internet, crítico para a prestação dos serviços aos jurisdicionados, em especial o Processo Judicial Eletrônico (Pje)
	Link Internet Redundante (nova contratação)	3	35.000	105.000				Link internet redundante
	Acesso à Internet para notebook	12	25.179	302.148	12	17.515	210.183	Acesso à internet móvel 4G provido aos magistrados do Tribunal para uso nos notebooks
	Link WAN João Telles	12	4.500	54.000	12	4.000	48.000	Interligação de rede om o prédio do arquivo e memorial do Tribunal
	Link ADSL SETIC	12	250	3.000	12	250	3.000	Conexão tipo doméstica com a Internet para a realização de testes de funcionamento dos serviços do sítio do Tribunal, bem como acesso alternativo em caso de problemas com a internet corporativa
	Link Espaço Judiciário do Shopping Praia de Belas	12	167	2.000			0	Acesso internet para interligar o espaço judiciário aos sistemas do Tribunal (VPN)
	Link interligação prédios Santa Rosa			0	12	120	1.440	Interligação de rede entre os dois prédios de Santa Rosa para evitar a duplicação da infraestrutura local.
	Rede WAN - complemento TRT4	12	48.353	580.241	12	134.208	1.610.494	Rede privada de longa distância que interliga todas as unidades do TRT4, fundamental para o sistema Pje
	Rede WAN redundante	9	114.857	1.033.710	2	174.870	349.740	Conexão alternativa para assegurar a continuidade dos serviços nas unidades do interior do estado, sobretudo o sistema Pje que depende essencialmente da comunicação para operar

339092	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES			0			0	0
	Despesas de Exercícios Anteriores			0			0	Despesas de Exercícios Anteriores
44 90 39 00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INVESTIMENTO)			980.000			0	
44 90 39 93	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE			980.000			0	
	Licenças Microsoft	1	80.000	80.000				Padronização do acesso à rede para usuários do interior e capital, melhorando a gestão e a segurança da informação
	Software para VDI - substituição ao Gabinete Virtual	1	300.000	300.000			0	Substituição da plataforma do Gabinete Virtual por uma tecnologia mais atualizada e moderna que melhore as condições de trabalho remoto dos magistrados (3 anos).
	Software de Auditoria de Acessos	1	100.000	100.000				Sistema de controle e monitoramento das atividades dos computadores, necessário nas investigações de incidentes de segurança da informação
	Softwares diversos para regularização do parque	1	500.000	500.000				Atualização de softwares já utilizados na infraestrutura do Tribunal e aquisição de demandas específicas de softwares de pequeno valor.
	Softwares diversos de pequeno valor			0			0	Softwares diversos de pequeno valor

44 90 52 00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			11.602.860			0	
44 90 52 35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			11.602.860			0	
	ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS			4.853.000			0	
	Renovação do parque de micros	736	3.000	2.208.000			0	Renovação do parque de micros
	Renovação Multifuncionais	470	3.500	1.645.000			0	Renovação Multifuncionais
	Solução de Impressão	1	1.000.000	1.000.000				Solução de Impressão
	EQUIPAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA			5.969.860			0	
	Servidores R710	1	80.000	80.000			0	Renovação de equipamentos antigos fora de garantia
	Racks Foro POA e interior – switches/telecom	1	84.000	84.000			0	Renovação dos racks que abrigam os equipamentos de rede nos andares dos prédios do Foro de Porto Alegre e algumas unidades do interior do Estado
	No-breaks interior	55	10.452	574.860			0	Renovação dos no-breaks que sustentam a infraestrutura de TIC centralizada nos foros do interior do Estado para atualização tecnológica, ampliação de capacidade e reposição de garantia

	No-breaks médios	5	25.000	125.000			0	Aquisição de no-breaks para sustentar colunas de switches dos prédios da capital e aplicações específicas como salas do Tribunal pleno e salas de seções
	No-breaks pequenos	1	500.000	500.000			0	Renovação de equipamentos antigos fora de garantia
	Grupos geradores para datacenters	1	356.000	356.000			0	Aquisição de novos grupos geradores para os datacenters de Porto Alegre, ampliando sua capacidade
	Expansão switch SAN	1	300.000	300.000			0	Eliminar o atual cascadeamento de switches SAN (armazenamento)
	Solução de balanceamento e entrega de aplicações ADC	1	400.000	400.000			0	Solução especializada para a distribuição de carga entre as diversas instâncias e servidores de aplicações do PJe e outros serviços WEB do Tribunal, capaz de implementar funcionalidades de segurança
	Renovação Central Telefônica de Porto Alegre	1	600.000	600.000			0	Renovação Central Telefônica de Porto Alegre
	Dispositivo de Backup baseado em disco (VTL)	1	450.000	450.000			0	Dispositivo de Backup baseado em disco (VTL)
	Solução Storage Nova	1	2.500.000	2.500.000			0	Aquisição de unidades de disco rígido para expansão da capacidade do sistema de armazenamento do Tribunal
	EXPANSÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS			780.000			0	
	Scanners	150	2.500	375.000			0	Aquisição de scanners destinados à digitalização de peças processuais Para as unidades que tiverem o sistema de processo judicial eletrônico Pje implementado

	Scanners de Produção	1	60.000	60.000			0	Scanners de Produção
	Scanners de Microfilme	1	25.000	25.000			0	Scanners de Microfilme
	TV's para aeropautas	108	2.000	216.000			0	Implantação do sistema de acompanhamento de pautas nos postos do Trabalho
	Minicomputadores para aeropauta	1	104.000	104.000			0	Minicomputadores para aeropauta
	Total:			22.971.719			6.078.092	

11. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Planejamento Estratégico Institucional

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/institucional/gestaoEstrategica>

- Planejamento Estratégico de TIC

www.trt4.jus.br/ItemPortlet/download/10220/PETI.pdf

- Resolução CSJT 69/2010

<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/7397>

- Resolução CNJ 90/2009

<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12205-resolucao-no-90-de-29-de-setembro-de-2009>

- Resolução CNJ 211/2015

<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3052>

- Contratações de TI – Instrução Normativa 4/2010 – SLTI MPOG

http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/resultado_pge_sisp?palavrachave=&tipo=439b0584a03a6bbb8b0fa53f724701e8&acaoprojeto=0996ea0c952b2bb6a1a44bb356f31359&tamanho=5&submit2=Buscar

- Acórdão TCU Plenário 381/2011 – Auditoria de Tecnologia da Informação no TRT da 4ª Região

<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=ACORDAO-LEGADO-89657&texto=416325463372642545336f2b3338312b323031302b414e442b545254&sort=&ordem=&bases=ATO-PESSOAL;ACORDAO-LEGADO;DECISAO-LEGADO;RELACAO-LEGADO;PROCESSO-EXTERNO;NORMATIVOS;PORTAL-PUBLICO;ACORDAO-RELACAO-LEGADO;ATA-SAGAS;&highlight=416325463372642545336f2b3338312b323031302b545254>

ANEXOS PDTIC-2016

Formulário Solicitação Projetos

SOLICITAÇÃO DE PROJETO - PDTI 2016

Sugestões de ações/ projetos para compor o Planejamento de TIC do TRT da 4ª Região para o biênio 2016-2017

Seu nome de usuário (**deise.albino@trt4.jus.br**) será registrado quando você enviar este formulário. Você não é **deise.albino**? [Sair](#)

***Obrigatório**

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Solicitante *

Nome do solicitante

Título *

Título que identifica a solicitação

Unidade Organizacional *

Unidade organizacional do solicitante

Áreas Beneficiadas *

Descrição das áreas beneficiadas pelo projeto

Objetivo Estratégico Institucional *

Descrição do objetivo estratégico institucional ao qual o projeto possui maior alinhamento e/ou contribuição

- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional
- Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania
- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida
- Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação
- Aprimorar a gestão orçamentária
- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional
- Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos
- Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes
- Fortalecer os processos de governança

DETALHAMENTO**PROBLEMA A SER RESOLVIDO ***

Descrever as dificuldades ou oportunidades que justifiquem a solicitação do projeto. Qual o problema a ser solucionado? Como é feito atualmente? Quais as consequências se não for feito?

SUGESTÃO DE SOLUÇÃO *

Como o problema descrito acima poderia ser resolvido a partir de uma solução de TIC

BENEFÍCIOS ESPERADOS *

Descrever os benefícios e, se possível, quantificá-los. Exemplos: redução de custos, redução do número de pessoas envolvidas no trabalho em questão, redução de tempo para execução da tarefa, melhoria da qualidade, redução de erros, etc.

**URGÊNCIA DO PROJETO ***

Expectativa para obtenção dos resultados do projeto

- ALTA - Resultados em menos de 3 meses após o término do projeto
- MÉDIA - Resultados entre 3 meses e 6 meses após o término do projeto
- BAIXA - Resultados a partir de 6 meses após o término do projeto

TENDÊNCIA *

Como ficará a situação atual se nada for feito?

- IRÁ PIORAR RAPIDAMENTE - se nada for feito, situação atual irá piorar em até 3 meses
 - IRÁ PIORAR EM CURTO PRAZO - Se nada for feito, situação atual irá piorar em até 6 meses
 - NÃO IRÁ PIORAR - se nada for feito, situação vai piorar em até 12 meses ou poderá até melhorar
- [Envie para mim uma cópia das minhas respostas.](#)

Enviar

100% concluído.

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by

Este formulário foi criado em Tribunal Regional do Trabalho da 4 Região.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

Catálogo de Serviços e Níveis de Serviço

GRUPOS	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UTILIZAÇÃO
Sistemas Judiciais	ARQUIVO	Sistema de processos arquivados	Arquivo/Depósito Centralizado POA
Sistemas Judiciais	AUD inFOR	Sistema de edição de atas de audiências	Varas
Sistemas Judiciais	AUD PJe	Sistema de edição de atas de audiências	Varas
Sistemas Judiciais	BI	Solução de Business Intelligence (BI)	Administração TRT/Gestão Estratégica/SEGJUD/ Direção Geral/SEGESP/SEAUDI
Sistemas Judiciais	CÁLCULO RÁPIDO	Sistema de Cálculo Trabalhista	Varas
Sistemas Judiciais	COMUNICADOR	Programa interno de comunicação	Desembargadores/Gabinetes TRT/Secretarias de Turmas e Especializadas
Sistemas Judiciais	DEJT	Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho	Corregedoria/ SEGJUD/ Varas (PJe)/Áreas administrativas
Sistemas Judiciais	E-GESTÃO	Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho	Corregedoria/Gestão Estratégica/SEGJUD
Sistemas Judiciais	E-JUS2	Edição de Votos e Acordãos	Desembargadores/Gabinetes TRT/Secretarias de Turmas e Especializadas
Sistemas Judiciais	E-REC	Elaboração de despachos de recursos de revista e agravos de instrumento nos TRTs, com aproveitamento de dados pelo TST	Assessoria Judiciária/Vice-Pres./Seção de Recursos
Sistemas Judiciais	E-REMESSA	Envio de processos digitalizados para o TST (RR e AI)	SEGJUD
Sistemas Judiciais	E-SENTENÇA	Edição de Sentenças de 1º Grau	Juizes/Assistentes/ Corregedoria
Sistemas Judiciais	INFOR	Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau	Varas/Corregedoria
Sistemas Judiciais	INFORME	Boletim Estatístico	Varas/Corregedoria
Sistemas Judiciais	INFORPES	Pesquisa de Processos por Nome de Parte, disponível na Extranet, para usuários e instituições cadastradas	Arquivo/ Portaria (externamente, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda utilizam)
Sistemas Judiciais	INFORPRO	Boletim de Produção de Juizes	Varas/Corregedoria
Sistemas Judiciais	JURISCALC	Sistema de Cálculo Trabalhista	Varas/Seção de Cálculos Trabalhistas
Sistemas Judiciais	MALOTE DIGITAL	Sistema utilizado para o envio de correspondências oficiais	Todos
Sistemas Judiciais	NOVAJUS4	Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau	TRT
Sistemas Judiciais	NOVO E-SENTENÇA	Edição de Sentenças de 1º Grau	Juizes/Assistentes/ Corregedoria
Sistemas Judiciais	PAUTA ON-LINE	Sistema de Informação da pauta de audiências do 1º Grau	Varas/Externo
Sistemas Judiciais	PDEP	Depósito Centralizado de Processos	Arquivo/Memorial/ Depósito Centralizado
Sistemas Judiciais	PJ4 – Peticionamento Eletrônico	Peticionamento Eletrônico – PJ4 (PE)	público externo
Sistemas Judiciais	PJE – 1ª INSTÂNCIA	Processo Judicial Eletrônico – 1º Grau	Advogados/Varas
Sistemas Judiciais	PJE – 2ª INSTÂNCIA	Processo Judicial Eletrônico – 2º Grau	Advogados/TRT
Sistemas Judiciais	PRECAD	Sistema de Precadastramento de Iniciais	Advogados/Varas/CDFs
Sistemas Judiciais	PUSH	Informação sobre andamento de processos	Externo
Sistemas Judiciais	RPHP	Requisição de honorários periciais	Varas/SECOF
Sistemas Judiciais	SALAS DE AUDIÊNCIAS	Serviços relacionados ao suporte técnico as salas de audiências	VARAS
Sistemas Judiciais	SALAS DE SESSÕES	Serviços relacionados ao suporte técnico as salas de sessões	TRT
Sistemas Judiciais	SISTEMA PRECATÓRIOS	Sistema para gerenciamento de processos envolvendo pagamento de precatórios	JAC/Precatórios
Sistemas Judiciais	VIPE	Visualizador de Petições Eletrônicas – PJ4	Varas/CDFs/Protocolo/ TRT
Sistemas Administrativos	ASSYSTNET	Sistema de Registro de Incidentes e Requisições relacionados aos Serviços de TI	Todos
Sistemas Administrativos	ASSYSTWEB	Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI	SETIC
Sistemas Administrativos	ADM ELETRÔNICO	Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos	Áreas Administrativas/Administração
Sistemas Administrativos	ALMOXARIFADO	controle do estoque de materiais de consumo	Almoxarifado
Sistemas Administrativos	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Sistema de Gestão de Desempenho Funcional	Todos
Sistemas Administrativos	COMPRAS	Sistemas de Informações de compras, licitações e contratos	CLC
Sistemas Administrativos	DISCOVERER	Ferramenta Oracle para extração de informações do banco de dados	TRT
Sistemas Administrativos	FÉRIAS ON-LINE	Sistema de marcação de férias	Todos
Sistemas Administrativos	FOLHA	Sistema de Folha de Pagamento	RH – SECOF/ Todos
Sistemas Administrativos	FREQUÊNCIA	Sistema de Registro de Frequência (ponto)	Todos
Sistemas Administrativos	PATRIMÔNIO	Sistema de controle patrimonial	CLOG/SETIC
Sistemas Administrativos	RH	Sistema de Recursos Humanos	SEGESP/Todos
Sistemas Administrativos	TRACE-GP	Sistema para Gerência de Projetos (usado também para registro de solicitações)	Todos
Sistemas Convênios	BACENJUD	Possibilita à autoridade judiciária encaminhar, ao Banco Central, requisições de informações e ordens de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados	VARAS
Sistemas Convênios	CONNECTIVIDADE SOCIAL	Sistema para acesso às informações do FGTS	VARAS
Sistemas Convênios	GID CONSULTAS	Ferramenta eletrônica de interligação do Judiciário ao DETRAN-RS	Corregedoria
Sistemas Convênios	HOD RECEITA FEDERAL	Verificação de cadastro de PF e PJ	VARAS
Sistemas Convênios	IMPrensa NACIONAL	Publicação de editais de concurso	SEGESP
Sistemas Convênios	INFOJUD	Possibilita à autoridade judiciária encaminhar solicitações à Receita Federal	VARAS
Sistemas Convênios	RENAJUD	Ferramenta eletrônica de interligação do Judiciário ao DENATRAN	Varas/Corregedoria
Sistemas Convênios	SEFIP	Informações sobre FGTS e Previdência Social de Empregadores	SECOF/SECADM
Sistemas Convênios	SIABI	Automação de Bibliotecas	Biblioteca
Sistemas Convênios	SIAFI	Registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal	Área Administrativa
Sistemas Convênios	SICALC	Programa da Receita Federal para cálculos de juros e emissão de DARF	SECOF
Sistemas Convênios	SISAC	Administração Fazendária	SEGESP/SECNTI
Comunicação Institucional	E-MAIL	Serviço de correio eletrônico	Todos
Comunicação Institucional	EXTRANET TRT	Página institucional do TRT na extranet	Todos
Comunicação Institucional	GABINETE VIRTUAL	Acesso externo aos sistemas corporativos	MAGISTRADOS/ASSESSORES/ DIRETORES

GRUPOS	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UTILIZAÇÃO
Comunicação Institucional	GOOGLE APPS	Pacote de aplicativos Google	Todos
Comunicação Institucional	PORTAL VOX	Portal de Notícias – Página institucional do TRT na intranet	Todos
Comunicação Institucional	QUIOSQUE DIGITAL	Computadores e digitalizadores instalados nos Foros para usuários externos	VARAS/Público Externo/Espaço Judiciário
Comunicação Institucional	SITE TRT4	Página institucional do TRT na internet	Todos e público externo
Comunicação Institucional	TELEFONIA	Serviços de Telefonia	Todos
Comunicação Institucional	VÍDEOS INSTITUCIONAIS/TV	Suporte aos equipamentos que disponibilizam vídeos Institucionais	Todos
Acesso aos Sistemas	ACESSO AOS SISTEMAS	Solicitação de acesso a qualquer serviço de TIC	Todos
Equipamentos	IMPRESSÃO	Serviços relacionados às impressoras instaladas pelo TRT	Todos
Equipamentos	COMPUTADOR	Serviços relacionados aos computadores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	NOTEBOOK	Serviços relacionados aos notebooks instalados pelo TRT	Magistrados/ASSESSORES/ DIRETORES
Equipamentos	NOBREAK	Serviços relacionados aos nobreaks instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	MONITOR	Serviços relacionados aos monitores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	TECLADO/MOUSE	Serviços relacionados aos periféricos (teclado/mouse) instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	DIGITALIZAÇÃO	Serviços relacionados aos digitalizadores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Suporte técnico relacionado a mídias, senhas e uso de certificado digital	Todos
Equipamentos	LEITORA DE CÓDIGO DE BARR	Serviços relacionados às leitoras de códigos de barras instaladas pelo TRT	Todos
Equipamentos	ESTABILIZADOR/TRANSFORMA	Serviços relacionados aos estabilizadores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	DISPOSITIVO MÓVEL	Serviços relacionados aos dispositivos móveis instalados pelo TRT	Magistrados
Equipamentos	PROJETORES	Serviços relacionados aos projetores multimídia instalados no TRT	Eventos
Equipamentos	RELÓGIO PONTO	Serviços relacionados aos relógios-ponto instalados pelo TRT	TRT e Varas POA
Equipamentos	TERMINAL DE AUTO ATENDIME	Serviços relacionados aos terminais de auto-atendimento instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	VIDEOCONFERÊNCIA	Serviços relacionados aos equipamentos de videoconferência instalados pelo TRT	Escola/Biblioteca/ Varas interior
Equipamentos	SUPORTE A EVENTOS/MUDAN	Serviços relacionados ao suporte técnico a eventos	Administração/EJ/SEGESP
Redes	REDE LOCAL	Conexão de equipamentos de rede local	Todos
Redes	REDE SEM FIO	Conexão de equipamentos de rede sem fio	Todos e público externo
Redes	LINK DE DADOS (WAN)	Conexão de dados entre as unidades do TRT	Todos
Redes	PROXY/FIREWALL	Filtro de conteúdo web e segurança da rede interna	Todos
Redes	STORAGE	Armazenamento de dados de aplicações de TI	Todos
Redes	SERVIDOR	Equipamento que executa uma ou várias aplicações de TI	Todos
Redes	NAS	Armazenamento de arquivos compartilhados do TRT	Todos
Redes	BANCO DE DADOS	Armazenamento estruturado de dados para aplicações de TI	Todos
Redes	SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Ambiente corporativo de aplicações web do TRT	Todos
Redes	BACKUP	Cópia de segurança	Todos
Redes	MONITORAMENTO	Monitoramento de ativos e conexões de infraestrutura de rede	Todos
Estação de Trabalho	ACCESS	Módulo de banco de dados do MS-Office	Corregedoria
Estação de Trabalho	ACESSIBILIDADE	Serviços relacionados aos programas de acessibilidade	Todos
Estação de Trabalho	ANTIVIRUS	Programa de proteção contra vírus	Todos
Estação de Trabalho	AUTOCAD	Programa de desenho técnico	SEMPRO
Estação de Trabalho	LIBREOFFICE	Pacote de Escritório (software livre)	Todos
Estação de Trabalho	CAPTURA REMOTA DE ESTAÇÃO	VNC - Programa de captura remota	SETIC/Salas de audiências
Estação de Trabalho	CHROME	Navegador	Todos
Estação de Trabalho	CORELDRAW	Programa para edição de desenhos e imagens	Digitalização/SEMPRO/Comunicação/SETIC
Estação de Trabalho	CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTERN	Sistemas para criação de páginas de internet	Comunicação Social
Estação de Trabalho	EDIÇÃO DE IMAGEM	Sistemas de edição de imagem	Comunicação Social/Escola Judicial
Estação de Trabalho	EXCEL	Módulo de planilha de cálculos do MS-Office	Todos
Estação de Trabalho	FIREFOX	Navegador	Todos
Estação de Trabalho	GERENCIAMENTO ARQUIVOS	Serviços relacionados a cópia, recuperação de arquivos	Todos
Estação de Trabalho	GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Sistemas de gravação de áudio e vídeo	Turmas/Varas
Estação de Trabalho	ICNNET/CEF	Sistema para troca de arquivos de folha de pagamento	SECOF
Estação de Trabalho	INTERNET EXPLORER	Navegador	Todos
Estação de Trabalho	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Sistema de controle de manutenção de viaturas	Transportes
Estação de Trabalho	MÓDULO DE SEGURANÇA DE B	Programa de segurança para acesso a instituições financeiras	Todos
Estação de Trabalho	NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Acesso a páginas da internet	Todos
Estação de Trabalho	PDF – MANIPULAÇÃO DE ARQU	Criação e manipulação de arquivos no formato PDF	Todos
Estação de Trabalho	PLEO	Sistema para elaboração de orçamentos	SEMPRO
Estação de Trabalho	POWERPOINT	Programa para criação de apresentações	Todos
Estação de Trabalho	RECEITA FEDERAL	Sistemas da Receita Federal	Varas
Estação de Trabalho	SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Serviços relacionados aos sistemas utilizados pela Segurança Institucional do TRT	Segurança
Estação de Trabalho	WINDOWS	Sistema Operacional	Todos
Estação de Trabalho	WORD	Módulo de editor de textos do MS-Office	Todos

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
ARQUIVO	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h
	Orientação	4	10 min	12h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
AUD inFOR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h
	Orientação	4	10 min	12h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
AUD PJe	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h
	Orientação	4	10 min	12h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
BI	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Atualização	2	10 min	4h
	Configuração	2	10 min	4h
	Orientação	3	10 min	6h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
CALCULO RAPIDO	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
	Orientação	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
COMUNICADOR	Erro/Falha Pontual	2	10 min	4h
COMUNICADOR	Instalação	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Desinstalação	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Configuração	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Orientação	4	10 min	12h
DEJT	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Atualização	2	10 min	4h
	Configuração	2	10 min	4h
	Orientação	3	10 min	6h
E-GESTÃO	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Atualização	2	10 min	4h
	Configuração	2	10 min	4h
	Orientação	3	10 min	6h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
Relatórios e Informação	5	10 min	24h	
E-JUS2	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
E-JUS2	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
E-JUS2	Atualização	4	10 min	12h
E-JUS2	Configuração	4	10 min	12h
E-JUS2	Orientação	4	10 min	12h
E-JUS2	Melhoria	5	10 min	24h
E-JUS2	Correção	5	10 min	24h
E-JUS2	Treinamento	5	10 min	24h
E-JUS2	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
E-REC	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
E-REC	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
E-REC	Instalação	4	10 min	12h
E-REC	Desinstalação	4	10 min	12h
E-REC	Atualização	4	10 min	12h
E-REC	Configuração	4	10 min	12h
E-REC	Orientação	4	10 min	12h
E-REC	Treinamento	5	10 min	24h
E-REMESSA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
E-REMESSA	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
E-REMESSA	Instalação	4	10 min	12h
E-REMESSA	Desinstalação	4	10 min	12h
E-REMESSA	Atualização	4	10 min	12h
E-REMESSA	Configuração	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
E-REMESSA	Correção	5	10 min	24h
E-REMESSA	Melhoria	5	10 min	24h
E-REMESSA	Orientação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
E-SENTENCA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
E-SENTENCA	Instalação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Desinstalação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Atualização	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Configuração	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Orientação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Melhoria	5	10 min	24h
E-SENTENCA	Correção	5	10 min	24h
E-SENTENCA	Treinamento	5	10 min	24h
E-SENTENCA	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
INFOR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFOR	Instalação	4	10 min	12h
INFOR	Desinstalação	4	10 min	12h
INFOR	Atualização	4	10 min	12h
INFOR	Configuração	4	10 min	12h
INFOR	Orientação	4	10 min	12h
INFOR	Melhoria	5	10 min	24h
INFOR	Correção	5	10 min	24h
INFOR	Treinamento	5	10 min	24h
INFOR	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
INFORME	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFORME	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFORME	Instalação	4	10 min	12h
INFORME	Desinstalação	4	10 min	12h
INFORME	Atualização	4	10 min	12h
INFORME	Configuração	4	10 min	12h
INFORME	Orientação	4	10 min	12h
INFORME	Melhoria	5	10 min	24h
INFORME	Correção	5	10 min	24h
INFORME	Treinamento	5	10 min	24h
INFORME	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
INFORPES	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFORPES	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFORPES	Instalação	4	10 min	12h
INFORPES	Desinstalação	4	10 min	12h
INFORPES	Atualização	4	10 min	12h
INFORPES	Configuração	4	10 min	12h
INFORPES	Orientação	4	10 min	12h
INFORPES	Melhoria	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
INFORPES	Correção	5	10 min	24h
INFORPES	Treinamento	5	10 min	24h
INFORPES	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
INFORPRO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFORPRO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFORPRO	Instalação	4	10 min	12h
INFORPRO	Desinstalação	4	10 min	12h
INFORPRO	Atualização	4	10 min	12h
INFORPRO	Configuração	4	10 min	12h
INFORPRO	Orientação	4	10 min	12h
INFORPRO	Melhoria	5	10 min	24h
INFORPRO	Correção	5	10 min	24h
INFORPRO	Treinamento	5	10 min	24h
INFORPRO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
JURISCALC	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
JURISCALC	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
JURISCALC	Atualização	4	10 min	12h
JURISCALC	Orientação	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
MALOTE DIGITAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Instalação	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Desinstalação	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Atualização	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Configuração	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Orientação	3	10 min	6h
NOVAJUS4	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NOVAJUS4	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NOVAJUS4	Instalação	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Desinstalação	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Atualização	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Configuração	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Orientação	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Melhoria	5	10 min	24h
NOVAJUS4	Correção	5	10 min	24h
NOVAJUS4	Treinamento	5	10 min	24h
NOVAJUS4	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NOVO E-SENTENCA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NOVO E-SENTENCA	Configuração	4	10 min	12h
NOVO E-SENTENCA	Orientação	4	10 min	12h
NOVO E-SENTENCA	Melhoria	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Correção	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Treinamento	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
PAUTA ON-LINE	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
PAUTA ON-LINE	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
PAUTA ON-LINE	Configuração	4	10 min	12h
PAUTA ON-LINE	Orientação	4	10 min	12h
PAUTA ON-LINE	Melhoria	5	10 min	24h
PAUTA ON-LINE	Correção	5	10 min	24h
PDEP	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
PDEP	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
PDEP	Instalação	4	10 min	12h
PDEP	Desinstalação	4	10 min	12h
PDEP	Atualização	4	10 min	12h
PDEP	Configuração	4	10 min	12h
PDEP	Orientação	4	10 min	12h
PDEP	Melhoria	5	10 min	24h
PDEP	Correção	5	10 min	24h
PDEP	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Configuração	4	10 min	12h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Orientação	4	10 min	12h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Melhoria	5	10 min	24h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Correção	5	10 min	24h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
PJE – 1INSTANCIA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PJE – 1INSTANCIA	Configuração	4	10 min	12h
PJE – 1INSTANCIA	Orientação	4	10 min	12h
PJE – 1INSTANCIA	Melhoria	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Correção	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Treinamento	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
PJE – 2 INSTANCIA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PJE – 2 INSTANCIA	Configuração	4	10 min	12h
PJE – 2 INSTANCIA	Orientação	4	10 min	12h
PJE – 2 INSTANCIA	Melhoria	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Correção	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Treinamento	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PRECAD	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
PRECAD	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
PRECAD	Orientação	4	10 min	12h
PRECAD	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PUSH	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
PUSH	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
PUSH	Configuração	4	10 min	12h
PUSH	Orientação	4	10 min	12h
PUSH	Melhoria	5	10 min	24h
PUSH	Correção	5	10 min	24h
PUSH	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
RPHP	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
RPHP	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
RPHP	Configuração	4	10 min	12h
RPHP	Orientação	4	10 min	12h
RPHP	Melhoria	5	10 min	24h
RPHP	Correção	5	10 min	24h
RPHP	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
SALAS DE AUDIENCIAS	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
SALAS DE AUDIENCIAS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SALAS DE AUDIENCIAS	Atualização	4	10 min	12h
SALAS DE AUDIENCIAS	Configuração	4	10 min	12h
SALAS DE AUDIENCIAS	Apoio técnico	1	10 min	1h
SALAS DE SESSOES	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
SALAS DE SESSOES	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SALAS DE SESSOES	Atualização	4	10 min	12h
SALAS DE SESSOES	Configuração	4	10 min	12h
SALAS DE SESSOES	Apoio técnico	1	10 min	1h
SALAS DE SESSOES	Manutenção Preventiva	6	10 min	44h
SALAS DE SESSOES	Melhoria	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
SISTEMA PRECATORIOS	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Configuração	4	10 min	12h
SISTEMA PRECATORIOS	Orientação	4	10 min	12h
SISTEMA PRECATORIOS	Melhoria	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Correção	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
VIPE	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
VIPE	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
VIPE	Configuração	4	10 min	12h
VIPE	Orientação	4	10 min	12h
VIPE	Melhoria	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDAD	SLA Resposta	SLA Conclusão
ASSYSTNET	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
ASSYSTNET	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
ASSYSTNET	CONFIGURAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTNET	CORRECÇÃO	5	10 min	24h
ASSYSTNET	MELHORIA	5	10 min	24h
ASSYSTNET	ORIENTAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
ASSYSTWEB	CONFIGURAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	CORRECÇÃO	5	10 min	24h
ASSYSTWEB	MELHORIA	5	10 min	24h
ASSYSTWEB	ORIENTAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	RELATÓRIOS	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
ADMELETRONICO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
ADMELETRONICO	Configuração	4	10 min	12h
ADMELETRONICO	Orientação	4	10 min	12h
ADMELETRONICO	Melhoria	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Correção	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Treinamento	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
ALMOXARIFADO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
ALMOXARIFADO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Instalação	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Desinstalação	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Atualização	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Configuração	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Orientação	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Melhoria	5	10 min	24h
ALMOXARIFADO	Correção	5	10 min	24h
ALMOXARIFADO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Configuração	4	10 min	12h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Orientação	4	10 min	12h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Melhoria	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Correção	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
COMPRAS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
COMPRAS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
COMPRAS	Instalação	4	10 min	12h
COMPRAS	Desinstalação	4	10 min	12h
COMPRAS	Atualização	4	10 min	12h
COMPRAS	Configuração	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDAD	SLA Resposta	SLA Conclusão
COMPRAS	Orientação	4	10 min	12h
COMPRAS	Melhoria	5	10 min	24h
COMPRAS	Correção	5	10 min	24h
COMPRAS	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
DISCOVERER	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
DISCOVERER	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
DISCOVERER	Configuração	4	10 min	12h
DISCOVERER	Orientação	4	10 min	12h
DISCOVERER	Melhoria	5	10 min	24h
DISCOVERER	Correção	5	10 min	24h
DISCOVERER	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
FERIAS ON-LINE	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Configuração	4	10 min	12h
FERIAS ON-LINE	Orientação	4	10 min	12h
FERIAS ON-LINE	Melhoria	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Correção	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
FOLHA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
FOLHA	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
FOLHA	Instalação	4	10 min	12h
FOLHA	Desinstalação	4	10 min	12h
FOLHA	Atualização	4	10 min	12h
FOLHA	Configuração	4	10 min	12h
FOLHA	Orientação	4	10 min	12h
FOLHA	Melhoria	5	10 min	24h
FOLHA	Correção	5	10 min	24h
FOLHA	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
FREQUENCIA	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Configuração	4	10 min	12h
FREQUENCIA	Orientação	4	10 min	12h
FREQUENCIA	Melhoria	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Correção	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
PATRIMONIO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
PATRIMONIO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Instalação	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Desinstalação	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Atualização	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Configuração	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Orientação	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Melhoria	5	10 min	24h
PATRIMONIO	Correção	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDAD	SLA Resposta	SLA Conclusão
PATRIMONIO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
RH	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
RH	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
RH	Instalação	4	10 min	12h
RH	Desinstalação	4	10 min	12h
RH	Atualização	4	10 min	12h
RH	Configuração	4	10 min	12h
RH	Orientação	4	10 min	12h
RH	Melhoria	5	10 min	24h
RH	Correção	5	10 min	24h
RH	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
TRACE-GP	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
TRACE-GP	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
TRACE-GP	Configuração	4	10 min	12h
TRACE-GP	Orientação	4	10 min	12h
TRACE-GP	Melhoria	5	10 min	24h
TRACE-GP	Correção	5	10 min	24h
TRACE-GP	Relatórios e Informação	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
BACENJUD	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
BACENJUD	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
BACENJUD	Configuração	4	10 min	12h
BACENJUD	Orientação	4	10 min	12h
BACENJUD	Melhoria	5	10 min	24h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Configuração	4	10 min	12h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Orientação	4	10 min	12h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Melhoria	5	10 min	24h
GID CONSULTAS	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
GID CONSULTAS	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
GID CONSULTAS	Configuração	4	10 min	12h
GID CONSULTAS	Orientação	4	10 min	12h
GID CONSULTAS	Melhoria	5	10 min	24h
HOD RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
HOD RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Instalação	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Desinstalação	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Atualização	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Configuração	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Orientação	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Melhoria	5	10 min	24h
IMPrensa NACIONAL	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
IMPrensa NACIONAL	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
IMPrensa NACIONAL	Configuração	4	10 min	12h
IMPrensa NACIONAL	Orientação	4	10 min	12h
IMPrensa NACIONAL	Melhoria	5	10 min	24h
INFOJUD	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
INFOJUD	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
INFOJUD	Configuração	4	10 min	12h
INFOJUD	Orientação	4	10 min	12h
INFOJUD	Melhoria	5	10 min	24h
RENAJUD	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
RENAJUD	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
RENAJUD	Configuração	4	10 min	12h
RENAJUD	Orientação	4	10 min	12h
RENAJUD	Melhoria	5	10 min	24h
SEFIP	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SEFIP	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SEFIP	Instalação	4	10 min	12h
SEFIP	Desinstalação	4	10 min	12h
SEFIP	Configuração	4	10 min	12h
SEFIP	Orientação	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
SEFIP	Melhoria	5	10 min	24h
SIABI	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
SIABI	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
SIABI	Instalação	4	10 min	12h
SIABI	Desinstalação	4	10 min	12h
SIABI	Orientação	4	10 min	12h
SIABI	Configuração	4	10 min	12h
SIABI	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
SIABI	Melhoria	5	10 min	24h
SIAFI	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SIAFI	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SIAFI	Instalação	4	10 min	12h
SIAFI	Desinstalação	4	10 min	12h
SIAFI	Configuração	4	10 min	12h
SIAFI	Orientação	4	10 min	12h
SIAFI	Melhoria	5	10 min	24h
SICALC	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SICALC	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SICALC	Instalação	4	10 min	12h
SICALC	Desinstalação	4	10 min	12h
SICALC	Configuração	4	10 min	12h
SICALC	Orientação	4	10 min	12h
SICALC	Melhoria	5	10 min	24h
SISAC	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SISAC	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SISAC	Instalação	4	10 min	12h
SISAC	Desinstalação	4	10 min	12h
SISAC	Configuração	4	10 min	12h
SISAC	Orientação	4	10 min	12h
SISAC	Melhoria	5	10 min	24h

* Os sistemas que são usados no TRT4 a partir de convênios com outros órgãos podem sofrer paradas por motivos externos ao TRT4, nestes casos, não temos o que fazer. Os tempos acima referem-se a fatores internos que interferem no uso destes serviços.

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
E-MAIL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
E-MAIL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
E-MAIL	Configuração	4	10 min	12h
E-MAIL	Orientação	4	10 min	12h
E-MAIL	Nova Caixa Postal	4	10 min	12h
E-MAIL	Melhoria	5	10 min	24h
E-MAIL	Treinamento	5	10 min	24h
E-MAIL	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
EXTRANET TRT	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
EXTRANET TRT	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
EXTRANET TRT	Configuração	4	10 min	12h
EXTRANET TRT	Orientação	4	10 min	12h
EXTRANET TRT	Melhoria	5	10 min	24h
EXTRANET TRT	Correção	5	10 min	24h
GABINETE VIRTUAL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
GABINETE VIRTUAL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
GABINETE VIRTUAL	Configuração	4	10 min	12h
GABINETE VIRTUAL	Orientação	4	10 min	12h
GABINETE VIRTUAL	Melhoria	5	10 min	24h
GABINETE VIRTUAL	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
GABINETE VIRTUAL	Desbloqueio de Sessão	2	10 min	4h
GOOGLE APPS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
GOOGLE APPS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Configuração	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Orientação	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Melhoria	5	10 min	24h
GOOGLE APPS	Treinamento	5	10 min	24h
GOOGLE APPS	Reparo	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PORTAL VOX	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PORTAL VOX	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PORTAL VOX	Configuração	4	10 min	12h
PORTAL VOX	Orientação	4	10 min	12h
PORTAL VOX	Melhoria	5	10 min	24h
PORTAL VOX	Correção	5	10 min	24h
PORTAL VOX	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
QUIOSQUE DIGITAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
QUIOSQUE DIGITAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
QUIOSQUE DIGITAL	Configuração	4	10 min	12h
QUIOSQUE DIGITAL	Orientação	4	10 min	12h
QUIOSQUE DIGITAL	Melhoria	5	10 min	24h
QUIOSQUE DIGITAL	Manutenção Preventiva	5	10 min	24h
QUIOSQUE DIGITAL	Movimentação	5	10 min	24h
SITE TRT4	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
SITE TRT4	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SITE TRT4	Configuração	4	10 min	12h
SITE TRT4	Orientação	4	10 min	12h
SITE TRT4	Melhoria	5	10 min	24h
SITE TRT4	Correção	4	10 min	24h
SITE TRT4	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
TELEFONIA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
TELEFONIA	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
TELEFONIA	Configuração Ramal	4	10 min	12h
TELEFONIA	Habilitação de ponto tel	4	10 min	33h
TELEFONIA	Orientação	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Configuração	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Orientação	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Melhoria	5	10 min	24h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Manutenção Preventiva	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
ACESSO AOS SISTEMAS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
ACESSO AOS SISTEMAS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
ACESSO AOS SISTEMAS	Alteração de direitos	5	10 min	24h
ACESSO AOS SISTEMAS	Criação de Conta	5	10 min	24h
ACESSO AOS SISTEMAS	Desativação de Conta	5	10 min	24h
ACESSO AOS SISTEMAS	Inicialização de senha	3	10 min	6h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
IMPRESSÃO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
IMPRESSÃO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
IMPRESSÃO	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Acréscimo	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Configuração	4	10 min	12h
IMPRESSÃO	Configuração (interior)	6	10 min	48
IMPRESSÃO	Devolução	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Empréstimo	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Manutenção	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Movimentação	4	10 min	12h
IMPRESSÃO	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Substituição	4	10 min	12h
IMPRESSÃO	Substituição (interior)	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Orientação	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Teste	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Melhoria	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
COMPUTADOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
COMPUTADOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Acréscimo	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Configuração	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Configuração (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Devolução	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Empréstimo	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Manutenção	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Movimentação	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Auto-imagem	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Auto-imagem (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Preparação	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Preparação (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Substituição	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Orientação	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Remoção Bases	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Teste	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Melhoria	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NOTEBOOK	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NOTEBOOK	Fornecimento	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Configuração	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Configuração (interior)	6	10 min	48h
NOTEBOOK	Devolução	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Empréstimo	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Manutenção	4	10 min	121h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
NOTEBOOK	Preparação	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Preparação (interior)	6	10 min	48h
NOTEBOOK	Substituição	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Substituição (interior)	6	10 min	48h
NOTEBOOK	Orientação	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Remoção Bases	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Teste	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Melhoria	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
DOCKINGSTATION	Configuração	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Devolução	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Empréstimo	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Fornecimento	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Manutenção	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Movimentação	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Substituição	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Orientação	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Teste	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Melhoria	5	10 min	24h
NO BREAK	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NO BREAK	Acréscimo	5	10 min	24h
NO BREAK	Configuração	5	10 min	24h
NO BREAK	Configuração (interior)	6	10 min	48h
NO BREAK	Devolução	5	10 min	24h
NO BREAK	Empréstimo	5	10 min	24h
NO BREAK	Manutenção	5	10 min	77h
NO BREAK	Movimentação	4	10 min	12h
NO BREAK	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
NO BREAK	Substituição	4	10 min	12h
NO BREAK	Substituição (interior)	6	10 min	48h
NO BREAK	Orientação	5	10 min	24h
NO BREAK	Teste	5	10 min	24h
NO BREAK	Melhoria	5	10 min	24h
MONITOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
MONITOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
MONITOR	Acréscimo	5	10 min	24h
MONITOR	Configuração	4	10 min	12h
MONITOR	Configuração (interior)	6	10 min	48h
MONITOR	Devolução	5	10 min	24h
MONITOR	Empréstimo	5	10 min	24h
MONITOR	Fornecimento	5	10 min	24h
MONITOR	Manutenção	4	10 min	132h
MONITOR	Movimentação	4	10 min	12h
MONITOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
MONITOR	Substituição	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
MONITOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
MONITOR	Orientação	5	10 min	24h
MONITOR	Teste	5	10 min	24h
MONITOR	Melhoria	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
TECLADO/MOUSE	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Acréscimo	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Configuração	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Configuração (interior)	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Devolução	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Empréstimo	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Manutenção	4	10 min	55h
TECLADO/MOUSE	Movimentação	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Substituição	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Substituição (interior)	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Orientação	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Teste	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Melhoria	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
DIGITALIZAÇÃO	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Acréscimo	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Configuração	3	10 min	6h
DIGITALIZAÇÃO	Configuração (interior)	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Devolução	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Empréstimo	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Manutenção	4	10 min	77h
DIGITALIZAÇÃO	Movimentação	4	10 min	12h
DIGITALIZAÇÃO	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Substituição	4	10 min	12h
DIGITALIZAÇÃO	Substituição (interior)	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Orientação	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Teste	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Melhoria	5	10 min	24h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Configuração	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Configuração Mídias	6	10 min	48h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Fornecimento mídias	5	10 min	24h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Emissão Certificado	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Renovação Certificado	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Desbloqueio PIN	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Orientação	5	10 min	24h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Melhoria	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Acréscimo	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Configuração	3	10 min	6h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Configuração (interior)	6	10 min	48h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Devolução	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Empréstimo	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Manutenção	4	10 min	77h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Movimentação	4	10 min	12h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Substituição	4	10 min	12h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Substituição (interior)	6	10 min	48h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Orientação	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Teste	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Melhoria	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ESTABILIZADOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
ESTABILIZADOR	Acréscimo	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Devolução	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Empréstimo	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Manutenção	4	10 min	77h
ESTABILIZADOR	Movimentação	4	10 min	12h
ESTABILIZADOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
ESTABILIZADOR	Substituição	4	10 min	12h
ESTABILIZADOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
ESTABILIZADOR	Orientação	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Teste	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Melhoria	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
DISPOSITIVO MÓVEL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
DISPOSITIVO MÓVEL	Acréscimo	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Configuração	4	10 min	12h
DISPOSITIVO MÓVEL	Devolução	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Empréstimo	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Manutenção	4	10 min	132h
DISPOSITIVO MÓVEL	Substituição	4	10 min	12h
DISPOSITIVO MÓVEL	Substituição (interior)	6	10 min	48h
DISPOSITIVO MÓVEL	Orientação	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Teste	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Melhoria	5	10 min	24h
PROJETOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PROJETOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
PROJETOR	Devolução	5	10 min	24h
PROJETOR	Empréstimo	5	10 min	24h
PROJETOR	Manutenção	4	10 min	77h
PROJETOR	Movimentação	4	10 min	12h
PROJETOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
PROJETOR	Substituição	4	10 min	12h
PROJETOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
PROJETOR	Orientação	5	10 min	24h
PROJETOR	Teste	5	10 min	24h
PROJETOR	Melhoria	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
RELÓGIO PONTO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
RELÓGIO PONTO	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Acréscimo	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Configuração	4	10 min	12h
RELÓGIO PONTO	Configuração (interior)	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Devolução	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Empréstimo	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Manutenção	4	10 min	132h
RELÓGIO PONTO	Movimentação	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Substituição	4	10 min	12h
RELÓGIO PONTO	Substituição (interior)	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Orientação	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Teste	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Melhoria	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Geral (interio	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Acréscimo	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Configuração	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Configuração (interior)	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Devolução	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Empréstimo	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Manutenção	4	10 min	143h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Movimentação	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Substituição	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Substituição (interior)	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Orientação	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Teste	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Melhoria	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
VIDEOCONFERÊNCIA	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Acréscimo	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Configuração	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Configuração (interior)	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Devolução	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
VIDEOCONFERÊNCIA	Empréstimo	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Manutenção	4	10 min	132h
VIDEOCONFERÊNCIA	Movimentação	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Substituição	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Substituição (interior)	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Orientação	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Teste	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Melhoria	5	10 min	24h
SUORTE A EVENTOS	Apoio técnico	5	10 min	24h
SUORTE A EVENTOS	Montagem/Teste	4	10 min	12h
SUORTE A EVENTOS	Montagem/Teste (interi	6	10 min	48h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
REDE LOCAL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
REDE LOCAL	Erro/Falha Geral (interior)	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
REDE LOCAL	Alteração	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Cabos de Rede	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Cabos de Rede (interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Confecção de Ponto Lógico	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Conserto de Ponto Lógico	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Cópia de Arquivos	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Domínio (configuração)	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Domínio (configuração - interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Espaço em disco	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Habilitação de Ponto Lógico	3	10 min	6h
REDE LOCAL	Habilitação de Ponto Lógico (interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Orientação	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Teste	3	10 min	6h
REDE LOCAL	Teste (interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Melhoria	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Geral (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Pontual (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Configuração	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Configuração (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Orientação	4	10 min	12h
REDE SEM FIO	Teste	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Teste (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Melhoria	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
LINK DE DADOS	Erro/Falha Geral (interior)	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Configuração	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Configuração (interior)	6	10 min	48h
LINK DE DADOS	Orientação	4	10 min	12h
LINK DE DADOS	Teste	4	10 min	12h
LINK DE DADOS	Teste (interior)	6	10 min	48h
LINK DE DADOS	Manutenção Corretiva	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Manutenção Corretiva (interior)	6	10 min	48h
LINK DE DADOS	Melhoria	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
PROXY/FIREWALL	Liberação/Bloqueio	5	10 min	24h
INTERNET	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
STORAGE	LUN	5	10 min	24h
SERVIDOR	ERRO/ FALHA	4	10 min	12h
SERVIDOR	Novo	5	10 min	24h
SERVIDOR	Remoção	5	10 min	24h

SERVIDOR	Configuração	5	10 min	24h
NAS	Quota/Espaço	5	10 min	24h
NAS	Unidade de Rede	5	10 min	24h
NAS	Permissão de Acesso	5	10 min	24h
BANCO DE DADOS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
BANCO DE DADOS	Novo Banco	5	10 min	24h
BANCO DE DADOS	Novo Sistema/Schema	5	10 min	24h
BANCO DE DADOS	Solicitações	5	10 min	24h
SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Erro/Falha/Lentidão	5	10 min	24h
SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Novo Sistema	5	10 min	24h
SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Solicitações	5	10 min	24h
BACKUP	Inclusão/Remoção	5	10 min	24h
BACKUP	Restore	5	10 min	24h
BACKUP	Solicitações	5	10 min	24h
MONITORAMENTO	Configuração	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
ACCESS	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ACCESS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ACCESS	Instalação	5	10 min	24h
ACCESS	Desinstalação	4	10 min	12h
ACCESS	Orientação	4	10 min	12h
ACCESS	Atualização	6	10 min	48h
ACCESS	Melhoria	5	10 min	24h
ACESSIBILIDADE	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ACESSIBILIDADE	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ACESSIBILIDADE	Instalação	5	10 min	24h
ACESSIBILIDADE	Desinstalação	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Atualização	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Configuração	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Orientação	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Melhoria	5	10 min	24h
ANTIVIRUS	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ANTIVIRUS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ANTIVIRUS	Instalação	5	10 min	24h
ANTIVIRUS	Atualização	4	10 min	12h
ANTIVIRUS	Configuração	4	10 min	12h
ANTIVIRUS	Orientação	4	10 min	12h
ANTIVIRUS	Varredura	3	10 min	6h
ANTIVIRUS	Relatórios	5	10 min	24h
ANTIVIRUS	Melhoria	5	10 min	24h
AUTOCAD	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
AUTOCAD	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
AUTOCAD	Instalação	5	10 min	24h
AUTOCAD	Desinstalação	4	10 min	12h
AUTOCAD	Orientação	4	10 min	12h
AUTOCAD	Atualização	6	10 min	48h
AUTOCAD	Melhoria	5	10 min	24h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Instalação	5	10 min	24h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Atualização	6	10 min	48h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Configuração	4	10 min	12h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Orientação	4	10 min	12h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Melhoria	5	10 min	24h
CHROME	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
CHROME	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CHROME	Instalação	4	10 min	12h
CHROME	Desinstalação	4	10 min	12h
CHROME	Orientação	4	10 min	12h
CHROME	Atualização	6	10 min	48h

CHROME	Configuração	4	10 min	12h
CHROME	Melhoria	5	10 min	24h
CORELDRAW	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
CORELDRAW	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CORELDRAW	Instalação	5	10 min	24h
CORELDRAW	Desinstalação	4	10 min	12h
CORELDRAW	Orientação	4	10 min	12h
CORELDRAW	Atualização	4	10 min	12h
CORELDRAW	Melhoria	5	10 min	24h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Instalação	5	10 min	24h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Desinstalação	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Atualização	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Configuração	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Orientação	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Melhoria	5	10 min	24h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Instalação	5	10 min	24h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Desinstalação	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Atualização	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Configuração	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Correção	5	10 min	24h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Orientação	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Melhoria	5	10 min	24h
EXCEL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
EXCEL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
EXCEL	Instalação	5	10 min	24h
EXCEL	Desinstalação	4	10 min	12h
EXCEL	Orientação	4	10 min	12h
EXCEL	Atualização	4	10 min	12h
EXCEL	Melhoria	5	10 min	24h
FIREFOX	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
FIREFOX	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
FIREFOX	Instalação	4	10 min	12h
FIREFOX	Desinstalação	4	10 min	12h
FIREFOX	Orientação	4	10 min	12h
FIREFOX	Atualização	4	10 min	12h
FIREFOX	Configuração	4	10 min	12h
FIREFOX	Melhoria	5	10 min	24h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Recuperação	4	10 min	12h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Cópia	4	10 min	12h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Orientação	4	10 min	12h

GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Instalação	5	10 min	24h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Desinstalação	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Atualização	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Configuração	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Orientação	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Melhoria	5	10 min	24h
ICNET/CEF	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ICNET/CEF	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ICNET/CEF	Instalação	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Desinstalação	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Atualização	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Configuração	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Orientação	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Melhoria	5	10 min	24h
INTERNET EXPLORER	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INTERNET EXPLORER	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INTERNET EXPLORER	Instalação	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Desinstalação	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Orientação	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Atualização	6	10 min	48h
INTERNET EXPLORER	Configuração	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Melhoria	5	10 min	24h
LIBREOFFICE	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
LIBREOFFICE	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
LIBREOFFICE	Instalação	4	10 min	24h
LIBREOFFICE	Desinstalação	4	10 min	12h
LIBREOFFICE	Orientação	4	10 min	12h
LIBREOFFICE	Atualização	6	10 min	48h
LIBREOFFICE	Configuração	4	10 min	12h
LIBREOFFICE	Melhoria	5	10 min	24h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Instalação	5	10 min	24h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Desinstalação	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Atualização	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Configuração	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Orientação	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Melhoria	5	10 min	24h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Instalação	4	10 min	12h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Desinstalação	4	10 min	12h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Orientação	4	10 min	12h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Atualização	4	10 min	12h

MÓDULO DE SEGURANÇA D	Melhoria	5	10 min	24h
OUTROS PROGRAMAS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
OUTROS PROGRAMAS	Instalação	5	10 min	24h
OUTROS PROGRAMAS	Desinstalação	4	10 min	12h
OUTROS PROGRAMAS	Atualização	4	10 min	12h
OUTROS PROGRAMAS	Configuração	4	10 min	12h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Orientação	4	10 min	12h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Configuração	4	10 min	12h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Melhoria	5	10 min	24h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Instalação	5	10 min	24h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Desinstalação	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Orientação	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Atualização	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Configuração	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Melhoria	5	10 min	24h
PLEO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PLEO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PLEO	Instalação	4	10 min	12h
PLEO	Desinstalação	4	10 min	12h
PLEO	Atualização	4	10 min	12h
PLEO	Configuração	4	10 min	12h
PLEO	Orientação	4	10 min	12h
PLEO	Melhoria	5	10 min	24h
POWERPOINT	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
POWERPOINT	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
POWERPOINT	Instalação	5	10 min	24h
POWERPOINT	Desinstalação	4	10 min	12h
POWERPOINT	Orientação	4	10 min	12h
POWERPOINT	Atualização	4	10 min	12h
POWERPOINT	Melhoria	5	10 min	24h
RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
RECEITA FEDERAL	Instalação	5	10 min	24h
RECEITA FEDERAL	Desinstalação	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Atualização	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Configuração	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Orientação	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Melhoria	5	10 min	24h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Instalação	5	10 min	24h

SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Desinstalação	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Atualização	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Configuração	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Orientação	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Melhoria	5	10 min	24h
WINDOWS	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
WINDOWS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
WINDOWS	Atualização	4	10 min	12h
WINDOWS	Configuração	4	10 min	12h
WINDOWS	Orientação	4	10 min	12h
WINDOWS	Melhoria	5	10 min	24h
WORD	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
WORD	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
WORD	Instalação	5	10 min	24h
WORD	Desinstalação	4	10 min	12h
WORD	Orientação	4	10 min	12h
WORD	Atualização	4	10 min	12h
WORD	Configuração	4	10 min	12h
WORD	Melhoria	5	10 min	24h

PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO			
URGÊNCIA	IMPACTO		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTA	1	2	3
MÉDIA	2	4	5
BAIXA	3	5	6

PRIORIDADE	TEMPO CONCLUSÃO
1	1h
2	4h
3	6h
4	12h
5	24h
6	48h

Os demais tempos que aparecem, principalmente, no grupo Equipamentos, para atendimento à Porto Alegre - Outras sedes e Interior, referem-se a tempos de resposta existente em contratos de manutenção.

Todos os tempos estão expressos em horas úteis.

Os atendimentos aos chamados de salas de sessões e salas de audiências são iniciados imediatamente após o recebimento da solicitação (nas situações em que o incidente está impedindo o prosseguimento dos trabalhos)

O tempo de 10 minutos para o início de atendimento, considera uma equipe mínima, na Seção de Atendimento a Usuários, de 6 servidores em cada turno de trabalho prestando atendimento aos chamados.

Serviços não suportados:

- Atendimento a equipamentos particulares (notebooks, smartphones, tablets, etc), seja para instalação ou configuração de algum programa ou mesmo orientação de uso do equipamento.
- Atendimento a chamados fora do horário de expediente estabelecido, formalmente, pelo TRT.
- Atendimento (e responsabilidade) a programas instalados pelos usuários nos notebooks.
- Responsabilidade por arquivos salvos nos discos locais dos equipamentos.

Descrição Projetos PDTIC-2016-2017

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)										
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
					Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Interface para PJe</p> <p>Problema a ser resolvido: O PJe, especificamente com relação aos usuários de Central de Mandados, é uma ferramenta bastante limitada. E essas limitações trazem prejuízos à gestão das Centrais de Mandados, bem como impõem severas dificuldades no controle e cumprimento dos mandados distribuídos aos oficiais de justiça.</p> <p>Os mandados recebidos, por exemplo, não são dispostos na ordem de distribuição, mas na ordem de expedição. Assim, mandados expedidos há 20 dias, por exemplo, que tenham levado algum tempo para serem assinados, uma vez distribuídos, não irão aparecer como último mandado da lista, mas no meio dos demais. Nesses casos, então, o oficial de justiça poderá sequer notar sua distribuição, o que poderia ensejar o não cumprimento, em especial, de expedientes que contemplem maior urgência. Além disso, o oficial não tem qualquer controle sobre quais mandados tenham sido já impressos. Não existe, por exemplo, um marcador como aqueles existentes nas caixas de email, que permita sinalizar os mandados já impressos, facilitando, assim, a distinção com relação àqueles que tenham sido distribuídos e ainda não impressos.</p> <p>Outra dificuldade é a elaboração de relatórios de mandados pendentes ou cumpridos, por exemplo, como os que existem no Infor. No momento, não é possível tanto ao oficial, quanto ao gestor, gerar dados estatísticos sobre mandados recebidos, cumpridos, etc., o que dificulta a cobrança de eventuais mandados atrasados, bem como a adequação das zonas de trabalho conforme se observe aumento ou redução das demandas de mandados.</p> <p>Essas dificuldades fazem com que o trabalho dos usuários de Centrais de Mandados seja bastante majorado. Atualmente, é necessário que se faça, inclusive, controle físico de mandados, mantendo-se vias impressas em arquivos, como forma de ter algum controle sobre o trabalho que é realizado.</p> <p>Sugestão de solução: Conhecedor das dificuldades se que se implementem melhorias diretamente no sistema PJe, penso que uma solução seria desenvolver um software que atue integrado ao PJe e que compile os dados de uma maneira mais inteligente e funcional. Esse aplicativo poderia, por exemplo, ler os dados gerados no PJe e organizar os mandados em uma interface mais parecida, por exemplo, com uma caixa de email, permitindo aplicação de filtros, a realização de pesquisa textual e a sinalização de mandados já impressos.</p> <p>Poderia, ainda, armazenar dados de mandados já cumpridos e emitir alertas com relação a mandados cujo prazo para cumprimento tenha sido extrapolado.</p> <p>Para isso, lógico, seria necessário ter acesso ao banco de dados do sistema em Brasília. Todavia, penso que, sendo uma iniciativa oficial da SETIC, esse obstáculo possa ser transporto.</p> <p>Eu, pessoalmente, cheguei a fazer orçamento com uma empresa para desenvolver esse aplicativo e o obstáculo foi justamente o acesso ao banco de dados.</p> <p>Benefícios esperados: Com uma interface mais racional, o tempo de impressão e controle de mandados distribuídos seria consideravelmente reduzidos. Hoje em dia, se o oficial tem 30 mandados na sua caixa, é necessário ler diariamente esses 30 mandados em busca de algum novo que tenha sido eventualmente posicionado bem no meio da listagem. Se houvesse uma forma de sinalizar os mandados recém chegados, essa busca seria desnecessária.</p> <p>Além da redução de tempo, essa ferramenta evitaria situações em que o mandado não é percebido pelo oficial de justiça a tempo de ser cumprido, o que acontece, por exemplo, em notificações para comparecimento em audiência.</p> <p>Os mecanismos de elaboração de relatórios, por sua vez, proporcionariam ao gestor uma ferramenta efetiva de cobrança de mandados atrasados. Atualmente, isso só é feito no momento em que a Vara percebe o atraso e remete email solicitando o cumprimento. O controle prévio, então, é quase impossível, demandando análise visual das caixas dos oficiais de justiça em busca de mandados com prazo extrapolado.</p>	Alexandre Paz Garcia	Coordenadoria de Execução de Mandados do Foro de Porto Alegre	Centrais de Mandados de todas as Comarcas do TRT da 4ª Região	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	1625

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Disponibilização de excedentes de penhora e processamento de penhoras Ferramenta de tecnologia da informação que automatize a disponibilização de excedentes de penhora e o processamento de penhoras no rosto dos autos nacionalmente (ou ao menos regionalmente)</p> <p>Problema a ser resolvido: A execução ainda é o maior entrave à efetividade da Justiça, com taxa de congestionamento de 67%; Significativa parte dos devedores são contumazes, com dezenas ou centenas de lides trabalhistas inadimplidas nacionalmente; Tais devedores têm como parte da estratégia de negócio justamente formalizar a criação de sucessivas pessoas jurídicas para gerar lucro sem satisfazer a totalidade de débitos trabalhistas, tributários e outros, gerando tumulto processual e inúmeras execuções arquivadas com dívida; Tais devedores contumazes costumam utilizar complexos esquemas de ocultação ou "blindagem" patrimonial, já bastante vulgarizados e acessíveis no mercado, envolvendo a criação de empresas "off-shore", "doleiros" e outros operadores de esquemas de lavagem de dinheiro, contas bancárias "de aluguel" ou abertas com documentação falsa, assim como o uso de "factoring", seguros, investimentos e cooperativas de crédito, tudo para movimentar valores com o máximo de anonimato, sem exposição ao já desgastado sistema BACEN JUD, que atualmente possui baixíssimo índice de sucesso, inferior a 10%; O atual rol de convênios de ferramentas informáticas disponíveis aos magistrados, inclusive para análise de movimentações bancárias e decretação de indisponibilidade de imóveis nacionalmente, pela primeira vez na história permite desvendar tais estratégias com elevado índice de certeza e identificar o patrimônio ocultado; O gigantismo de tais tarefas impõe que tais pesquisas sejam realizadas não apenas pelos Núcleos de Pesquisa Patrimonial (NPP), com seus limitados recursos humanos, mas também por todas as Varas do Trabalho, conforme a complexidade, sob pena de insuficiência de resultados; Entretanto, o uso combinado de tais ferramentas pode ser complexo e demandar significativo tempo, o que desestimula o uso de tais ferramentas pelas Varas individualmente em razão da perda de economia de escala, quando objetivada apenas a satisfação das execuções em suas unidades, ante o considerável tempo despendido e a limitação de recursos humanos; Ainda que um magistrado eventualmente adote a boa prática de identificar às demais Varas que tenham execuções em face do mesmo devedor acerca da existência de valores sobejantes em penhoras efetuadas, tal se dá de forma artesanal, recebendo-se os pedidos de reserva de valores ou penhoras também artesanal e desorganizadamente - se forem dezenas ou centenas, há o risco de desestruturar a rotina de uma Vara ou congestionar um NPP - o que desestimula a adoção de tal prática em razão dos limitados recursos humanos e a falta de automatização da tarefa; Ainda não há comunicação ou cooperação entre os Tribunais Regionais do Trabalho em matéria de execução e mesmo no âmbito de cada Regional, o tradicional paradigma é que as Varas atuem como "ilhas", cada qual resolvendo suas execuções, sem auxiliar ou receber auxílio das demais, facilitando as estratégias dos devedores contumazes e dificultado a solução das execuções como um todo; O sucesso de uma Vara/NPP em desvendar a ocultação de patrimônio e solucionar uma execução localmente é necessariamente o fracasso da execução para as demais unidades judiciárias com execuções em face do mesmo devedor nacionalmente, já que, uma vez alertado quanto à descoberta de seu esquema, tal devedor será rápido em alterar o esquema e ocultar os bens de outra forma; Quando bens de grande vulto são penhorados, a devolução de valores excedentes ao devedor que possui diversos outras execuções trabalhistas inadimplidas nacionalmente, constitui lamentável problema de administração judiciária, desperdício de escassos recursos humanos e do tempo do jurisdicionado, com afronta à garantia constitucional à razoável duração do processo; Do contrário, a integração, sistematização e automatização de rotinas dos esforços executórios das mais de 1500 Varas do Trabalho do país possuem imensas potencialidades, com o aproveitamento dos resultados obtidos por todas as unidades reciprocamente;</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolvimento de uma ferramenta nacional de TI (ou ao menos regional) que automatize as seguintes rotinas: - que as Varas ou Núcleos de pesquisa patrimonial, encontrando nas execuções sob sua responsabilidade ou reunidas (art. 28 da LEF), patrimônio superior ao necessário para satisfazer as mesmas, possam gerar através de um software nacional um alerta automático (por e-mail ou interligado com os PJe locais) a todas as unidades com débitos do mesmo devedor inscrito no BNDT; - que tal alerta contenha a descrição dos bens penhorados/bloqueados/indisponíveis, valor de avaliação e valor exequendo, a fim de que o juiz recorrente do alerta averiguasse a conveniência de solicitar a reserva de valores/penhora no rosto dos autos (podendo, por exemplo, optar por efetuar uma segunda penhora sobre os mesmos bens, ou por buscar outros bens); - que as Varas/Núcleos notificados tenham um prazo a ser definido para, querendo, inserirem via sistema a solicitação de reserva de valores/penhora no rosto dos autos; - que o conjunto de solicitações de reserva de valores/penhora no rosto dos autos seja processado (observando a ordem das reservas ou rateio entre os credores, conforme critério a ser estabelecido), consolidado e remetido ao juiz emissor do alerta (por e-mail ou mediante interligação com os PJe locais), com resumo que possa ser facilmente incluído no processo de execução, e automática atualização no BNDT (atualizando o valor de cada execução e alterando o status para execução com garantia suficiente, se for o caso); - Finalmente, seria também conveniente que tal sistema congregasse o valor exequendo de todos os débitos inscritos no BNDT, a fim de que os magistrados pudessem delimitar as pesquisas e escolher os devedores prioritários para as mesmas.</p> <p>Benefícios esperados: Tal software facilitaria o trabalho de juizes que encontram patrimônio substancial e adotam a medida proativa de identificar as demais unidades com execuções em face dos mesmos devedores; assim, não seriam devolvidos ao executado os valores sobejantes (na unidade) antes de serem satisfeitas todas as execuções trabalhistas em face do mesmo no país (ou no estado). Adicionalmente, um juiz poderia eleger como prioridade para seus esforços de pesquisa patrimonial aqueles processos em que o devedor tivesse dívidas mais substanciais, aproveitando tais diligências para as demais unidades com processos daquele devedor. Em termos de administração judiciária, tal boa prática representaria grande economia de recursos.</p>	Cesar Zucatti Pritsch	3ª Vara do Trabalho de Canoas	Todas as Varas do Trabalho, que se beneficiariam com o aproveitamento de excedentes de penhora em outras Varas, assim como da automatização da penhora no rosto dos autos/reserva de remanescentes.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4250

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)						SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL	
<p>Automatização dos logons</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente, duas pessoas na SM são alocadas exclusivamente para realizar pedidos de acesso de usuários (criação, alteração e remoção), além de quaisquer outras que são alocadas eventualmente para ajudar em períodos de grande demanda. Estes cadastros são feitos individualmente em cada sistema da SETIC, o que é um processo demorado e extremamente manual.</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolver uma solução de unificação de criação de logins nos sistemas mantidos pela SETIC: Infor, NovaJus4, ADME e Sistemas Administrativos (Patrimônio, Folha, etc). Numa primeira etapa, que não depende da SM e necessita de integração com outras áreas, os setores responsáveis por estes sistemas desenvolveriam serviços que executam as funções de cadastro, sem necessidade de utilização da interface dos programas. Posteriormente a SM desenvolveria uma aplicação que chamaria estes serviços e os uniria com a chamada a outros serviços já existentes ou possíveis de serem implementados (AD e provavelmente LDAP e PJE).</p> <p>Benefícios esperados: Redução drástica do tempo necessário para realizar pedidos de acesso de usuários. Além de diminuir o tempo de espera pelo usuário, a SM poderia alocar seus servidores em outras atividades do setor, melhorando a eficiência do setor em geral.</p>	Felipe Giacomel	Seção de Microinformática	Seção de Microinformática e todas as áreas que com ela se relacionam	Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	1500	
<p>Inteligência Jurisdicional</p> <p>Problema a ser desenvolvido: Identificar o ajuizamento de ações repetitivas (demandas de massa, compreendendo iniciais com teses padronizadas, e lesões massivas, ações causadas por litigiosidade programada do réu, mediante sonegação contumaz de direitos e uso predatório da Justiça). Atualmente nada é feito no sistema. Consequência: pulverização da prestação jurisdicional (atomizada), com análise caso-a-caso, de forma artesanal, de demandas que são projetadas de forma massiva e padronizada, retardando e comprometendo prazos e contribuindo para as taxas de congestionamento do Judiciário. Ainda, há risco de decisões divergentes sobre casos idênticos, multiplicando a litigiosidade programada.</p> <p>Sugestão de solução: Várias possibilidades podem ser analisadas como solução, desde o sistema detectar o ajuizamento de múltiplas ações com mesma tese em curto espaço de tempo, como detectar litigiosidade programada perpetuada pelos grandes litigantes - réus que costumam ser reiteradamente condenados nas mesmas questões.</p> <p>Benefícios esperados: Identificar para o Magistrado e servidores que se trata de possível demanda repetitiva, para que comporte análise diferenciada do ponto de vista de padronização da decisão, aplicação da jurisprudência iterativa da Corte, litigância de má-fé, etc.</p>	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	Desembargador do Trabalho	atividade-fim do TRT4, gabinetes, juizes	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes, Fortalecer os processos de governança	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4125	
<p>Criação de um Banco de Dados Informativo das Edificações do TRT4</p> <p>Problema a ser resolvido: Todas as informações estão dispersas dentro da unidade. Sempre que algumas informações são solicitadas é necessária uma pesquisa que geralmente demora algum tempo. As informações nem sempre estão atualizadas. São várias áreas (seções da SEMPRO) que interagem dentro de uma mesma localidade e as informações ficam dispersas. Não temos um procedimento padrão, com um banco de dados único para ser alimentado por todos. Sempre que necessário, outras unidades têm que solicitar informações atualizadas sobre determinadas localidades para a SEMPRO</p> <p>Sugestão de solução: Com um Banco de Dados com as informações mais importantes de cada localidade atualizado e acessível com certeza agilizará e aprimorará os procedimentos administrativos.</p> <p>Benefícios esperados: Celeridade na informação Evitar retrabalho Acessibilidade à informação Celeridade no processo adm Redução do número de pessoa</p>	Marcos Aurelio da Rosa Silva	Secretaria de Manutenção e Projetos	A SEMPRO e suas seções A Secretaria de Administração Direção-Gera Presidência Corregedoria CCDF e Secretaria de todas as unidades jurisdicionais Unidades Administrativas	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	1125	
<p>eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas)</p> <p>Problema a ser resolvido: Compatibilizar os sistemas administrativos do TRT 4º com os leiautes do eSocial. O eSocial ainda não entrou em funcionamento para órgãos públicos. Conforme PA 0008085-90.2010.5.04.0000 a exigência às pessoas jurídicas de direito público da União ocorrerá a partir de janeiro de 2017.</p> <p>Sugestão de solução: Análise dos leiautes dos sistemas Administrativos com os do eSocial. Conforme Ata da 1ª Reunião de Trabalho - SGRH/SIGEP-FOLHA DE PAGAMENTO que ocorreu nos dias 26 e 27 de outubro de 2015 neste Tribunal, o eSocial passará a ser uma demanda do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH/Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP, os quais, por deliberação do CSJT, sucederão os atuais programas de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento de todos os Tribunais Regionais da Justiça do Trabalho.</p> <p>Benefícios esperados: Cumprimento da legislação. Flexibilidade para análise de dados. Transparência à sociedade. Facilidade para fiscalização das obrigações sociais/trabalhistas por parte dos órgãos responsáveis: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>	César Augusto Collatto	Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes, Fortalecer os processos de governança	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultado em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	2875	

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)											
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO						
					Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL	
<p>Sistema de Auditoria AUDI desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Pará voltado aos órgãos de controle interno do judiciário.</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente não existe um software voltado especificamente a atividade de auditoria. Utiliza-se ferramentas como planilhas e textos, sendo os resultados armazenados na rede.</p> <p>Sugestão de solução: Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com Tribunal de Justiça do Estado do Pará para implementação do sistema AUDI desenvolvido integralmente em ambiente web por aquele Tribunal para auxiliar nas atividades gerais do órgão de controle interno. Além disso, o sistema cria um banco de dados de auditoria possibilitando que a Alta Administração tenha acesso a relatórios realizados com maior segurança das informações. O TJ libera o código fonte por meio de Termo de Cooperação entre os Tribunais envolvidos.</p> <p>Benefícios esperados: A ferramenta proporciona maior agilidade, confiabilidade, padronização nos procedimentos, segurança no armazenamento das informações produzidas pela unidade de controle. É baseado nas Normas de Auditoria do TCU - NAT O sistema AUDI foi concebido para auxiliar o órgão de controle interno em suas atividades abrangendo todas as fases do ciclo de auditoria (art. 20 da Resolução CNJ 171/2013) planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento dos trabalhos.</p>	Tania Mara Borges	Secretaria de Controle Interno - SECONTI - TRT 4ª Região	Órgão de Controle Interno e Alta Administração	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação, Aprimorar a gestão orçamentária, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Fortalecer os processos de governança	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3375	
<p>Cálculo do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente - RRA</p> <p>Problema a ser resolvido: O cálculo diferenciado do IR sobre RRA foi estabelecido pela Lei nº 12.350/2010. Desde então, sempre que há pagamentos retroativos a servidores ou magistrados, o cálculo é feito em planilhas eletrônicas, fora do Sistema de Folha de Pagamento, gerando insegurança e atrasos nos pagamentos de passivos.</p> <p>Sugestão de solução: O sistema de cálculo retroativo da Folha de Pagamento do TRT 4ª R. apura as diferenças devidas mês a mês, possibilitando, assim, a contagem do nº de meses de cada passivo. Esse item é o fator determinante para o cálculo do IR sobre RRA. Os demais itens, como por exemplo, parcelas tributáveis, o Sistema FP tem. Ao trabalhar também o nº de meses é viável a apuração nos termos da Lei.</p> <p>Benefícios esperados: Hoje, para cálculo do IR sobre os RRA é necessário que um servidor especializado, por meio de consulta access, extraia os dados, separando o que é tributável do que não é, que outro servidores transfira os dados para uma planilha excel, com fórmulas próprias para esse cálculo. Que, após a apuração dos valores, devolva a outra seção para alocação ao contracheque de cada beneficiário. Haveria simplificação, agilidade, economicidade de recursos redução de erros (um erro nesse processo implicaria em expor servidores e magistrados a "malha fina" da Receita Federal do Brasil.</p>	César Augusto Collatto	Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF	Coordenadoria de Pagamento e respectivas seções de pagamento a servidores e magistrados, ativos e inativos, e pensionistas.	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	2625	
<p>Memória em tempo real - linha de eventos</p> <p>Problema a ser resolvido: O objetivo do projeto é a preservação da memória institucional do TRT4, contada pelos eventos institucionais. Para tanto, é necessário inventariar, preservar e resgatar material advindo de eventos institucionais do TRT4, a fim de classificá-los e disponibilizá-los, desde já, a possíveis interessados, bem como introjetar a cultura de preservar os documentos notoriamente relevantes desde a sua elaboração, evitando perdas e facilitando futuras pesquisas. Contudo, o Memorial não dispõe, atualmente, de sistema que permita seja feita essa compilação de dados (notícias, em sua maioria), os quais estão sendo armazenados em forma de arquivos pdf salvos em uma pasta na rede do Memorial.</p> <p>Sugestão de solução: Para facilitar o trabalho e proporcionar uma consulta mais agradável e efetiva, inclusive em relação ao público externo, sugere-se seja desenvolvido sistema que permita o armazenamento das informações, nos moldes da Linha do Tempo digital, produzida pelo Memorial (http://www.trt4.jus.br/linha-tempo/), a fim de preservar os documentos relacionados aos eventos institucionais do TRT4.</p> <p>Benefícios esperados: Com o sistema, será possível preservar, desde logo, todo e qualquer documento inerente aos eventos institucionais do TRT4, a fim de possibilitar, aos pesquisadores do futuro (próximo e distante) um rico e completo material sobre a história da instituição, contada por seus eventos e não só por seus processos, e disponibilizá-los para pesquisa de uma forma mais adequada.</p>	MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL	MAGISTRADOS, SERVIDORES E PÚBLICO EXTERNO	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	1250	
<p>E-jus2 para o 1º Grau</p> <p>Problema a ser resolvido:</p> <p>Sugestão de solução: Adaptar o e-jus2 de modo a atuar como editor de texto para sentenças integrado ao PJE. Pontos de integração: identificação processo e cópia automática da sentença ou despacho para o PJE, onde serão assinados. Esse último item necessita de autorização do CSJT, a ser pleiteada.</p> <p>Benefícios esperados:</p>	Natacha Moraes de Oliveira	Coordenadora de Desenvolvimento de Sistemas			ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4250	

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)											
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO						
					Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL	
<p>Mapeamento do desempenho das unidades judiciárias de 1º Grau</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente não há métodos objetivos para medir e comparar o desempenho das unidades judiciárias de uma forma global. Há apenas itens do Sistema e-Gestão e indicadores que são analisados de forma individual para avaliar o desempenho das unidades em relação a determinadas situações. Um trabalho executado por esta Corregedoria Corregedoria, ainda na fase de estudos, busca relacionar diversos indicadores e aplicar uma fórmula a qual se obtenha um índice geral de desempenho das unidades. Tal procedimento vem sendo feito de forma manual, em planilha Excel. Caso esse projeto não seja desenvolvido, em todos os meses haverá um enorme trabalho de coleta de dados e geração de relatórios para prestar as informações necessárias ao cálculo do desempenho das unidades.</p> <p>Sugestão de solução: O problema pode ser resolvido com a geração dos relatórios pelo sistema Business Intelligence (BI), que já utiliza os dados necessários (do e-Gestão e do sistema RH) na geração de outros relatórios.</p> <p>Benefícios esperados: O benefício direto envolve a enorme redução do tempo na elaboração dos relatórios e a redução de erros na coleta de dados. Indiretamente, o tempo ganho permitirá que os dados gerados sejam estudados e utilizados para detectar problemas e gargalos na tramitação dos processos nas unidades judiciárias de primeiro grau, bem como na análise de soluções para corrigir tais problemas e proporcionar a melhoria da prestação jurisdicional.</p>	JEFERSON ANDRADE	SECRETARIA DA CORREGEDORIA	SECRETARIA DA CORREGEDORIA, PRESIDÊNCIA, UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3000	
<p>Sistema de apoio ao PJe</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente o sistema pje possui diversas limitações que dificultam o desenvolvimento dos trabalhos pelos magistrados e pelas secretarias das varas do trabalho. Atualmente essas limitações são contornadas por controles paralelos ao PJe, ou mesmo pela utilização de funcionalidades desse sistema que não propiciam a execução das tarefas com celeridade. Se nada for feito, muitas tarefas relativas ao processo eletrônico, e mesmo algumas relativas a processos físicos, continuarão a ser feitas de forma mais lenta.</p> <p>Sugestão de solução: Sistema satélite (semelhante ao gigs. desenvolvido pelo trt12) que, entre outras funcionalidades, poderia registrar e gerar relatórios de prazos exportados do AUD para o PJe: - controlar pendências do sistema e-gestão em processos eletrônicos, - criar atalhos para tarefas do PJe - identificar os processos pendentes em cada um dos agrupadores identificados, bem como se há ou não audiências designadas, sendo os critérios de pesquisa o seguintes: 1.jurisdicção; 2.juiz - titular ou substituto (J1 ou J2) 3.fase do processo (conhecimento/liquidação/execução) 4.período (dia/mês/ano até dia/mês/ano) 5.audiência - marcada/não marcada Sendo que não deverá ser necessário o preenchimento de todos os itens. A resposta da pesquisa deverá trazer uma tabela constando os seguintes dados: o Juiz vinculado, fase do processo, data de autuação, nº do processo, nome do reclamante, nome da reclamada, data da audiência, tipo de audiência, nó atual (tarefa em que se encontra o processo) e a informação de "pendente desde". Em separado, a informação com o total de processo na fase. Se possível um botão para exportar estas informações para planilha (excel, calc)</p> <p>Benefícios esperados: O principal benefício desse projeto é a redução de tempo em diversas tarefas executadas por magistrados e servidores nas unidades judiciárias.</p>	JEFERSON ANDRADE	SECRETARIA DA CORREGEDORIA	UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	3875	
<p>Sistema para Concurso de Juizes</p> <p>Problema a ser resolvido: Necessidade de realização de concurso de juizes, sem o apoio da contratação de empresa especializada para o devido apoio a todas etapas do concurso.</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolvimento de sistema de apoio à realização de concurso de juizes, contemplando diversas etapas do concurso, desde a inscrição preliminar, a interposição de recursos até a divulgação de resultados.</p> <p>Benefícios esperados: Redução de custos com a realização de concurso</p>	Carolina Ferreira	AGE		Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional,	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultado s em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar rapidamente(em até 3 meses)	5250	

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)		SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO								
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas</p> <p>Problema a ser resolvido: No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região são fornecidas Certidões dos Feitos Trabalhistas referentes as duas instâncias, a partir do preenchimento de formulário disponibilizado no Portal do Tribunal na internet. A pesquisa é realizada na base de dados informatizados do Tribunal e fornecidos ao requerente no prazo de aproximadamente 24h, mediante a comprovação de recolhimento de emolumentos no valor de R\$ 5,53 por folha. Atualmente, no Tribunal, dois servidores ocupam-se da atividade na Coordenadoria de Agravos de Instrumento e Certidões. Na primeira instância, a atividade é realizada pelas Varas do Trabalho ou pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro onde há mais de uma unidade judiciária. Assim, considerando que os dados necessários para o fornecimento das certidões constam nos sistemas informatizados (InFor, NovaJus4 e PJe-JT), e levando em conta a possibilidade de otimização dos recursos de pessoal envolvidos, faz-se necessário e é possível um aprimoramento para o fornecimento de certidão de forma eletrônica, reduzindo a quantidade de servidores em tal atividade.</p> <p>Sugestão de solução: (P. A. 0001691-57.2016.5.04.0000) O fornecimento de Certidões dos Feitos Trabalhistas será feito pela internet, com busca de informações relacionadas, exclusivamente, à parte demandada (ré) constantes nos bancos de dados de primeira instância e na segunda instância, relativamente aos relacionados com as ações originárias. Remanesçam como atividades da Coordenadoria de Agravos de Instrumento e Certidões – CACE - (2º Grau), Varas do Trabalho e Coordenadorias de Controle da Direção do Foro (1º Grau) as demais certidões (certidão de pé, certidão relacionada à parte que conste no polo ativo, etc.). A gratuidade da certidão tem precedente na CNDT e decorre da automação da atividade, observando-se que será mantida a cobrança de emolumentos para a expedição dos demais tipos de certidões. A limitação da pesquisa pelo nome da parte demandada (ré) é medida que se impõe a fim de evitar a elaboração de "listas negras" de reclamantes. Desde 2002, por instância da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho há essa orientação, que "(...) visa, senão eliminar, ao menos a dificultar a prática ilegal e imoral que vem sendo adotada por alguns empregadores, de excluir do mercado de trabalho aqueles empregados – cujos nomes constam de verdadeiras 'listas negras' – que tenham exercido o direito constitucional de socorrer-se do Poder Judiciário para solução de conflitos trabalhistas, na maioria das vezes originados do deliberado descumprimento da legislação pertinente, viabilizando, dessa forma, a identificação dos infratores".</p> <p>Benefícios esperados: A implementação da Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas eliminará a necessidade de aproximadamente 60 atendimentos diários no balcão da Seção de Certidões e Conferências, na Coordenadoria de Agravos e Certidões – CACE, que desdobram-se nas atividades de carga, empréstimo e vista de autos, bem como 15 atendimentos de solicitações de informações. Em média, são elaboradas 10 certidões por dia (mais de 200 certidões por mês) apenas na segunda instância. Reitera-se a necessidade de limitação da pesquisa pelo nome da parte demandada (ré) a fim de evitar a elaboração de "listas negras" de reclamantes, bem como a possibilidade de sua gratuidade, observando-se que será mantida a cobrança de emolumentos para a expedição dos demais tipos de certidões. Se faz necessário, também, ampla divulgação da forma de fornecimento da certidão por meio eletrônico e automatizado como ação afirmativa que aproxima o jurisdicionado e dá celeridade à prestação do serviço.</p>	Onélio Luis S. Santos	Secretaria-Geral Judiciária - SEGJUD	TRT4 - 1º e 2º grau	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Fortalecer os processos de governança	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2875
PROJETOS EM ANDAMENTO										
<p>SIGA - Licitações e contratos</p> <p>Objetivo: Implementar novo sistema de licitações e contratos e disponibilizar a solução para todos os Regionais da Justiça do Trabalho.</p> <p>Prazo de término: junho/2016 Em validação das entregas e correções de erros identificados.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar rapidamente(em até 3 meses)	3750
<p>Estudo de novas tecnologias de portais</p> <p>Objetivo: Estudar soluções de mercado para portais, avaliando benefícios em relação à tecnologia atualmente em uso e o investimento necessário (recursos humanos, físicos e financeiros) para adotar nova solução.</p> <p>Previsão de término: maio/2016 Em elaboração POC's para elaboração da proposta de licitação.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3500
<p>Migração de Relatórios Administrativos para o BI</p> <p>Objetivo: Dotar as áreas administrativa e médica de uma ferramenta robusta que permita maior flexibilidade no cruzamento de informações de diferentes sistemas, dando um melhor suporte para a tomada de decisões. Para alcançar o objetivo os relatórios serão desenvolvidos na mesma ferramenta utilizada pelo TRT para a análise dos dados estatísticos como o do e-Gestão.</p> <p>Previsão de término: setembro/2016 Desenvolvendo relatórios para o CSaúde e aguardando novas demandas da área administrativa.</p>					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	1750
<p>Implantação do e-JUS2 em outros regionais</p> <p>Objetivo: Apoiar a implantação do sistema e-Jus2 na Justiça do Trabalho, permitindo que os demais Regionais tenham maior celeridade na produção dos votos e nas sessões de julgamento, nos moldes do que já ocorre do TRT4.</p> <p>Prazo de término: indefinido. Aguardando solicitação de outros Tribunais para implantação.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	1625
<p>Férias online para Desembargadores</p> <p>Objetivo: Possibilitar a solicitação eletrônica de férias aos Desembargadores.</p> <p>Prazo de término: indefinido Aguardando homologação e autorização para liberação em produção.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3250

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Implantação do SGRH Objetivo: Implantação do sistema nacional definido pelo CSJT como sistema de gestão de pessoas nos Regionais. Prazo de término: novembro/2016 Em homologação das fases 1 e 2 pela SEGESP. Em execução da migração de dados fase 3.					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3250

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Aumento dos Links de Internet Problema a ser resolvido: Atualmente temos dois links de 100Mbps que se somam para fornecer acesso aos serviços de Internet. Todos os usuários externos utilizam esses links para acessar os serviços do Tribunal (como o PJe, Gabinete Virtual) e todos os usuários internos utilizam esses mesmos links para navegar na internet e utilizar as ferramentas de trabalho por ela acessíveis (ex.: Gmail, Google Drive...). Assim como no uso doméstico, é natural no ambiente corporativo o aumento contínuo de demanda e de oferta de links cada vez maiores - idealmente com redução de custo por megabyte. Hoje, nota-se que quando um dos links fica inoperante e a largura de banda se reduz à metade, alguns acessos tornam-se muito lentos. Para amenizar esses sintomas, a SETIC passou a priorizar o tráfego crítico (ex.: PJe) durante esses períodos de disponibilidade parcial. Porém, essas medidas paliativas não resolverão o problema indefinidamente, pois a demanda continua crescendo. Sugestão de solução: 1) Aumento dos links em uso, com as operadoras atuais; 2) Acréscimo de um terceiro link, ampliando não somente a banda total, mas também incrementando a disponibilidade; 3) Uma combinação das duas soluções anteriores; Sugestão de solução: - Agilidade na utilização dos serviços que dependem da Internet (PJe, GDrive, Gmail...)	Paulo Mendes	Infraestrutura	todo o TRT	Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	5000
Renovação de Storages Problema a ser resolvido: Todos os dados estratégicos do TRT4 estão armazenados em dois equipamentos de armazenamento (storages). Com tal criticidade, os storages não podem operar em momento algum sem contrato de suporte e garantia. A garantia dos dois storages venceria em 08/05/2016, mas sua extensão foi autorizada pela Comissão de Informática no ano passado, de modo a permitir estudo aprofundado das novas tecnologias disponíveis. Esse projeto visa endereçar a continuidade do serviço de armazenamento após esse período. Sugestão de solução: Aquisição de novos equipamentos. Tendo em vista que os storages foram adquiridos em nov/2012, a melhor opção é a aquisição de novos storages, devido a defasagem dos equipamentos atuais e também ao alto custo para nova extensão de garantia desses equipamentos (por serem antigos). Benefícios esperados: - Manter a continuidade dos serviços que dependem do storage; - Garantir espaço de armazenamento para o aumento do volume de dados em decorrência do PJe-JT.	Paulo Mendes	Infraestrutura	todo o TRT	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	3500
Ligação das Salas de Sessão ao Gerador Problema a ser resolvido: Garantir a não interrupção das sessões por motivo de queda de energia elétrica. Sugestão de solução: 1) Modificar a rede elétrica das salas de sessão para que os computadores sejam atendidos por circuito exclusivo; 2) Conectar esses circuitos exclusivos à no-break(s), permitindo o tempo necessário para a entrada em operação do gerador; 3) Conectar esses no-breaks ao gerador; OBSERVAÇÕES: A) Esse projeto tem como pré-requisito a conclusão do projeto que prevê no-breaks sustentando os computadores de rede (não adianta os computadores ficarem ligados se a rede cair). Outro pré-requisito é que tenhamos um gerador capaz de comportar a carga adicional das salas de sessão (a calcular); Por fim, saliento que trata-se de um projeto quase que exclusivamente de Engenharia Elétrica e, como tal, terá como recurso quase exclusivo a SEMPRO.	Natacha Moraes de Oliveira	SETIC	todo o TRT	Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	3625
Projetos em andamento										
Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs) Objetivo: Implantar uma nova infraestrutura de gerenciamento de rede nos Foros do interior do estado, visando padronizar e concentrar os serviços de gerenciamento e armazenamento de dados (servidores de rede), switches, roteadores, aceleradores, modem e no-break. Serão instalados Racks em todos os Foros, utilizando equipamentos compatíveis para neles serem instalados, como servidores e no-breaks para rack. Previsão de término: 2017 Falta implantar em 12 localidades, várias delas com dependências de obras da SEMPRO.					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	2875
Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN) Objetivo: O objetivo é adquirir novos e melhores links de comunicação para as unidades judiciárias do interior do estado e prédios da capital. Esses links deverão contar com uma tecnologia de balanceamento de links, que permita a utilização integral do somatório da banda disponível, assim como a continuidade da prestação do serviço em caso de falha de um dos links. Prazo de término: dezembro/2016 Realizado ajuste com o fornecedor no prazo de instalação por conta do corte orçamentário de TI.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4750
Atualização de Infraestrutura do Interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD Objetivo: Substituir nos CPDs dos foros do Interior, os seguintes equipamentos fora de garantia ou com garantia a vencer em 2014: computadores de rede (switches), servidores de rede, no-breaks de CPD. Previsão de término: 2017 Falta fazer Canoas e São Leopoldo, dependência de obra da SEMPRO					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2375

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Ampliação da autonomia dos switches - Capital e interior Objetivo: Ampliação da autonomia dos switches - Prédio sede e interior O projeto contempla ampliação no prédio sede, prédio administrativo, foros da capital e 4 foros do interior (Esteio, Caxias do Sul, Passo Fundo e Uruguaiana). A ampliação nos demais foros do interior será contemplada pelos projetos 52 e 202. Previsão de término: indefinido Projeto depende da aquisição de nobreaks.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	4375
Firewall de aplicação Objetivo: Subsidiar a decisão pela aquisição (ou não) de firewalls de aplicação; Se feita a opção pela compra, executar a implantação Previsão de término: abril/2016 Em implantação do equipamento.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625
Alta disponibilidade de serviços Objetivo: A partir da conclusão do projeto de reforma do CPD2 termos: O Dataguard replicando o banco de dados Oracle para o datacenter secundário; Um banco de dados Postgres em standby no datacenter secundário; Chaveamento automático dos servidores virtuais JBoss e Apache para o datacenter secundário; Previsão de término: abril/2016 Em documentação da disponibilidade existente atualmente no TRT.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SÓMENTE	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3750
Grupos geradores para datacenters (principal e secundário) Objetivo: Adequada disponibilidade dos serviços de TIC. Previsão de término: dezembro/2016 Projeto depende de dotação orçamentária.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4625
Expansão do switch core BD para 20 GB Objetivo: Garantir que a comunicação entre equipamentos e sistemas ocorra de maneira mais ágil e confiável. Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de rede e acesso aos sistemas do Tribunal. Previsão de término: maio/2016 Aguardando recebimento dos equipamentos até final de março.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625
Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto Objetivo: Prover uma solução de acesso rápido e confiável para trabalho remoto de magistrados e outros públicos, que fazem uso de sistemas cliente/servidor (não disponíveis diretamente pela Internet). Previsão de término: abril/2016 Aguardando testes da nova versão do GV para reavaliação da necessidade de aquisição de nova solução.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625
Projetos suspensos										
Padronização do diretório de usuários Objetivos: Manter um único diretório centralizado e migrar todos os usuários (e computadores) do interior do estado para o AD; Aguardando novo link de internet para uso efetivo da solução.					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	2875
Substituição dos RACK's de TI no Foro POA Objetivos: Prover a segurança física necessária aos equipamentos e ao cabeamento a partir da substituição dos racks atuais, muito antigos. Suspensão por corte orçamentário da SEMPRO.					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	2875

ATENDIMENTO A USUÁRIOS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS				SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO						
DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS	Solicitante	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL	
<p>Aquisição de monitores para necessidades específicas</p> <p>Problema a resolver: Telas de LCD e LED apontadas como possíveis indutoras de distúrbios de saúde relacionados à visão. dificuldades relatadas em análises de documentos de processos utilizando apenas dois monitores. Dificuldades relatadas para exibir monitores ou documentos em sala de audiências</p> <p>Sugestão de solução: - Aquisição de monitores ink e/ou telas portáteis (tablets), para utilização como segundo ou terceiro monitor. - monitor (TERCEIRO MONITOR) - Telas portáteis (tablets), para utilização como segundo ou terceiro monitor e - Telas de 26" para utilização no gabinete</p> <p>Benefícios esperados: - maior agilidade na realização das tarefas por servidores PPD com baixa Acuidade Visual - Preservação da saúde dos usuários; - Maior produtividade relacionada à diminuição de futuros afastamentos por licença de saúde; - Maior produtividade no dia-a-dia por contar a instituição com magistrados e servidores com os olhos "menos cansados" - Maior produtividade, por redução no tempo de sentenciar - Redução do tempo de execução da tarefa e redução de erros na análise de documentos.</p> <p>Considerações SETIC: Monitores ink: - não possuem iluminação "por traz", como ocorre nos monitores normais; - são mais adequados a imagens estáticas; - por regra, operam em preto e branco; - não encontramos monitores ink maiores do que 13,3"; - pelas pesquisas, são mais caros</p>	Felipe Lopes Soares Nivaldo Souza Laura Antunes de Souza Graciela Maffei	Acessibilidade de PPD Todas as unidades (como experiência, salas de audiência e gabinetes)	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida. Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultado s em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	2125	
<p>Readequação dos monitores na sala de audiências.</p> <p>Problema a resolver: Monitores dificultam a visualização das partes e advogados e o diálogo com os respectivos.</p> <p>Sugestão de solução: Solicitar à SEMPRO o rebaixamento e reorganização dos monitores, pois já há projeto piloto executado para tal solução. Atualmente não há solução que possa ser executada pela SETIC.</p> <p>Benefícios esperados: Redução de tempo para execução da tarefa, melhoria da qualidade, redução de erros.</p>	Juliana Oliveira	Sala de audiências	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultado s em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	2500	
<p>Aprendendo sobre o TRT</p> <p>Problema a ser resolvido: Os servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários (CAU), em suas atividades de atendimento aos Servidores e Magistrados do TRT, deparam-se constantemente com termos e rotinas que não são do conhecimento da área técnica de informática. Muitas solicitações que são feitas para a CAU referem-se a problemas cotidianos relacionados a atividades da área fim do Tribunal, de modo que o conhecimento a respeito das rotinas da área judiciária é um fator importante para a boa comunicação e compreensão por parte dos servidores da CAU acerca do que é pedido pelas demais áreas do TRT. Outro ponto importante é que os servidores da SETIC não tem conhecimento de como os recursos de hardware e software são usados pelas unidades para a execução das suas atividades.</p> <p>Sugestão de solução: Realização de treinamentos para servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários sobre temas relacionados à área do direito, abordando a rotina das unidades de primeiro e segundo grau do TRT, e de unidades da área administrativa, e termos utilizados na Justiça do Trabalho. Possibilidade de que alguns servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários vivenciem a rotina das Varas do Trabalho e Secretarias de Turma, para terem na prática uma noção sobre como é o trabalho nessas unidades. Não está no escopo a execução de tarefas das unidades visitadas, apenas a apresentação de informações e o acompanhamento presencial por tempo limitado e determinado, a fim de obter conhecimentos a respeito das rotinas e do dia-a-dia das unidades.</p> <p>Benefícios esperados: Aumento do conhecimento dos servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários da SETIC sobre assuntos pertinentes à área Judiciária do TRT, melhorando o atendimento em relação às solicitações que se originam destas áreas. Melhoria na comunicação entre as áreas judiciária e administrativa, de modo a otimizar o atendimento de demandas que correlacionam a área técnica de TI com as atividades das diversas unidades do TRT. Melhoria na noção de prioridades e urgências com relação a pedidos que são feitos por servidores e magistrados.</p>	Denilson Ribeiro de Quadros	Unidades da área judiciária, mais especificamente o 1º Grau.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3625	
Projetos em andamento										
<p>Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI</p> <p>Objetivo: Estabelecer acordos de níveis de serviço para todos os serviços atendidos pela central de atendimento a usuários para que os usuários tenham uma previsão de atendimento ao abrir seus incidentes, bem como permitindo que os gestores tenham critérios objetivos para as priorizações. Os serviços e SLAs deverão ser cadastrados na ferramenta de service desk e divulgados aos usuários.</p> <p>Previsão de Término: março/2016 (Falta última validação de indicadores e métricas)</p>				MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3125	
<p>Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência</p> <p>Objetivo: Modernizar e padronizar o sistema de registro de frequência do Tribunal em 100% das unidades.</p> <p>Previsão de término: Junho/2016 Realizando piloto na área administrativa em Porto Alegre. Após validação, será expandido para as demais unidades do Estado.</p>				ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	4375	

ATENDIMENTO A USUÁRIOS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS				SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS	Solicitante	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Substituição de computadores portáteis Objetivo: Substituição dos notebooks atuais dos magistrados (287 equipamentos), por novos custeados pelo CSJT, destinando os equipamentos antigos aos seus assessores e assistentes e disponibilização de 17 equipamentos para a área administrativa. Deverão ser mantidos 10% dos equipamentos (29) como reserva técnica. Previsão de término: Abril/2016 Em finalização da distribuição das dockstations e da redistribuição dos notebooks antigos.				ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625

GESTÃO DE TIC - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS										
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
					Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Capacitação à distância em Segurança da Informação</p> <p>Problema a ser resolvido: Durante o ano de 2015, a fim de suprir de forma emergencial a suspensão da capacitação via INTEGRARTE (SEGESP), o Escritório de Segurança passou a remeter por e-mail aos novos servidores os termos da Política. Esta ação, contudo, não supre a necessidade de uma constante capacitação e conscientização dos servidores acerca da importância da segurança da informação. Não existe hoje, uma forma abrangente de repasse das informações.</p> <p>Sugestão de solução: Acredita-se que a capacitação à distância, com a utilização de novas tecnologias, seja uma forma eficiente de realizar esta tarefa. Além disso, será possível quantificar o número de usuários treinados, produzindo evidências para futuras auditorias.</p> <p>Benefícios esperados: - grande número de usuários treinados em curto prazo - a capacitação à distância permite um alcance muito maior que a capacitação presencial - conscientização dos usuários de forma efetiva acerca das normas e melhores práticas em segurança da informação</p>	Cleonice Condotta	Escritório de Segurança da Informação - SETIC	Todo o TRT da 4ª Região	Fortalecer os processos de governança	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2625
<p>Curso EAD sobre PJe - módulo secretária de VT</p> <p>Problema a ser resolvido: Necessidade de capacitação de servidores ingressantes e de servidores que passam a desempenhar tarefas com as quais não estavam habituados.</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolvimento de um curso em EAD abrangendo todo o conhecimento necessário para atuação do servidor em uma secretária de Vara do Trabalho. Este curso deverá ser desenvolvido em módulos, individualizados de acordo com as tarefas desempenhadas em uma secretária e de forma a possibilitar que o servidor possa aprender sobre o PJe de acordo com suas necessidades. Exs.: como realizar a Triagem inicial; como fazer o processo conclusivo para despacho; como elaborar notificações; etc.</p> <p>Benefícios esperados: Oferecer aos servidores e diretores um treinamento que esteja permanentemente disponível, tanto para novos servidores como para servidores que já possuem alguma experiência em PJe. Redução de custos com treinamentos, por tratar-se de curso em EAD. Redução do número de demandas de orientação em relação ao PJe. Oferta de capacitação aos servidores.</p>	Pablo Barros	SETIC	Varas do Trabalho	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3250
Projetos em andamento / suspensos										
<p>Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI (andamento)</p> <p>Objetivo: Realizar a modelagem, aprimoramento, documentação e regulamentação do macroprocesso de gestão de TIC do Tribunal.</p> <p>Previsão de término: março/2016 Aguardando regulamentação do processo.</p>					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3125
<p>Mapamento de novos processos ITIL - projeto nacional (suspensão)</p> <p>Objetivo: Estabelecer melhoria contínua na prestação de serviços de TIC através da implantação de processos de trabalho baseados na biblioteca de boas práticas ITIL, com maior eficácia e qualidade na prestação dos serviços da SETIC, bem como, fornecer à Alta Administração do Tribunal mecanismos de controle para Governança de TIC.</p> <p>Projeto suspenso, aguardando correções de erros no Assyst para início na modelagem do processo.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2750

9.1.3. ANEXO III - RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



RELATÓRIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O presente documento tem por objetivo apresentar informações e os resultados decorrentes da implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação no TRT da 4ª Região, a fim de subsidiar a análise crítica a ser realizada pela Administração do TRT.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O escopo de aplicabilidade do Sistema de Gestão de Segurança da Informação no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região limitou-se aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que suportam seu processo de prestação jurisdicional (1º e 2º graus de jurisdição, trabalho remoto e público externo). Foram excluídos os serviços de TIC que atendem a área administrativa.

A implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação pautou-se nos requisitos da Norma ABNT ISO/IEC 27001:2013 e nas Diretrizes do CNJ para a Gestão de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário. Sua implantação observou as etapas e entregas, organizadas de acordo com o ciclo de PDCA (Plan, Do, Check, Act), desenvolvido em 4 Etapas, com atividades e produtos específicos.

Com a implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação espera-se aumentar o nível de maturidade dos controles e procedimentos de proteção dos ativos do TRT, com a adoção de processos aderentes aos padrões internacionais relacionados à Segurança da Informação e correto direcionamento de investimentos, elevando a efetividade das operações tecnológicas e contribuindo para a manutenção da excelência dos serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

2. RESULTADOS

A seguir, um breve resumo dos principais produtos obtidos na implantação do Sistema de Gestão da Informação, em cada uma das etapas desenvolvidas.



ETAPA 1 - PLANEJAMENTO

- **Política de Segurança da Informação (PSI)** - revisão da PSI vigente, composta por diretrizes gerais e normas específicas, a fim de verificar seu grau de aderência à ISO/IEC 27001:2013.
 - Total de documentos revisados: 7
 - Total de documentos desenvolvidos: 2
 - Total de minutas elaboradas: 2
 - Total de minutas submetidas à aprovação: 2
- **Gestão de Riscos** - análise e avaliação dos riscos do escopo definido, com base na metodologia de Gestão de Riscos formalizada. Os ativos que suportam o escopo definido foram mapeados durante a realização da análise e avaliação.
 - Total de ativos mapeados e analisados: 458
 - Security Index obtido: 61,7% (riscos controlados)
 - Risk Index obtido: 38,3% (riscos não controlados)
- **Gestão de Continuidade** - elaboração dos planos de recuperação de desastre (PRD's) e de continuidade operacional (PCO's).
 - Total de planos revisados: 19 PRD's e 3 PCO's
 - Total de novos planos desenvolvidos: 1 PCO

ETAPA 2 - IMPLEMENTAÇÃO

- **Plano de Tratamento de Riscos** - Elaboração do plano de tratamento de riscos, com base no resultado da análise e avaliação dos riscos, informando as ações e controles necessários para tratar os riscos avaliados, com base na ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013.
 - Aceitação de riscos: 33% dos riscos não controlados
 - Tratamento de riscos: 67% dos riscos não controlados
 - Risco residual proposto: 12,2% do total de riscos identificados
 - Risco residual alcançado: 26,8% do total de riscos identificados

A diferença entre o risco residual proposto e o risco residual alcançado, teve como fatores:

- dimensionamento equivocado do prazo necessário à implementação dos controles relativos aos datacenters de todo o interior do Estado;



- análise para implementação demonstrou que o custo envolvido (tempo X recursos humanos) comparado com os benefícios resultantes, não justificava a ação neste momento;
 - necessidade de ações por parte de empresas pretadoras de serviço, sem prazo definido para atendimento.
- **Testes dos Planos de Continuidade** - realização e acompanhamento dos testes de PCO's e PRD's, a fim de validar sua eficácia. Três testes executados com sucesso.

ETAPA 3 - VERIFICAÇÃO

- **Indicadores para medir a eficácia do SGSI** - definição e formalização de 5 (cinco) indicadores e metas para avaliar a eficácia do SGSI, alinhadas aos requisitos do item 9.1 da ISO/IEC 27001.

3. OPORTUNIDADES DE MELHORIA (OPERACIONAIS) IDENTIFICADAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SETIC

- **Avaliação e análise dos riscos:** a forma de coleta dos dados (questionário) utilizada na análise de riscos se mostrou deficiente, pois o detalhamento dos controles e informações não foi suficiente para que a equipe técnica pudesse responder se o controle estava implementado ou não. Além disso, verificou-se a necessidade de que os questionários fossem respondidos pela equipe técnica do TRT em conjunto com o ESI e/ou com o consultor, para ajudar na resolução de dúvidas. O resultado foi a classificação de alguns riscos (controles) definidos como “Não implementados” quando, posteriormente, a própria equipe verificou que os mesmos estavam de fato implementados ou que não eram aplicáveis, implicando num índice de risco maior do que o real.
- **Tratamento dos riscos e PTR:** para evitar que a equipe tivesse dificuldade para decidir quais riscos seriam tratados (implementação ou não de determinado controle) foi necessário criar uma tabela paralela, com dados exportados do RM, informando o detalhamento dos controles, para facilitar o entendimento do mesmo. Mesmo assim, por problemas de interpretação de alguns membros da equipe técnica ou de dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário à implementação, alguns riscos definidos como “Tratáveis” (implementação do controle), foram posteriormente alterados para “Aceitáveis”.



- **Índice de Risco x Risco Residual:** alguns controles não conseguirão ser tratados dentro do prazo estipulado, o que resultará em um risco residual maior que o planejado. Além disso, a forma como registrado no sistema Risk Manager o Plano de Tratamento (agrupamento por eventos) não permitiu o registro de tratamento de apenas alguns dos controles do grupo, tendo que ser refeito.
- **Testes de Planos de Continuidade:** os testes de continuidade devem possuir a validação e inclusão de pessoal, bem como, um cronograma periódico de testes de acordo com a escala e a complexidade do negócio. Deve também existir um treinamento do pessoal relacionado diretamente à GCN e que necessite de habilidades específicas para desempenhar seu papel em respostas a incidentes ou recuperação de negócios.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 0003152-98.2015.5.04.0000

Assunto: **Expediente – SGSI – Sistema de Gestão de Segurança da Informação - TRT4**

Interessado: **Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações**

GP

Trata o presente processo da implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação - SGSI, projeto integrante do Plano Diretor de TIC para o biênio 2016/2017 (Processo Administrativo nº 0002192-11.2016.5.04.0000).

À fl. 59, a Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC – submete à apreciação desta Presidência os documentos relativos à definição dos indicadores para a Gestão de Segurança da Informação, diretrizes para análise crítica do SGSI e para melhoria contínua, bem como Relatório da Implementação do SGSI.

Da leitura dos documentos e relatórios apresentados, evidencia-se que a implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação está alicerçada nos requisitos da Norma ABNT ISO/IEC 27001:2013 e nas Diretrizes do CNJ para a Gestão de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário.

As atividades executadas ao longo do ano de 2015 indicam para uma melhoria no nível de maturidade dos controles e procedimentos de proteção dos ativos deste Tribunal que suportam a prestação jurisdicional, atividade-fim da instituição. O alcance das melhorias decorre da adoção de processos alinhados aos padrões internacionais de Segurança da Informação e o correto direcionamento dos investimentos, a fim de assegurar a qualidade dos serviços de TIC.

De salientar que o Relatório da Implementação do SGSI (fls. 70-73), contendo os resultados e análise de riscos, aponta para uma Gestão de Riscos eficaz, consistente na obtenção de 61,7% dos riscos controlados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 0003152-98.2015.5.04.0000

Assunto: **Expediente – SGSI – Sistema de Gestão de Segurança da Informação - TRT4**

Interessado: **Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações**

(*Security Index*), demonstrando que os mecanismos implementados são satisfatórios na maioria dos riscos analisados. Por outro lado, ainda que as ações propostas no Plano de Tratamento de Riscos não tenham sido totalmente implementadas, dadas as razões elencadas no relatório apresentado, verifica-se que houve redução no índice de risco inicial, chegando-se a um risco residual de 26,8% do total dos riscos identificados.

Nesse aspecto, determino a revisão das ações pendentes de implementação no Plano de Tratamento, com definição de novos prazos para aquelas cuja execução não foi possível dentro do prazo inicialmente estipulado. Outrossim, a coleta e o monitoramento dos indicadores, bem como o cumprimento das metas propostas, deverá ser acompanhada a fim de verificar sua adequação e eventual necessidade de alteração.

Considerando que se trata do primeiro ciclo de implementação do SGSI neste Tribunal, entendo adequada a repetição do escopo para o próximo ciclo, o qual deverá ter início em 2017, a fim de possibilitar a comparação dos resultados.

Por fim, quanto às recomendações de melhoria, acolho as proposições da equipe técnica, constantes do relatório apresentado, devendo ser implementadas a partir do próximo ciclo do SGSI.

Porto Alegre, 1º de julho de 2016.

Beatriz Renck
Presidente do TRT da 4ª Região

9.1.4. ANEXO IV - PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO SETIC 2016

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO SETIC - 2016

As imagens a seguir ilustram o formato adotado para o planejamento e gestão do Plano de Capacitação, conforme descrito nas informações constantes do item 6.3.d):

Quadro com perfis técnicos da SETIC

PAC 2016				
Arquivo Editar Visualizar Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda				
Somente visualizar				
LOTAÇÃO				
A	B	C	D	E
1	LOTAÇÃO	PERFIL TÉCNICO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	CONHECIMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS
2	GERAL	GERENTE DE PROJETO	Planejar o projeto de acordo com a metodologia de GR, acompanhar sua execução e reportar seu andamento, negociar os recursos necessários, gerenciar os riscos, garantir a qualidade, gerenciar os custos (quando houverem aquisições).	Conhecimento em gerenciamento de projetos com base no PMI/PMBOK e no uso da ferramenta de gerenciamento de projetos utilizada no Tribunal. PMI/PMBOK
3	GERAL	GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO	GESTOR - Acompanhar a execução dos contratos, emitir ordens de serviço e comunicar-se com o representante das contratadas, reportar ocorrências na gestão dos contratos, controlar os SLAs. FISCAL - Fiscalizar a execução dos contratos de produtos e serviços de TI, de modo a assegurar a conformidade entre o objeto contratado e execução.	Ferramenta de Gerenciamento de Projetos Legislação sobre licitações públicas Planejamento da contratação de TIC Gestão e Fiscalização de Contratos
4	GERAL	GESTOR	Coordenar a equipe de servidores, orientar tecnicamente, avaliar desempenhos e promover sua qualificação, monitorar resultados, aprimorar processos operacionais e administrativos	Competências Gerenciais
5	GERAL	ESPECIALISTA EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	Planejar e executar treinamentos visando a capacitação dos servidores do TRT, baseado nas demandas levantadas pela Coordenação de Capacitação da Secretaria de Recursos Humanos, nos conteúdos ligados à Área de Tecnologia da Informação.	Instrutoria pedagógica
6	GERAL	INTEGRANTE DA EQUIPE DE TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SI	Opinar sobre assuntos relacionados a tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais. Propor as metodologias e processos específicos para tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, tais como análise e avaliação de riscos e vulnerabilidades; Prover ações de monitoria, auditoria e registro de dados em redes computacionais; Participar da elaboração de planos de continuidade de negócio; Analisar tecnicamente e monitorar incidentes de segurança da informação; Realizar testes e verificações em sistemas e serviços de redes computacionais; Participar de investigações de incidentes de segurança da informação; Identificar e avaliar os riscos decorrentes da implementação de mudanças no ambiente computacional.	Incidentes de Segurança da Informação, Forense digital Forense digital
7	GERAL	INTEGRANTE DE EQUIPES DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES	Participar do planejamento das contratações de TIC	IN-MPOG nº 4/2010, Resolução CNJ 182/2013 e demais regulamentos aplicáveis a gestão e fiscalização de contratos Gestão e Fiscalização de Contratos
8	SETIC	SERVIDOR SETIC	Atribuições comuns a todas as unidades da Secretaria	Comunicação Noções Gerais de Tecnologia da Informação Relacionamento Interpessoal Redação Aplicativos de escritório (Libre Office, MS Office, Google Docs) Inglês técnico
9	SETIC	SECRETÁRIA	Recepcionar, atender ligações/fax, cuidar das correspondências e demandas administrativas de todas as unidades e servidores da Secretaria; administrar a agenda das salas de reuniões; administrar relatórios de patrimônio da Secretaria e encaminhar para conserto os bens móveis; produzir relatórios diversos; solicitar orçamentos diversos junto a empresas; registro e encaminhamento de documentos para as diversas unidades do TRT; orientar e encaminhar documentação dos cursos realizados pelos servidores da Secretaria; solicitar materiais em geral para o uso da Secretaria como material de almoxarifado e bombonas de água; administrar a Softex; função de Webmaster da Secretaria de Informática, respondendo e encaminhando solicitações e observações de usuários externos; providenciar e encaminhar a documentação dos Certificados Digitais de Aplicação da ACCAIXA-JUS para equipamentos de rede; responder as caixas eletrônicas dos sistemas PRECAD e NOVO PETICIONAMENTO ELETRÔNICO e encaminhar as solicitações de usuários externos; verificar diariamente o Malote Digital do TST	Habilidade em redação clara e objetiva; conhecimento dos sistemas utilizados no TRT (Sistema de Patrimônio, ADMEI eletrônico, EdilDoc, Recursos Humanos, Compras, Libre office, NovaJus 4, Malote Digital, PRECAD, ADMEI eletrônico); inglês técnico, comunicação Redação Comunicação Sistemas utilizados no TRT Libre Office
10				Técnicas de Atendimento ao Público Governança de TI COBIT ITIL

Quadro Mapeamento das Competências - PAC 2016

PAC 2016																		
Arquivo Editar Visualizar Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda																		
Somente visualizar																		
PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI - 2016																		
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	
PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI - 2016			CGTC										RESUMO GERAL					
MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS SERVIDORES DA SETIC			CGTC	SAC		ESI		EP	EPROC									
LOTAÇÃO			ALBERTO	CAROLINE	BEATRIZ	SIMONE	LEONILCE	LUCAS	CINTEIA	DERISIO	RICARDO	REJANE	TELICHEVSKY	C=Capacitado				
PERFIL			D. MULLER	DR. MOULIN	WARRNE	GOULART	POZZATTI	PONTO	PELLEGRINO	ALFONSO	KURY	HEVESKY	A=Aprimorar ou Atualizar Conhecimento					
CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS			I=Iniciar Capacitação										TOTAL					
7	GERAL	GERENTE DE PROJETO	PMI/PMBOK	A	A	A	I	C	C	C	C	I	4	3	2	5		
8			Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	A	A	A	I	C	C	C	C	I	4	3	2	5		
9			Legislação sobre licitações públicas	C				A		A			1	2	0	2		
10	GERAL	GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO	Planejamento da contratação de TIC	C				A		A			1	2	0	2		
11			Gestão e Fiscalização de Contratos	C	A		A	A		A			1	4	0	4		
12	GERAL	GESTOR	Competências Gerenciais	A	I		A	I	A	I	A	A	0	5	3	8		
13	GERAL	ESPECIALISTA EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	Instrutoria pedagógica										0	0	0	0		
14	GERAL	INTEGRANTE DA EQUIPE DE TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SI	Incidentes de Segurança da Informação										0	0	0	0		
15			Forense digital										0	0	0	0		
16	GERAL	INTEGRANTE DE EQUIPES DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES	IN-MPOG nº 4/2010 / Resolução CNJ 182/2013	C			C	A	A		A	C	3	3	0	3		
17			Gestão e Fiscalização de Contratos	C			C	A	A		A	C	3	3	0	3		
18			Comunicação	A	A	A	A	A	A	C	A	C	C	A	3	8	0	8
19			Noções Gerais de Tecnologia da Informação	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	11	0	11	
20	SETIC	SERVIDOR SETIC	Relacionamento interpessoal	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	10	1	11	
			Aplicativos de escritório (1) Libre Office. MS															

Quadro síntese do PAC 2016

1 PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI – 2016										
2 QUADRO SÍNTESE DO PLANO DE CAPACITAÇÃO										
3										
4 RESUMO POR SEÇÃO/COORDENADORIA										
5										
			Valor Estimado				Carga Horária em horas			
6 Secretaria / Coor	Seção		Nº Servidores	Nº Vagas	Treinamento	Diárias, Passagens e Adicional de Deslocamento	Presencial/EAD	Média por servidor		
7 SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações		5	16	R\$ 26.149,00	R\$ 12.396,34	394	78,8		
8	Coordenadoria de Gestão de TIC		CGTIC	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	48	48,0	
9	Seção de Apoio a Contratações de TIC		SACTIC	4	2	R\$ 5.490,00	R\$ 5.032,52	32	8,0	
10	Escritório de Segurança da Informação		ESI	2	3	R\$ 5.429,75	R\$ 3.915,04	80	40,0	
11	Escritório de Projetos de TIC		EP	2	6	R\$ 6.000,00	R\$ 7.245,06	76	38,0	
12	CGTIC	Escritório de Processos de TI	EPROC	2	2	R\$ 5.050,00	R\$ 2.516,26	48	24,0	
13	Coord. de Atendimento a Usuários		CAU	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	72	72,0	
14	Seção de Atendimento a Usuários		SAU	20	30	R\$ 4.736,36	R\$ 0,00	444	22,2	
15	Seção de Gerenciamento de Equipamentos		SGE	9	7	R\$ 1.578,73	R\$ 0,00	155	17,2	
16	CAU	Seção de Microinformática	SM	9	10	R\$ 17.550,00	R\$ 0,00	323	35,9	
17	Coord. de Infraestrutura Tecnológica		CIT	1	3	R\$ 6.115,00	R\$ 3.448,78	56	56,0	
18	Seção de Redes e Telecomunicações		SRT	9	18	R\$ 43.520,00	R\$ 13.425,30	588	65,3	
19	Seção de Suporte Técnico		SST	12	17	R\$ 40.880,00	R\$ 4.365,20	552	46,0	
20	CIT	Seção de Gerenciamento de Banco de Dados	SGBD	6	6	R\$ 31.982,65	R\$ 4.365,20	90	15,0	
21	Serviço de Desenvolvimento de Sistemas		CDS	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.786,40	48	48,0	
22	Seção de Administração do PJe		SAPJE	10	10	R\$ 6.063,56	R\$ 0,00	256	25,6	
23	Coord. de Desenv. de Sistemas de 1º Grau		SDS1	6	8	R\$ 4.399,36	R\$ 0,00	197	32,8	
24	Coord. de Desenv. de Sistemas de 2º Grau		SDS2	7	7	R\$ 3.509,04	R\$ 0,00	108	15,4	
25	Coord. de Desenv. de Sistemas Administrativos		SDSA	8	9	R\$ 4.893,88	R\$ 0,00	206	25,8	
26	CDS	Coordenação de Desenv. de Internet e Intranet	SDINT	9	13	R\$ 6.993,41	R\$ 0,00	578	64,2	
27	-	-	A DEFINIR		66	R\$ 36.725,60	R\$ 0,00	28		
28	TOTAL		124	239	R\$ 269.591,34	R\$ 67.393,66	4379			
29	TOTAL				R\$ 336.985,00					
30										
31				239	R\$ 269.591,34	R\$ 67.393,66	4379			
32				0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0			
33	RESUMO POR SERVIDOR									
34										
			Valor Estimado							
Nº	Nome	Seção	Coord.	Nº Vagas	Treinamento	Diárias e Passagens	Carga Horária			
36	0 A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	66	R\$ 36.725,60	R\$ 0,00	28			
37	1 ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12			
38	2 ADRIANO SIMIONI	SST	CIT	2	R\$ 4.400,00	R\$ 0,00	98			
39	3 ALAN DIEGO DOS SANTOS	SM	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40			
40	4 ALBERTO DANIEL MULLER	CGTIC	CGTIC	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	48			
41	5 ALBERTO EPAMINONDAS JUNIOR	SM	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3			
42	6 ALEX RISICATO FAGUNDES	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18			
43	7 ALEXANDRE DA COSTA LEITE	SDS1	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	20			
44	8 ALEXANDRE DIEFENTHALER	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10			
45	9 ALEXANDRE KUPAC	SGE	CAU	1	R\$ 570,00	R\$ 0,00	25			
46	10 ALISSON MOSCATO LOY	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	13			

9.1.5. ANEXO V - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2016



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SETIC – 2016

O Relatório do Plano Anual de Capacitação dos servidores da SETIC é composto de:

- **Lista de Treinamentos Previstos X Executados em 2016:**

Planilha com a descrição dos treinamentos previstos e executados, composta das seguintes informações: nome do treinamento, relação com o perfil técnico, fornecedores, carga horária, valores, nome e lotação dos servidores.

Os treinamentos foram divididos em 3 “status”:

Realizado: referem-se aos treinamentos planejados e executados em 2016.

Não Realizado: referem-se aos treinamentos planejados, mas que não puderam ser executados no exercício de 2016.

Realizado Não Planejado: referem-se a treinamentos que foram executados, porém não haviam sido planejados.

- **Quadro Resumo por Seção/Coordenadoria:**

Planilha com resumo dos dados dos treinamentos planejados e executados por setor, composta das seguintes informações: nº de vagas contratadas, valor estimado e carga horária.

- **Gráficos:**

- Gráfico com comparativo entre os valores dos treinamentos Planejados, Planejados Executados, Planejados Não Executados e Não Planejados Executados.
- Gráfico com comparativo entre carga horária dos treinamentos Planejados, Planejados Executados, Planejados Não Executados e Não Planejados Executados.

- **Quadro Resumo por servidor:**

Planilha com resumo dos dados dos treinamentos planejados e executados por servidor, composta das seguintes informações: nº de vagas contratadas, valor estimado e carga horária.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

• **Relatório da Seção de Capacitação - SEGESP**

Planilha encaminhada pela Seção de Capacitação da SEGESP com relação dos treinamentos realizados pela SETIC, com informações de valores dos treinamentos, diárias, passagens, adicional de deslocamento, etc.

• **Análise Qualitativa dos do Plano de Capacitação:**

Documento com análise das chefias dos resultados alcançados com os treinamentos realizados por servidores de suas áreas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:

- O plano de capacitação promove uma melhor na gestão da capacitação dos servidores da SETIC, possibilitando aos gestores desde o planejamento até o acompanhamento da execução dos treinamentos da sua equipe, resultando em indicadores como os que seguem:
 - Mais de 88% dos servidores realizaram algum treinamento durante o exercício de 2016;
 - Mais de 66% dos servidores realizaram pelo menos 20 horas de treinamento durante o exercício;
 - Mais de 90% do valor executado em capacitação da Secretaria refere-se a treinamentos previstos no Plano de Capacitação. Os treinamentos realizados que não estavam planejados referem-se ao sistema PJ-e e foram custeados pelo CSJT, gerando custos com passagens e diárias.
 - A carga horária média realizada pela Secretária é de aproximadamente 30 horas por servidor.
- O Plano de Capacitação também permite uma melhor gestão da verba orçamentária destinada à capacitação técnica desde o seu planejamento até a execução, permitindo a priorização dos treinamentos mais críticos em razão das restrições impostas.
- Outro benefício gerado é o alinhamento entre os treinamentos e as necessidades da SETIC e do Tribunal, uma vez que os treinamentos realizados, mesmo aqueles incorporados ao longo da execução do plano, vinculam-se aos perfis técnicos dos servidores, aprimorando, conseqüentemente, o desempenho das atividades desenvolvidas.

Treinamentos - CIT

ID	Coordenação - Perfil Técnico - Conhecimento necessário	Nome servidor	Secao	Coordena cao	Valor estimado treinamento	Valor estimado passagens, diárias e deslo.	Carga horaria	Vaga s	Nome do treinamento	Empresa	STATUS	VALOR EXECUTADO TREINAMENTO	VALOR EXECUTADO PASSAGENS, DIÁRIAS, DESLOC.	CARGA HORÁRIA	VAGA	PA	Observações, etc	
140	CIT - SERVIDOR CIT - Redes: conceitos e gerenciamento	ADRIANO SIMIONI	SST	CIT	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	80	1	SS3136 - FORMAÇÃO ADMINISTRADOR DE REDES MULTIPLATAFORMA	SISEMA	REALIZADO	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	80	1	5081-79		
145	CIT - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas operacionais Desk	DAVI CRUZ CAMPANHER	SST	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M897 2 - DEPLOYING AND MANAGING WINDOWS 10 USING ENTERPRISE SERVICES	Fontoura	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5188-79		
146	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Backups: conceitos básicos e avai	EDSON ELNEI LEHR	SGBD	CIT	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	BOE310 - SAP BusinessObjects Business Intelligence Platform: Administrati	Fontoura	REALIZADO	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	5100-41		
148	CIT - ESPECIALISTA EM MONITORAMENTO - Ferramentas de Monitoramento (Zab)	EDUARDO MARTINS DA ROCHA	SRT	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	SISEMA	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5429-53		
149	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Backups: conceitos básicos e avai	ERIC GUATIMOZIN SILVA	SGBD	CIT	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	BOE310 - SAP BusinessObjects Business Intelligence Platform: Administrati	Fontoura	REALIZADO	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	5100-41		
150	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - Cabeamento lógico (UTP - Fibra Ótica - tran	ERNAI SOARES KERN	SRT	CIT	R\$ 800,00	R\$ 0,00	24	1	Furukawa Certified Professional Fibra Óptica	Fontoura Education	REALIZADO	R\$ 800,00	R\$ 0,00	24	1	4820-70		
151	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Backups: conceitos básicos e avai	EVANDRO BASSANESI	SGBD	CIT	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	BOE310 - SAP BusinessObjects Business Intelligence Platform: Administrati	Fontoura	REALIZADO	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	5100-41		
152	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Backups: conceitos básicos e avai	EVERTON LUIS BERZ	SGBD	CIT	R\$ 6.900,00	R\$ 4.365,20	40	1	TS813G - IBM Tivoli Storage Manager 7.1 Implementation and Administration Training	Fontoura	REALIZADO	R\$ 6.900,00	R\$ 4.365,20	40	1	4928-02		
154	CIT - ESPECIALISTA EM FERRAMENTAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - FI	FELIPE BOHM DA CUNHA	SST	CIT	R\$ 6.500,00	R\$ 4.365,20	40	1	SASAC - Implementing Core Cisco ASA Security 1.0	Fontoura	REALIZADO	R\$ 6.500,00	R\$ 4.365,20	40	1	4955-50		
156	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - WLAN	GUILHERME WOLF WANDER	SRT	CIT	R\$ 5.780,00	R\$ 3.915,04	40	1	NMENPI - Managing Enterprise Networks with Cisco Prime Infrastructure	Fontoura	REALIZADO	R\$ 5.780,00	R\$ 3.915,04	40	1	5029-39		
157	CIT - ESPECIALISTA EM MONITORAMENTO - Ferramentas de Monitoramento (Zab)	GUILHERME WOLF WANDER	SRT	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	SISEMA	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5429-53		
158	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Gestão e Fiscalizaç	GUSTAVO ADOLFO KELLERMANN SRT	CIT	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	GCTI - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	ensp.gov.br	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	-	EAD	
160	CIT - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas operacionais Desk	JENER GOMES TEIXEIRA JUNIOR	SST	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M897 2 - Deploying and Managing Windows 10 Using Enterprise Services	Fontoura	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5188-79		
161	CIT - ESPECIALISTA EM TELEFONIA - sistemas e aplicativos	JOÃO FRANCISCO MOREIRA DA I	SRT	CIT	R\$ 5.600,00	R\$ 0,00	40	1	Zabbix	Unired	NÃO REALIZADO						Sem disponibilidade de dados	
162	CIT - SERVIDOR CIT - Redes: conceitos e gerenciamento	JOÃO FRANCISCO MOREIRA DA I	SRT	CIT	R\$ 670,00	R\$ 2.628,80	16	1	Instalação e configuração tarifador Sumus	Sumus - SP	REALIZADO	R\$ 670,00	R\$ 2.575,89	16	1	4801-64		
164	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - Cabeamento lógico (UTP - Fibra Ótica - tran	JULIANO SIEBEL	SRT	CIT	R\$ 800,00	R\$ 0,00	24	1	Furukawa Certified Professional Fibra Óptica	Fontoura Education	REALIZADO	R\$ 800,00	R\$ 0,00	24	1	4820-70		
165	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	JULIO CESAR ZANN FERREIRA	SRT	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	MS410 - INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012	Fontoura	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5347-60		
166	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	JULIO CESAR ZANN FERREIRA	SRT	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	SISEMA	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5429-53		
168	CIT - ESPECIALISTA EM MONITORAMENTO - Ferramentas de Monitoramento (Zab)	LEANDRO AUGUSTO DE OLIVEIR	SRT	CIT	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40	1	Zabbix	Unired	REALIZADO	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40	1	5106-48		
169	CIT - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas operacionais Desk	LEONARDO RIBEIRO DAMIANI	SST	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M897 2 - DEPLOYING AND MANAGING WINDOWS 10 USING ENTERPRISE SERVICES	Fontoura	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5188-79		
170	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - Cabeamento lógico (UTP - Fibra Ótica - tran	LUIS CARLOS PORTO	SRT	CIT	R\$ 800,00	R\$ 0,00	24	1	Furukawa Certified Professional Fibra Óptica	Fontoura Education	REALIZADO	R\$ 800,00	R\$ 0,00	24	1	5506-62	curso em dezembro dia 15	
171	CIT - SERVIDOR CIT - Redes: conceitos e gerenciamento	LUIS CARLOS PORTO	SRT	CIT	R\$ 670,00	R\$ 2.516,26	16	1	Instalação e configuração tarifador Sumus	Sumus - SP	REALIZADO	R\$ 670,00	R\$ 2.575,89	16	1	4801-64		
174	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Backups: conceitos básicos e avai	ROBERTO PEREIRA DA ROSA	SGBD	CIT	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	BOE310 - SAP BusinessObjects Business Intelligence Platform: Administrati	Fontoura	REALIZADO	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	5100-41		
175	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Backups: conceitos básicos e avai	RODRIGO ZARTH	SGBD	CIT	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	BOE310 - SAP BusinessObjects Business Intelligence Platform: Administrati	Fontoura	REALIZADO	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	5100-41		
176	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	VOLNEI CESAR SUSIN	SST	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	MS412 - CONFIGURAÇÃO AVANÇADA DOS SERVIÇOS NO WINDOWS SERVER 2012	SISEMA	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	6175-18		
181	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	PALLO MENDES RIBEIRO JUNIOR	CIT	CIT	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	32	1	Gartner SYMPOSIUM Tipo	GARTNER	REALIZADO	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	32	1	5213-92	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
202	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - WLAN	EDUARDO MARTINS DA ROCHA	SRT	CIT	R\$ 5.780,00	R\$ 4.365,20	40	1	NMENPI - Managing Enterprise Networks with Cisco Prime Infrastructure	Multired	REALIZADO	R\$ 5.780,00	R\$ 4.155,02	40	1	5029-39	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
203	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	JULIANO SIEBEL	SRT	CIT	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	RH134 - Red Hat System Administration II	Fontoura Education	REALIZADO	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	4983-50	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
204	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	LEANDRO AUGUSTO DE OLIVEIR	SRT	CIT	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	RH134 - Red Hat System Administration II	Fontoura Education	REALIZADO	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	4983-50	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
205	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	ANDRE LUI LVI	SST	CIT	R\$ 3.300,00	R\$ 0,00	32	1	RH134 - Red Hat System Administration II	Fontoura Education	REALIZADO	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	4983-50	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
206	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	BRUNO SCHMIDT MARQUES	SST	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M897 2 - DEPLOYING AND MANAGING WINDOWS 10 USING ENTERPRISE SERVICES	Fontoura	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5188-79	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
207	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	ANDERSON MENEZES GOMES	SST	CIT	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	SISEMA	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5429-53	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
213	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Gestão e Fiscalizaç	ERNAI SOARES KERN	SRT	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	Gestão de Contratos de TIC	EAD	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	-	Treinamento sem custo, incluído por estar relacionado ao perfil do servidor	
214	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	YUSEF MAHATHAMA GIDRAO	SST	CIT	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	RH254 - Red Hat System Administration III	Fontoura	REALIZADO	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	5245-97	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
215	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	GERMANO DE MELLO ANDERSS	SST	CIT	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	RH254 - Red Hat System Administration III	Fontoura	REALIZADO	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	5245-97	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
221	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	ANDRE LUI LVI	SST	CIT	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	RH254 - Red Hat System Administration III	Fontoura	REALIZADO	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	5245-97	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
222	SETIC - SERVIDOR SETIC - Noções Gerais de Tecnologia da Informação	FABIANO MARTINS	SST	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Forum Internacional de Software Live	FISL	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	-	Servidor realizou o pagamento do treinamento	
226	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMIPMBOK	GERMANO DE MELLO ANDERSS	SST	CIT	R\$ 900,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	NÃO REALIZADO						7249-10	Treinamento não pode ser realizado por necessidade de serviço
227	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMIPMBOK	ADRIANO SIMIONI	SST	CIT	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	REALIZADO	R\$ 1.010,00	R\$ 0,00	20	1	7249-10	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
228	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMIPMBOK	VOLNEI CESAR SUSIN	SST	CIT	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	REALIZADO	R\$ 1.010,00	R\$ 0,00	20	1	7249-10	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados PostgreSQL (b	PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	CIT	CIT					1º ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE-		REALIZADO NÃO PLANEJADO	R\$ 0,00	R\$ 1.689,27	6	1	6378-77	Treinamento Nacional do PJE-e	
	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados PostgreSQL (b	EDSON ELNEI LEHR	SGBD	CIT					1º ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE-		REALIZADO NÃO PLANEJADO	R\$ 0,00	R\$ 1.689,27	6	1	6378-77	Treinamento Nacional do PJE-e	
					R\$ 122.497,65	R\$ 25.604,48	1286	44										

Treinamentos - CAU

ID	Coordenação - Perfil técnico - Conhecimento necessário	Nome servidor	Secao	Coordena cao	Valor estimado treinamento	Valor estimado passagens, diárias e desloc.	Carga horaria	Vaga s	Nome do treinamento	Empresa	STATUS	VALOR EXECUTADO TREINAMENTO	VALOR EXECUTADO PASSAGENS DIÁRIAS, DESLOC.	CARGA HORÁRIA	VAGA	PA	Observações, etc	
1	GERAL - INTEGRANTE DE EQUIPES DE PLANEJAMENTO DE CONTRA	DENILSON RIBEIRO DE QUADRO	CAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	IN-MPOG nº 4/2010 / Resolução CNJ 182/2013	ENAP ORG	NÃO REALIZADO						Sem turma	
2	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Linguagem de	CHARLES FERREIRA FALCÃO	SM	CAU	R\$ 990,00	R\$ 0,00	40	1	Curso HTML, CSS e JavaScript	Target Trust	NÃO REALIZADO							
3	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Ferramentas d	ANA LUCIA MOREIRA	SM	CAU	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20	1	ENTENDENDO E PLANEJANDO SEGURANÇA PARA AMBI	SISNEMA	REALIZADO	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20	1	7309-80		
4	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Oper	CHARLES FERREIRA FALCÃO	SM	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M20697.2 - Gerenciamento e Administração em Windows 10	SISNEMA	REALIZADO	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	5188-79	Curso primeiramente planejado para Felipe Giacomol fo	
5	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Ferramentas d	ANA NAIARA MALAVOLTA	SM	CAU	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20	1	ENTENDENDO E PLANEJANDO SEGURANÇA PARA AMBI	SISNEMA	REALIZADO	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20	1	7309-80		
6	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Configuração c	ANA NAIARA MALAVOLTA	SM	CAU	R\$ 1.980,00	R\$ 0,00	40	1	SS3004 - FUNDAMENTOS, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	SISNEMA	NÃO REALIZADO							
7	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Oper	LUCAS BERTUOL BOFF MAUS	SM	CAU	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	1	M20697.2 - Gerenciamento e Administração em Windows 10	SISNEMA	NÃO REALIZADO						Servidor de licença	
8	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Configuração c	PAULO RICARDO RITTER	SM	CAU	R\$ 1.980,00	R\$ 0,00	40	1	SS3004 - FUNDAMENTOS, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	SISNEMA	NÃO REALIZADO						Sem disponibilidade de datas	
9	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Oper	PAULO RICARDO RITTER	SM	CAU	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	1	M697.1 - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10	SISNEMA	NÃO REALIZADO						Sem disponibilidade de datas	
10	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Oper	ALAN DIEGO DOS SANTOS	SM	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M697.1 - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10	SISNEMA	REALIZADO	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	1	4761-82		
11	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	JOSE LUIS BORGES	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Atendimento ao Cidadão	ENAP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	-		
12	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - E	LUCIANO CIPRIANI	SGE	CAU	R\$ 150,00	R\$ 0,00	40	1	Curso HTML, CSS e JavaScript	Target Trust	REALIZADO	R\$ 150,00	R\$ 0,00	40	1	5391-41		
15	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Gestão	DIEGO FRAGA CONTESSA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	GCT1 - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	ENAP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	-		
16	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Gestão	DANIEL LAZZAROTTO	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	GCT1 - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	ENAP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	-		
17	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	DANIEL LAZZAROTTO	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	15	1	CURSO FEEDBACK: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLV	SEGESP	NÃO REALIZADO							
18	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	MARIA ESTER FONSECA VIEIRA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO GESTÃO DO TEMPO	SEGESP	NÃO REALIZADO							
19	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	MARIA ESTER FONSECA VIEIRA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA	SEGESP	NÃO REALIZADO							
20	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	EVERTON RAFAEL POLINA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Projetos	ENAP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	-		
21	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	EVERTON RAFAEL POLINA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	Gerência de Projetos: Teoria e Prática	ENAP	NÃO REALIZADO						Sem turma	
22	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ALISSON MOSCATO LOY	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	-		
23	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ALISSON MOSCATO LOY	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	-		
24	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	DANIEL FRAGA VIEIRA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	ENAP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	-		
25	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	DANIEL FRAGA VIEIRA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	Gerência de Projetos: Teoria e Prática	ENAP	NÃO REALIZADO						Sem turma	
26	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	DIOGO PIRES GILI	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	-		
27	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	DIOGO PIRES GILI	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	-		
28	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ALEX RISCICATO FAGUNDES	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	-		
29	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	ALEX RISCICATO FAGUNDES	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	15	1	CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM QUALIDADE	SEGESP	NÃO REALIZADO							
30	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ROBERTO WEISS	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	-		
31	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ROBERTO WEISS	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	NÃO REALIZADO							
32	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	ANNA KARINA QUEIROZ	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO GESTÃO DO TEMPO	SEGESP	NÃO REALIZADO							
33	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ANNA KARINA QUEIROZ	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA	SEGESP	NÃO REALIZADO							
34	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	JACKSON GUTERRES DOS SANT	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	-		
35	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	JACKSON GUTERRES DOS SANT	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	15	1	CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM QUALIDADE	SEGESP	NÃO REALIZADO							
36	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	THIAGO DE AZEVEDO DORNELLE SAU	CAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS	SEGESP	NÃO REALIZADO							
37	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	THIAGO DE AZEVEDO DORNELLE SAU	CAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	15	1	CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM QUALIDADE	SEGESP	NÃO REALIZADO							
38	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	SILVANA MARIA OLIVEIRA DA SIL	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO GESTÃO DO TEMPO	SEGESP	NÃO REALIZADO							
39	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	SILVANA MARIA OLIVEIRA DA SIL	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	-		
40	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	LUCIO BISSO TEIXEIRA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS	SEGESP	NÃO REALIZADO							
41	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	LUCIO BISSO TEIXEIRA	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	15	1	CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM QUALIDADE	SEGESP	NÃO REALIZADO							
42	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	JOSE ALEXANDRE DE VARGAS R	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	-		
43	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	JOSE ALEXANDRE DE VARGAS R	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO GESTÃO DO TEMPO	SEGESP	NÃO REALIZADO							
46	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 12.477,47	R\$ 0,00	8	12	Formação de Analista de Help Desk e Service Desk (Módulo)	Roberto Cohé	NÃO REALIZADO					6249-72	Não realizado devido a problemas na documentação da en	
47	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 12.477,47	R\$ 0,00	8	12	Formação de Analista de Help Desk e Service Desk (Módulo)	Roberto Cohé	NÃO REALIZADO					6249-72	Não realizado devido a problemas na documentação da en	
48	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 11.770,67	R\$ 0,00	8	12	Formação de Analista de Help Desk e Service Desk (Módulo)	Roberto Cohé	NÃO REALIZADO					6249-72	Não realizado devido a problemas na documentação da en	
49	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	DIEGO FRAGA CONTESSA	SAU	SAU	R\$ 4.736,36	R\$ 0,00	32	1	Gestão de Serviços para Help Desk e Service Desk	Roberto Cohé	NÃO REALIZADO						Não realizado devido a problemas na documentação da en	
51	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ALBERTO EPAMINONDAS JUNIOR	SM	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS	SEGESP	NÃO REALIZADO						Não realizado, conforme email chefe	
52	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	PAULA MEDAGLIA GRUSSNER	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1	1	-		
53	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	CARLA TONDIN DE OLIVEIRA	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	-		
54	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - E	ALEXANDRE KUPAC	SGE	CAU	R\$ 570,00	R\$ 0,00	25	1	Excel VBA	Datalógica Co	NÃO REALIZADO						Não foi encontrada empresa que aceitasse empenho	
55	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenti	ALEXANDRE DIEFENTHALER	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE	SEGESP	NÃO REALIZADO							
178	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	DENILSON RIBEIRO DE QUADRO	CAU	CAU	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	32	1	Garner SYMPOSIUMITxpo	GARTNER	REALIZADO	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	32	1	5213-92	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
208	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - E	PAULA MEDAGLIA GRUSSNER	SGE	CAU	R\$ 858,73	R\$ 0,00	40	1	Excel 2013 VBA - Modulo I (online)	UNIÃO EDUC	NÃO REALIZADO						6117-15	Não foi encontrada empresa que aceitasse empenho
					R\$ 64.765,70	R\$ 3.448,78	1018	85										

Treinamentos - CDS

ID	Coordenação - Perfil Técnico - Conhecimento necessário	Nome servidor	Coordenação	Valor estimado treinamento	Valor estimado passagens, diárias e deslo.	Carga horária	Vaga	Nome do treinamento	Empresa	STATUS	VALOR EXECUTADO TREINAMENTO	VALOR EXECUTADO PASSAGENS, DIÁRIAS, DESLOC.	CARGA HORÁRIA	VAGA	PA	Observações, etc	
84	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	ANDRÉ SOARES FARIAS	CDS	RS 0,00	RS 0,00	12	1	Encontro de Gestores	TRT4	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	30	1			
85	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Enterprise Applications	CARLOS EDUARDO NEVES DA F	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Equipas: Produtividade Extrema na IDE com Java	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38	
86	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Seam	FELIPE NUNES FLORES	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	52	1	Equipas - Git	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	52	1		5236-38	
87	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Seam	MARCOS JOSUE NONENMACHE	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Java 8 - Tire proveito dos novos recursos da linguagem	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38	
88	CDS - ANALISTA DE TESTES - Automação de Testes	FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	32	1	Certificação ITIL Foundation 1	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	32	1		5236-38	
90	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Seam	FELIPE LUIZ CHRISTOFOLLI GIOT	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	84	1	Java 8 - Threads 2 - Java Reflection	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	84	1		5236-38	
91	CDS - SERVIDOR CDS - GIT - controle de versão	MARIA CLARA LUCENA ADAMS	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Certificação ITIL Foundation 1 / Git	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38	
92	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Seam	FABRICIO COSTA DA SILVA	SAPJE	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Java e JDBC - Java e JPA	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38	
93	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	PAULO ROBERTO SCHMITT DO C	SDS2	RS 0,00	RS 0,00	16	1	Encontro de Gestores	TRT4	NÃO REALIZADO						Treinamento coincidiu com férias do servidor	
98	CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	8	1	Data analysis: trabalhando com dados e estatísticas	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	8	1		5236-38
100	CDS - SERVIDOR CDS - GIT - controle de versão	LUCIA GONTARSKI SPERANZA	SDS1	CAU	RS 584,84	RS 0,00	25	1	Controle de Versão com Git	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	25	1		5236-38
100	CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	LUCIA GONTARSKI SPERANZA	SDS1	CAU	RS 0,00	RS 0,00	11	0	Introdução à Realização de Software e MDD	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	11	1		5236-38
100	CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	LUCIA GONTARSKI SPERANZA	SDS1	CAU	RS 0,00	RS 0,00	9	0	Soluções concretas para problemas práticos da engenharia	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	9	1		5236-38
102	CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	ALEXANDRE DA COSTA LEITE	SDS1	CAU	RS 584,84	RS 0,00	20	1	Java Dominando as Collections	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	48	1		6970-58
105	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	LUIZ FERNANDO ESTIVALET	SDS1	CAU	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Curso Jasmine: Testes automatizados em JavaScript	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38
105	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	LUIZ FERNANDO ESTIVALET	SDS1	CAU	RS 0,00	RS 0,00	12	0	Curso XStream: Consumindo o XML sem esforço	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	12	1		5236-38
105	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - JSF	LUIZ FERNANDO ESTIVALET	SDS1	CAU	RS 0,00	RS 0,00	10	0	Curso Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Pattern	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	10	1		5236-38
105	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - JSF	LUIZ FERNANDO ESTIVALET	SDS1	CAU	RS 0,00	RS 0,00	10	0	Curso Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Pattern	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	10	1		5236-38
107	CDS - ANALISTA DE TESTES - Teste de Integração	LUCIANO PETTER	SDS1	CAU	RS 700,00	RS 0,00	20	1	Curso de Testes de Software	DevMedia	NÃO REALIZADO						
109	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	JOICE PAVEK FIGUEIRO	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	HTML5 e CSS3 II	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
110	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Moodle	JOICE PAVEK FIGUEIRO	SDINT	CAU	RS 197,40	RS 0,00	60	1	Curso online de Moodle: conceitos e administração	Portal Educação S/A	NÃO REALIZADO						6378-77
112	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	TIAGO DA SILVA SUTTLI	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	Java e JSF II	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
115	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	STEFANO DRIMON KURZ MOR	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	Java e JSF I	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
117	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	LEANDRO ZULIAN GALLINA	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	MEAN Stack I	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
119	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DO	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	Ruby I	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
121	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	FERNANDO TREBIEN	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	Java: Laboratório web de práticas e tecnologias	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
123	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	RODRIGO VICENTE DO NASCIME	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	HTML5 e CSS3 II	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
126	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	ANDRE RODRIGUES DA SILVA	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	8	1	Curso Bootstrap: Boas práticas no FrontEnd	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	8	1		5973-75
126	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	ANDRE RODRIGUES DA SILVA	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	16	0	Grunt: Automação de tarefas front-end	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	16	1		5973-75
128	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	CELSO MUNHOZ SCHMIDT Licen	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	10	1	jQuery - Criando aplicações Web ricas	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	10	1		5236-38
128	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	CELSO MUNHOZ SCHMIDT Licen	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	12	0	jQuery II: Manipulação dinâmica de conteúdo	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	12	1		5236-38
132	CDS - SERVIDOR CDS - Banco de Dados Oracle	MARCELO ZAMBIASI	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	8	1	Oracle II: Consultas Complexas	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	8	1		5236-38
132	CDS - SERVIDOR CDS - Banco de Dados Oracle	MARCELO ZAMBIASI	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	12	0	Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em java	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	12	1		5236-38
134	CDS - SERVIDOR CDS - Banco de Dados Oracle	MARCIA DE LIMA COSTA	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	4	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 5: Joins e Subquery	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	4	1		6970-58
134	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	MARCIA DE LIMA COSTA	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	16	0	Lógica de Programação I: Os primeiros programas com J	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	16	1		6970-58
135	CDS - ANALISTA DE TESTES - Automação de Testes	MARCIO BYSTRONSKI	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Curso Rest Assured: Testes automatizados de webservices	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	12	1		6970-58
135	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	MARCIO BYSTRONSKI	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	12	0	Curso JAXRS e Jersey - Domine a criação de webservices	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	12	1		6970-58
136	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	MARCIO BYSTRONSKI	SDSA	CAU	RS 800,00	RS 0,00	16	1	Seminário de Gerenciamento de Projetos	PMI RS	REALIZADO	RS 1.010,00	RS 0,00	20	1		7249-10
137	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	MICHEL BARRETO DA SILVA	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	22	1	Trilha Javascript: Javascript, jQuery I e jQuery II	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	22	1		5236-38
179	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	ANDRÉ SOARES FARIAS	CDS	CAU	RS 4.175,00	RS 3.786,40	32	1	Garhpe SVAPOSIMTItyo	GARTNER	REALIZADO	RS 3.340,00	RS 3.257,26	32	1		5213-92
167	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Enterprise Applications	ANTONIO LUCIA NEVES DE OLIV	SAPJE	CAU	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Equipas: Produtividade Extrema na IDE com Java	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38
168	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Jboss Enterprise Applications	REGILANE SOUZA LEITE SHONK	SAPJE	CAU	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Equipas: Produtividade Extrema na IDE com Java	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38
190	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	JOÃO ADOLFO FROEDE LUTZ	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	Design Patterns Java I	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
191	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	RENATO BATISTA DE MORAES	SDINT	CAU	RS 584,84	RS 0,00	48	1	Threads I	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	48	1		5236-38
192	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Moodle	JOICE PAVEK FIGUEIRO	SDINT	CAU	RS 172,45	RS 0,00	30	1	Moodle 2.0: Iniciando	Portal Educação S/A	NÃO REALIZADO						6378-77
193	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	FABRICIO HENRIQUE RODRIGUE	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	20	1	Java e JPA: Perista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	20	1		5236-38
193	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	FABRICIO HENRIQUE RODRIGUE	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	8	0	Bootstrap: Boas práticas no FrontEnd	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	8	1		5236-38
194	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	RUBILAR DA SILVA JARDIM	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	10	1	HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	10	1		5236-38
194	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento	RUBILAR DA SILVA JARDIM	SDSA	CAU	RS 0,00	RS 0,00	20	0	HTML e CSS: Os seus primeiros passos	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	20	1		5236-38
195	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Frameworks Java Web	ANDERSON NASCIMENTO MIRAN	SDS1	CAU	RS 584,84	RS 0,00	20	1	Java: Dominando as Collections	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	20	1		5236-38
195	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - IDE Eclipse	ANDERSON NASCIMENTO MIRAN	SDS1	CAU	RS 0,00	RS 0,00	12	1	Equipas: Produtividade Extrema na IDE com Java	Alura	REALIZADO	RS 0,00	RS 0,00	12	1		5236-38
196	CDS - SERVIDOR CDS - Banco de Dados Oracle	ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBR	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	12	1	Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em java	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	12	1		5236-38
197	CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	FELIPE HOPPE LEVIN	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	22	1	Alura - Análise de Dados	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	22	1		5236-38
199	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - HTML e CSS	LUCIANA KARST PASSOS	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	20	1	HTML e CSS	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	20	1		5236-38
200	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - HTML e CSS	NORA HELENA ROTHFUCHS ALBI	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	20	1	HTML e CSS : os seus primeiros passos	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	20	1		5236-38
201	CDS - SERVIDOR CDS - SCRUM	TIAGO GOMES SANTOS	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	10	1	Scrum: Agilidade em seu projeto	Alura	REALIZADO	RS 585,00	RS 0,00	10	1		5236-38
229	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	JOICE PAVEK FIGUEIRO	SDINT	CAU	RS 800,00	RS 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETO PMI-RS	PMI-RS	REALIZADO	RS 1.010,00	RS 0,00	20	1		7249-10
230	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	LUCIA GONTARSKI SPERANZA	SDS1	CAU	RS 800,00	RS 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETO PMI-RS	PMI-RS	REALIZADO	RS 1.010,00	RS 0,00	20	1		7249-10
233	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	SAPJE	CAU	RS 800,00	RS 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETO PMI-RS	PMI-RS	REALIZADO	RS 980,00	RS 0,00	16	1		7249-10
CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	RUBILAR DA SILVA JARDIM	SDSA	CAU	RS 584,84	RS 0,00	20	1	Curso de Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas	Target Trust	REALIZADO NÃO PLANEJADO	RS 1.431,00	RS 0,00	36	1		7334-93	
CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	FELIPE HOPPE LEVIN	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	22	1	Curso de Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas	Target Trust	REALIZADO NÃO PLANEJADO	RS 1.431,00	RS 0,00	36	1		7334-93	
CDS - ANALISTA DE SISTEMAS - Análise e especificação de	TIAGO GOMES SANTOS	SDS2	CAU	RS 584,84	RS 0,00	22	1	Curso de Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas	Target Trust	REALIZADO NÃO PLANEJADO	RS 1.431,00	RS 0,00	36	1		7334-93	
CDS - SERVIDOR CDS - Metodologia de desenvolvimento vi	FELIPE HOPPE LEVIN	SDS															

Treinamentos - CGTIC - SETIC

ID	Coordenação - Perfil técnico - Conhecimento necessário	Nome servidor	Secao	Coordenaçã o	Valor estimado treinamento	Valor estimado passagens, diárias e desloca.	Carga horaria	Vaga s	Nome do treinamento	Empresa	STATUS	VALOR EXECUTADO TREINAMENTO	VALOR EXECUTADO PASSAGENS, DIARIAS, DESLOC.	CARGA HORÁRIA	VAGA	PA	Observações, etc	
56	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	SETIC	SETIC	R\$ 0,00	R\$ 2.982,52	32	1	Eventos Gartner	Gartner	REALIZADO	R\$ 0,00	3257,26	32	1	5213-92		
58	CGTIC - ESPECIALISTA EM GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - Conhecimento em orç	ALBERTO DANIEL MULLER	CGTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Aperfeiçoamento de Gestão Administrativa	corvite da SA	REALIZADO	R\$ 0,00	-	16	1	-		
59	CGTIC - ESPECIALISTA EM CONTRATAÇÃO - INACPOD nº 4/2010 / Resoluçã	RIJUAN PAULO LOPES BARROS	SACTIC	CGTIC	R\$ 2.745,00	R\$ 2.516,26	16	1	Planejamento de Contratações de TI	ESR	REALIZADO	R\$ 2.745,00	2977,53	16	1	6128-44		
69	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Auditoria e F	LUCAS POZZATTI	ESI	CGTIC	R\$ 2.560,00	R\$ 0,00	40	1	Auditoria Forense	ESR	REALIZADO	R\$ 2.560,00	3764,31	40	1	4854-45		
70	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Controles de	S LUCAS POZZATTI	ESI	CGTIC	R\$ 2.069,75	R\$ 3.915,04	24	1	ISMAS-ISO27002 Advanced - Segurança da Informação: Aspectos de Gestão-EXIN	Diarys	REALIZADO	R\$ 2.069,75	3768,2	24	1	4556-35		
74	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançad	DEISE ALEXANDRA KOERBER AL EP	CGTIC	CGTIC	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	REALIZADO	R\$ 560,00	-	20	1	7249-10		
76	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançad	CINTIA FRIGO PETUCO	EP	CGTIC	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	REALIZADO	R\$ 1.010,00	-	8	1	7249-10		
78	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Gestão e Fiscal	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	15	Processo de Gestão e Fiscalização de Contratos da SETIC	Treinamento Ir	REALIZADO	R\$ 0,00	0	1,5	29	-	Treinamento Interno	
79	GERAL - INTEGRANTE DE EQUIPES DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	15	Processo de Contratação de Soluções de TIC do Tribunal	Treinamento Ir	REALIZADO	R\$ 0,00	0	1,5	30	-	Treinamento Interno	
180	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	ALBERTO DANIEL MULLER	CGTIC	CGTIC	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	32	1	Gartner SYMPOSIUMITipo	GARTNER	REALIZADO	R\$ 3.340,00	3257,26	32	1	5213-92	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
182	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - COBIT	RICARDO KRAUSE KURYLENKO	EPROC	CGTIC	R\$ 2.160,00	R\$ 2.516,26	16	1	Aplicação Prática do COBIT 5 na Governança e na Gestão de TI	Instituto Brasil	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	4592-95	Empresa cancelou treinamento
183	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançad	CINTIA FRIGO PETUCO	EP	CGTIC	R\$ 1.800,00	R\$ 2.628,80	16	1	Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos	PMI SP	REALIZADO	R\$ 2.200,00	R\$ 2.375,89	16	1	4859-67	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
184	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançad	CINTIA FRIGO PETUCO	EP	CGTIC	R\$ 500,00	R\$ 1.050,00	8	1	Workshop Habilidades para Liderança Estratégica de Projetos	PMI SP	REALIZADO	R\$ 650,00	-	8	1	7249-10	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
185	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançad	DEISE ALEXANDRA KOERBER AL EP	CGTIC	CGTIC	R\$ 1.800,00	R\$ 2.516,26	16	1	Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos	PMI SP	REALIZADO	R\$ 2.200,00	R\$ 2.375,89	16	1	4859-67	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
186	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançad	DEISE ALEXANDRA KOERBER AL EP	CGTIC	CGTIC	R\$ 300,00	R\$ 1.050,00	4	1	Workshop Habilidades para Liderança Estratégica de Projetos	PMI SP	REALIZADO	R\$ 0,00	-	4	1	7249-10	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
189	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Gestão e Fiscal	CAROLINE ROCHA MOLINA	SACTIC	CGTIC	R\$ 2.745,00	R\$ 2.516,26	16	1	APLICAÇÃO DE SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E RESPO	ESR/Consultoria	REALIZADO	R\$ 2.745,00	2252,53	16	1	5262-36	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
209	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	6852-48	Empresa cancelou treinamento
210	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	JANINA ALVES FAGUNDES	SETIC	SETIC	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	6852-48	Empresa cancelou treinamento
211	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	THALES ANTUNES SOFFIATTI	SETIC	SETIC	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	1	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	6852-48	Empresa cancelou treinamento
212	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	SETIC	SETIC	R\$ 7.870,00	R\$ 3.448,78	30	1	HSM Expo	HSM DO BRA	REALIZADO	R\$ 7.870,00	4752,76	30	1	6472-25	Solicitada inclusão do treinamento pela direção da setic	
213	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	1	Curso de Testes de Software - Planejamento e Execução	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	6877-61	Empresa cancelou treinamento
214	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	JANINA ALVES FAGUNDES	SETIC	SETIC	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	1	Curso de Testes de Software - Planejamento e Execução	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	6877-61	Empresa cancelou treinamento
215	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	THALES ANTUNES SOFFIATTI	SETIC	SETIC	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	1	Curso de Testes de Software - Planejamento e Execução	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	6877-61	Empresa cancelou treinamento
216	SETIC - ANALISTA DE NEGÓCIOS - BABOK - Business Analysis Body of Knowle	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 1.590,00	R\$ 0,00	36	1	Curso de Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas	Target Trust	REALIZADO	R\$ 1.431,00	0	36	1	7334-93	Servidores novos lotados na SETIC	
217	SETIC - ANALISTA DE NEGÓCIOS - BABOK - Business Analysis Body of Knowle	JANINA ALVES FAGUNDES	SETIC	SETIC	R\$ 1.590,00	R\$ 0,00	36	1	Curso de Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas	Target Trust	REALIZADO	R\$ 1.431,00	0	36	1	7334-93	Servidores novos lotados na SETIC	
218	SETIC - ANALISTA DE NEGÓCIOS - BABOK - Business Analysis Body of Knowle	THALES ANTUNES SOFFIATTI	SETIC	SETIC	R\$ 1.590,00	R\$ 0,00	36	1	Curso de Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas	Target Trust	REALIZADO	R\$ 1.431,00	0	36	1	7334-93	Servidores novos lotados na SETIC	
219	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - ITIL	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	24	1	ITIL	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	-	Sem disponibilidade de datas
220	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	32	1	Gartner SYMPOSIUMITipo	GARTNER	REALIZADO	R\$ 3.340,00	3257,26	32	1	5213-92	Solicitada inclusão do treinamento conforme e-mail chefe	
223	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMIPMBOK	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	REALIZADO	R\$ 1.010,00	-	20	1	7249-10	Servidores novos lotados na SETIC	
224	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMIPMBOK	JANINA ALVES FAGUNDES	SETIC	SETIC	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	REALIZADO	R\$ 1.010,00	-	20	1	7249-10	Servidores novos lotados na SETIC	
225	SETIC - DESENVOLVEDOR DE CONTEÚDOS EAD - Gestão do Conhecimento	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	R\$ 1.400,00	R\$ 2.516,26	16	1	Gestão do Conhecimento	Target Trust	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	-	Sem disponibilidade de datas
231	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - BI	REJANE GOLDSTEIN TELICHEVE EPROC	CGTIC	CGTIC	R\$ 2.880,00	R\$ 0,00	32	1	Tecnologia em Pentaho BI Open Source Fundamental	Ambiente Livre	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	-	Sem disponibilidade de datas
232	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMIPMBOK	CLEONICE SANTOS CONDOTTA	ESI	CGTIC	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - RS	PMI-RS	NÃO REALIZADO	-	-	-	-	-	-	Treinamento não pode ser realizado por necessidade de serviço
	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	SETIC	SETIC					CONFERÊNCIA PJE		REALIZADO NÃO PLANEJADO	R\$ 0,00	R\$ 5.853,52	5	1	4934-09		
					R\$ 52.293,75	R\$ 34.554,00	682	61										

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI – 2016
QUADRO SÍNTESE DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

RESUMO POR SEÇÃO/COORDENADORIA

Secretaria / Coord.	Seção	Nº Servidores	PLANEJADO						EXECUTADO				
			Nº Vagas	Treinamento	Diárias, Passagens e Adicional de Deslocamento	Carga Horária em horas		Nº Vagas	Valor Treinamento	Diárias, Passagens e Adicional de Deslocamento	Carga Horária em horas		
						Presencial / EAD	Média por servidor				Presencial / EAD	Média por servidor	
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comu	SETIC	5	16	R\$ 26.149,00	R\$ 12.396,34	394	78,8	9	R\$ 17.523,00	R\$ 17.120,80	247	49,4
CGTIC	Coordenadoria de Gestão de TIC	CGTIC	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	48	48,0	2	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	48	48,0
	Seção de Apoio a Contratações de TIC	SACTIC	4	2	R\$ 5.490,00	R\$ 5.032,52	32	8,0	2	R\$ 5.490,00	R\$ 5.230,06	32	8,0
	Escritório de Segurança da Informação	ESI	2	3	R\$ 5.429,75	R\$ 3.915,04	80	40,0	2	R\$ 4.629,75	R\$ 7.532,51	64	32,0
	Escritório de Projetos de TIC	EP	2	6	R\$ 6.000,00	R\$ 7.245,06	76	38,0	6	R\$ 6.620,00	R\$ 4.751,78	72	36,0
	Escritório de Processos de TI	EPROC	2	2	R\$ 5.050,00	R\$ 2.516,26	48	24,0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0,0
CAU	Coord. de Atendimento a Usuários	CAU	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	72	72,0	1	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	32	32,0
	Seção de Atendimento a Usuários	SAU	20	30	R\$ 4.736,36	R\$ 0,00	444	22,2	13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	155	7,8
	Seção de Gerenciamento de Equipamentos	SGE	9	7	R\$ 1.578,73	R\$ 0,00	155	17,2	4	R\$ 150,00	R\$ 0,00	71	7,9
	Seção de Microinformática	SM	9	10	R\$ 17.550,00	R\$ 0,00	323	35,9	4	R\$ 7.650,00	R\$ 0,00	120	13,3
CIT	Coord. de Infraestrutura Tecnológica	CIT	1	3	R\$ 6.115,00	R\$ 3.448,78	56	56,0	2	R\$ 3.340,00	R\$ 4.946,53	38	38,0
	Seção de Redes e Telecomunicações	SRT	9	18	R\$ 43.520,00	R\$ 13.425,30	588	65,3	16	R\$ 35.420,00	R\$ 13.461,82	508	56,4
	Seção de Suporte Técnico	SST	12	17	R\$ 40.880,00	R\$ 4.365,20	552	46,0	15	R\$ 40.560,00	R\$ 4.091,46	544	45,3
	Seção de Gerenciamento de Banco de Dados	SGBD	6	6	R\$ 31.982,65	R\$ 4.365,20	90	15,0	7	R\$ 31.982,65	R\$ 6.217,63	96	16,0
	Serviço de Desenvolvimento de Sistemas	CDS	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.786,40	48	48,0	1	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	32	32,0
CDS	Seção de Administração do PJe	SAPJE	10	10	R\$ 6.063,56	R\$ 0,00	256	25,6	14	R\$ 5.825,00	R\$ 14.278,70	384	38,4
	Coord. de Desenv. de Sistemas de 1º Grau	SDS1	6	8	R\$ 4.399,36	R\$ 0,00	197	32,8	11	R\$ 2.765,00	R\$ 0,00	189	31,5
	Coord. de Desenv. de Sistemas de 2º Grau	SDS2	7	7	R\$ 3.509,04	R\$ 0,00	108	15,4	10	R\$ 6.372,00	R\$ 3.145,06	190	27,1
	Coord. de Desenv. de Sistemas Administrativos	SDSA	8	9	R\$ 5.478,72	R\$ 0,00	206	25,8	17	R\$ 5.366,00	R\$ 0,00	246	30,8
	Coordenação de Desenv. de Internet e Intranet	SDINT	9	13	R\$ 6.993,41	R\$ 0,00	578	64,2	10	R\$ 6.275,00	R\$ 0,00	452	50,2
	-	-	A DEFINIR		66	R\$ 36.725,60	R\$ 0,00	28		59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	59
TOTAL			124	239	R\$ 270.176,18	R\$ 67.393,66	4379		205	R\$ 189.988,40	R\$ 90.548,13	3579	

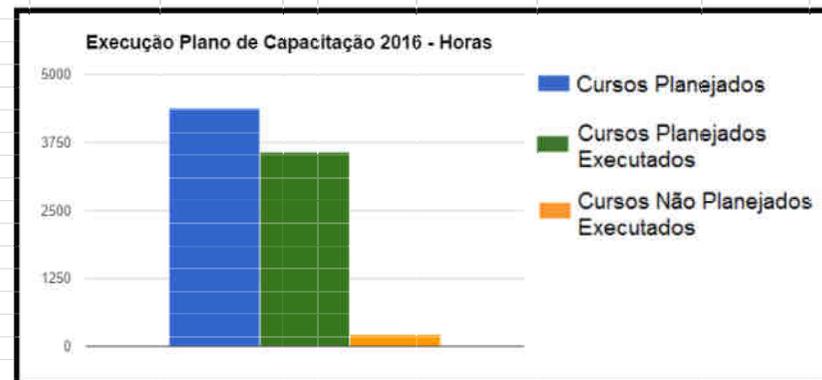
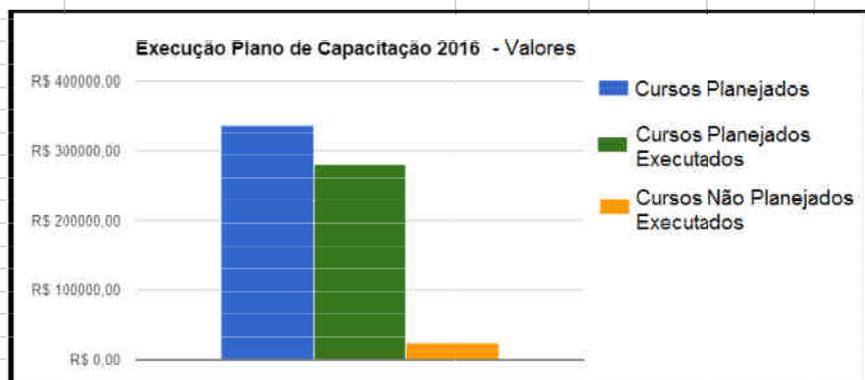
TOTAL

R\$ 337.569,84

TOTAL

R\$ 280.536,53

Descrição	Cursos Planejados	Cursos Planejados Executados	Cursos Não Planejados Executados
Vagas	239	205	10
Horas	4379	3579	215
Valor Treinamentos	R\$270.176,18	R\$189.988,40	R\$4.293,00
Valor Diárias e Passagens	R\$67.393,66	R\$90.548,13	R\$21.083,02
VALOR TOTAL	R\$337.569,84	R\$280.536,53	R\$25.376,02



PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI – 2016
QUADRO SÍNTESE DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

RESUMO POR SERVIDOR

Nº	Nome	Seção	Coord.	Valor Estimado				Valor Executado			
				Nº Vagas	Treinamento	Diárias e Passagens	Carga Horária	Nº Vagas	Valor Treinamento	Diárias e Passagens	Carga Horária
0	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	66	R\$ 36.725,61	R\$ 0,00	28	59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	59
1	ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	12
2	ADRIANO SIMIONI	SST	CIT	2	R\$ 4.400,00	R\$ 0,00	96	2	R\$ 4.610,00	R\$ 0,00	100
3	ALAN DIEGO DOS SANTOS	SM	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40
4	ALBERTO DANIEL MULLER	CGTIC	CGTIC	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	48	2	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	48
5	ALBERTO EPAMINONDAS JUNIOR	SM	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
6	ALEX RISCATO FAGUNDES	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3
7	ALEXANDRE DA COSTA LEITE	SDS1	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	48
8	ALEXANDRE DIEFENTHALER	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
9	ALEXANDRE KUPAC	SGE	CAU	1	R\$ 570,00	R\$ 0,00	25	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
10	ALISSON MOSCATO LOY	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	13	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	13
11	AMÉLIO CORSO FAVARETTO	SAU	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
12	ANA LUCIA MOREIRA	SM	CAU	1	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20	1	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20
13	ANA NAIARA MALAVOLTA	SM	CAU	2	R\$ 3.330,00	R\$ 0,00	60	1	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	20
14	ANDERSON MEDEIROS GOMES	SST	CIT	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
15	ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	SDS1	CDS	2	R\$ 584,84	R\$ 0,00	32	2	R\$ 585,00	R\$ 0,00	32
16	ANDRE LUZ LIVI	SST	CIT	2	R\$ 6.660,00	R\$ 0,00	64	2	R\$ 6.720,00	R\$ 0,00	64
17	ANDRE RODRIGUES DA SILVA	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	24	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24
18	ANDRE SOARES FARIAS	CDS	CDS	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.786,40	48	1	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	32
19	ANNA KARINA QUEIROZ	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
20	ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	12
21	BEATRIZ EVA VIANNA WERNER	SACTIC	CGTIC	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
22	BRUNO SCHMIDT MARQUES	SST	CIT	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
23	CARLA TONDIN DE OLIVEIRA	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10
24	CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	2	R\$ 585,00	R\$ 4.352,95	44
25	CARLOS THENO SCHMIDT FILHO	SM	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
26	CAROLINE ROCHA MOLINA	SACTIC	CGTIC	1	R\$ 2.745,00	R\$ 2.516,26	16	1	R\$ 2.745,00	R\$ 2.252,53	16
27	CELSON MUNHOZ SCHMIDT Licenciado	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	22	2	R\$ 585,00	R\$ 0,00	22
28	CHARLES FERREIRA FALCÃO	SM	CAU	2	R\$ 3.490,00	R\$ 0,00	80	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
29	CINTHYA SIQUEIRA RODRIGUES	SETIC	SETIC	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
30	CINTIA FRIGO PETUCO	EP	CGTIC	3	R\$ 3.100,00	R\$ 3.678,80	40	3	R\$ 3.860,00	R\$ 2.375,89	32
31	CLEONICE SANTOS CONDOTTA	ESI	CGTIC	1	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
32	DANIEL FRAGA VIEIRA	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	60	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
33	DANIEL LAZZAROTTO	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	45	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
34	DAVI CRUZ CAMPANHER	SST	CIT	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
35	DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	EP	CGTIC	3	R\$ 2.900,00	R\$ 3.566,26	36	3	R\$ 2.760,00	R\$ 2.375,89	40
36	DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	CAU	CAU	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.448,78	72	1	R\$ 3.340,00	R\$ 3.257,26	32
37	DIANA SCHMELING ALVES DE MESSIAS	SAPJE	CDS	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
38	DIEGO FRAGA CONTESSA	SAU	CAU	2	R\$ 4.736,36	R\$ 0,00	62	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
39	DIOGO PIRES GILI	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	13	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	13
40	EDSON ELNEI LEHR	SGBD	CIT	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	2	R\$ 5.016,53	R\$ 1.689,27	16
41	EDUARDO MARTINS DA ROCHA	SRT	CIT	2	R\$ 8.280,00	R\$ 4.365,20	80	2	R\$ 8.280,00	R\$ 4.155,02	80
42	ELIETE SANTOS DE CARVALHO	SAU	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
43	ERIC GUATIMOZIN SILVA	SGBD	CIT	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10
44	ERNANI SOARES KERN	SRT	CIT	2	R\$ 800,00	R\$ 0,00	54	2	R\$ 800,00	R\$ 0,00	54
45	EVANDRO BASSANESI	SGBD	CIT	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10
46	EVERTON LUIS BERZ	SGBD	CIT	1	R\$ 6.900,00	R\$ 4.365,20	40	1	R\$ 6.900,00	R\$ 4.528,36	40

47	EVERTON RAFAEL POLINA	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	60	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
48	FABIANO MARTINS	SST	CIT	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16
49	FABIANO MOREIRA CORREA	SAU	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
50	FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	SAPJE	CDS	2	R\$ 1.384,84	R\$ 0,00	48	2	R\$ 1.145,00	R\$ 0,00	48
51	FABRICIO COSTA DA SILVA	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	2	R\$ 585,00	R\$ 4.352,95	44
52	FABRICIO HENRIQUE RODRIGUES	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	28	2	R\$ 585,00	R\$ 0,00	28
53	FELIPE BOHM DA CUNHA	SST	CIT	1	R\$ 6.500,00	R\$ 4.365,20	40	1	R\$ 6.500,00	R\$ 4.091,46	40
54	FELIPE DOS SANTOS GIACOMEL	SM	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
55	FELIPE HOPPE LEVIN	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	22	3	R\$ 2.016,00	R\$ 1.572,53	71
56	FELIPE LUIZ CHRISTOFOLLI GIOTTO	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	84	2	R\$ 585,00	R\$ 2.786,40	116
57	FELIPE NUNES FLORES	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	52	2	R\$ 585,00	R\$ 2.786,40	84
58	FELIPE PETERSEN	SGE	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
59	FERNANDO TREBIEN	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
60	GERMANO DE MELLO ANDERSSON	SST	CIT	3	R\$ 4.160,00	R\$ 0,00	48	1	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32
61	GUILHERME LORENZONI ALGARVE	SGE	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
62	GUILHERME WOLF WANDER	SRT	CIT	2	R\$ 8.280,00	R\$ 3.915,04	80	2	R\$ 8.280,00	R\$ 4.155,02	80
63	GUSTAVO ADOLFO KELLERMANN	SRT	CIT	2	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	70	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
64	JACKSON GUTERRES DOS SANTOS	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	25	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10
65	JANINA ALVES FAGUNDES	SETIC	SETIC	4	R\$ 3.657,00	R\$ 0,00	92	2	R\$ 2.441,00	R\$ 0,00	56
66	JENER GOMES TEIXEIRA JUNIOR	SST	CIT	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
67	JOÃO ADOLFO FROEDE LUTZ	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
68	JOÃO FRANCISCO MOREIRA DA ENCARNÇÃO	SRT	CIT	2	R\$ 6.270,00	R\$ 2.628,80	56	1	R\$ 670,00	R\$ 2.575,89	16
69	JOICE PAVEK FIGUEIRO	SDINT	CDS	4	R\$ 1.754,69	R\$ 0,00	174	2	R\$ 1.595,00	R\$ 0,00	68
70	JOSE ALEXANDRE DE VARGAS RIGO	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10
71	JOSE LUIS BORGES	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
72	JULIANO SIEBEL	SRT	CIT	2	R\$ 4.160,00	R\$ 0,00	56	2	R\$ 4.160,00	R\$ 0,00	56
73	JULIO CESAR ZINN FERREIRA	SRT	CIT	2	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	80	2	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	80
74	LEANDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA	SRT	CIT	2	R\$ 6.760,00	R\$ 0,00	72	2	R\$ 6.760,00	R\$ 0,00	72
75	LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	8	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	8
76	LEANDRO ZULIAN GALLINA	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
77	LEONARDO RIBEIRO DAMIANI	SST	CIT	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
78	LUCAS BERTUOL BOFF MAUS	SM	CAU	1	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
79	LUCAS POZATTI	ESI	CGTIC	2	R\$ 4.629,75	R\$ 3.915,04	64	2	R\$ 4.629,75	R\$ 7.532,51	64
80	LUCIA GONTARSKI SPERANZA	SDS1	CDS	2	R\$ 1.384,84	R\$ 0,00	61	4	R\$ 1.595,00	R\$ 0,00	65
81	LUCIANA KARST PASSOS	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	20	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	20
82	LUCIANO CIPRIANI	SGE	CAU	1	R\$ 150,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 150,00	R\$ 0,00	40
83	LUCIANO PETTER	SDS1	CDS	1	R\$ 700,00	R\$ 0,00	20	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
84	LUCIO BISSO TEIXEIRA	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
85	LUIS AUGUSTO DUTRA BENITES	SAU	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
86	LUIS CARLOS PORTO	SRT	CIT	2	R\$ 1.470,00	R\$ 2.516,26	40	2	R\$ 1.470,00	R\$ 2.575,89	40
87	LUIZ FERNANDO ESTIVALET	SDS1	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	44	4	R\$ 585,00	R\$ 0,00	44
88	MARCELO ZAMBIASI	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	20	2	R\$ 585,00	R\$ 0,00	20
89	MARCIA DE LIMA COSTA	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	20	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
90	MARCIO BYSTRONSKI	SDSA	CDS	2	R\$ 1.384,84	R\$ 0,00	40	3	R\$ 1.010,00	R\$ 0,00	44
91	MARCOS AURELIO PORTO	SDS1	CDS	1	R\$ 560,00	R\$ 0,00	20	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
92	MARCOS JOSUE NONNENMACHER	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	12
93	MARIA CLARA LUCENA ADAMS	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	12
94	MARIA ESTER FONSECA VIEIRA	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
95	MARINA ANDRE GONZALEZ	SGE	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
96	MICHEL BARRETO DA SILVA	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	22	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	22
97	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	SETIC	SETIC	2	R\$ 7.870,00	R\$ 6.431,30	62	3	R\$ 7.870,00	R\$ 13.863,54	67
98	NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	20	2	R\$ 585,00	R\$ 1.572,53	33
99	PABLO PAULO LOPES BARROS	SETIC	SETIC	7	R\$ 11.732,00	R\$ 5.965,04	164	3	R\$ 5.781,00	R\$ 3.257,26	88
100	PAULA MEDAGLIA GRUSSNER	SGE	CAU	2	R\$ 858,73	R\$ 0,00	50	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1
101	PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	CIT	CIT	3	R\$ 6.115,00	R\$ 3.448,78	56	2	R\$ 3.340,00	R\$ 4.946,53	38
102	PAULO NIEDERSBERG CORREIA LIMA	SAU	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0

103	PAULO RICARDO RITTER	SM	CAU	2	R\$ 4.430,00	R\$ 0,00	80	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
104	PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	SDS2	CDS	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
105	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
106	REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	EPROC	CGTIC	1	R\$ 2.890,00	R\$ 0,00	32	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
107	REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	SAPJE	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	12	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	12
108	RENATO BATISTA DE MORAES	SDINT	CDS	2	R\$ 1.144,84	R\$ 0,00	68	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
109	RHUAN PAULO LOPES BARROS	SACTIC	CGTIC	1	R\$ 2.745,00	R\$ 2.516,26	16	1	R\$ 2.745,00	R\$ 2.977,53	16
110	RICARDO KRAUSE KURYLENKO	EPROC	CGTIC	1	R\$ 2.160,00	R\$ 2.516,26	16	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
111	ROBERTO PEREIRA DA ROSA	SGBD	CIT	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10
112	ROBERTO WEISS	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	13	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3
113	RODRIGO VICENTE DO NASCIMENTO	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
114	RODRIGO ZARTH	SGBD	CIT	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10	1	R\$ 5.016,53	R\$ 0,00	10
115	RUBILAR DA SILVA JARDIM	SDSA	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	30	3	R\$ 2.016,00	R\$ 0,00	66
116	SILVANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3
117	SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART	SACTIC	CGTIC	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
118	STEFANO DRIMON KURZ MOR	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
119	THALES ANTUNES SOFFIATTI	SETIC	SETIC	3	R\$ 2.890,00	R\$ 0,00	76	1	R\$ 1.431,00	R\$ 0,00	36
120	THIAGO DE AZEVEDO DORNELLES	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
121	TIAGO DA SILVA SUTILI	SDINT	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	48	1	R\$ 585,00	R\$ 0,00	48
122	TIAGO GOMES SANTOS	SDS2	CDS	1	R\$ 584,84	R\$ 0,00	10	2	R\$ 2.016,00	R\$ 0,00	46
123	VOLNEI CESAR SUSIN	SST	CIT	2	R\$ 3.300,00	R\$ 0,00	56	2	R\$ 3.510,00	R\$ 0,00	60
124	YUSEF MAHATHMA GIDRAO	SST	CIT	1	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32	1	R\$ 3.360,00	R\$ 0,00	32
				239	R\$ 270.176,19	R\$ 67.393,66	4379	205	R\$ 189.988,40	R\$ 90.548,13	3579

Avaliação Qualitativa Plano de Capacitação 2016 - por equipes

COORDENADORIA DE GESTÃO DE TIC

Escritório de Projetos

15º Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos - Seminário trouxe vários palestrantes de renome internacional na comunidade de gerenciamento de projetos, mostrando tendências e boas práticas aplicadas tanto em empresas privadas quanto em governo. Abordou muito sobre liderança e comunicação, o que nos fez reformular as habilidades necessárias a serem desenvolvidas pelos gerentes de projetos da SETIC.

Workshop Gerenciamento de Stakeholders - SOFT-SKILLS DETERMINANTES PARA O SUCESSO DE UM PROJETO - Este workshop abordou técnicas e desenvolvimento de habilidades para a negociação com stakeholders de projetos. O treinamento nos ajudou a aprimorar técnicas de comunicação.

13º Congresso de gerenciamento de projetos PMI RS - O congresso realizado em Porto Alegre é sempre uma excelente oportunidade de repensar nosso processo de trabalho e de aprimorar conhecimentos em gerenciamento de projetos. Identificamos algumas oportunidades de melhorias e de capacitação que serão desenvolvidas em 2017.

Agile Lego Challenge - Abordou de forma lúdica a utilização de métodos ágeis na execução de projetos. Trouxe como resultados a convicção de que é possível gerenciar o produto de projetos de forma ágil, porém que o gerenciamento do projeto necessita de formalismos dos métodos tradicionais. Aguçou a necessidade de conhecimento de outros métodos ágeis que não eram de nosso conhecimento e que pretendemos conhecer melhor em 2017.

Habilidades para liderança estratégica de projetos - Workshop abordou variadas habilidades de liderança, que podem contribuir significativamente para um melhor desempenho do papel de gerente de projetos dentro do TRT4.

Estratégias para uma comunicação eficaz - Workshop ofereceu subsídios para a realização de uma comunicação mais eficaz, incluindo técnicas de como realizar apresentações, ambos contribuindo para uma melhor comunicação no desempenho das atividades dentro TRT4.

Escritório de Processos

Não foram realizados treinamentos em 2016.

Escritório de Segurança da Informação

Curso de Análise Forense - parte da equipe foi capacitada para a investigação de incidentes computacionais. Em que pese a vinculação do conteúdo do curso com as

atividades desenvolvidas pelo Escritório de Segurança, após o término do treinamento não houve incidentes que ensejaram a colocação em prática dos conhecimentos adquiridos.

Curso - ISMAS - Segurança da Informação - Avançado (ISO 27002) - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de parte da equipe em Gestão de Segurança da Informação e a expectativa é que auxilie na implantação do 2º ciclo do SGSI (Sistema de Gestão de Segurança da Informação), previsto para o ano de 2017.

Seção de Apoio a Contratações de TIC

O planejamento e a elaboração do Termo de Referência nas contratações de TI - o treinamento oportunizou conhecer mais profundamente as peculiaridades normativas e técnicas relacionadas ao modelo de contratação de TI, aperfeiçoando os conhecimentos de parte da equipe.

Aplicação de sanções nos contratos administrativos e responsabilidade dos agentes públicos por ações ou omissões quanto à adoção dos respectivos procedimentos - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de parte da equipe de Apoio a Contratações de TIC, que é responsável por fiscalizar e encaminhar o processo administrativo para aplicação das sanções.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Seção de Desenvolvimento de Sistemas de 1º Grau

Os treinamentos **Jasmine: Testes automatizados em JavaScript, XStream: Consumindo o XML sem esforço, Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Patterns I, Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Patterns II, Java: Dominando as Collections e Eclipse: Produtividade Extrema na IDE com Java** permitiram o aprimoramento dos conhecimentos técnicos da equipe.

O **13º Congresso de gerenciamento de projetos PMI RS** foi bastante proveitoso pela atualização dos conhecimentos de gerência de projetos, bem como pela troca de experiências com outras organizações. A participação no **Agile Lego Challenge**

também foi muito importante por permitir a vivência e a aplicação dos conceitos tratados no Congresso.

Seção de Desenvolvimento de Sistemas de 2º Grau

Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em java (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos do servidor responsável pelos planos de testes da seção na ferramenta.

Data analysis: trabalhando com dados e estatísticas (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos dos servidores responsáveis pela administração do DW do BI em gestão e análise de dados.

Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas (Target Trust)

Capacitou os servidores responsáveis pela gestão do BI e gestão de projetos em elicitação, análise e gestão de requisitos de sistemas/soluções.

HTML e CSS (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos de duas servidoras em HTML e CSS para utilização em nova ferramenta de BI.

Scrum: Agilidade em seu projeto (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos do servidor responsável pela gestão de projetos no framework ágil Scrum.

Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos

Análise de Negócios - Fundamentos e Práticas (Target Trust)

Capacitou o servidor responsável pela gestão da seção em elicitação, análise e gestão de requisitos de sistemas/soluções.

HTML e CSS (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos de dois servidores em HTML e CSS para utilização em novo sistema em desenvolvimento pela seção.

HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos de três servidores em HTML para utilização em novo sistema em desenvolvimento pela seção.

jQuery II: Manipulação dinâmica de conteúdo (Alura)

Capacitou um servidor na biblioteca jQuery utilizada em diversos sistemas sustentados pela equipe.

Oracle II: Consultas Complexas (Alura)

Aperfeiçoou dois servidores em conhecimentos avançados do banco de dados Oracle utilizado em todos os sistemas desenvolvidos ou sustentado pela seção.

Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em java (Alura)

Aperfeiçoou os conhecimentos de dois servidores na ferramenta de planos de testes para os sistema da seção.

Seção de Desenvolvimento de Internet e Intranet

Foram aprimorados os conhecimentos técnicos da equipe em

desenvolvimento de sistemas tais como frameworks web, padrões de projeto, Java, JSF e portal de ensino à distância Moodle. Além disso foram aprimorados a capacitação em gerenciamento de projetos.

Os benefícios esperados são a constante atualização da equipe em novas tecnologias de TI para uma contínua melhora da qualidade no desenvolvimento de sistemas e portais corporativos.

Seção de Administração do PJE

Os Treinamentos referentes ao desenvolvimento na linguagem Java, ou seja, Java 8 - Threads 2 - Java Reflection, Eclipse - Git, Eclipse: Produtividade Extrema na IDE com Java e

Java 8: Tire proveito dos novos recursos da linguagem, aprimoraram os conhecimentos dos servidores desta seção com o objetivo de realizar com maior eficácia as tarefas de manutenção e desenvolvimento do sistema PJe.

O treinamento Certificação ITIL Foundation aprimorou o conhecimento de dois servidores nas melhores práticas do processo de atendimento dos incidentes registrados no sistema Assyst encaminhados a esta seção.

O 13º Congresso de gerenciamento de projetos PMI RS aprimorou os conhecimentos de um servidor desta seção com o objetivo de aperfeiçoar a gerência dos projetos em andamento.

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS

Seção de Atendimento a Usuários

Curso Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação (ENAP) - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de dois servidores da SAU (Assistente-Chefe e o seu substituto) no assunto abordado, possibilitando que atuem como fiscais dos contratos relacionados a esta Seção.

Introdução à Gestão de Projetos (ENAP) - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos do servidor da SAU indicado para exercer o papel de gerente de projetos da Coordenadoria de Atendimento a Usuários.

APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE

APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA

APLICATIVOS GOOGLE: CURSO HANGOUTS

Esses 3 cursos foram ministrados pela área de Recursos Humanos do TRT4.

Os treinamentos aperfeiçoaram os conhecimentos de parte da equipe da SAU em relação aos aplicativos Google, ferramentas muito usadas pelos usuários de TIC do TRT4, permitindo assim um melhor atendimento aos usuários.

Seção de Gerenciamento de Equipamentos

Curso HTML, CSS e JavaScript - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de um servidor da SGE no assunto abordado. A expectativa é que os conhecimentos adquiridos auxiliem nas atividades da SGE, em consultas a informações de banco de dados e planilhas.

APLICATIVOS GOOGLE: CURSO AGENDA APLICATIVOS GOOGLE: CURSO GOOGLE DRIVE

Cursos ministrados pela área de Recursos Humanos do TRT4. Os treinamentos aperfeiçoaram os conhecimentos de parte da equipe da SGE, em relação aos aplicativos Google, ferramentas muito usadas nas rotinas diárias da SETIC.

Curso de Atendimento ao Cidadão (EAD) - curso sempre importante para os servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários. Aperfeiçoa os conhecimentos neste assunto, gerando um atendimento de melhor qualidade aos usuários de TIC do TRT4.

Curso FEEDBACK: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E DE EQUIPES - curso ministrado pela área de Recursos Humanos do TRT4. Aperfeiçoa os conhecimentos neste assunto, gerando um atendimento de melhor qualidade aos usuários de TIC do TRT4.

Curso GESTÃO DO TEMPO - curso ministrado pela área de Recursos Humanos do TRT4. Aperfeiçoa os conhecimentos neste assunto, gerando um atendimento de melhor qualidade aos usuários de TIC do TRT4.

Seção de Microinformática

Curso Entendendo e planejando Segurança para ambientes de TI especialista em estações de trabalho.(Ana/Naiara) - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de duas servidoras da SM no assunto abordado. A expectativa é que os conhecimentos adquiridos auxiliem nas atividades da SM, seção responsável pelo atendimento nível 2 relacionado a estações de trabalho.

Curso M20697.2 - Gerenciamento e Administração em Windows 10 - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de um servidor da SM em relação ao sistema operacional Windows 10, sistema que deverá ser usado nas estações de trabalho que serão instaladas a partir de 2017.

Curso SS3004-FUNDAMENTOS, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE TESTE DE SOFTWARE - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de um servidor da SM no assunto abordado. A expectativa é que os conhecimentos adquiridos auxiliem nas atividades da SM, seção responsável pelo atendimento nível 2 relacionado a estações de trabalho.

Curso M697.1 - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10 - o treinamento aperfeiçoou os conhecimentos de um servidor da SM em relação ao sistema operacional Windows 10, sistema que deverá ser usado nas estações de trabalho que serão instaladas a partir de 2017.

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Seção de Redes e Telecomunicações

MS410 - INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012 e MS411 ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012 - *aperfeiçoaram o conhecimento para a administração de servidores Microsoft Windows 2012 e motivaram a sua adoção devido às novas funcionalidades deste sistema operacional. Com estes cursos, ampliou-se o conhecimento das funcionalidades disponibilizadas em instalações Windows 2012 para entregar-se serviços de TIC mais resilientes de forma a agregar maior valor.*

Furukawa Certified Professional Fibra Óptica: *ampliou os conhecimentos de colegas em fibras ópticas, abrangendo construção, denominações, padrões técnicos, instalação, testes e fusão. Entretanto, poucas dessas atividades são realizadas na Seção, inclusive por falta de equipamentos, mais especialmente um testador de fibras.*

NMENPI - Managing Enterprise Networks with Cisco Prime Infrastructure: *capacitou os colegas a utilizar o software de gerenciamento dos equipamentos da rede wifi do Tribunal. O curso abordou detecção e solução de problemas na rede sem fio. Também houve o aprendizado da funcionalidade de simulação de intensidade de sinal utilizando a planta de um edifício, que é útil para designar a localização de novos access points.*

Instalação e configuração tarifador Sumus - *Possibilitou a virtualização do sistema, desocupando um servidor físico, e ainda pudemos melhorar o controle de gastos através do módulo BI, presente no software, antes não utilizado.*

Zabbix: *O Curso permitiu aperfeiçoamento quanto às funcionalidades da ferramenta e melhor compreensão sobre aquelas já utilizadas no TRT4.*

RH134 - Red Hat System Administration II: *O curso permitiu atualizar os conhecimentos sobre o sistema operacional e compreender as novas funcionalidades adicionadas a última versão do SO.*

GCTI - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação: *este treinamento foi realizado pelo Assistente-Chefe e Assistente-Chefe substituto da Seção, que frequentemente são nomeados Fiscais de Contratos de TI, tendo sido bastante útil na ampliação de conhecimentos sobre o assunto, bem como das responsabilidades e atribuições de gestores e fiscais de contratos.*

Seção de Suporte Técnico

SS3136 - FORMAÇÃO ADMINISTRADOR DE REDES MULTIPLATAFORMA

O treinamento abordou desde conceitos básicos de redes como endereçamentos IP, configuração de roteadores CISCO, até a implementação de diversos serviços, como DHCP, DNS, Firewall, Proxy, Servidor de Arquivos, etc. Contribuiu para um melhor entendimento sobre a integração e administração desses serviços, sendo que a abordagem foi bastante prática, pois houve a oportunidade de instalá-los e configurá-los durante o curso, tanto em ambientes Windows como Linux. Na Seção de Suporte Técnico interagimos e administramos sistemas que utilizam estas tecnologias e conhecer melhor tais conceitos e práticas foi essencial para uma melhor atuação.

RH254 - Redhat, RH134 - Red Hat System Administration II e RH254 - Red Hat System Administration III - O treinamento serviu para atualizar os colegas responsáveis pela manutenção dos servidores com sistemas operacionais Red Hat.

Ambos treinamentos serviram para conhecermos as mudanças feitas na nova versão do sistema operacional Red Hat. Tivemos uma visão geral do sistema e aprendemos como configurar as aplicações para que estas sejam melhor dimensionadas e tenham mais estabilidade.

SASAC - Implementing Core Cisco ASA Security 1.0

O treinamento "Implementing Core Cisco ASA Security" cumpriu totalmente os objetivos previstos na sua solicitação, onde destacamos a atualização de conhecimentos práticos e teóricos relacionados às tarefas de administração do equipamento de firewall central e aplicação de políticas de segurança de rede.

M697.2 - Deploying and Managing Windows 10 Using Enterprise Services

O treinamento que fiz neste ano, de implantação de Microsoft Windows 10 em ambiente corporativo, foi importante para conhecer as novas tecnologias e ter alguma prática, adequação em diferentes necessidades, suas políticas, novas ferramentas, neste SO que o TRT implantará a partir de 2017 e deve ser o novo padrão.

O curso foi atípico pois o instrutor não tinha didática, e, após muitas reclamações da turma, no final da primeira semana ele foi substituído por um instrutor da Sisnema, quando finalmente passamos a aprender o conteúdo esperado. Foi uma exceção, pois a empresa sempre apresentou um ótimo nível na área de treinamento, assim como de suporte técnico. Com o novo instrutor tivemos efetivamente as aulas, com compreensão das atividades, e um aproveitamento bem mais próximo ao esperado.

MS411 ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012 e MS412 - CONFIGURAÇÃO AVANÇADA DOS SERVIÇOS NO WINDOWS SERVER 2012

O curso tratou de configurações utilizadas nos servidores Microsoft Windows 2012 R2 que utilizamos nos Datacenters do TRT4, trazendo à luz conceitos e melhores práticas para administração deste ambiente. Na prática, com o curso foi possível implementar automatizações de políticas de configuração com maior agilidade e compreensão dos conceitos envolvidos.

Seção de Gerenciamento de Banco de Dados

BOE310 - SAP BusinessObjects Business Intelligence Platform: Administration and Security

Parte da equipe foi capacitada para a gerência da infraestrutura necessária para o ambiente de BI do TRT4. Em que pese a vinculação do conteúdo do curso com as atividades desenvolvidas pela SGBD, após o término do treinamento pudemos colocar em prática alguns dos conhecimentos

adquiridos no curso.

TS613G - IBM Tivoli Storage Manager 7.1 Implementation and Administration Training

Parte da equipe ainda não capacitada nesta tecnologia foi capacitada para a gerência da infraestrutura necessária para o ambiente de backup do TRT4. Em que pese a vinculação do conteúdo do curso com as atividades desenvolvidas pela SGBD, após o término do treinamento a equipe ganhou mais um membro apto a gerenciar partes desta solução.

COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

Os servidores da Coordenadoria de Implantação de Sistemas realizaram treinamento sobre análise de negócios, cujo conteúdo versou sobre técnicas para definição e especificação de requisitos de sistemas. Os conhecimentos adquiridos irão permitir ampliar a prospecção das necessidades dos usuários e o desenvolvimento da documentação técnica pertinente.

Ainda, foram realizados pelo coordenador e pela coordenadora substituta capacitações gerenciais relacionadas à gestão de projetos, inovação, gestão de pessoas e gestão de processos, no formato de palestras constantes da programação do Simpósio Gartner e do Seminário de Gerenciamento de Projetos do PMI RS.

RELATÓRIO SEGESP

Código Evento	Nº PA principal	Outro(s) PA(s) (diárias, ressarcimentos)	Status	Evento	Turma/local	Data de início	Data de fim	Quant. De dias	Quantidade de diárias	Quantidade de alunos	Curso ou coffee – valor realizado	Instrutoria interna – valor realizado	Passagens aéreas - valor realizado	Diárias – valor realizado	TOTAL
20910	2999-65		REALIZADO	Empenho 2015 – CURSOS ALURA EAD – PLANO PREMIUM	EAD			1		11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22343 22344 22345	6970-58		REALIZADO	Empenho 2015 – CURSOS ALURA EAD – SCRUM, GIT E AUTOMAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS	EAD			1		4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21852	5947-77		REALIZADO	Empenho 2015 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE TESTES DE SOFTWARE	PORTO ALEGRE	22/10/2015	28/10/2015	7			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22437	7588-03		REALIZADO	Empenho 2015 – MS410 INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012 (CARLOS THENO E LEONARDO RIBEIRO DAMIANI)	PORTO ALEGRE	14/12/2015	18/12/2015	5			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22072	6200-65		CANCELADO	Empenho 2015 – TREINAMENTO SUPORTE WINDOWS 8.1	PORTO ALEGRE	23/11/2015	27/11/2015	5			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22100	6599-94		REALIZADO	Empenho 2015 – FORMAÇÃO EXCELL	PORTO ALEGRE	02/03/2016	11/04/2016	41		1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21863	6015-27		REALIZADO	Empenho 2015 – ORACLE 11G: FUNDAMENTALS LI LINGUAGEM PL/SQL	PORTO ALEGRE	20/06/2016	29/06/2016	10		1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22231	6971-43		REALIZADO	Empenho 2015 – ORACLE DATABASE 12C BACKUP & RECOVERY	PORTO ALEGRE	04/07/2016	08/07/2016	5		2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21848	5046-12	6243-02 1990-34	REALIZADO	Empenho 2015 – CURSO "WEB RICA COM JSF 2, PRIMEFACES 4 E CDI" (FELIPE LUIZ GIOTTO E FELIPE FLORES)	SÃO PAULO	25/01/2016	28/01/2016	4	4,5	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.572,80	R\$ 5.572,80
	6674-36		CANCELADO	MELHORES PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI	PORTO ALEGRE	04/01/2016	13/01/2016	10		1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22587	70-25	575-16 1990-34	REALIZADO	TREINAMENTO VERSÃO 2.0 DO EXTRATOR PJE-JT PARA O SISTEMA E-GESTÃO (FELIPE HOPPE LEVIN e NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT)	BRASILIA	20/01/2016	21/01/2016	2	2,5	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.145,06	R\$ 3.145,06
23971	4934-09	5034-61	REALIZADO	CONFERÊNCIA PJE	BRASILIA	17/08/2016	17/08/2016	1	1,5	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.753,52	R\$ 2.100,00	R\$ 5.853,52
23942	4820-70		REALIZADO	FURUKAWA CERTIFIED PROFESSIONAL FIBRA ÓPTICA (Emani Soares Kem e Juliano Siebel)	PORTO ALEGRE	22/08/2016	24/08/2016	3	0	2	R\$ 1.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.600,00
23930	4801-64	4997-34	REALIZADO	CURSO SUMUS SERVIDOR FOR WEB BI - TREINAMENTO OPERACIONAL	SÃO PAULO	24/08/2016	25/08/2016	2	2,5	2	R\$ 1.340,00	R\$ 0,00	R\$ 2.006,72	R\$ 3.145,06	R\$ 6.491,78
23980 23981 23982	4859-67	5103-93	REALIZADO	15º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS + WORKSHOP GERENCIAMENTO DE STAKEHOLDERS + WORKSHOP HABILIDADES PARA LIDERANÇA ESTRATÉGICA DE PROJETOS	SÃO PAULO	29/08/2016	31/08/2016	3	3,5	2	R\$ 4.400,00	R\$ 0,00	R\$ 1.606,72	R\$ 3.145,06	R\$ 9.151,78
24082	4761-82		REALIZADO	M697.1 – INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10	PORTO ALEGRE	29/08/2016	02/09/2016	5	0	1	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.450,00
24093	4983-50		REALIZADO	RH134 – RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION II	PORTO ALEGRE	29/08/2016	01/09/2016	4	0	3	R\$ 10.080,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.080,00
24088	5106-48		REALIZADO	TREINAMENTO OFICIAL ZABBIX	PORTO ALEGRE	12/09/2016	16/09/2016	5	0	1	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.400,00
23921	5029-39	5487-56	REALIZADO	CURSO NMENPI - MANAGING NETWORKS WITH PRIME INFRASTRUCTURE	RIO DE JANEIRO	12/09/2016	16/09/2016	5	5,5	2	R\$ 11.560,00	R\$ 0,00	R\$ 2.360,32	R\$ 5.949,72	R\$ 19.870,04
24094	4928-02	5493-63	REALIZADO	TS615G – IBM SPECTRUM PROTECT 7.1.4 IMPLEMENTATION AND ADMINISTRATION	SÃO PAULO – SP	12/09/2016	16/09/2016	5	5,5	1	R\$ 6.900,00	R\$ 0,00	R\$ 1.163,16	R\$ 3.365,20	R\$ 11.428,36
24095	5047-60		REALIZADO	MS410 – INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012	PORTO ALEGRE	12/09/2016	16/09/2016	5	0	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00
24118	5391-41		REALIZADO	CURSO DE HTML5, CSS3 E JAVASCRIPT	EAD	-	-			1	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150,00
24108	5278-87		CANCELADO	TRANSFORMAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS [IPE02]	PORTO ALEGRE	13/09/2016	14/09/2016	2		1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24107	5262-36		REALIZADO	APLICAÇÃO DE SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINSTR. E RESPONSABIL. DOS AGENTES PÚBL. POR AÇÕES OU OMISSÕES QUANTO A ADOÇÃO DOS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS	BRASILIA	15/09/2016	16/09/2016	2	2,5	1	R\$ 2.745,00	R\$ 0,00	R\$ 736,27	R\$ 1.516,26	R\$ 4.997,53
24096	5091-79		REALIZADO	SS3136 – FORMAÇÃO ADMINISTRADOR DE REDES MULTIPLATAFORMA	PORTO ALEGRE	21/09/2016	20/10/2016	30	0	1	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.600,00
24130	5245-97		REALIZADO	CURSO RH 254 - RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION III	PORTO ALEGRE	19/09/2016	22/09/2016	4	0	3	R\$ 10.080,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.080,00
23886	4592-95		CANCELADO	CURSO APLICAÇÃO PRÁTICA DO COBIT 5 NA GOVERNANÇA E NA GESTÃO DE TI	BRASILIA – DF	22/09/2016	23/09/2016	2	2,5	1	R\$ 2.160,00	R\$ 0,00	R\$ 1.153,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23887	4854-45	5910-16	REALIZADO	CURSO DE ANÁLISE FORENSE	BRASILIA – DF	26/09/2016	30/09/2016	5	5,5	1	R\$ 2.560,00	R\$ 0,00	R\$ 849,27	R\$ 2.915,04	R\$ 6.324,31
24128	5429-53		REALIZADO	CURSO MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	PORTO ALEGRE	26/09/2016	30/09/2016	5	0	2	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
23888	4595-50	6099-91	REALIZADO	SASAC - IMPLEMENTING CORE CISCO ASA SECURITY	SÃO PAULO – SP	03/10/2016	07/10/2016	5	5,5	1	R\$ 6.500,00	R\$ 0,00	R\$ 726,26	R\$ 3.365,20	R\$ 10.591,46
24110	5188-79		REALIZADO	M697.2 – DEPLOYING AND MANAGING WINDOWS 10 USING ENTERPRISE SERVICES	PORTO ALEGRE	03/10/2016	07/10/2016	5		5	R\$ 12.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.500,00
24129	5429-53		REALIZADO	CURSO MS411 - ADMINISTERING WINDOWS SERVER 2012	PORTO ALEGRE	03/10/2016	07/10/2016	5	0	3	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
23889	4596-35	6468-85	REALIZADO	ISMAS – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AVANÇADO (ISO 27002)	SÃO PAULO – SP	17/10/2016	21/10/2016	5	5,5	1	R\$ 2.069,75	R\$ 0,00	R\$ 853,16	R\$ 2.915,04	R\$ 5.837,95
24106	5213-92	6621-21	REALIZADO	GARTNER SYMPOSIUM/txpo	SÃO PAULO – SP	24/10/2016	27/10/2016	4	4,5	6	R\$ 16.700,00	R\$ 0,00	R\$ 6.297,96	R\$ 13.245,60	R\$ 36.243,56
24097	5100-41		REALIZADO	BOE310 – SAP BUSINESS OBJECTS BUSINESS INTELLIGENCE PLATFORM: ADMINISTRATION AND SECURITY	PORTO ALEGRE	28/09/2016	29/09/2016	2	0	5	R\$ 25.082,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.082,65
-	5236-38		REALIZADO	CURSOS ALURA EAD – PLANO PREMIUM (ASSINATURA 12 MESES)	EAD			1	0	32	R\$ 18.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.720,00

RELATÓRIO SEGESP

Código Evento	Nº PA principal	Outro(s) PA(s) (diárias, ressarcimentos)	Status	Evento	Turma/local	Data de início	Data de fim	Quant. De dias	Quantidade de diárias	Quantidade de alunos	Curso ou coffee – valor realizado	Instrutoria interna – valor realizado	Passagens aéreas - valor realizado	Diárias – valor realizado	TOTAL
24413	6117-15		CANCELADO	CURSO EXCEL 2013 VBA - MÓDULO I (ONLINE)	EAD			1		1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24417	6128-44	6592-68	REALIZADO	CURSO O PLANEJAMENTO E A ELABORAÇÃO DO TR NAS CONTRATAÇÕES DE TI	BRASILIA	24/10/2016	25/10/2016	2	2,5	1	R\$ 2.745,00	R\$ 0,00	R\$ 1.461,27	R\$ 1.516,26	R\$ 5.722,53
24419	6175-18		REALIZADO	CURSO MS412 – CONFIGURAÇÃO AVANÇADA DOS SERVIÇOS NO WINDOWS SERVER 2012	PORTO ALEGRE	17/10/2016	21/10/2016	5		1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00
24431 24432 24433	6249-72		CANCELADO	CURSO FORMAÇÃO DE ANALISTA DE HELP DESK E SERVICE DESK	PORTO ALEGRE	17/10/2016	04/11/2016	19		32	R\$ 36.725,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24434	6378-77	6590-98	REALIZADO	1º ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE INSTALADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO (Pje)	BRASILIA	18/10/2016	18/10/2016	1	1,5	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.678,54	R\$ 700,00	R\$ 3.378,54
24489	6472-25	7019-65	REALIZADO	HSM EXPO 2016	SÃO PAULO	07/11/2016	09/11/2016	3	3,5	1	R\$ 7.870,00	R\$ 0,00	R\$ 2.545,16	R\$ 2.207,60	R\$ 12.622,76
24651	6852-48		CANCELADO	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE – FUNDAMENTOS	PORTO ALEGRE	07/11/2016	11/11/2016	5		3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24660	6877-61		CANCELADO	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	PORTO ALEGRE	14/11/2016	21/11/2016	8			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24717	7172-98	7204-06	REALIZADO	I ENCONTRO PARA FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO Pje	CURITIBA	08/11/2016	11/11/2016	4	4,5	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.470,72	R\$ 5.235,18	R\$ 8.705,90
24766 24767 24768	7249-10		REALIZADO	13º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	PORTO ALEGRE	16/11/2016	18/11/2016	3		10	R\$ 9.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.850,00
24769	7309-80		REALIZADO	SSSGTI – ENTENDENDO E PLANEJANDO SEGURANÇA PARA AMBIENTES DE TI	PORTO ALEGRE	21/11/2016	23/11/2016	3		2	R\$ 2.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.700,00
24818	7334-93		REALIZADO	CURSO DE ANÁLISE DE NEGÓCIOS – FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	PORTO ALEGRE	22/11/2016	06/12/2016	15		6	R\$ 8.586,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.586,00
24907	5506-62		REALIZADO	CURSO FURUKAWA FCP PROFESSIONAL FIBRA ÓPTICA	PORTO ALEGRE	15/12/2016	17/12/2016	3	0	1	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 800,00
25021	7866-67		CANCELADO	CURSO MOODLE 2.0: INICIANDO	EAD	-	-				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25022	7866-67		CANCELADO	CURSO MOODLE: CONCEITOS E ADMINISTRAÇÃO	EAD	-	-				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

R\$ 228.874,00 R\$ 0,00 R\$ 31.662,32 R\$ 60.039,08 R\$ 280.536,53

9.1.6. ANEXO VI - PLANO DE SUSTENTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONTRATAÇÃO DE TIC

PLANO DE SUSTENTAÇÃO

Solução de TIC a ser contratada:

**RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO OBJETO CONTRATADO
(PROVIDOS PELO TRIBUNAL)**

Descrição	Material / Humano	Próprio / A ser contratado	Área Responsável

TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ações Necessárias no Encerramento Contratual	Responsável	Prazo
<input type="checkbox"/> Entrega de versões finais dos produtos		
<input type="checkbox"/> Transferência final de conhecimentos		
<input type="checkbox"/> Entrega de documentação		
<input type="checkbox"/> Devolução de recursos materiais		
<input type="checkbox"/> Revogação de perfis de acesso		
<input type="checkbox"/> Eliminação de caixas postais		

**ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE EM EVENTUAL INTERRUPÇÃO
CONTRATUAL**

Em caso de interrupção contratual, descreva como serão afetados os serviços prestados pelo Tribunal:

Ações de contingência e seus respectivos responsáveis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

<input type="checkbox"/> Transferência de Conhecimento	(Este campo deverá descrever a forma de transferência de conhecimento. Ex: acompanhamento das atividades de instalação e implantação, manuais, treinamentos fornecidos pela contratada, etc.)
<input type="checkbox"/> Direitos de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998)	Pertencerão exclusivamente ao Tribunal os direitos relativos aos produtos desenvolvidos e elaborados para a prestação do objeto, sendo vedada sua reprodução, transmissão e/ou divulgação sem o seu respectivo consentimento.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE DE ACESSO

<input type="checkbox"/> Durante a prestação do objeto, a Contratada deverá observar as Políticas de Controle de Acesso definidas pelo Tribunal.
<input type="checkbox"/> A contratada deverá firmar Termo de Compromisso com a Segurança da Informação, conforme minuta em anexo.

Equipe de Planejamento da Contratação

_____	_____
Integrante Requisitante	Integrante Técnico
_____	_____
Integrante Administrativo da Secretaria de Administração	Integrante Administrativo da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

9.2. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 8.6

9.2.1. ANEXO VII - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 579/SG - SCI/2013



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201344139

Nome original do documento: Ofício nº 579-SG-2013 TRT4.pdf

Data: 18/11/2013 16:56:10

Remetente: Kaninde Dyhony Viana Gaspar

Secretaria Geral

Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Ofício nº 579/SG/2013 CNJ Acórdão TCU n. 2.859/2013 Plenário. Contratos. TI e TIC. Redução. Lei n. 12.546/2011.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular n. 579/SG – SCI/2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

À Senhora
REJANE TEREZINHA ESCARRONE CORREA
Secretário-Geral do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região
Porto Alegre - RS

Assunto: **Acórdão TCU n. 2.859/2013 – Plenário. Contratos. TI e TIC. Redução. Lei n. 12.546/2011.**

Senhor Secretário-Geral,

Ao cumprimenta-lo, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União, conforme decidido no Processo TC n. 013.515/2013-6, encaminho a Vossa Senhoria cópia do Acórdão TCU n. 2.859/2013 – Plenário, para conhecimento.

Na oportunidade, solicito informar a este Conselho, até 6 de dezembro de 2013, o que segue:

- eventuais medidas adotadas para o cumprimento das determinações explicitadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do referido acórdão; e
- detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por Tribunal ou Conselho.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.

Juiz **Marivaldo Dantas de Araújo**
Secretário-Geral Adjunto

GRUPO I - CLASSE VII - Plenário

TC-013.515/2013-6

Natureza: Representação

Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

Unidades: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE AQUISIÇÕES LOGÍSTICAS DO TCU (SELOG). POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM DIVERSOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. NÃO REVISÃO DE PREÇOS NOS CONTRATOS FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELO PLANO BRASIL MAIOR, EM FACE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA ALGUNS SETORES DA ECONOMIA (MUDANÇA DA BASE DE CÁLCULO PARA A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA). CONHECIMENTO. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A REVISÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA VIGENTES E PARA O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR, EM RELAÇÃO ÀS AVENÇAS JÁ ENCERRADAS. DETERMINAÇÕES. MONITORAMENTO.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução do auditor da unidade técnica (peça 2), cuja proposta contou com a anuência integral do seu corpo dirigente (peças 3 e 4), bem como do representante do MP/TCU, Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico (peça 7):

“INTRODUÇÃO

1. Trata-se de representação proposta por esta Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) tendo em vista possível irregularidade em diversos contratos da Administração Pública Federal (APF), qual seja, a não revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

2. Como será demonstrado em seguida, estima-se que uma ação do TCU com vistas a corrigir pagamentos indevidos por conta da não redução dos valores contratados pela APF em virtude da supracitada desoneração pode resultar em benefícios impossíveis de serem financeiramente quantificados neste momento, mas certamente na ordem de centenas de milhões de reais.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

3. A representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 237, inciso VI e parágrafo único, do RI/TCU, haja vista a matéria ser de competência do TCU, referir-se a administrador sujeito à sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara, objetiva e com a

qualificação do representante, bem como encontrar-se acompanhada de documentação relativa ao fato acoimado.

EXAME TÉCNICO

4. Em agosto de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior, política industrial, tecnológica e de comércio exterior coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

5. Dentre as primeiras medidas anunciadas estava a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia, consubstanciada por meio da MP 540/2011. No tocante especificamente a tal medida, a EMI-MF/MCT/MDIC 122/2011 (peça 1) apresenta as seguintes razões para justificá-la:

‘18. Além das medidas expostas, propõe-se substituir pela receita bruta a remuneração paga aos segurados empregados, avulsos e contribuintes individuais contratados, como base de cálculo da contribuição previdenciária devida pelas empresas que atuem nos setores contemplados.

19. Nos últimos anos, em virtude da busca pela redução do custo da mão de obra, as empresas passaram a substituir os seus funcionários empregados pela prestação de serviços realizada por empresas subcontratadas ou terceirizadas. Muitas vezes, as empresas subcontratadas são compostas por uma única pessoa, evidenciando que se trata apenas de uma máscara para afastar a relação de trabalho.

20. Em virtude dessa nova relação contratual, os trabalhadores ficam sem os direitos sociais do trabalho (férias, 13º salário, seguro desemprego, hora extra, etc.), pois se trata de uma relação jurídica entre iguais (empresa-empresa) e não entre trabalhador e empresa. Essa prática deixa os trabalhadores sem qualquer proteção social e permite que as empresas reduzam os gastos com encargos sociais.

21. Apesar da melhora do cenário econômico, após a crise de 2008/2009, as empresas que prestam serviços de tecnologia da informação - TI e tecnologia da informação e comunicação - TIC, bem como as indústrias moveleiras, de confecções e de artefatos de couro têm enfrentado maiores dificuldades em retomar seu nível de atividade. Nesse contexto, a medida proposta favorece a recuperação do setor, bem como incentiva a implantação e a modernização de empresas com redução dos custos de produção.

22. A importância e a urgência da medida são facilmente percebidas em razão do planejamento tributário nocivo que tem ocorrido mediante a constituição de pessoas jurídicas de fachada com o único objetivo de reduzir a carga tributária, prática que tem conduzido a uma crescente precarização das relações de trabalho; bem como, em razão do risco de estagnação na produção industrial e na prestação de serviços nos setores contemplados.’

6. A MP 540/2011 foi convertida na Lei 12.546/2011, sendo que a desoneração da folha de pagamento foi disciplinada nos arts. 7º a 9º da norma. Tais dispositivos sofreram diversas alterações por parte da Lei 12.715/2012 (fruto da conversão da MP 563/2012) e da MP 612/2013 (ainda não convertida em lei).

7. A incidência da contribuição previdenciária sobre a receita devida pelas empresas beneficiadas encontra-se regulamentada pelo Decreto 7.828/2012, com as alterações promovidas pelo Decreto 7.877/2012.

8. Em suma, tal medida estabelece que até 31/12/2014, em substituição às contribuições destinadas à seguridade social a cargo das empresas beneficiadas, de 20% sobre a remuneração dos segurados (art. 22, incisos I e III, da Lei 8.212/1991), as contribuições incidirão em alíquotas que variam entre 1% a 2,5% sobre o valor da receita bruta destas empresas.

9. De acordo com a regra delineada no art. 7º da Lei 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto 7.828/2012, eis a tabela que sintetiza a medida em relação às empresas prestadoras de serviços:

Setor beneficiado	Alíquota	Início	Fim	Fundamento (Decreto 7.828/2012)
	2,5%	1º/12/2011	31/7/2012	Art. 2º, caput, c/c § 5º, inciso I, alínea ‘a’

<i>Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei 11.774/2008.</i>	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	<i>Art. 2º, caput, c/c § 5º, inciso II</i>
<i>Empresas de call center e de TI e TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput.</i>	2,5%	1º/4/2012	31/7/2012	<i>Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea 'b'</i>
	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II</i>
<i>Empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da CNAE 2.0.</i>	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 3º, inciso I, alínea 'a', c/c § 5º, inciso II</i>
<i>Empresas que exerçam atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados.</i>	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 3º, inciso I, alínea 'b', c/c § 5º, inciso II</i>
<i>Empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0.</i>	2,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso I, c/c § 5º, inciso III</i>
<i>Empresas de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso II, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte aéreo de carga.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso III, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte aéreo de passageiros regular.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso IV, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte marítimo de carga na navegação de cabotagem.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso V, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte marítimo de passageiros na navegação de cabotagem.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso VI, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte marítimo de carga na navegação de longo curso.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso VII, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte marítimo de passageiros na navegação de longo curso.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso VIII, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte por navegação interior de carga.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso IX, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso X, c/c § 5º, inciso IV</i>
<i>Empresas de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	<i>Art. 2º, § 4º, inciso XI, c/c § 5º, inciso IV</i>

10. Recentemente, em atitude que merece o reconhecimento e o elogio como boa prática por parte desta Selog, a Caixa Econômica Federal agendou reunião para apresentar a esta Secretaria os impactos do Plano Brasil Maior nos contratos de prestação de serviços da estatal, sob o ponto de vista da sua Gerência de Filial de Logística em Brasília (Gilog/BR).

11. Resumindo, os gestores da Caixa noticiaram que, com lastro em sólida jurisprudência deste TCU e após a criação de grupo de trabalho específico que empreendeu diversas consultas e análises internas, está realizando a revisão dos contratos com as empresas dos setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento com base no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei) ou, então, por meio de

apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da Lei), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral.

*12. Durante a reunião, a estatal expôs sua experiência, declarando que nos contratos com maior alocação de mão de obra, como os de **call center**, a redução poderia chegar a até 16%. De uma forma geral, o banco acredita que a redução média seja de 2,5% dos valores dos contratos envolvidos, alcançando a cifra de R\$ 200 milhões, sendo que até o momento a Caixa já obteve, efetivamente, uma economia no valor aproximado de R\$ 70 milhões.*

13. Para chegar aos números citados, a estatal revisou as planilhas de composição de custos dos seus contratos de prestação de serviços utilizando uma metodologia bastante simples: foi excluído o item 'INSS' do grupo 'Encargos Sociais', com a consequente redução proporcional do item 'incidência de A sobre B', e incluído o item 'INSS' no grupo 'Tributos', com a devida alíquota.

14. As informações trazidas pela Caixa chamaram a atenção desta Selog para o fato de que a não revisão dos contratos de prestação de serviços em vista da mudança na forma de cálculo das contribuições destinadas à seguridade social pode trazer prejuízos a toda APF.

15. É certo que todos os contratos de prestação de serviços firmados pela APF com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento deveriam ter sido revistos e ajustados aos patamares do que preceitua o art. 7º da Lei 12.546/2011 e o art. 2º do Decreto 7.828/2012, de acordo com o previsto no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993:

'Art. 65. (...)

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.'

16. Pesquisa à base de jurisprudência revela que o TCU já atuou de forma semelhante sob esse mesmo fundamento em diversos outros casos, como, por exemplo, o do FGTS (Acórdãos 3.663/2007-1C, 353/2008-P) e o da CPMF (Acórdãos 1.996/2008-P, 2.063/2008-P, 1.210/2009-P, 1.453/2009-P, 2.500/2010-P).

*17. Com isso em mente e a fim de confirmar o potencial efeito lesivo da irregularidade ora tratada, esta Selog escolheu aleatoriamente 19 unidades jurisdicionadas (UJ's) e enviou **e-mail** solicitando informações sobre se foram adotadas medidas para revisão dos contratos que tem por objeto serviços de TI, TIC e **call center**, dentre outros, em decorrência da aplicação da desoneração propiciada pela Lei 12.546/2011.*

18. Das 19 UJ's, 11 responderam. Dessas 11 UJ's, apenas 1 já mapeou os contratos passíveis de revisão e iniciou as tratativas com as empresas contratadas. Outras 5 UJ's alegaram que estão realizando estudos sobre a questão. Enfim, as últimas 5 UJ's declararam que não tomaram qualquer providência a respeito do assunto.

19. Embora singela, a inquirição supratranscrita confirma a afirmação anterior no sentido de que a não revisão dos contratos de prestação de serviços em vista da mudança na forma de cálculo das contribuições destinadas à seguridade social, estabelecida no art. 7º da Lei 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto 7.828/2012, pode trazer prejuízos à APF, da ordem de centenas de milhões de reais, requerendo a atuação desta Corte. Lembre-se que os responsáveis por ato de gestão de que resulte injustificado dano ao erário sujeitam-se a multa por parte do TCU, nos termos do art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992.

20. Por fim, considerando que o fato atinge toda a APF, a proposição de providências estruturantes deve ser endereçada aos órgãos governantes superiores (OGS's) da área, termo inicialmente talhado no Acórdão 2.308/2010-P, em referência específica à área de tecnologia da informação, mas que pode ser facilmente estendido para a área de logística como um todo.

21. Em analogia ao conceito insculpido nos Acórdãos 2.308/2010-P e 1.145/2011-P, pode-se dizer que os OGS's em governança logística são aqueles que têm a responsabilidade de normatizar e fiscalizar o uso e a gestão dos recursos logísticos em suas respectivas áreas de atuação e com

jurisdição específica sobre outros órgãos/entidades da APF. No presente caso, podem ser considerados os seguintes:

21.1. Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (art. 6º, incisos V, VI e XI, do Anexo I do Decreto 7.675/2012);

21.2. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (art. 32, inciso I, do Anexo I do Decreto 7.675/2012);

*21.3. Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, § 4º, **caput** e inciso II, da CF/88);*

*21.4. Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130-A, § 2º, **caput** e inciso II, da CF/88).*

22. Outrossim, os órgãos que compõem o Poder Legislativo não estão vinculados a nenhum OGS em governança logística, motivo pelo qual deverão ser objeto de determinações específicas:

22.1. Diretoria-Geral do Senado Federal (art. 121, inciso XIII, da Parte II da Resolução do Senado Federal 58/1972);

22.2. Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (art. 20 da Resolução da Câmara dos Deputados 20/1971);

22.3. Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União (art. 6º, inciso V, da Portaria-TCU 67/2013).

23. Demais disso, considerando que o encaminhamento a ser proposto afetará todos os órgãos e entidades que compõem a APF, não foi possível para esta Selog a definição do Relator no ato de autuação do processo. Destarte, os autos devem ser encaminhados à Secretaria das Sessões para sorteio de Relator, nos termos do art. 2º, § 3º, da Resolução-TCU 175/2005.

(...)

27. Espera-se com a presente ação de controle um benefício direto do tipo ‘Correção de irregularidades ou impropriedades’, subtipo ‘redução do valor contratual’, conforme definido no parágrafo 48.3 das ‘Orientações para benefícios do controle’ (Portaria-Segecex 10/2012). De uma parte, mostra-se absolutamente inviável a quantificação financeira do benefício potencial neste momento. De outra, é certo que o benefício efetivo será quantificado e registrado após sua verificação em sede de monitoramento, nos termos dos parágrafos 32-37 das referidas orientações.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

28. Pelo exposto, submete-se o presente processo à consideração superior, propondo a adoção das seguintes medidas:

28.1. nos termos do art. 2º, § 3º, da Resolução-TCU 175/2005, encaminhar o processo à Secretaria das Sessões para sorteio de Relator;

28.2. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

28.3. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, que:

28.3.1. nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades a eles vinculados a adotarem as medidas necessárias para revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

28.3.2. orientem os órgãos e entidades a eles vinculados a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

28.3.3. no prazo de 60 dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas pelos órgãos e entidades a eles vinculados para cumprimento da determinação, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada órgão e entidade;

28.4. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União, que:

28.4.1. nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, adotem as medidas necessárias para revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

28.4.2. obtenham administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

28.4.3. no prazo de 60 dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas para cumprimento da determinação, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida pelo órgão;

28.5. enviar cópia do inteiro teor da deliberação que vier a ser adotada, bem como da presente instrução, aos órgãos acima citados (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Diretoria-Geral do Senado Federal, Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União);

28.6. determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que realize o monitoramento das determinações *supra*, nos termos da Portaria-Segecex 27/2009;

28.7. com fulcro no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, encerrar o presente processo.”

É o relatório.

VOTO

Trata-se de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog sobre possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

2. O mencionado plano definiu, a partir de agosto/2011, uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, com o objetivo de desonerar a folha de pagamento para alguns setores da economia.

3. Nos normativos citados, foi determinado cálculo diferenciado da contribuição previdenciária, que, até 31/12/2014, em vez de corresponder a 20% da remuneração paga, incidirá em percentuais que variam de 1% a 2,5% da receita bruta dos setores beneficiados.

4. Em função disso, a Selog, na representação, defende que o TCU atue para corrigir eventuais pagamentos indevidos por conta da não redução dos valores contratados pela Administração Pública Federal em virtude da supracitada desoneração, que pode resultar em benefícios de elevado montante.

5. Ao concluir a representação, apresentada na instrução transcrita no relatório precedente, a unidade técnica propõe, com a anuência do representante do MP/TCU, que:
- a representação seja considerada procedente;
 - sejam expedidas determinações ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ao Conselho Nacional de Justiça; ao Conselho Nacional do Ministério Público (órgãos governantes superiores - OGS's); à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União para que: nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, adotem as medidas necessárias - orientando os órgãos e entidades a eles vinculados, se for o caso -, para a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação, e providenciem, administrativamente, o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados.
6. A proposta da unidade técnica é pertinente.
7. Com efeito, a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia, mediante a mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária, deve refletir no valor dos encargos sociais estabelecidos para o custo da mão de obra nos contratos administrativos firmados. Portanto, é premente a necessidade de revisão dos termos das avenças para que seja considerado o impacto das medidas desoneradoras.
8. Igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados.
9. Medidas similares foram propostas por esta Corte no Acórdão 1.165/2013 - Plenário, que determinou ao DNIT a adoção de providências para implementação da desoneração de encargos sociais no âmbito do Sistema de Custos Rodoviários - Sicro.
10. Ademais, registre-se, que, conforme relato da unidade técnica, a Caixa Econômica Federal, em ato louvável de zelo pelos recursos públicos e que deve servir de exemplo aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, informou que *“está realizando a revisão dos contratos com as empresas dos setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento com base no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea ‘d’, dessa Lei) ou, então, por meio de apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da LLC), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral.”*
11. Deve-se, ainda, ser rememorado o que dispõe o § 5º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos: *“Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.”* (grifei)
12. Como se vê, esse dispositivo é taxativo ao prever a necessidade de revisão dos preços contratados na hipótese da ocorrência de medidas neles impactantes, decorrentes, por exemplo, da alteração de tributos. Além disso, o parágrafo único do art. 2º da LLC considera o contrato como *“todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”* (grifado)
13. Conclui-se, então, que as partes têm assegurado o equilíbrio econômico-financeiro, que pode ser traduzido no fato de que os encargos do contratado devem estar equilibrados com a remuneração devida pela Administração Pública. As expressões grifadas desses preceitos, por seu turno, reforçam a lógica de que a revisão de preços é uma via de mão dupla, ou seja, que também pode ser invocada em benefício do contratante.

14. Também há que ser destacada a natureza distinta do pacto que o particular faz com a Administração, no qual são explicitadas as margens de lucro com as quais ele pretende trabalhar para satisfazer os termos da avença. Nessa seara, note-se que a Lei de Licitações e Contratos, no art. 7º, § 2º, inciso II, impõe que haja orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, no caso de prestação de serviços.

15. Deve ficar explicitado, ademais, que a desoneração não ocorre para aumentar lucro, mas sim para diminuir o preço dos produtos e serviços. Assim, caso não se reduza a remuneração, o lucro, no contrato administrativo, acaba se elevando. Ora, a Administração Pública deve se beneficiar do barateamento dos preços e serviços da mesma forma que ocorreria nas relações privadas.

16. Por fim, ressalte-se que os efeitos da desoneração podem ser diversos, mas decerto levarão a uma posição de vantagem competitiva das empresas que atuam nos setores contemplados, mediante, por exemplo, uma formação diferenciada dos preços dos seus serviços, que ocorrerá em razão de uma composição de custos igualmente profícua. O contrato administrativo não pode ficar indiferente a isso.

17. Conclui-se, pois, que há supedâneo legal e econômico para a renegociação alvitrada pela Selog.

18. Em tempo, informo que o Ministro José Jorge, na minuta de voto revisor gentilmente encaminhado à minha assessoria, fez oportuna ponderação que melhor esclarece a questão tratada no item 3, acima, mas que não influencia no mérito da decisão que proponho.

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de outubro de 2013.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

VOTO REVISOR

Em seu voto, o Ministro-Relator assevera que, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, *“foi determinado cálculo diferenciado da contribuição previdenciária, que, até 31/12/2014, em vez de corresponder a 20% da remuneração paga, incidirá em percentuais que variam de 1% a 2,5% da receita bruta dos setores beneficiados”*.

2. Nesse contexto, justifica-se sim a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, mediante alteração das planilhas de custo e de formação de preços, atentando-se para os efeitos retroativos às datas de início da aludida desoneração. Da mesma forma, também se justificam providências no sentido de obter administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração.

3. Apenas a título de complementação ao que restou consignado no voto apresentado pelo Ministro José Múcio, impende ressaltar que a revisão mediante aplicação direta da alíquota sobre a receita bruta (“faturamento”) pode ser considerada inapropriada, em face da possibilidade de realização, pela empresa, de outras atividades não desoneradas, a ensejar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária, conforme esclarece a Solução de Consulta nº 38 – SRRF01/Disit (Receita Federal do Brasil), cuja ementa julgo oportuno transcrever:

“Solução de Consulta 38 RFB:

EMENTA: Na hipótese de empresas que se dediquem a outras atividades cumulativamente com a prestação de serviços de TI e de TIC, a base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso II do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011 será o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais pela prestação de serviços em todas as atividades da empresa, observada a proporcionalidade entre a receita bruta relativa às outras atividades e a receita total. (<http://decisoes.fazenda.gov.br/net/html/decisoes/decw/pesquisaSOL.htm> - acesso em 1.10.2013)”

4. A corroborar o acima exposto, cabe trazer à colação excerto da instrução da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip), unidade subordinada à Segedam, ao analisar “*pedido de repactuação e revisão de valores do Contrato nº 17/2010*”, celebrado entre o TCU e a CTIS Tecnologia S/A com vistas à prestação de serviços especializados na área de tecnologia da informação, **verbis**:

“10.3. Revisão dos valores da Contribuição Previdenciária – propomos o deferimento integral; no decorrer da execução contratual, tivemos o advento da Lei 12.546/11 (com vigência a partir de 1º de abril de 2012), combinada com a Lei 12.715/12 (com vigência a partir de 1º de agosto de 2012), que alterou a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Para o caso da CTIS, que também se dedica a outras atividades (venda a varejo), a norma estabelece como sistemática a cobrança de 2,0% incidentes sobre a receita bruta correspondente aos serviços de Tecnologia da Informação e 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas e a receita bruta total (peça 2, páginas 6 a 8).

Com base nesse fundamento legal, a CTIS calculou o percentual devido, a título de Contribuição Previdenciária, mês a mês, de abril a dezembro de 2012, chegando ao percentual médio de 12,53% (peça 2, páginas 9 e 10).

De outro giro, a contratada submeteu a sua metodologia de cálculo da Contribuição Previdenciária ao alvedrio da RFB, mediante consulta. Após análise, a Receita Federal convalidou a sua interpretação legal (peça 2, páginas 62 a 69).

Isto posto, reafirmamos nossa proposta de deferimento integral do pleito da contratada, reduzindo-se a alíquota da rubrica ‘INSS’ dos atuais 20% para 12,53%.

(...) a revisão deve surtir efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2012, quando a Lei 12.546/11 entrou em vigor, desonerando encargos previdenciários.” (grifei)

5. Portanto, com a edição da Lei nº 12.546/2011 e a consequente mudança na forma de cálculo da alíquota de contribuição previdenciária devida por empresas atuantes na área de tecnologia da informação, evidenciou-se, na situação concreta acima delineada, desoneração por parte da CTIS, consubstanciada na redução da alíquota de 20%, para uma média de 12,53% ao mês, conforme cálculo exposto no requerimento da contratada e convalidado pela Receita Federal.

6. Em apertada síntese, não se pode concluir simplesmente que, em substituição às contribuições destinadas à seguridade social a cargo das empresas beneficiadas – de 20% sobre a remuneração dos segurados –, as novas contribuições incidirão em alíquotas que variam entre 1% e 2,5% sobre o valor da receita bruta daquelas empresas. Deve-se atentar também para o fato de a

empresa contratada realizar outras atividades não desoneradas, situação em que se fará necessário efetuar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de outubro de 2013.

JOSÉ JORGE
Revisor

ACÓRDÃO Nº 2859/2013 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-013.515/2013-6
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
4. Unidades: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Selog
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog em razão de possível irregularidade, no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão de preços nos contratos que foram firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de

pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação, bem como da instrução da Selog, às unidades acima citadas;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que realize o monitoramento das determinações acima.

10. Ata nº 41/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 23/10/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2859-41/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Revisor) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO

Procurador-Geral, em exercício

9.2.2. ANEXO VIII - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 264/SG - SCI/2014



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201450435

Nome original do documento: Oficio n. 264-SG-SCI-2014_TRTs.pdf

Data: 14/04/2014 15:08:38

Remetente: José Luiz Dias da Rocha Junior

Secretaria Geral

Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Oficio n. 264/SG-SCI - Orientações. Curso. Conclusão. Acórdão n. 2.859/2013 TC

U Plenário. 



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular n. 264/SG – SCI/2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Tribunal Regional do Trabalho

Assunto: Orientações. Curso. Conclusão. Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Senhor Secretário-Geral,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho, encaminho orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para revisão dos contratos que envolvem serviços de tecnologia da informação, aplicáveis também aos contratos de construção civil.

As orientações foram elaboradas em consonância com o treinamento ofertado aos servidores dos tribunais e conselhos para orientá-los a analisar a composição de custo do valor do contrato e permitir a construção de modelos e diretrizes para desoneração da contribuição previdenciária de contratos com e sem planilha de custos e formação de preços.

Ressalto que durante o curso foram exemplificados cálculos para a revisão do valor contratual, conforme orientações constantes do documento anexo, as quais foram elaboradas com os seguintes critérios:

Contratos <u>com</u> planilha de custos e formação de preços:	Contratos <u>sem</u> planilha de custos e formação de preços:
aplicaram-se os critérios estabelecidos na Solução de Consulta n. 38 – SRRF01/Disit (Processo n. 10166.724082/2012-94).	aplicou-se o percentual de 12% , que representa a média de redução dos contratos com planilha de custos e formação de preços.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Solicito que no prazo de 60 dias, a contar do recebimento deste ofício, esse tribunal encaminhe relatório ao CNJ e ao Tribunal de Contas da União, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.

Assinatura manuscrita em azul, legível como 'M. Araújo'.

Juiz **Marivaldo Dantas de Araújo**
Secretário-Geral Adjunto



Conselho Nacional de Justiça
Secretaria de Controle Interno

ORIENTAÇÕES QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO
DOS CONTRATOS QUE ENVOLVEM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO (TI)

1º Passo

I – Identificar os contratos que envolvem serviços de tecnologia da informação (TI), conforme determinações emanadas no art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, no art. 2º do Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, e no Acórdão TCU nº 2.859/2013 – Plenário –, que versa sobre empresas beneficiadas com a desoneração de folha de pagamento, com reflexos nos contratos firmados pela Administração Pública, considerando-se os seguintes critérios:

- a) Contratos vigentes com planilhas de custos e formação de preços; e
- b) Contratos vigentes sem planilhas de custos e formação de preços.

1ª Observação do Item I: ressalta-se que para todas as situações identificadas devem-se considerar os contratos encerrados após o início da vigência da Medida Provisória convertida na Lei nº 12.546/2011.

2ª Observação do Item I: na hipótese de a contratação ter sido feita após o início da vigência da Medida Provisória convertida na Lei nº 12.546/2011, cabe à unidade do tribunal, responsável pela condução dos processos de revisão contratual, verificar se o ajuste foi feito com as reduções previstas na Medida Provisória convertida na citada lei.

9

2º Passo

II – Observar, nas situações identificadas no item I destas Orientações, o que determina o subitem 9.2.1 do Acórdão TCU nº 2.859/2013 – Plenário, *in verbis*:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, orientem os órgãos e as entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

3º Passo:

III – Identificar, após relacionados os contratos, na forma sugerida no item I destas Orientações, as alíquotas aplicáveis e a data da produção de efeitos das referidas alíquotas, de acordo com os tipos de atividades relacionadas pelos citados normativos.

1ª Observação do Item III: é importante verificar o período de produção de efeitos, uma vez que o citado Acórdão determina que o órgão deverá atentar para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, conforme estipulado na legislação. *A*

A Lei nº 12.546/2011 apresenta as seguintes datas de início de aplicação de alíquota:

Item	Atividade	Alíquota	Data de início
1 ¹	Exclusiva de TI e TIC	2,5% sobre a receita bruta	1º/12/2011, conforme dispõe o § 2º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011.
2 ²	Exclusiva de TI e TIC	2% sobre a receita bruta	1º/08/2012, conforme dispõe o § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012 ²
3 ³	Outras atividades além de TI e TIC.	2,5% sobre a receita bruta <u>mais</u> percentual da receita de serviços que não sejam de TI e TIC, aplicado sobre o valor referente aos 20% de contribuição previdenciária patronal, nos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.546/2011.	1º/04/2012, conforme dispõe o § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011.
4	Outras atividades além de TI e TIC.	2% sobre a receita bruta <u>mais</u> percentual da receita de serviços que não sejam de TI e TIC, aplicado sobre o valor referente aos 20% de contribuição previdenciária patronal, devendo ser observado o disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011, de acordo com a nova redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715/2012.	1º/08/2012, conforme dispõe o § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012.

¹ Para que não seja aplicada a regra estabelecida no § 2º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011, a empresa deverá comprovar que exerce outras atividades, além das relacionadas nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008.

Considerando a hipótese de a contratada realizar outras atividades, além das previstas nos §§ 4º e 5º da Lei nº 11.774/2008, e com base no § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011 e no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012, a partir de 01/04/2012 e 01/08/2012, respectivamente, o faturamento mensal da contratada em relação aos serviços prestados ao tribunal/conselho deverá ser utilizado para fins de contribuição de dois vírgula cinco por cento e dois por cento sobre o valor da receita bruta.

² Para que não seja aplicada a regra estabelecida no § 2º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011, a empresa deverá comprovar que exerce outras atividades, além das relacionadas nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008.

Considerando a hipótese de a contratada realizar outras atividades, além das previstas nos §§ 4º e 5º da Lei nº 11.774/2008, e com base no § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011 e no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012, a partir de 01/04/2012 e 01/08/2012, respectivamente, o faturamento mensal da contratada em relação aos serviços prestados ao tribunal/conselho deverá ser utilizado para fins de contribuição de dois vírgula cinco por cento e dois por cento sobre o valor da receita bruta.

³ a aplicação do disposto no § 1º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012 somente ocorrerá se a contratada comprovar que, caso exerça atividades de representação, distribuição ou revenda de programas de computador, a receita bruta de referidas atividades não é igual ou superior a 95% da receita bruta total, conforme dispõe o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715/2012. 

4º Passo

IV – Adotar os seguintes procedimentos para encontrar o valor da desoneração:

a) contratos de prestação de serviços com planilhas de custos e formação de preços de empresas que exercem apenas atividades de TI e TIC:

a.1) redução para zero do percentual da contribuição previdenciária que integra o submódulo 4.1 ou Grupo A, conforme modelo de planilha adotado pelo tribunal, correspondente ao percentual de 20% (Contribuição Patronal-INSS).

1ª Observação da alínea “a.1”: a exclusão do percentual terá reflexo direto no total dos submódulos 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 ou demais grupos das planilhas e conseqüentemente no total da Tabela de Encargos Previdenciários e Trabalhistas.

a.2) Inclusão da contribuição previdenciária sobre o Custo Total, devendo-se utilizar a alíquota da respectiva atividade que foi desonerada, conforme tabela indicada no item anterior. O cálculo da referida contribuição será feito na mesma forma adotada para o cálculo dos Tributos.

1ª Observação das alíneas “a.1” e “a.2”: feitos os procedimentos indicados nas alíneas “a.1” e “a.2”, o tribunal observará o novo valor do contrato com a desoneração da folha.

2ª Observação das alíneas “a.1” e “a.2”: caso seja constatado que o novo valor do contrato se apresente inferior ao atual, a diferença entre esses valores deverá ser ressarcida ao tribunal, nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso. 

a.3) expedição de relatório ao Tribunal de Contas da União, no caso de órgãos do Poder Judiciário da União, e, ao CNJ, no caso de tribunais dos estados, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário.

b) contratos de prestação de serviços com planilhas de custos e formação de preços de empresas que comprovem exercer outras atividades além de TI e TIC:

b.1) a contratada deve comprovar que exerce outras atividades além das relacionadas nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008. Para tanto, a contratada deve apresentar o resumo do Livro Fiscal do ISS (faturamento de TI e TIC) e o DACON ou DPJ (faturamento total).

1ª Observação da alínea “b.1”: caso sejam comprovadas outras atividades na forma indicada na alínea “b.1”, o cálculo da contribuição previdenciária observará o disposto no inciso II do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011, *in verbis*:

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, até 31 de dezembro de 2014, o cálculo da contribuição obedecerá:

I - ao disposto no *caput* desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e

II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do *caput* do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o *caput* do art. 7º e o § 3º do art. 8º (...) e a receita bruta total.

2ª Observação da alínea “b.1”: o cálculo da contribuição previdenciária será feito com base no total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, e no faturamento, adotando-se dois procedimentos:

I – o primeiro procedimento refere-se ao item “Previdência Social” constante do Submódulo – Encargos Previdenciários e FGTS – da

⌘

Tabela de Encargos Previdenciários e Trabalhistas, que terá a alíquota de 20% substituída pelo resultado da seguinte operação:

multiplica-se o percentual de 20% da Previdência Social pelo resultado da razão⁴ entre a receita bruta das atividades que não sejam de TI e TIC, (comprovada mediante apresentação do Livro Fiscal do II), e a receita bruta total, (comprovada mediante apresentação do DACON ou do DPJ ou de documento equivalente) apurada com base na média dos últimos doze meses.

1ª Observação do inciso I: a substituição do percentual terá reflexo direto no total dos submódulos 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 e conseqüentemente no total da Tabela de Encargos Previdenciários e Trabalhistas.

II – o segundo procedimento diz respeito à inclusão, no item da Planilha de Custos e Formação de Preços relativos aos “Custos Indiretos, Tributos e Lucro”, das alíquotas dois vírgula cinco por cento e dois por cento, respectivamente, nos termos do § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011 e no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012.

1ª Observação do inciso II: a contribuição previdenciária complementar passará a incidir sobre o Custo Total. O cálculo da referida contribuição será feito na mesma forma adotada para o cálculo dos Tributos.

1ª Observação dos incisos I e II: feitos os procedimentos indicados nos incisos I e II da 2ª Observação da alínea “b.1”, o tribunal observará o novo valor do contrato com a desoneração da folha.

2ª Observação dos incisos I e II: caso seja constatado que o novo valor do contrato se apresente inferior ao atual, a diferença entre esses valores deverá ser ressarcida ao tribunal, nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

⁴ O percentual da Contribuição Previdenciária é o resultado da equação definida no inciso II do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2012, com a redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715/2012, utilizando-se, para fins de apuração do percentual de faturamento relativo a atividades não relacionadas a TI e TIC, a média dos percentuais informados pela contratada no período de abril a agosto de 2012.

§

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

b.2) expedição de relatório ao Tribunal de Contas da União, no caso de órgãos do Poder Judiciário da União, e, ao CNJ, no caso de tribunais dos estados, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário.

c) contratos de prestação de serviços sem planilha de custos e formação de preços:

c.1) oficial à contratada propondo a redução do valor do contrato no percentual de 12%.

1ª Observação da alínea “c.1”: a contratada poderá apresentar detalhamento de custos, caso não concorde com o referido percentual para redução do valor do ajuste.

2ª Observação da alínea “c.1”: caso a contratada apresente contraproposta em substituição ao percentual de 12%, conforme indicado na observação anterior, deverá encaminhar o detalhamento dos custos, o qual deverá ser analisado na forma indicada nas alíneas “a” ou “b” do item IV destas Orientações.

3ª Observação da alínea “c.1”: feitos os procedimentos indicados na alínea “c.1” e na 2ª Observação da alínea “c.1”, o tribunal observará o novo valor do contrato com a desoneração da folha.

4ª Observação da alínea “c.1”: caso seja constatado que o novo valor do contrato se apresente inferior ao atual, a diferença entre esses valores deverá ser ressarcida ao tribunal, nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos

§

preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

c.2) expedição de relatório ao Tribunal de Contas da União, no caso de órgãos do Poder Judiciário da União, e, ao CNJ, no caso de tribunais dos estados, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário.



9.2.3. ANEXO IX - COMUNICADO SIASG

SIASG - COMUNICA

DATA: 15/04/2015

HORA: 16:19:40

USUARIO: ISABEL

CADASTRAMENTO EM: 13/04/2015 AS: 11:36

NUM.MENSAGEM: 082578

EMISSORA: 200999 - DLSG/SIASG/DF

TELA (1) UM.

ASSUNTO : SUSPENSÃO DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO AC.Nº 2859/2013-TCU-DESONERAÇÃO

TEXTO: A SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SLTI COMUNICA AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL INTEGRANTES DO SISG QUE FOI CONHECIDO O PEDIDO DE REEXAME COM EFEITO SUSPENSIVO EM RELAÇÃO AOS ITENS 9.2 E 9.3 DO ACÓRDÃO Nº 2.859/2013 - PLENÁRIO, NOS TERMOS DO DESPACHO DO RELATOR, MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO (PROCESSO TC 013.515/2013-6).

SEGUE ABAIXO A TRANSCRIÇÃO, IN VERBIS, DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO ACÓRDÃO Nº 2.859/2013 - PLENÁRIO, ORA RECORRIDO.

9.2. DETERMINAR AO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, À SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, AO CONSELHO NACIONAL 9.2.1 NOS TERMOS DO ART. 65, § 5º, DA LEI 8.666/1993, ORIENTEM OS ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE LHEM ESTÃO VINCULADOS A ADOTAREM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À REVISÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA VIGENTES, FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, PROPICIADA PELO ART. 7º DA LEI 12.546/2011 E PELO ART. 2º DO DECR

PF1-AJUDA PF3-SAI PF7-RECUA PF8-AVANCA PF12-RETORNA

SIASG - COMUNICA

DATA: 15/04/2015

HORA: 16:23:37

USUARIO: ISABEL

CADASTRAMENTO EM: 13/04/2015 AS: 11:36

NUM.MENSAGEM: 082578

EMISSORA: 200999 - DLSC/SIASG/DF

TELA (2) DOIS.

ASSUNTO : SUSPENSÃO DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO AC.Nº 2859/2013-TCU-DESONERAÇÃO

TEXTO: ETO 7.828/2012, MEDIANTE ALTERAÇÃO DAS PLANILHAS DE CUSTO, ATENTANDO P
ARA OS EFEITOS RETROATIVOS ÀS DATAS DE INÍCIO DA DESONERAÇÃO, MENCIONA
DAS NA LEGISLAÇÃO;

9.2.2 ORIENTEM OS REFERIDOS ÓRGÃOS E ENTIDADES A OBTEREM ADMINISTRATIV
AMENTE O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR (ELISÃO DO DANO) EM R
ELAÇÃO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JÁ ENCERRADOS, QUE FORAM
FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAME
NTO, PROPICIADA PELO ART. 7º DA LEI 12.546/2011 E PELO ART. 2º DO DECR
ETO 7.828/2012, MEDIANTE ALTERAÇÃO DAS PLANILHAS DE CUSTO;

9.2.3 NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS A CONTAR DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃ
O, INFORMEM A ESTE TRIBUNAL SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS POR SEUS RESPECT
IVOS ÓRGÃOS E ENTIDADES VINCULADOS PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES
ACIMA, INCLUINDO DETALHAMENTO ESPECÍFICO SOBRE A QUANTIDADE DE CONTRAT
OS REVISADOS E A ECONOMIA (REDUÇÃO DE VALOR CONTRATUAL) OBTIDA POR
CADA UNIDADE;

9.3. DETERMINAR À DIRETORIA-GERAL DO SENADO FEDERAL, À DIRETORIA-GERAL
PF1-AJUDA PF3-SAI PF7-RECUA PF8-AVANCA PF12-RETORNA

SIASG - COMUNICA

DATA: 15/04/2015

HORA: 16:23:45

USUARIO: ISABEL

CADASTRAMENTO EM: 13/04/2015 AS: 11:36

NUM.MENSAGEM: 082578

EMISSORA: 200999 - DLSG/SIASG/DF

TELA (3) TRES.

ASSUNTO : SUSPENSÃO DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO AC.Nº 2859/2013-TCU-DESONERAÇÃO

TEXTO: DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E À SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE ADOTEM, NO ÂMBITO DE SEUS CONTRATOS, A MEDIAS INDICADAS NOS SUBITENS 9.2.1 E 9.2.2, ACIMA, E QUE, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO, INFORMEM A ESTE TRIBUNAL SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS, INCLUINDO DETALHAMENTO ESPECÍFICO SOBRE A QUANTIDADE DE CONTRATOS REVISADOS E A ECONOMIA (REDUÇÃO DE VALOR CONTRATUAL) OBTIDA;

A SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA EXPEDIRÁ ORIENTAÇÕES AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNCIONAL INTEGRANTES DO SISG, APÓS O EXAME FINAL DA MATÉRIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

PF1-AJUDA PF3-SAI PF7-RECUA PF8-AVANCA PF12=RETORNA

9.2.4. ANEXO X - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 191/SG/2015



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201565704

Nome original: Oficio 191-SG-2015-TRT_4.pdf

Data: 02/06/2015 10:28:15

Remetente:

Kaninde Dyhony Viana Gaspar

Secretaria Geral

Conselho Nacional de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Oficio-Circular 191/SG/2015 CNJ



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular 191/SG/2015

Brasília, 1º de junho de 2015.

Senhora Presidente,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho, em atenção ao Ofício-Circular 264/SG – SCI/2014, desta procedência, o qual encaminhou orientações a serem tomadas para o atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão 2.859/2013 – TCU – Plenário, informo a Vossa Excelência a suspensão da aplicação do referido subitem até a análise do mérito pelo Tribunal de Contas da União.

Respeitosamente,

Juiz Fabrício Bittencourt da Cruz
Secretário-Geral

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora CLEUSA REGINA HALFEN
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Porto Alegre - RS

CNJ-EXT-2015/01032



Assinado digitalmente por FABRICIO BITTENCOURT DA CRUZ.
Documento Nº: 43068.617545-1540 - consulta à autenticidade em
<https://www.cnj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CNJOC/201500031A



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular n. 264/SG – SCI/2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Tribunal Regional do Trabalho

Assunto: Orientações. Curso. Conclusão. Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Senhor Secretário-Geral,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho, encaminho orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para revisão dos contratos que envolvem serviços de tecnologia da informação, aplicáveis também aos contratos de construção civil.

As orientações foram elaboradas em consonância com o treinamento ofertado aos servidores dos tribunais e conselhos para orientá-los a analisar a composição de custo do valor do contrato e permitir a construção de modelos e diretrizes para desoneração da contribuição previdenciária de contratos com e sem planilha de custos e formação de preços.

Ressalto que durante o curso foram exemplificados cálculos para a revisão do valor contratual, conforme orientações constantes do documento anexo, as quais foram elaboradas com os seguintes critérios:

Contratos <u>com</u> planilha de custos e formação de preços:	Contratos <u>sem</u> planilha de custos e formação de preços:
aplicaram-se os critérios estabelecidos na Solução de Consulta n. 38 – SRRF01/Disit (Processo n. 10166.724082/2012-94).	aplicou-se o percentual de 12% , que representa a média de redução dos contratos com planilha de custos e formação de preços.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Solicito que no prazo de 60 dias, a contar do recebimento deste ofício, esse tribunal encaminhe relatório ao CNJ e ao Tribunal de Contas da União, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.

Assinatura manuscrita em azul, aparentemente de Marivaldo Dantas de Araújo.

Juiz **Marivaldo Dantas de Araújo**
Secretário-Geral Adjunto

9.2.5. ANEXO XI - AVISO Nº 346-GP/TCU

Aviso nº 346 -GP/TCU

Brasília, 7 de abril de 2015.

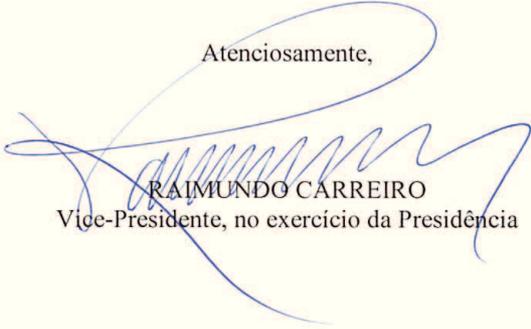
Senhor Presidente,

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
09/04/2015 14:08 34512



Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Despacho exarado em 2/3/2015 pelo Relator do processo nº TC-013.515/2013-6, por meio do qual foi acolhido o pedido de reexame contra o Acórdão nº 2859/2013-TCU-Plenário interposto pelos recorrentes, Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação e Associação Brasileira das Empresas de Software, suspendendo-se os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão, até a análise de mérito.

Atenciosamente,


RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

idSisdoc_8718439v5-07 - TC-013.515-2013-6 - pedido de reexame contra o Acórdão nº 2859-2013-TCU - Plenário - cmq_Gabpres_niltonbarrose.doc



Assinado digitalmente por CRISTINA DRUMOND MASCARENHAS LAGO.
Documento Nº: 39433.512698-1096 - consulta à autenticidade em
<https://www.cnj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CNJEXT201501032



TC 013.515/2013-6

Natureza: Pedido de Reexame (Representação).

Unidades: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

Recorrentes: Abes - Associação Brasileira das Empresas de Software; Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia D Informação Software e Internet/Assespro; Brasscom - Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame (Peça 196) contra o Acórdão 2859/2013 – Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou procedente representação e expediu determinações a órgãos jurisdicionados no que tange à revisão de preços em contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Acolho o parecer do MP (Peça 227) e conheço do pedido de reexame, suspendendo-se os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013 – Plenário (Peça 12), ora recorrido.

Restitua-se o processo à Serur, nos termos do art. 56, da Resolução TCU 259/2014, para fins de instrução.

Gabinete, TCU, 2 de março de 2015.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARRIÉIRO
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52572580.



9.2.6. ANEXO XII - ACÓRDÃO AC-1212-16/14-P

Número Interno do Documento:

AC-1212-16/14-P

Colegiado:

Plenário

Relator:

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo:

000.677/2014-0

Sumário:

MONITORAMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO ACÓRDÃO 2859/2013 - PLENÁRIO. REVISÃO DE PREÇOS NOS CONTRATOS FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELO PLANO BRASIL MAIOR, EM FACE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA ALGUNS SETORES DA ECONOMIA (MUDANÇA DA BASE DE CÁLCULO PARA A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA). NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A REVISÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA VIGENTES E PARA O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR, EM RELAÇÃO ÀS AVENÇAS JÁ ENCERRADAS. DETERMINAÇÕES PARCIALMENTE CUMPRIDAS. APENSAMENTO AO PROCESSO DE ORIGEM. ADOÇÃO DE MEDIDAS SUPLEMENTARES PARA TORNAR EETIVO O COMANDO DOS ITENS 9.2.3 E 9.3 DA DECISÃO MONITORADA

Assunto:

Monitoramento

Número do acórdão:

1212

Ano do acórdão:

2014

Número da ata:

16/2014

Relatório:

Adoto como relatório a instrução do auditor da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog (peça 18), cuja proposta contou com a anuência integral do seu dirigente (peça 19):

"INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de monitoramento das determinações proferidas por esta Corte de Contas por meio do Acórdão 2.859/2013-P (TC 013.515/2013-6), prolatado na sessão plenária de 23/10/2013, cuja parte dispositiva tem o seguinte teor (peça 1):

"9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, as medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo o detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida."

2. Como se vê, a determinação de providências estruturantes foi endereçada aos órgãos governantes superiores (OGS"s) em governança logística, entendidos como aqueles que têm a responsabilidade de normatizar e fiscalizar o uso e a gestão dos recursos logísticos em suas respectivas áreas de atuação e com jurisdição específica sobre outros órgãos/entidades da Administração Pública Federal (item 9.2), bem como aos órgãos que compõem o Poder Legislativo, que não estão vinculados a nenhum OGS em governança logística (item 9.3), conforme parágrafos 20-22 da instrução transcrita no relatório do retrocitado acórdão (peça 2).

3. O presente exame está estruturado, no que for cabível, em observância aos parágrafos 32, 45 e 70 do documento Padrões de Monitoramento (Portaria-Segecex 27/2009).

EXAME TÉCNICO

4. Situação que levou à proposição das deliberações.

4.1. As determinações objeto do presente monitoramento tiveram origem em representação desta unidade técnica em razão de possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a **contribuição previdenciária**), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

4.2. Isso porque o mencionado plano, que definiu uma nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi lançado em agosto de 2011 e dentre as primeiras medidas anunciadas estava a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia, determinando-se que, pelo menos até 31/12/2014, o cálculo da **contribuição previdenciária** incidirá em percentuais que variam de 1% a 2,5% da receita bruta das empresas beneficiadas, em vez de corresponder a 20% da remuneração paga.

4.3. Os impactos do Plano Brasil Maior foram tema de reunião entre a Selog e a Caixa Econômica Federal (peça 16), na qual os gestores do banco estatal apresentaram que, com lastro em sólida jurisprudência desta Corte e após a criação de grupo de trabalho específico que empreendeu diversas consultas e análises internas, estavam realizando a revisão dos contratos com as empresas dos setores beneficiados pela **desoneração da folha de pagamento** com base no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea "d", da lei) ou, então, por meio de apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da lei), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral. O assunto discutido na reunião chamou a atenção desta Selog para o fato de que a não revisão dos contratos afetados estaria importando em vultosos prejuízos para toda a Administração.

4.4. Na relatoria do Acórdão 2.859/2013-P, o Min. José Múcio deixou consignado em seu voto que (peça 3):

"7. Com efeito, a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia, mediante a mudança da base de cálculo para a **contribuição previdenciária**, deve refletir no valor dos encargos sociais estabelecidos para o custo da mão de obra nos contratos administrativos firmados. Portanto, é premente a necessidade de revisão dos termos das avenças para que seja considerado o impacto das medidas desoneradoras.

8. Igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados. (...)

11. Deve-se, ainda, ser rememorado o que dispõe o § 5º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos:

"Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso." (grifei)

12. Como se vê, esse dispositivo é taxativo ao prever a necessidade de revisão dos preços contratados na hipótese da ocorrência de medidas neles impactantes, decorrentes, por exemplo, da alteração de tributos. Além disso, o parágrafo único do art. 2º da LLC considera o contrato como "todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada." (grifado)

13. Conclui-se, então, que as partes têm assegurado o equilíbrio econômico-financeiro, que pode ser traduzido no fato de que os encargos do contratado devem estar equilibrados com a remuneração devida pela Administração Pública. As expressões grifadas desses preceitos, por seu turno, reforçam a lógica de que a revisão de preços é uma via de mão dupla, ou seja, que também pode ser invocada em benefício do contratante.

14. Também há que ser destacada a natureza distinta do pacto que o particular faz com a Administração, no qual são explicitadas as margens de lucro com as quais ele pretende trabalhar para satisfazer os termos da avença. Nessa seara, note-se que a Lei de Licitações e Contratos, no art. 7º, § 2º, inciso II, impõe que haja orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, no caso de prestação de serviços.

15. Deve ficar explicitado, ademais, que a **desoneração** não ocorre para aumentar lucro, mas sim para diminuir o preço dos produtos e serviços. Assim, caso não se reduza a remuneração, o lucro, no contrato administrativo, acaba se elevando. Ora, a Administração Pública deve se beneficiar do barateamento dos preços e serviços da mesma forma que ocorreria nas relações privadas.

16. Por fim, ressalte-se que os efeitos da **desoneração** podem ser diversos, mas decerto levarão a uma posição de vantagem competitiva das empresas que atuam nos setores contemplados, mediante, por exemplo, uma formação diferenciada dos preços dos seus serviços, que ocorrerá em razão de uma composição de custos igualmente profícua. O contrato administrativo não pode ficar indiferente a isso."

4.5. Além disso, em voto revisor, o Min. José Jorge destacou a necessidade de "atentar também para o fato de a empresa contratada realizar outras atividades não desoneradas, situação em que se fará necessário efetuar o cálculo ponderado da **contribuição previdenciária**" (peça 4).

4.6. Com base nisso, foi exarado o Acórdão 2.859/2013-P (peça 1), no qual foram expedidas as determinações transcritas no parágrafo 1 desta instrução.

5. Providências adotadas e comentários dos gestores.

5.1. Conselho Nacional de Justiça (peça 6).

5.1.1. A Secretaria-Geral do CNJ expediu o Ofício-Circular 579/2013 aos tribunais vinculados, solicitando informações acerca das medidas adotadas para o cumprimento das determinações contidas no acórdão ora monitorado, com inclusão de detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia obtida pelo órgão.

5.1.2. As respostas, até então obtidas, foram sintetizadas numa tabela, onde constam diversas informações (certos tribunais não se manifestaram, uns comunicaram que não têm nenhum contrato afetado, alguns noticiaram que os estudos referentes à revisão foram iniciados, enquanto outros informaram que já realizaram a revisão possível, inclusive informando a economia gerada).

5.1.3. Por fim, o CNJ avisou que pretendia realizar treinamento com os servidores dos tribunais, na data provável de fevereiro de 2014, para orientá-los quanto à forma de aplicar o disposto no acórdão citado aos contratos firmados por aqueles órgãos.

5.2. Tribunal de Contas da União (peças 7-8)

5.2.1. A Secretaria-Geral de Administração do TCU informou que, com base em pressupostos que delimitaram o escopo das revisões contratuais, foi realizado o levantamento de todos os contratos, vigentes no período de 1º/12/2011 a 31/10/2013, somando-se 604 instrumentos contratuais.

5.2.2. Desses, verificou-se um total de 57 contratos potencialmente passíveis de revisão, totalizando R\$ 181.335.728,52. A partir desse valor, adotando-se o percentual de 2% de redução/economia alcançado pela CEF, estimou-se uma redução potencial de gastos (economia) de aproximadamente R\$ 3.626.714,57.

5.2.3. Ademais, foram definidos os procedimentos a serem observados por ocasião das instruções de cada termo aditivo. Enfim, a área administrativa do TCU informou que os trabalhos objetivando a realização das revisões seriam iniciados em meados de janeiro de 2014, com a prioridade e urgências necessárias.

5.3. Câmara dos Deputados (peça 9)

5.3.1. A Diretoria-Geral da CD informou que as providências administrativas cabíveis para fazer cumprir as determinações do TCU foram ordenadas à Secretaria de Controle Interno e ao Departamento de Material e Patrimônio (Demap) daquela casa.

5.3.2. A seu turno, a Secretaria de Controle Interno informou que acompanharia as medidas adotadas pela área administrativa com vistas ao atendimento das determinações e que a avaliação dessas medidas seria oportunamente informada ao TCU, por ocasião do encaminhamento do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013.

5.3.3. Já o Demap informou que a maioria das contratações impactadas pelo acórdão em discussão é fiscalizada pelo Centro de Informática (Cenin). Então, de início, solicitou ao Cenin que indicasse quais contratações deveriam ser reequilibradas, bem como a indicação de outras eventualmente abrangidas (Processo 136.612/2013). Também solicitou manifestação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) acerca do enquadramento dos objetos das contratações de outras duas empresas (Processo 135.066/2013).

5.3.4. O Demap noticiou, por fim, que a Diretoria-Geral já havia determinado o reequilíbrio econômico-financeiro de dois contratos referentes à prestação de serviços de apoio à atividade de informática e à prestação de serviços de call center, visando adequar seus valores à Lei 12.546/2011. Em relação ao primeiro, já encerrado, estariam sendo adotadas as medidas administrativas visando recuperar um crédito de R\$ 3.081.333,72 junto à empresa contratada. Em relação ao segundo, a empresa contratada já havia manifestado concordância para que fosse promovido um acerto financeiro de R\$ 166.236,12, além de ter sido celebrado um termo aditivo formalizando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com amparo na Lei 12.546/2011, determinando uma economia de R\$ 282.271,36 até o encerramento de sua vigência, em 31/8/2014.

5.4. Conselho Nacional do Ministério Público (peças 10 e 13)

5.4.1. Primeiramente, o Presidente do CNMP informou que expediu documento à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do órgão, instância preliminar para apuração de fatos que possam ensejar a instauração de procedimentos de controles de competência do plenário, para adoção de medidas junto aos órgãos e entidades vinculadas ao conselho.

5.4.2. No tocante à administração interna, o presidente comunicou que foi realizado levantamento dos contratos firmados pelo CNMP atingidos pelo Acórdão 2.859/2013-P, onde se verificou que 13 contratos potencialmente impactados (11 de TI e 2 de obras), e que a seguir seriam identificados quais os contratos realmente tiveram mudança na base de cálculo para **contribuição previdenciária**, a fim de verificar quais os contratos seriam alvo de negociação.

5.4.3. Posteriormente, o Conselheiro-Presidente da CCAF informou que recomendou a todos os órgãos de Ministérios Públicos Estaduais e unidades gestoras do MPU que realizassem as medidas determinadas no multicitado acórdão, bem assim aos setores de controle interno do MPU, do CNMP e dos Ministérios Públicos Estaduais que se certificassem da execução de tais providências para o devido registro de seus resultados nas tomadas de contas anuais aos tribunais de contas pertinentes.

5.5. Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (peça 11)

5.5.1. O Diretor-Substituto do DEST informou que foi enviado o ofício-circular 1/2014-MP/SE/DEST orientando às empresas estatais que adotassem as medidas necessárias à revisão dos contratos impactados pelo acórdão em foco, dando ciência também aos ministérios supervisores e aos representantes do poder público nos conselhos de administração.

5.5.1. Enfim, alegando ter feito tal combinação com esta unidade técnica, solicitou às empresas que enviassem as informações de suas ações diretamente à Selog, com cópia ao DEST, para acompanhamento.

5.6. Senado Federal (peça 12)

5.6.1. A Diretora-Geral, em exercício, do SF informou que constituiu grupo de trabalho multidisciplinar destinado a identificar os contratos alcançados pelas desonerações fiscais decorrentes da Lei 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012, assim como adotar as demais providências com vistas a buscar eventuais economias e ressarcimentos em favor do erário.

5.7. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (peças 14-15)

5.7.1. A Secretária-Substituta da SLTI informou que, por meio do módulo Comunica do Siasg, conforme Mensagens 80.337 a 80.339, de 21/1/2014, foram disponibilizadas orientações estabelecendo, em linhas gerais, procedimentos para revisão dos contratos ainda vigentes cujos objetos envolvem serviços de TI, especificamente os que apresentam planilhas de custo com dedicação exclusiva de mão de obra.

5.7.2. Salientando que, no seu entender, a SLTI não dispõe de competência para estabelecer parâmetros e definir diretrizes para a revisão de todos os contratos afetados pelo acórdão, ressaltou a necessidade de que os critérios para o integral cumprimento da deliberação sejam estabelecidos de maneira conjunta e uniforme com o TCU.

5.7.3. Assim, solicitou orientações específicas quanto aos parâmetros e diretrizes a serem adotados para fins de revisão de: 1) contratos vigentes e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra; 2) contratos vigentes e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados); 3) contratos vigentes que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas; e 4) contratos encerrados.

6. Análise.

6.1. De início, anote-se que, em 21/11/2013, esta unidade técnica realizou um encontro com as unidades jurisdicionadas alcançadas pelas determinações exaradas no Acórdão 2.859/2013-P, conduzido pelo titular da 2ª Diretoria da Selog, com o fito de propor a uniformização dos procedimentos necessários ao cumprimento do acórdão, conforme noticiado no informativo União (peça 17).

6.2. Na supracitada reunião, alguns pontos de dúvidas foram arguidos pelos órgãos participantes. Anote-se que na resposta da SLTI estão expressas, de forma mais evidente, a maioria das dúvidas então levantadas.

6.3. Pertinente registrar que a decisão final sobre os procedimentos que serão efetivamente adotados encontra-se na esfera discricionária do gestor, verificadas as peculiaridades de cada caso que se apresentar ao seu descortino, estando sua atuação sujeita ao controle externo da Administração Pública. Todavia, considerando o encontro realizado e a solicitação da SLTI, serão tecidas ponderações adicionais sobre os pontos mais relevantes.

6.4. Abrangência da deliberação.

6.4.1. Compulsando o processo que deu origem ao presente monitoramento, depreende-se que ali estava sendo tratada, de maneira geral e em sentido amplo, a necessidade de revisão dos contratos firmados pela Administração (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) com empresas que a qualquer tempo tenham sido beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo Plano Brasil Maior (arts. 7º e 9º da Lei 12.546/2011).

6.4.2. A instrução que serviu de base para o acórdão em discussão foi finalizada em 21/5/2013. Até aquele momento, a Lei 12.546/2011 já havia sofrido diversas alterações por parte da Lei 12.715/2012 (conversão da MP 563/2012) e da MP 612/2013 (que teve sua vigência encerrada). Após intenso trâmite processual, com passagem pelo MP/TCU e pelo Gabinete do Ministro-Revisor, o Acórdão ora monitorado foi prolatado em sessão plenária do dia 23/10/2013.

6.4.3. Nesse interregno, o multicitado acórdão deixou de fazer menção explícita a outras alterações que ocorreram nos dispositivos da Lei 12.546/2011 que versam sobre o assunto ora analisado, como as Leis 12.794/2013 (conversão da MP 582/2012) e 12.844/2013 (conversão da MP 610/2013), além das MP's 601/2012 (com vigência encerrada) e 634/2013 (ainda vigente), bem como não se preocupou em regular situações de futuras alterações legislativas, por óbvia impossibilidade.

6.4.4. Ora, é certo que todos os agentes públicos devem observar a normatização existente, sendo que, a rigor, poderia ser considerada desnecessária uma atuação do TCU nesse sentido (determinar a mera observância da legislação). Em casos como esse, onde são expedidas determinações acerca do

descumprimento de leis que, num primeiro momento, não ensejam aplicação de multa aos responsáveis, a atuação do TCU busca chamar a atenção dos jurisdicionados para a ocorrência de situações pendentes de implementação e que expõem a Administração a riscos.

6.4.5. Com isso, quer-se reforçar que o acórdão ora monitorado trata, de maneira geral e em sentido amplo, da necessidade de revisão dos contratos firmados pela Administração com empresas de qualquer ramo da atividade econômica que a qualquer tempo tenham sido beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento** propiciada pelo Plano Brasil Maior, e que, para seu integral cumprimento, deve-se atentar para a escorreta modulação temporal dos efeitos produzidos pela Lei 12.546/2011 e alterações posteriores sobre o assunto.

6.5. Contratos vigentes e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra

6.5.1. A metodologia que parece melhor se adequar a tais tipos de ajustes já foi delineada no parágrafo 13 da instrução transcrita no relatório do Acórdão 2.859/2013-P, qual seja: excluir o item "INSS" do grupo "Encargos Sociais", com a conseqüente redução proporcional do item "incidência de A sobre B", e incluir o item "INSS" no grupo "Tributos", com a devida alíquota.

6.6. Contratos vigentes e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados)

6.6.1. Para esses contratos, uma boa metodologia foi demonstrada pela Caixa em sua apresentação na reunião de 21/11/2013: solicitação da composição de custos com base na obrigação contratual de prestação de esclarecimentos solicitados pela Administração contratante; diante do silêncio ou recusa da contratada, realizar a comparação do objeto contratual com os seus similares, seguido de cálculo do percentual de redução aplicável à avença.

6.7. Contratos vigentes que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas

6.7.1. A preocupação com os contratos que envolvem atividades desoneradas e outras atividades não desoneradas constitui a tônica do voto revisor, cuja solução pode ser assim descrita: efetuar o cálculo ponderado da **contribuição previdenciária**, no caso da contratada realizar outras atividades não desoneradas; conforme a Solução de Consulta SRRF01/Disit 38/2012, deve-se reduzir o valor da **contribuição** a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não desoneradas e a receita bruta total.

6.8. Contratos encerrados

6.8.1. Acerca dos contratos encerrados, o item 8 do voto do Relator deixou expressamente consignado que: "igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos (...) já encerrados".

6.8.2. Sobre o assunto, pertinente colacionar excerto do Parecer 13.049/2012-WM exarado pelo representante do Ministério Público Federal no âmbito do MS 29.599/DF, ainda em julgamento no STF:

"Com efeito, a fim de extrair a máxima eficácia da Constituição, sob as lentes de sua força normativa, que, no contexto do estado democrático de direito perpassa pela noção de moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade no emprego do dinheiro público, impõe-se, à Administração, a observância dos princípios inscritos no caput, do artigo 37 da CF/88.

Nessa esteira, o artigo 71 da CF/88 prevê a verificação, pela Corte de Contas, da legalidade de qualquer despesa pública, inclusive, decorrente de contratos, cabendo-lhe como premissa a avaliação das exigências legais em confronto com a Constituição. Sua competência, portanto, projeta-se sobre os atos administrativos passíveis de configurar perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário (...).

Em verdade, os parâmetros magnos sobre a aplicação e controle dos recursos repassados não colidem com a bilateralidade do contrato, das cláusulas econômicas ou da segurança jurídica, imprimindo, apenas, relevância à aplicação do dinheiro público, que se submete ao necessário controle financeiro e orçamentário em face da prevalência do interesse coletivo."

6.8.3. Em síntese, a inobservância de exigência legal (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) que previa a revisão de contratos impactados pela criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais resultou em dano ao erário. Dessa forma, a Administração tem o poder-dever de buscar recompor a lesão

causada aos cofres públicos, ainda que os referidos contratos já tenham sido encerrados, considerando a primazia do interesse público e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo erário.

6.9. Informações sobre as medidas adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia obtida

6.9.1. Na reunião de 21/11/2013, aventou-se a possibilidade de as unidades jurisdicionadas informarem o cumprimento da determinação no relatório de gestão referente ao exercício de 2014. Tal possibilidade afigura-se como a mais adequada no momento, haja vista que tal documento já congloba informações sistêmicas sobre o desempenho e a conformidade da gestão das unidades jurisdicionadas. Assim, esta Selog entrou em contato com a Diretoria de Normas e Gestão de Contas da Segecex, com o fito de alterar a DN-TCU 134/2013 e acrescentar item específico, no qual serão tabulados as informações necessárias para o atendimento do Acórdão 2.859/2013-P.

6.9.2. Pertinente, ainda, destacar um fato que merece reparo. É que o item 3 do ofício-circular 1/2014-MP/SE/DEST orientou todas as empresas estatais federais que informassem as medidas adotadas por meio de ofício endereçado diretamente ao TCU, o que se mostra um equívoco.

6.9.3. Num momento inicial, conforme estampado no acórdão em foco, vislumbrou-se que os OGS"s teriam condições operacionais de agregar e enviar ao TCU de maneira consolidada as informações "sobre as medidas adotadas pelos órgãos e entidades a eles vinculados". Ora, por deixarem transcorrer em branco o prazo recursal, infere-se que os OGS"s mencionados no item 9.2 do Acórdão em foco manifestaram concordância tácita com os termos ali descritos. Todavia, conforme debate realizado no encontro de 21/11/2013 e entendimentos posteriores, percebeu-se que tal tarefa estrangulava a capacidade operacional dos OGS"s e construiu-se a solução ora divisada.

6.9.4. Ou seja, num primeiro instante, o acórdão em foco proferiu determinação direcionada exclusivamente aos OGS"s imaginando o envio de informações consolidadas; nesse segundo instante, está-se propondo que as informações sejam prestadas pelas unidades jurisdicionadas em seus respectivos relatórios de gestão.

6.9.5. É provável que a orientação para enviar as informações por ofício endereçado diretamente ao TCU tenha sido inserida no ofício do DEST devido a algum mal entendido ocorrido na retrocitada reunião. Reduz a significância do erro o fato de que tais informações certamente serão proveitosas para as empresas estatais por ocasião da confecção dos seus relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014. Destarte, deve-se determinar ao DEST que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação de remeter as informações diretamente ao TCU é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados.

6.10. Grau de atendimento da deliberação

6.10.1. Entende-se como cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do Acórdão 2.859/2013-P, haja vista que os órgãos mencionados na referida deliberação adotaram, em menor ou maior grau, as providências ali expedidas, conforme informações destacadas no parágrafo 5 desta instrução.

6.10.2. Em relação aos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final), entende-se que as determinações ali exaradas não são mais aplicáveis, considerando a proposta no sentido de que as informações sobre o cumprimento da deliberação deverão constar no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, sendo desnecessária a continuidade do monitoramento no âmbito do presente processo.

7. Evidências.

7.1. As evidências que fundamentam a análise e as conclusões já foram devidamente referenciadas nos tópicos precedentes.

CONCLUSÃO

8. Preliminarmente, registre-se que a decisão final sobre os procedimentos que serão efetivamente adotados encontra-se na esfera discricionária do gestor, verificadas as peculiaridades de cada caso que se apresentar ao seu descortino, estando sua atuação sujeita ao controle externo da Administração Pública (parágrafo 6.3 desta instrução).

9. O Acórdão 2.859/2013-P, de maneira geral e em sentido amplo, trata da necessidade de revisão dos contratos firmados pela Administração com empresas de qualquer ramo da atividade econômica que a qualquer tempo tenham sido beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento** propiciada pelo Plano Brasil Maior, e que, para seu integral cumprimento, deve-se atentar para a escorreta modulação temporal dos efeitos produzidos pela Lei 12.546/2011 e alterações posteriores sobre o assunto (parágrafo 6.4 desta instrução).

10. As metodologias para revisão de contratos com planilhas de custos e dedicação exclusiva de mão de obra, bem como para aqueles que envolvem atividades desoneradas e não desoneradas, já haviam sido delineadas no Acórdão original; uma possível abordagem para contratos sem planilhas de custos (mensurados por produtos ou resultados) e dedicação exclusiva de mão de obra é a utilizada pela Caixa Econômica Federal (parágrafos 6.5-6.7 desta instrução).

11. A inobservância de exigência legal (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) pode resultar em dano ao erário, sendo que a Administração tem o poder-dever de buscar recompor a lesão causada aos cofres públicos, ainda que os referidos contratos já tenham sido encerrados, considerando a primazia do interesse público e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo erário (parágrafo 6.8 desta instrução).

12. Conforme reunião realizada em 21/11/2013 e entendimentos posteriores, entende-se como opção mais adequada para verificação do cumprimento de parte da deliberação (itens 9.2.3 e 9.3, parte final, do Acórdão 2.859/2013-P) que as unidades jurisdicionadas prestem as devidas informações no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, motivo pelo qual esta Selog entrou em contato com a Diretoria de Normas e Gestão de Contas visando a alterar a DN-TCU 134/2013 (parágrafo 6.9.1 desta instrução).

13. Deve-se determinar ao DEST que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação para remeter as informações diretamente ao TCU, inserida no item 3 do referido ofício provavelmente devido a algum mal entendido, é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados (parágrafo 6.9.3-6.9.6 desta instrução).

14. As determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do Acórdão 2.859/2013-P foram, em menor ou maior grau, cumpridas pelos órgãos mencionados na referida deliberação, ao passo que se consideram os itens 9.2.3 e 9.3 (parte final) não mais aplicáveis (parágrafo 6.10 desta instrução).

BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE EXTERNO

15. Espera-se com a presente ação de controle um benefício direto do tipo "Correção de irregularidades ou impropriedades", subtipo "redução do valor contratual", conforme definido no parágrafo 48.3 das "Orientações para benefícios do controle" (Portaria-Segecex 10/2012). No presente momento, ainda se mostra inviável a quantificação financeira do benefício. De acordo com a proposta delineada nesta instrução, tal verificação poderá ser realizada em momento futuro, aproveitando as informações que constarão nos relatórios de gestão das unidades jurisdicionadas.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

16. Pelo exposto, submete-se o presente processo à consideração superior, propondo a adoção das seguintes medidas:

16.1. considerar cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do Acórdão 2.859/2013-P e tornar insubsistentes aquelas contidas nos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final);

16.2. determinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) que divulguem aos órgãos e entidades a eles vinculados que as informações sobre o cumprimento do Acórdão 2.859/2013-P deverão ser prestadas no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, conforme item a ser acrescido na DN-TCU 134/2013;

16.3. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação para remeter as informações diretamente ao TCU, inserida no item 3 do referido ofício, é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados;

16.4. comunicar a deliberação que vier a ser adotada nestes autos aos seguintes órgãos: Câmara dos

Deputados (CD), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU);

16.5. com fulcro no art. 42 da Resolução TCU 191/2006, c/c o art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009, apensar definitivamente o presente processo ao TC [013.515/2013-6](#)."

É o relatório

Voto:
VOTO

Em exame processo de monitoramento das seguintes determinações expedidas pelo [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#):

"9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento**, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da **desoneração**, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento**, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida."

2. O TC [013.515/2013-6](#), do qual resultaram os mencionados comandos, originou-se de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog sobre possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que permitiu a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a **contribuição previdenciária**), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

3. Nesta ocasião, a unidade técnica, na instrução que consta do relatório supra, examinou as informações prestadas pelos órgãos envolvidos e concluiu que: (i) "foram cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#), haja vista que os órgãos mencionados na referida deliberação adotaram, em menor ou maior grau, as providências expedidas"; (ii) "em relação aos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final) da referida decisão, as determinações ali exaradas não são mais aplicáveis, considerando a proposta no sentido de que as informações sobre o cumprimento da deliberação deverão constar no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, sendo desnecessária a continuidade do monitoramento no âmbito do presente processo".

4. Em função disso, a Selog propôs, no essencial, o seguinte:

4.1. "considerar cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do [Acórdão 2.859/2013-P](#) e tornar insubsistentes aquelas contidas nos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final)";

4.2 "determinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) que divulguem aos órgãos e entidades a eles vinculados que as informações sobre o cumprimento do Acórdão 2.859/2013-P deverão ser prestadas no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, conforme item a ser acrescido na DN-TCU 134/2013”;

4.3 "determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação para remeter as informações diretamente ao TCU, inserida no item 3 do referido ofício, é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados”.

5. Inicialmente, destaco que todos os órgãos tomaram as devidas providências, segundo as especificidades da estrutura de funcionamento de cada um, atinentes às medidas descritas nos referidos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do acórdão ora objeto de monitoramento. Assim sendo, estou de acordo com a parte inicial da proposta da Selog, transcrita no subitem 4.1 acima, de considerar cumpridas tais determinações.

6. Quanto à parte que propugna "tornar insubsistentes aquelas contidas nos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final)", observo que ela carece de sentido, pois, a rigor, promoveria, pelas vias indevidas, uma reforma da decisão, que, em todo caso, não deve ocorrer. Ora, em que pesem as dificuldades de alguns "órgãos e entidades para realizar um detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida", o fato é que, como a própria Selog destacou, "por deixarem transcorrer em branco o prazo recursal, infere-se que os OGS"s [órgãos governantes superiores], mencionados no item 9.2 do acórdão em foco, manifestaram concordância tácita com os termos ali descritos”.

7. Não obstante, é razoável a conclusão da unidade técnica de que "as informações sobre o cumprimento da deliberação deverão constar no relatório de gestão referente ao exercício de 2014”.

8. Porém, as alterações na Decisão Normativa TCU 134/2013, que "dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2014, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação", dependem de decisão do Plenário do Tribunal e são antes avaliadas por unidade específica da Segecex e pelo Ministro-Relator sorteado.

9. Portanto, os termos das propostas descritas nos subitens 4.2 e 4.3, acima, também devem ser alterados.

10. A providência que, neste momento, mostra-se mais pertinente é a de apensar os autos ao processo originário (TC [013.515/2013-6](#)) e encaminhá-los à Secretaria de Gestão e Apoio ao Controle Externo - Segest para que, em conjunto com Selog, verifique a oportunidade e conveniência de alterar a Decisão Normativa TCU 134/2013 com a finalidade de que ela albergue e torne efetivo o comando das determinações dos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final) do [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#). Concomitantemente, a Segest deve manter as unidades relacionadas nestes autos informadas sobre o desenrolar da questão.

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 14 de maio de 2014.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Relator

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações contidas no [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento arts. 3º e 7º da Lei 8.443/1992; e 243 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar parcialmente cumpridas as determinações dos itens 9.2 e 9.3 do [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#);

9.2. determinar à Secretaria de Gestão e Apoio ao Controle Externo - Segest que, em conjunto com Selog, verifique a oportunidade e conveniência de propor a alteração da Decisão Normativa TCU 134/2013 para que ela albergue e torne efetivo o comando das determinações dos itens 9.2.3 e 9.3 do [Acórdão](#)

2.859/2013 - Plenário, mantendo as unidades relacionadas nestes autos informadas sobre o desenrolar da questão;

9.3. apensar este processo ao TC 013.515/2013-6 e encaminhá-los à Segest;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação às unidades listadas no item 4, acima

Entidade:

Entidade: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

Interessado:

Interessado: Tribunal de Contas da União

Representante do MP:

não atuou

Unidade técnica:

Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog

Advogado:

não há

Quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho

Data da sessão:

14/05/2014